

unesp  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

FLÁVIA DE FREITAS BERTO

Tipologia de articulação de cláusulas:
contribuições de um estudo sobre o Guajá



ARARAQUARA – S.P.
2017

FLÁVIA DE FREITAS BERTO

**TIPOLOGIA DE ARTICULAÇÃO DE
CLÁUSULAS:** contribuições de um estudo sobre o
Guajá

Tese de Doutorado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Linguística

Linha de pesquisa: Análise Fonológica, Morfossintática, Semântica e Pragmática

Orientador: Prof.^a Dr.^a Angélica Terezinha Carmo Rodrigues

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Marina Maria Silva Magalhães

Bolsa: CAPES (04/2014 – 04/2016)

ARARAQUARA – S.P.
2017

B545t	<p>Berto, Flávia de Freitas</p> <p>Tipologia de articulação de cláusulas : contribuições de um estudo sobre o Guajá / Flávia de Freitas Berto. -- Araraquara, 2017</p> <p>229 p.</p> <p>Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara</p> <p>Orientadora: Angélica Terezinha Carmo Rodrigues</p> <p>Coorientadora: Marina Maria Silva Magalhães</p> <p>1. Análise funcional (Linguística). 2. Sintaxe. 3. Índios da América do Sul Línguas. I. Título.</p>
-------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

FLÁVIA DE FREITAS BERTO

TIPOLOGIA DE ARTICULAÇÃO DE CLÁUSULAS: contribuições de um estudo sobre o Guajá

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Linguística.

Linha de pesquisa: Análise Fonológica, Morfossintática, Semântica e Pragmática

Orientador: Prof.^a Dr.^a Angélica Terezinha Carmo Rodrigues

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Marina Maria Silva Magalhães

Bolsa: CAPES (04/2014 – 04/2016)

Data da defesa: 13/12/2017

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof.^a Dr.^a Angélica Terezinha Carmo Rodrigues
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Membro Titular: Prof.^a Dr.^a Rosane de Andrade Berlinck
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Membro Titular: Prof. Dr. Roberto Gomes Camacho
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Membro Titular: Prof. Dr. Edson Rosa Francisco de Souza
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Membro Titular: Prof. Dr. Ricardo Campos de Castro
Universidade Estadual de Campinas

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

À minha avó Aparecida Gonçalves de Freitas (*in memoriam*) e ao povo Awa Guajá

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

À Coordenação do Programa de Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (COCHS) do (CNPq) Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pela atenção e envio dos pareceres sobre este projeto de doutorado.

À Fundação Nacional do Índio (FUNAI) por ter concedido autorização de ingresso em Terra Indígena para realização desta pesquisa.

À Coordenação Geral de Índios Isolados e de Recente Contato (CGIIRC), em especial à Neide Martins Siqueira e à Clarisse do Carmo Jabur, pelo apoio a esta pesquisa.

À Frente de Proteção Etnoambiental Awa Guajá (FPEA) pela parceria e suporte para realização de diversos trabalhos junto aos Awa Guajá.

Aos Awa Guajá pelo acolhimento, confiança e parceria. Sou muito grata pelos ensinamentos diários, pelo carinho e pela relação construída, que extrapola esta tese de doutorado.

À professora e orientadora Angélica Terezinha Carmo Rodrigues por me encorajar e por contribuir com o desenvolvimento deste trabalho, tornando menos difícil o desafio pessoal e profissional que esta pesquisa significou para mim.

À professora e coorientadora Marina Maria Silva Magalhães por me apresentar aos Awa Guajá da Terra Indígena Caru e pela atenção oferecida durante o andamento da pesquisa. As contribuições e discussões levantadas foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Aos Yudjá do Parque Indígena do Xingu pela amizade, carinho e apoio durante os anos em que me mantive comprometida com a pesquisa com os Awa Guajá.

À professora Lucy Seki (*in memoriam*) pela sua inestimável contribuição aos estudos sobre línguas indígenas brasileiras, por seu apoio e conversas que tanto me motivaram a seguir com o desenvolvimento desta pesquisa e a aceitar o desafio de lecionar em uma escola indígena.

À professora Cristina Martins Fargetti por ter me apresentado aos Yudjá do Parque Indígena do Xingu e por ter compartilhado suas experiências e conhecimentos comigo, ensinamentos que estão presentes em cada trabalho de campo que realizo.

Ao professor e amigo Angel Humberto Corbera Mori por aceitar participar da banca de doutorado como suplente, por sua generosidade, pelas conversas e pelas indicações de bibliografia e discussões que contribuíram para minha formação como linguista.

À professora Rosane de Andrade Berlinck e ao professor Luiz Carlos Cagliari pelas contribuições ao longo desses anos de estudo na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, pelo carinho e pelas conversas durante esse percurso.

Ao professor Roberto Camacho por aceitar participar como membro da banca do exame de qualificação e da banca de defesa, contribuindo com o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos professores Edson Rosa Francisco de Souza e Ricardo Campos de Castro por terem aceitado participar da banca de doutorado.

Às professoras Flávia de Castro Alves e Alessandra Del-Ré por aceitarem o convite para participar da banca de doutorado como suplentes.

Aos professores da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Araraquara pelas contribuições à minha formação como professora e como linguista.

Aos alunos da turma de Letras de 2006 pelo carinho demonstrado a cada reencontro.

Aos linguistas Adriana Postigo, Alejandra Regúnaga, Caroline de Oliveira, Denise Silva, Felipe Aleixo, Juliana dos Santos, Lígia Moscardini, Mateus Carvalho, Patrícia Bontorim, Patrícia Oréfica, Priscilla Sumaio, Rajabo Abdula, Raphael Barbosa e Rogério Ferreira pelo incentivo ao desenvolvimento desta pesquisa.

Aos funcionários do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) pelo apoio e pelas experiências compartilhadas durante o trabalho como consultora para o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL). Especialmente aos queridos Ana Paula Seiffert, Diego Simas, Marcus Garcia, Mônia Silvestrim, Morgana Fernandes e Thiago Chacon.

À Ana Mattos e à Mariana de Castro por me receberem em Brasília e por me ajudarem a me estabelecer nessa cidade em que tanto aprendi.

À querida amiga Giovana Ribeiro Pereira e à sua família pelo acolhimento e pelo carinho.

Ao antropólogo Uirá Garcia por encorajar o desenvolvimento desta pesquisa.

À Sirlene Bendazolli pela generosidade e por me incentivar a refletir sobre os processos de educação escolar indígena.

À família construída no povoado Roça Grande, em especial à Cleci, Dona Maria, Dona Sueli e suas respectivas famílias, pelo apoio, pelas risadas e por me apresentarem a um país que desconhecia até então, tornando menos difícil o desafio de me estabelecer no interior do Maranhão.

À Josy Moreira e à sua família pela companhia e pela ajuda em momentos difíceis.

Aos alunos, professores e demais funcionários do Centro de Ensino João Cardoso Campos, em Pindaré-Mirim, pelos ensinamentos e apoio ao meu trabalho.

Aos enfermeiros, técnicos de enfermagem e médicos que trabalham com os Awa Guajá pelo suporte e pela companhia em campo.

Aos queridos amigos Alexandre China, Alexandre Trindade, Fabíola Souza, Giovana Pomin, Grasielle Fernandes, Jacqueline Cidreira, Jucilaine Fernandes, Leonardo Vivaldo, Gustavo Micheletti, Pedro Cheliz, Priscila Santos, Suelen Leal, Terezinha Souza, Ticiane de Araújo, e Thiago Jerônimo por se manterem próximos, apesar da distância entre o Maranhão e os lugares onde cada um se estabeleceu.

Aos meus avós paternos Francisca Berto e Francisco Berto pelo amor e entusiasmo com que me encorajam a seguir o caminho que escolhi trilhar, e à minha avó materna, Aparecida Gonçalves de Freitas (*in memoriam*), por seu amor à vida, pelas histórias compartilhadas e por tantos ensinamentos.

Aos meus familiares, tias, tios, primas e primos e aos meus sogros, Rosa Ramos e Antônio Cardoso, pelo suporte e incentivo.

Aos meus pais, Regina Célia de Freitas Berto e Flávio do Carmo Berto, e à minha irmã, Carine de Freitas Berto, por todo o amor, compreensão e apoio dedicados a mim nesse período em que estive totalmente comprometida com o meu trabalho.

Ao meu grande companheiro, Guilherme Ramos Cardoso, por tanto amor, carinho e por me acompanhar, de mãos dadas, nessa caminhada muitas vezes penosa, mas repleta de aprendizado, beleza e maravilha.

“Se os tubarões fossem homens”, perguntou ao Sr. K. a filha de sua senhoria, “eles seriam mais amáveis com os peixinhos?” “Certamente”, disse ele. “Se os tubarões fossem homens, construiriam no mar grandes gaiolas para os peixes pequenos, com todo tipo de alimento, tanto animal como vegetal. [...]. Se os tubarões fossem homens, naturalmente fariam guerras entre si, para conquistar gaiolas e peixinhos estrangeiros. Nessas guerras eles fariam lutar os seus peixinhos, e lhes ensinariam que há uma enorme diferença entre eles e os peixinhos dos outros tubarões. Os peixinhos, eles iriam proclamar, são notoriamente mudos, mas silenciam em línguas diferentes, e por isso não podem se entender. Cada peixinho que na guerra matasse alguns outros, inimigos, que silenciam em outra língua, seria condecorado com uma pequena medalha de sargaço e receberia o título de herói. [...]. Também não faltaria uma religião, se os tubarões fossem homens. Ela ensinaria que a verdadeira vida dos peixinhos começa apenas na barriga dos tubarões. Além disso, se os tubarões fossem homens também acabaria a ideia de que os peixinhos são iguais entre si. Alguns deles se tornariam funcionários e seriam colocados acima dos outros. Aqueles ligeiramente maiores poderiam inclusive comer os menores. Isso seria agradável para os tubarões, pois eles teriam, com maior frequência, bocados maiores para comer. E os peixinhos maiores, detentores de cargos, cuidariam da ordem entre os peixinhos, tornando-se professores, oficiais, construtores de gaiolas etc. Em suma, haveria uma civilização no mar se os tubarões fossem homens”. “Certamente”, disse ele.

Bertold Brecht (2006, p. 53)

RESUMO

Esta tese descreve e analisa o processo de articulação de cláusulas na língua guajá (família tupi-guarani, tronco tupi) com base no quadro teórico funcionalista, analisando os predicados complexos nessa língua a partir da tipologia de articulação de cláusulas. A análise foi baseada em dados primários, coletados em campo, e secundários, com a revisão e atualização de dados morfossintáticos de outros pesquisadores, seguindo os parâmetros de rebaixamento propostos por Cristofaro (2005) e de rebaixamento hierárquico, dessentencialização e entrelaçamento clausal propostos por Lehmann (1988). Por meio dos testes de assertividade, foram definidas as relações de subordinação existentes em Guajá, em que o perfil de um estado de coisas se sobrepõe a outro, e analisados os seus correlatos morfossintáticos. São demonstradas como as cláusulas subordinadas adquirem propriedades nominais e são dessentencializadas/rebaixadas em vários níveis, como nas suas distinções TAM e codificação de participantes. Desse modo, classificou-se os tipos de cláusulas subordinadas identificadas em Guajá em um *continuum* de integração de cláusulas que se estende de um polo de máxima elaboração até um polo de máxima condensação de informação gramatical e lexical, com a nominalização da cláusula subordinada.

Palavras-chave: Articulação de cláusulas. Subordinação. Língua Guajá. Línguas Tupi.

ABSTRACT

This thesis describes and analyzes the process of linking clauses in the Guajá language (Tupi-Guarani family, Tupi stock) based on the theoretical functionalist framework, analyzing the complex predicates in that language from the typology of linking clauses. The analysis was based on primary data, collected in the field, and secondary data, reviewing and updating morphosyntactic data from other researchers, it follows the parameters of downgrading proposed by Cristofaro (2005) and of hierarchical downgrading, desententialization and clausal interlacing proposed by Lehmann (1988). Through assertivity tests, the subordination relationships existing in Guajá, where the profile of one state of things overlaps with another, were defined and its morphosyntactic correlates were analyzed. It demonstrates how subordinate clauses acquire nominal properties and are desententialized/reduced at various levels, as in their TAM distinctions and participant coding. Thus, the types of subordinate clauses identified in Guajá were classified in a clause integration *continuum* that extends from a pole of maximum elaboration to a pole of maximum condensation of grammatical and lexical information, with the nominalization of the subordinate clause.

Keywords: Clause linking. Subordination. Guajá language. Tupian languages.

LISTA DE FOTOS

Foto 1 Trabalho de campo com equipe em julho de 2014	227
Foto 2 Reunião na aldeia Awa em janeiro de 2015	227
Foto 3 Discussão sobre a elaboração de documentos na aldeia Awa em julho de 2015	228
Foto 4 Produção de documentos durante protesto na EFC em agosto de 2015	228
Foto 5 Trabalho de campo na aldeia Awa em julho de 2016	229
Foto 6 Atividade do projeto de documentação da língua guajá em janeiro de 2017	229

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	TIs Alto Turiaçu, Awa e Caru (FUNAI, 2014)	37
Mapa 2	Detalhe do mapa etno-histórico de Nimuendaju ([1944] 1981) com destaque para a região entre os rios Xingu e Mearim	42

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Esquema sobre a relação genealógica dos subgrupos da família tupi-guarani em relação ao Proto-Tupi-Guarani (RODRIGUES; CABRAL, 2002)	38
Figura 2	Esquema sobre a relação genealógica dos subgrupos da família tupi-guarani em relação ao Proto-Tupi-Guarani (Rodrigues; Cabral, 2002)	40
Figura 3	Continuum de rebaixamento hierárquico (LEHMANN, 1988, p. 189)	129
Figura 4	<i>Continuum</i> de nível sintático (LEHMANN, 1988, p. 192)	129
Figura 5	<i>Continuum</i> de dessentencialização (LEHMANN, 1988, p. 200)	130
Figura 6	<i>Continuum</i> de gramaticalização (LEHMANN, 1988, p. 204)	131
Figura 7	<i>Continuum</i> de explicitude da ligação (LEHMANN, 1988, p. 215)	132
Figura 8	Paralelismo de <i>continua</i> de ligação de cláusula (lehmann, 1988, p. 217)	133
Figura 9	O espaço conceptual das sentenças complexas (croft, 2001, p. 327)	136

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Correspondência entre o alfabeto utilizado e os fonemas consonantais da língua guajá.	66
Tabela 2	Correspondência entre o alfabeto utilizado e os fonemas vocálicos da língua guajá	66
Tabela 3	Quadro dos prefixos pessoais do modo indicativo e do modo imperativo (IMP), série I	72
Tabela 4	Marcadores pessoais da série I e da série II da língua guajá	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1PL	1ª pessoa do plural
1SG	1ª pessoa do singular
2PL	2ª pessoa do plural
2SG	2ª pessoa do singular
3	3ª pessoa
A	Agente
ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ABL	Ablativo
ALEM	Associação Linguística Evangélica Missionária
ANAÍ	Associação Nacional de Apoio aos Índios
ART	Artigo
AT1	partícula evidencial de testemunho/passado recente
AT2	Partícula evidencial de testemunho/passado recente
ATEN	Sufixo de atenuação
ASS	Partícula associativa
AUX	Auxiliar
C	Consoante
CAUS	Causativizador
CCPY	Comissão pela Criação do Parque Yanomami
CEDI	Centro Ecumênico de Documentação Indígena
CENT	Partícula direcional centrípeta
CGIIRC	Coordenação Geral de Índios Isolados e de Recente Contato
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
COL	Sufixo coletivizador
CON	Partícula conectiva
COND	Partícula de modalidade deôntica
CONS	Subordinador de consecutividade
CPI	Comissão Pró-Índio
CTF	Partícula direcional centrífuga
CTI	Centro de Trabalho Indigenista
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DAT	Dativo
DEM	Demonstrativo
DSEI	Distrito Sanitário Especial Indígena

DUB	Partícula epistêmica dubitativa
DUR	Partícula de aspecto durativo
EFC	Estrada de Ferro Carajás
ELAT	Elativo
EXCL	Exclusivo
EXO	Modo exortativo
FOC	Partícula de foco contrastivo
FPE	Frente de Proteção Etnoambiental
FPEA	Frente de Proteção Etnoambiental Awa
Funai	Fundação Nacional do Índio
FUT	Futuro
GER	Gerúndio
GTDL	Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística do Brasil
I	Marcador pessoal da série I
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
II	Marcador pessoal da série II
IMED	Partícula de aspecto imediativo
IMP	Imperativo
INCL	Inclusivo
IND	Indicativo
INDL	Inventário Nacional da Diversidade Linguística
INT	Partícula interrogativa
INTEN	Partícula de intencionalidade
INTJ	Interjeição
INTS	Sufixo de intensidade
IPFV	Imperfectivo
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Ipol	Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística
ISA	Instituto Socioambiental
ISPN	Instituto Sociedade, População e Natureza
ITER	Aspecto iterativo
LGA	Língua Geral Amazônica
LOC	Sufixo locativo
LUS	Lusivo
LUS	Partícula de aspecto lusivo
MOSTR	Partícula mostrativa
MUD	Partícula de mudança

N.PRP	Nome próprio
NEG	Negação
NMLZ	Nominalizador
O	Objeto
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização não-governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAN	Operação Anchieta
P	Paciente
PAST	Passado
PEN	<i>Poets, Essayists and Novelists International</i>
PERM	Partícula permissiva
PFV	Perfectivo
PLU	Partícula pluralizadora de sujeito
PNGATI	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
POS1	Partícula posicional 'em movimento'
POS4	Partícula posicional 'deitado'
POSS	Partícula epistêmica de possibilidade
PRF	Perfeito
PROJ	Partícula de aspecto projetivo
PROSP	Sufixo de atualização nominal prospectiva
PTCP	Particípio
Q	Partícula interrogativa
R	Marca de adjacência
REAL	Partícula epistêmica de pressuposição
RETR	Sufixo de atualização retrospectiva
RRF	Sufixo nominal referenciante
S	Sujeito
Seduc-MA	Secretaria de Estado da Educação do Maranhão
SEME	Sufixo derivativo de semelhança
SIL	<i>Summer Institute of Linguistics</i>
SIMIL	Partícula epistêmica similativa
SN	Sintagma nominal
So	Sujeito com papel de paciente
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
SPILTN	Serviço de Proteção aos Índios e Localização do Trabalhador

SUB	Partícula subordinadora
SUC	Aspecto de sucessividade
SV	Sintagma verbal
TI	Terra Indígena
TOT	Partícula totalizadora
TRANS	Sufixo de caso translativo
TRANS	Sufixo translativo
UNI	União das Nações Indígenas
UNIND	União das Nações Indígenas
V	Vogal

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	22
2 CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DA PESQUISA	24
2.1 Política indigenista	24
2.1.1 Direitos e política linguística	27
2.2 Povos indígenas isolados e de recente contato	30
2.3 Ameaças aos direitos dos povos indígenas	32
3 ASPECTOS HISTÓRICOS, CULTURAIS E SOCIOLINGÜÍSTICOS DOS AWA GUAJÁ	35
3.1 Os Awa Guajá	35
3.2 Os Awa Guajá e os demais tupi-guarani	37
3.3 Educação escolar indígena e a escrita da língua guajá	46
4 MATERIAIS E MÉTODOS	53
4.1 Breve histórico sobre os trabalhos de campo	53
4.2 Metodologia	58
4.2.1 Coleta de dados	58
4.2.2 Pressupostos Metodológicos	59
5 LÍNGUA GUAJÁ	65
5.1 Transcrição dos dados e o etnônimo awa guajá	65
5.2 Processos fonológicos da língua guajá	67
5.2.1 Harmonia nasal	67
5.2.2 Redução da duração vocálica	69
5.2.3 Harmonia vocálica	71
5.3 Aspectos morfossintáticos da língua guajá	73
5.3.1 Marcadores pessoais e valência	74
5.3.2 Nomes	75
5.3.3 Verbos	77
5.3.4 Hierarquia de Referências (HR)	81
5.4 Distinções TAM nas cláusulas independentes e subordinadas	83
5.4.1 Cláusulas independentes	83
5.4.1.1 Tipos de predicados	83
5.4.1.1.1 Predicados verbais	84
5.4.1.1.2 Predicados nominais	85
5.4.2 Distinções de tempo, aspecto e modalidade	87
5.4.2.1 Tempo	87
5.4.2.2 Aspecto	91

5.4.2.3	Modos e modalidades	97
5.4.2.3.1	Modos independentes	98
5.4.2.3.1.1	Modo indicativo I	98
5.4.2.3.1.2	Modo imperativo	99
5.4.2.3.1.3	Modo exortativo	100
5.4.2.3.2	Modos dependentes	101
5.4.2.3.2.1	Modo subjuntivo	102
5.4.2.3.2.2	Modo consecutivo	102
5.4.2.3.2.3	Modo indicativo II	103
5.4.2.3.2.4	“Modo” gerúndio	106
5.4.2.3.3	Modalidades	108
5.5	Formas verbais menos finitas	113
5.5.1	Caso translativo	113
5.6	Sentenças complexas e subordinação em Magalhães (2007)	114
6	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	120
6.1	Processo de articulação de cláusulas	120
6.2	A abordagem tradicional e seus problemas	121
6.3	Propostas para abordar a articulação de cláusulas	124
6.4	Nominalização como estratégia de subordinação	139
6.4.1	Nominalização como estratégia de subordinação em línguas do tronco tupi e da família tupi-guarani	145
6.4.2	A nominalização em Guajá	147
6.4.2.1	Nominalização de ação, estado, lugar e instrumento	148
6.4.2.2	Nominalização de agente	149
6.4.2.3	Nominalização de paciente	150
6.4.2.4	Nominalização de predicado	151
7	ABORDAGEM PRAGMÁTICO-COGNITIVA DAS RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO E COORDENAÇÃO	153
7.1	Princípio de Assimetria e subordinação	153
7.1.1	Asserções e não-asserções: estratégias de definição	158
7.1.2	Testes de assertividade aplicados à língua guajá	160
7.2	Princípio de Assimetria e Coordenação	166
7.2.1	Coordenação sem marcador explícito	171
7.2.2	Coordenação com marcador explícito	173
7.2.3	Relações alternativas em Guajá	175
8	CLÁUSULAS SUBORDINADAS EM GUAJÁ	177
8.1	Critérios e parâmetros para a análise das cláusulas subordinadas	177
8.1.1	Formas verbais	179

8.1.2. Codificação dos participantes	183
8.2 Relações de subordinação em Guajá	185
8.2.1 Relações adverbiais	185
8.2.2.1 Relações adverbiais de condição de realidade	186
8.2.2.2 Relações adverbiais de anterioridade temporal	188
8.2.2.3 Relações adverbiais de sobreposição temporal	190
8.2.2.4 Relações adverbiais de propósito	195
8.2.2 Relações completivas	201
8.2.2.1 Predicados Perceptivos	203
8.2.2.2 Predicados de Conhecimento	204
8.2.2.3 Predicados elocutivos	205
8.2.2.4 Predicados de temor	207
8.2.2.5 Predicados comentativos	208
8.2.3 Relações relativas	209
8.4. <i>Continuum</i> de integração de cláusulas em Guajá	214
9. CONCLUSÃO	217
REFERÊNCIAS	219
APÊNDICE – FOTOS	227

1. INTRODUÇÃO

O objetivo desta tese é analisar os processos de articulação de cláusulas na língua guajá dentro do quadro teórico do funcionalismo, com vistas a discutir o estatuto das construções de predicação complexa nessa língua. Esta pesquisa tem como ponto de partida abordagens funcionalistas que permitem analisar os processos de articulação de cláusulas como um *continuum*, seguindo os parâmetros propostos por Lehmann (1988) e Croft (2001). Além disso, são discutidas as propostas de Cristofaro (2005), que define a noção de subordinação exclusivamente em termos funcionais, já que não é possível aplicar a todas as línguas os mesmos critérios formais que caracterizariam o processo de subordinação, como encaixamento de cláusulas e o uso de formas verbais não-finitas. Em sua abordagem, a autora considera a subordinação como um modo particular de interpretar a relação cognitiva entre dois estados de coisas, em que o perfil de um se sobrepõe ao do outro. Um dos critérios apresentados por Cristofaro (2005) e aplicado na análise de articulação de cláusulas em Guajá é o Princípio de Assimetria, que permite investigar as relações entre estados de coisas, independentemente de qualquer tipo particular de ligação de cláusula e só então investigar os correlatos morfossintáticos dessas relações. O Princípio da Assimetria se reflete na definição de coordenação, já que pode evidenciar que a autonomia de cada perfil corresponde à presença da força assertiva em ambos os estados de coisas, produzindo uma organização simétrica da comunicação, como defendido por Mauri (2008). Outros critérios e parâmetros empregados para analisar as cláusulas subordinadas estão relacionados ao tempo, modo, aspecto e codificação de participantes da cláusula declarativa, considerada em isolamento, comparada às construções usadas para codificar o estado de coisas dependente. A partir dessas estratégias foi possível descrever os processos de coordenação e subordinação na língua guajá e analisar os seus correlatos morfossintáticos. Por meio dessas abordagens foi possível observar que, em Guajá, os traços [-dependência], [-encaixamento] ocupam o polo correspondente às relações coordenadas, seguido por verbos em sua forma [+finita]. O outro polo, correspondente às relações de subordinação, são caracterizadas pelos traços [+dependência] e [+encaixamento], com o verbo em sua forma [-finita], chegando a receber sufixos nominalizadores. Assim como outras línguas sul-americanas (VAN GIJN, 2014), o Guajá apresenta a nominalização como uma estratégia de subordinação.

Este trabalho está estruturado da seguinte maneira: na primeira seção, apresenta-se a introdução e a apresentação da estrutura desta tese; na segunda seção, apresenta-se o contexto sociopolítico da pesquisa, discussão necessária para se compreender a dinâmica em que os trabalhos de campo foram realizados, partindo-se de um panorama sobre política indigenista, direitos e política linguística, povos indígenas isolados e de recente contato e as ameaças aos direitos assegurados aos povos indígenas; na terceira seção, apresentam-se os aspectos históricos, culturais e sociolinguísticos dos Awa Guajá, suas relações com outras etnias e discussões sobre a educação escolar indígena; na quarta seção, discutem-se os materiais e métodos empregados durante os trabalhos de campo realizados entre 2014 e 2017 na Terra Indígena Caru, localizada no noroeste do estado do Maranhão, que priorizou a coleta de dados a partir da gravação de narrativas, relatos e da elaboração de documentos-denúncia; na seção cinco, com base nos trabalhos de Nascimento (2008), Magalhães (2007) e Magalhães e Mattos (2014), são apresentados os processos morfofonológicos que desencadeiam alterações nos prefixos pronominais e clíticos recebidos pelos verbos em Guajá, e na negação de cláusulas na língua analisada, bem como discussões sobre características de línguas omni-predicativas e a apresentação das categorias de tempo, modo e aspecto na língua guajá; na seção seis, realiza-se uma comparação entre as abordagens tradicionais sobre subordinação e as abordagens de base funcional-tipológica de Lehmann (1988), Croft (2001) e Cristofaro (2005); na seção sete, discute-se o Princípio de Assimetria (2005) para estabelecer parâmetros que permitam definir a relação de subordinação translinguisticamente e, também, a relação de coordenação; na seção 8, apresentam-se tipos de relações estabelecidas pela ligação entre cláusulas de perfil autônomo e cláusulas de perfil dependente em Guajá, como as relações adverbiais, completivas e relativas e seus correlatos morfossintáticos. A partir dessa análise evidencia-se como essas cláusulas podem ser alocadas no *continuum* de integração de cláusulas; e, na seção nove, na conclusão da tese, apresenta-se síntese dos resultados obtidos.

2 CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DA PESQUISA

A discussão do contexto sociopolítico em que esta pesquisa se desenvolveu é necessária para que seja possível compreender a natureza da maior parte dos dados transcritos e analisados nesta tese, que tiveram origem em reuniões para elaboração de documentos para reivindicação de direitos dos Awa Guajá, e a dinâmica em que os trabalhos de campo ocorreram. Assim, em 2.1, apresenta-se uma discussão sobre política indigenista, destacando-se quais ações do Estado e da sociedade civil incidem sobre os povos indígenas brasileiros; na subseção 2.2, apresenta-se um panorama sobre políticas linguísticas voltadas para a manutenção de línguas minorizadas; em 2.3, discutem-se as peculiaridades sobre os denominados povos isolados e de recente contato, como é o caso dos Awa Guajá; e, em 2.4, apresentam-se algumas ameaças que colocam em risco os territórios, as culturas e as línguas dos povos indígenas brasileiros.

2.1 Política indigenista

A Constituição de 1988 marca, ao mesmo tempo, a consolidação de direitos dos povos indígenas reconhecidos desde a colônia, como o direito originário à terra, e a consolidação de um modelo de cidadania para os indígenas no Brasil baseado no direito à diferença. Os artigos dedicados aos direitos dos povos indígenas foram resultado de uma intensa mobilização desses povos e da sociedade civil. Durante a década de 1970 começou a surgir no Brasil um movimento indígena nacional organizado, apoiado por organizações da sociedade civil, setores da Igreja Católica e profissionais como antropólogos, linguistas e advogados. Com a redemocratização na década de 1980 e a Constituinte, esses grupos se fortaleceram e garantiram que a Constituição Cidadã incluísse o direito à cidadania diferenciada para os indígenas.

A grande novidade dos artigos 231 e 232 da Constituição, dedicados aos indígenas, foi romper com o paradigma da tutela. Esse paradigma, presente na legislação brasileira por um longo período, predominou na política indigenista estatal da República do seu início até 1988, ao menos formalmente. A noção dominante era de que a humanidade seguiria um caminho de progresso civilizatório, em que as diferenças culturais e históricas eram confundidas com estágios semelhantes ao curso da vida dos indivíduos. Os povos ocidentais modernos estariam, de acordo com essa

versão vulgar do evolucionismo, na maturidade do progresso, enquanto os povos indígenas estariam ainda na infância do processo civilizatório. Assim, caberia aos “civilizados” zelar e responder pelos “silvícolas”, de modo a lhes oferecer condições para serem assimilados e civilizados.

Considerados incapazes de exercer a sua cidadania, os indígenas eram alvo de políticas tutelares que tinham como horizonte o abandono da sua condição e identidade indígenas. Assim, durante um longo período, mesmo nas disputas internas do indigenismo, havia divergências a respeito do ritmo e dos métodos mais adequados para a assimilação, sem colocá-la em xeque ou considerar a capacidade de os próprios indígenas exercerem sua cidadania.

Além da assimilação cultural, acreditava-se também que eles deixariam de existir enquanto povos distintos da sociedade brasileira pela sua extinção física. A violência e as doenças decorrentes do contato dos indígenas com os não-indígenas levaram a catástrofes em que vários povos quase desapareceram. Na Frente de Atração Guajá, por exemplo – que em 1973 fez o primeiro contato oficial do Estado brasileiro com os Awa Guajá – havia 91 indígenas em 1976. Em 1980 havia apenas 29, segundo o antropólogo Mércio Gomes (VALENTE, 2017, p. 312). E essa situação não estava restrita aos Awa Guajá. Considerava-se, desse modo, que o desaparecimento dos povos indígenas, fosse pelo seu extermínio fosse pela assimilação, era questão de tempo e cabia à política indigenista oficial administrar a relação entre indígenas e não-indígenas durante esse processo, acelerando-o ou suavizando-o.

Na segunda metade do século XX, entretanto, verificou-se que a população indígena no Brasil estava aumentando. Em 1970, Darcy Ribeiro (1996, p. 487) calculou que havia entre 67 e 98 mil indígenas no Brasil. Já em 2010, de acordo com o IBGE (2012), eles eram cerca de 897 mil, pertencentes a aproximadamente 240 etnias diferentes. A mudança de perspectiva sobre o lugar dos povos indígenas no Brasil e sobre o seu futuro não mudou apenas em relação à sua situação demográfica. Além da reversão extraordinária na perspectiva da sua capacidade de reprodução física – marcada pelo extermínio há cinco séculos – surgiu no final da década de 1970 uma aliança entre a sociedade civil e os movimentos indígenas para garantir também os seus direitos territoriais e culturais.

Em 1974, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), promoveu a 1ª Assembleia Nacional de Líderes Indígenas. Em 1978, a partir da minuta de um decreto

do governo militar que “emanciparia” os índios, ou seja, estabeleceria que alguns índios poderiam ser considerados plenamente integrados – e, portanto, não mais portadores dos seus direitos enquanto índios – ocorreu uma aliança entre o movimento indígena nacional nascente e a sociedade civil. Foi nesse momento que surgiram organizações de apoio aos direitos indígenas, como a Comissão Pró-Índio (CPI) de São Paulo, Rio de Janeiro e Acre, a Associação Nacional de Apoio aos Índios (ANAI) e suas regionais, a Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY), o Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e o Núcleo de Direitos Indígenas (NDI, que na década de 1990 daria origem ao ISA, Instituto Socioambiental). A mobilização contra a “emancipação” também estimulou o crescimento do movimento indígena e o surgimento de lideranças de projeção nacional, como Álvaro Tukano, Mário Juruna, Marçal de Souza, Marcos Terena e Ailton Krenak (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 193). Em 1980 foi criada a UNIND, a União das Nações Indígenas. Em 1981, a UNIND reuniu 73 líderes e 32 entidades de apoio em São Paulo e mudou sua sigla para UNI (União das Nações Indígenas). Nessas assembleias indígenas, “enquanto aprendiam sobre os diferentes modos de viver [...] também instrumentalizam a categoria ‘índio’ para unificar reivindicações e lutas por direitos” (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 193).

Quando a Constituinte foi instalada em 1987, a UNI, aliada a outras organizações da sociedade civil, apresentou uma proposta de artigos sobre direitos indígenas e preparou a coleta de assinaturas para uma emenda popular para que fosse incluído um capítulo sobre os indígenas na Constituição. Com intensa mobilização de diversos povos e suas lideranças, o movimento indígena obteve uma vitória com a aprovação do capítulo “Dos índios”, contendo os artigos 231 e 232. Esses artigos reconhecem aos índios “sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam” (BRASIL, 1988). Assim, a cidadania dos indígenas não estava mais condicionada à sua integração ou assimilação. Pelo contrário, a eles era reconhecido o direito à diferença. Ser índio deixava, portanto, de ser um estado transitório e tornava-se um direito. Além disso, a Constituição reconhece que o direito dos índios às terras e aos recursos necessários à sua reprodução física e cultural é originário, ou seja, é anterior à existência do próprio Estado Brasileiro. O texto afirma ainda a obrigação do Estado em demarcá-las e protegê-las. Por fim, a tutela é afastada com o reconhecimento de que “os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa dos seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em

todos os atos do processo” (BRASIL, 1988). O reconhecimento de que o Brasil é um país multicultural e plurilíngue e o direito à diferença cultural e linguística tiveram repercussão em diversas políticas públicas direcionadas aos povos indígenas e na organização do Estado para executá-las (cf., por exemplo, PAULA; VIANNA, 2011).¹

2.1.1 Direitos e política linguística

Os princípios da educação escolar indígena e a política linguística a ela associada foram profundamente alterados. Essa nova configuração do papel da educação escolar e das línguas indígenas diz respeito a uma parcela importante das expectativas e potenciais relacionados ao trabalho dos linguistas e de suas pesquisas.

Tradicionalmente, as escolas voltadas aos indígenas tinham como objetivo a promoção da sua integração e a imposição de valores e conhecimentos (cf. GRUPIONI, 2006), sendo conduzidas por missionários evangelizadores ou agentes estatais “civilizadores”. Com a mobilização dos povos indígenas pelo direito à diferença e às suas identidades étnicas, a escola passou a ser uma demanda dos próprios indígenas. A educação escolar passou, desse modo, a ser considerada como um meio de adquirir conhecimentos que permitissem relações menos desiguais entre os indígenas e os segmentos da sociedade nacional com que eles mantêm contato. Desse modo, ao lado da luta pelo reconhecimento de direitos territoriais, os indígenas passaram a reivindicar que as escolas lhes permitissem adquirir conhecimentos como a matemática e a língua portuguesa para que pudessem dialogar com agentes indigenistas do estado e da sociedade civil de forma mais autônoma.

As escolas indígenas foram sendo incorporadas aos projetos políticos desses povos, podendo ser espaços de aquisição de conhecimentos indígenas e de sistematização e registro de conhecimentos tradicionais. Como afirma Grupioni (2006, p. 48), consolidou-se a ideia de que “a escola pode ser apropriada pelos povos indígenas, que podem dar a ela um novo significado e um novo sentido, transformando essa instituição de origem ocidental em um instrumento a seu favor.” A fórmula que resume o caráter da educação escolar indígena contemporânea, presente nas

¹ A política indigenista, antes centralizada na Funai, foi diluída em diversos ministérios e níveis de governo. A educação escolar indígena, por exemplo, passou a ser, no início da década de 1990, responsabilidade do Ministério da Educação e das secretarias estaduais e municipais. A política de saúde passou a ser executada pela Fundação Nacional de Saúde e os Distritos Sanitários Especiais Indígenas. Hoje, a saúde indígena é responsabilidade de uma secretaria especial do Ministério da Saúde.

Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena (MEC, 1994), é de que ela deve ser intercultural, bilíngue, específica e diferenciada. Isso significa que, em vez de um instrumento de imposição de valores e conhecimentos, supostamente universais, e da língua portuguesa, as escolas indígenas devem ser um espaço de promoção das línguas indígenas e deve levar em conta os projetos de cada povo, conforme sua história, cultura, organização social e tradições. Assim, a condução das escolas pelos próprios indígenas, com professores indígenas, com conteúdos e métodos específicos definidos pelas comunidades são hoje os principais objetivos das políticas de educação escolar indígena.

Com a educação bilíngue surgiu a demanda pela produção de materiais nas línguas indígenas e, conseqüentemente, a descrição de suas línguas e a sistematização de suas ortografias. É nesse contexto que ganhou destaque o papel do linguista como assessor de projetos de educação escolar indígena. Assim, muitos linguistas têm assumido um papel não apenas acadêmico e técnico, mas de comprometimento político com os projetos dos povos com os quais trabalha.

O reconhecimento do direito à diferença, à cultura e às línguas dos povos indígenas não estão restritos às políticas de educação ou às leis brasileiras. Acordos internacionais, com repercussões no Brasil, têm afirmado esses direitos. Em 1989, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), agência da Organização das Nações Unidas (ONU), aprovou, em 1989, um instrumento normativo sobre povos indígenas e tribais. A convenção 169 da OIT, como ficou conhecida, foi ratificada em 2002 pelo Congresso Brasileiro. Entre os pontos principais do texto estão o princípio da autoidentificação para determinação da condição indígena, afastando critérios exógenos às comunidades para definição da sua identidade. Além disso, a Convenção estabelece o direito à consulta aos povos indígenas sobre medidas que possam afetá-los.

O PEN internacional (*Poets, Essayists and Novelists International*), patrocinado pela UNESCO, aprovou, em 1996, a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, que reconhece o direito universal à diversidade linguística das comunidades, independentemente do seu *status* de soberania política. Em 2007, a ONU aprovou a Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas. A Declaração reconhece os direitos dos povos indígenas à autodeterminação e estabelece que os Estados devem proteger esses povos da assimilação forçada, da violência, da discriminação e da subtração de suas terras. Além disso, estabelece que os povos indígenas têm o direito

de “revitalizar, utilizar, desenvolver e transmitir às gerações futuras suas histórias, idiomas, tradições orais, filosofias, sistemas de escrita e literaturas, e de atribuir nomes às suas comunidades, lugares e pessoas e de mantê-los” (ONU, 2008, p.10). Também se reconhece “o direito de estabelecer e controlar seus sistemas e instituições educativos, que ofereçam educação em seus próprios idiomas, em consonância com seus métodos culturais de ensino e de aprendizagem” (ONU, 2008, p. 10). Destaca-se, por fim, o dever dos Estados em garantir esses direitos e que “os povos indígenas possam entender e ser entendidos em atos políticos, jurídicos e administrativos” (ONU, 2008, p. 10).

Um passo importante para o reconhecimento dos direitos linguísticos no Brasil foi a instituição do Inventário Nacional da Diversidade Linguística em 2010. Como destaca Freire (2014, p 379-380), o reconhecimento constitucional do direito dos povos indígenas às suas terras, culturas e línguas, bem como o dever do Estado em demarcá-las e protegê-las, fez com que a “diversidade linguística, até então considerada como capaz de colocar em perigo a unidade nacional, na letra da lei maior passa a ser reconhecida, estimulada, respeitada, protegida e promovida como patrimônio nacional.” Assim, quando o Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000, foi assinado pelo Presidente da República, criando o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial com determinações para o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), foram incluídas as línguas. Em 2006, estabeleceu-se o Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística do Brasil (GTDL), a partir de uma petição enviada, em 2004, para a Câmara de Educação e Cultura do Legislativo para a abertura do Livro de Registro das Línguas e de um seminário organizado pelo IPHAN e pelo Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (Ipol). Esse grupo de trabalho classificou as línguas faladas no Brasil conforme sua origem histórica e cultural em seis categorias (FREIRE, 2014, p 380-381): indígenas, de imigração, de comunidades afro-brasileiras, de sinais, crioulas e língua portuguesa com suas variações dialetais. Foram levantadas 230 línguas faladas no país. Essa nova política linguística nacional incluiu, além do INDL, a cooficialização de 11 línguas indígenas e de imigração em 19 municípios brasileiros, com o objetivo de assegurar seu uso em documentos oficiais, no serviço público, nas redes municipais de ensino e nos meios de comunicação. Além disso, houve a inclusão das línguas indígenas no Censo 2010, realizado pelo IBGE. Foram contabilizadas 274 línguas faladas em território nacional.

O INDL tem como objetivo “identificar, documentar, reconhecer e valorizar” (FREIRE, 2014, p. 381) as línguas com referência à identidade, ação e memória dos grupos que formaram a sociedade brasileira. As línguas incluídas nesse inventário são reconhecidas como “Referência Cultural Brasileira” pelo Ministério da Cultura e são objeto de ações de políticas públicas patrimoniais para sua preservação e valorização, em âmbito federal, estadual e municipal. No processo de inclusão no INDL, as línguas devem passar por um processo de identificação, de levantamento demográfico dos seus falantes, de sua caracterização linguística e histórico-cultural, de levantamento da sua distribuição geográfica, dos seus usos, das ações que incidem sobre ela jurídica, cultural e educacionalmente, da sua literatura oral e escrita, dos estudos sobre ela e é realizado seu registro audiovisual (FREIRE, 2014, p. 382). Apesar de ser uma política ainda recente e em construção, Freire (2014, p. 382) destaca que

como política pública, o INDL conduz a uma reinterpretação da história das línguas e das comunidades linguísticas, na constituição do Estado e da sociedade brasileira, combatendo o unilinguismo e a monoidentidade. Ele pode ter um papel relevante, incidindo sobre o silenciamento e a invisibilidade das línguas e das múltiplas identidades linguísticas.

2.2 Povos indígenas isolados e de recente contato

As políticas públicas direcionadas aos Awa Guajá possuem algumas diferenças em relação àquelas que são direcionadas à maior parte dos povos indígenas. Alguns grupos indígenas são classificados pelo Estado como isolados e outros como de recente contato. Essa classificação tem origem no estabelecimento de políticas de proteção a esses povos no final da década de 1980. Em 1986, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Operação Anchieta (OPAN, hoje Operação Amazônia Nativa) organizaram um encontro em Cuiabá, do qual participaram a União das Nações Indígenas (UNI), o Centro Ecumênico de Documentação Indígena (CEDI), o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), a Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP), a Funai e outras organizações (cf. ISA, 2017). Nesse encontro foram criticadas as ações do Estado brasileiro para contatar povos indígenas que estavam no caminho de obras de infraestrutura, principalmente na Amazônia, que resultaram em grandes perdas populacionais e na falta de assistência a esses povos após o contato. Em 1987, foi organizado pela Funai o I Encontro de Sertanistas, com a participação de dois

antropólogos, um linguista, um técnico indigenista, além dos sertanistas. Nesse encontro, foram estabelecidas as bases de uma “mudança de paradigma do ‘contato’ para o do não contato”, enquanto premissa de ação indigenista do Estado brasileiro para a proteção dos índios isolados” (VAZ, 2010, p. 12). Assim, a política de atração e contato dos grupos considerados isolados foi substituída pela proteção dos territórios desses grupos, uma vez que a experiência de décadas de indigenismo havia demonstrado que o contato tem como consequência a desestruturação desses grupos e a perda de muitas vidas.

A partir desses movimentos da sociedade civil e de funcionários do Estado, foram criados na Funai uma Coordenadoria de Índios Isolados e um Sistema de Proteção do Índio Isolado. Com a Constituição de 1988, o direito ao isolamento voluntário foi associado ao direito ao território e à organização social própria dos grupos isolados. A partir de 2009, a Funai passou a contar com a Coordenação Geral de Índios Isolados e de Recente Contato (CGIIRC), que atua com 12 unidades distribuídas pela Amazônia, as Frentes de Proteção Etnoambiental. A CGIIRC tem como objetivo a implementação de políticas de localização, monitoramento e proteção dos povos isolados e a proteção e promoção dos direitos dos povos de recente contato.

Estes últimos podem ser definidos, conforme as recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos (OEA), como povos com “pouco grau de contato e interação com a sociedade majoritária não indígena (CIDH, 2013, p. 11)”²; ou ainda, conforme as Diretrizes Regionais Amazônicas de Proteção aos Povos Indígenas em Isolamento e Contato Inicial, são povos indígenas de alta vulnerabilidade (OTCA, 2017, p. 2). Em documento da Funai sobre as Diretrizes de Proteção para Povos Indígenas Isolados e em Contato Inicial da Região Amazônica e do Grande Chaco, menciona-se que os povos de recente contato são aqueles povos ou segmentos de povos indígenas cujo contato com a sociedade nacional foi recente ou ainda que possuem “reduzida compreensão dos códigos e valores das sociedades nacionais majoritárias para fazer frente às situações de vulnerabilidade que ameaçam a integridade física, social ou psicológica desses povos” (VAZ, 2010, p. 20). Entre as principais ameaças que tornam esses povos vulneráveis, Vaz (2010, p. 57) menciona que “na maioria dos casos são

² “[...] poco grado de contacto e interacción con la sociedad mayoritaria no indígena.”

obrigados a aprenderem a língua portuguesa para se comunicarem com agentes do Estado”, o que leva a “um processo de absorção da cultura majoritária, desencadeando processos de aprendizagem impositivos.” Assim, a documentação e proteção das línguas desses povos são fundamentais para o respeito ao direito à sua preservação e transmissão, diante de sua vulnerabilidade e da pressão da língua da sociedade majoritária. Atualmente a Funai, por meio do Museu do Índio, em parceria com a Unesco, executa um projeto de “Salvaguarda do Patrimônio Linguístico e Cultural de Povos Indígena Transfronteiriços e de Recente Contato na Região Amazônica.”

2.3 Ameaças aos direitos dos povos indígenas

Parte dos direitos elencados até aqui, conquistados principalmente com a promulgação da Constituição de 1988, estão sob ameaça hoje. Como lembra Cunha (2017), os conflitos pelo uso da terra – em especial as terras muito cobiçadas que estão fora do mercado, como terras indígenas, terras de quilombos e unidades de conservação – são muitos e alguns deles endêmicos. Os principais invasores dessas terras na Amazônia são grileiros, madeireiros e mineradores clandestinos, e o agronegócio (com destaque para o gado e a soja). Além disso, há os projetos de construção de infraestrutura (hidrelétricas e estradas) e colonização estimulados a partir da década dos anos de 1970, durante a ditadura civil-militar (CUNHA, 2017).

Os grandes projetos de infraestrutura foram retomados pelo Estado a partir da metade da década de 2000. Entre os principais projetos estão a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que tem afetado gravemente o modo de vida de diversas populações tradicionais³, duas usinas no rio Madeira e cinco usinas na bacia do rio Tapajós. Na década de 2010, houve um crescimento da Frente Parlamentar da Agropecuária. Esses parlamentares, grandes proprietários de terras e grandes corporações do setor, organizados na Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), viram seu poder eleitoral e influência aumentarem nos últimos anos, levando a mudanças significativas na política do Estado brasileiro para os povos indígenas. Entre a segunda metade da década de 1990 e meados da década de 2000 houve recorde de demarcações de terras indígenas, com o apoio do governo alemão. Nos anos seguintes, houve um crescimento do número de unidades de conservação, a

³ Para algumas avaliações dos impactos de Belo Monte sobre os povos indígenas e o meio-ambiente cf. OLIVEIRA e COHN, 2014; VILLAS-BÔAS et al., 2015.

confirmação da homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, a instituição da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), o avanço em políticas relacionadas à questão étnico-racial (como por exemplo as ações afirmativas na educação e serviço público) e a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista. No entanto, nos últimos anos houve uma guinada nessa tendência, o que significou, por exemplo, o enfraquecimento da Funai, que vem sofrendo cortes orçamentários constantes e operando com pessoal insuficiente para suas atividades. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e organizações de defesa dos direitos dos povos indígenas enviados ao Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas para os Direitos Humanos emitiram dois comunicados e um documento⁴ em que enumeram os principais desafios enfrentados pelos povos indígenas hoje.

Além dessas ameaças direcionadas a todos os povos indígenas do Brasil, os Awa Guajá sofrem algumas ameaças específicas. Entre elas estão as invasões dos seus territórios, que colocam em risco sua capacidade de reprodução física e cultural, como garantido pela Constituição. A Terra Indígena Awa, que passou por 20 anos de disputas judiciais desde sua proposta de criação até sua demarcação definitiva, e mais 10 anos até a retirada dos ocupantes não-indígenas, continua ambientalmente degradada e ameaçada por invasões, impedindo seu uso pelos Awa Guajá. As invasões por madeireiros, narcotraficantes e empreendimentos agropecuários estão presentes em todas as terras habitadas pelos Awa Guajá e o Estado não tem sido capaz de garantir seu usufruto exclusivo pelos povos indígenas. Em 2015, um incêndio, de causa criminosa segundo relatos dos indígenas⁵, consumiu grandes porções da floresta. Na Terra Indígena Arariboia o fogo atingiu 45% da área. As consequências desse incêndio são sentidas ainda hoje, com a escassez de caça nas proximidades das aldeias. A situação é agravada pela presença da Estrada de Ferro Carajás no entorno da Terra Indígena Caru. A aldeia Tiracambu, por exemplo, está localizada a apenas 2 km dos trilhos. O barulho do trem atrapalha a caça, atividade central da vida tradicional dos Awa Guajá. A própria construção da ferrovia na década de 1980 mutilou o território tradicional awa guajá, confinando os indígenas às terras

⁴ O documento pode ser acesso em:

<https://mobilizacaonacionalindigena.wordpress.com/2017/04/27/povos-indigenas-unificam-suas-lutas-em-defesa-de-seu-direitos/>

⁵ Cf. depoimentos de lideranças awa guajá e guajajara da TI Caru em: <http://boletimisolados.trabalhoindigenista.org.br/2016/03/23/1280/>

onde vivem agora. Atualmente a ferrovia passa por uma expansão, com a duplicação da sua capacidade de transporte, para escoar a produção do maior projeto de mineração do mundo na Serra de Carajás. O contato, o crescimento dos povoados no entorno das terras indígenas e o aparato de ações indigenistas promovidos pela Vale S.A. têm alterado a vida dos Awa Guajá com grande velocidade. Ao mesmo tempo em que cresce sua vulnerabilidade, crescem as interferências que têm como objetivo mitigar os impactos do empreendimento, com ações do Estado e de organizações da sociedade civil.

3 ASPECTOS HISTÓRICOS, CULTURAIS E SOCIOLINGÜÍSTICOS DOS AWA GUAJÁ

Nesta seção, apresentam-se algumas considerações sobre os aspectos históricos, culturais e sociolinguísticos dos Awa Guajá. Em 3.1, faz-se um breve histórico sobre esse povo e apontam-se algumas características socioculturais dos Awá Guajá; em 3.2, apresentam-se algumas características sobre a língua guajá e sua relação com as demais línguas da família tupi-guarani; e, em 3.3, desenvolvem-se algumas reflexões sobre a educação escolar indígena e o povo awa guajá.

3.1 Os Awa Guajá

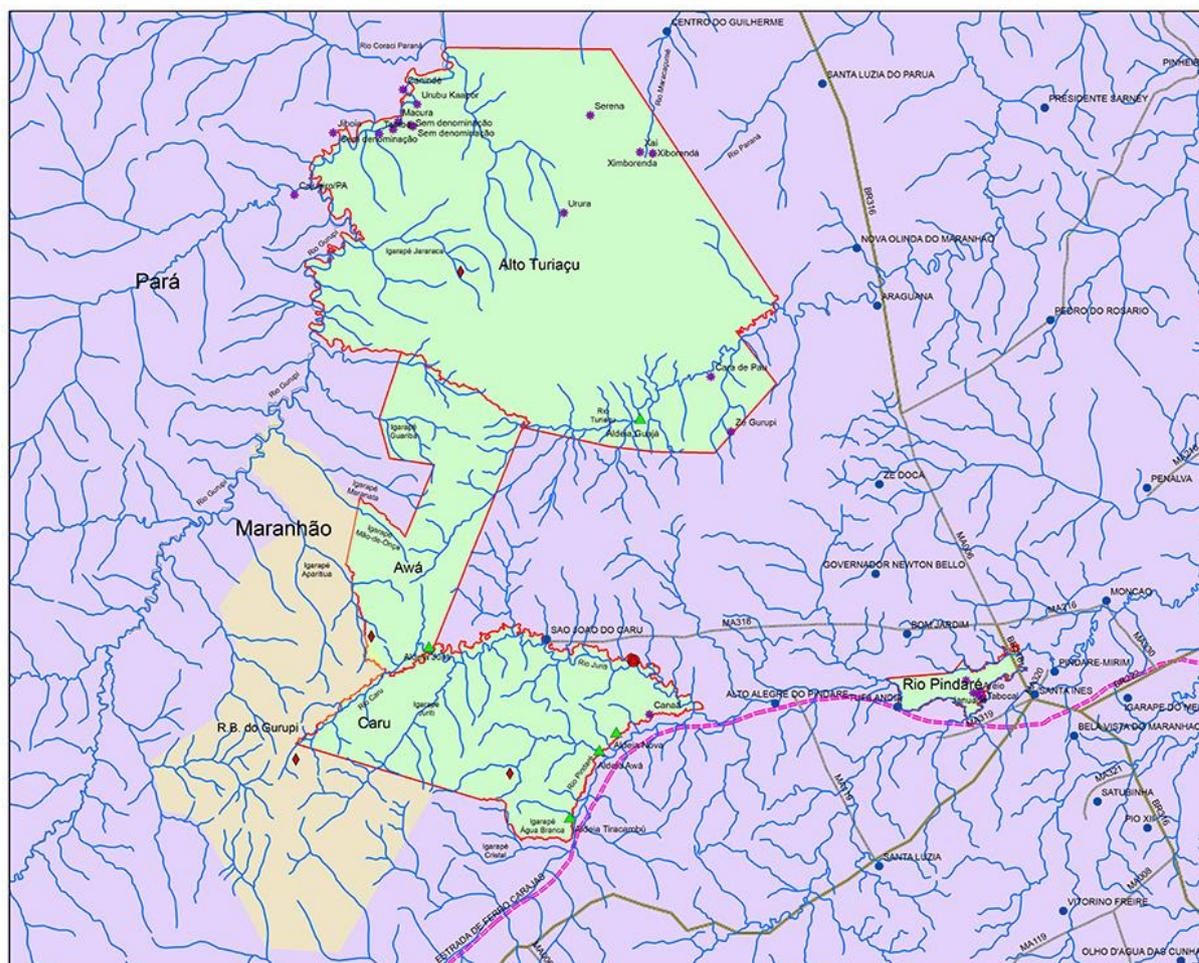
Garcia (2010, p. 9) define os Awa Guajá como “exímios caçadores” e a caça como sua principal atividade, “o tema que mais interessa a todos -, e é sobre ela [que] os Awa depositam boa parte dos seus interesses.” Mencionando os estudos de Forline (1997) e Cormier (2003), o autor destaca que a maior parte do tempo dos Awa Guajá é gasto com a caça e que quase 90% das plantas que eles conhecem não servem de alimento para os humanos, mas para animais caçados. Além da caça, “a fala e canto, dentre outros, tomam o lugar de uma economia de símbolos e práticas rituais” (GARCIA, 2012). Segundo Garcia (2012), o céu, *iwa*, e a mata, *ka'a*, são os principais espaços de interesse dos Awa Guajá, uma vez que a mata é onde sempre viveram, onde conhecem tudo (uma infinidade de animais, plantas e méis), e por ondem andam os *karawara* (seres celestes). Já o céu é o lugar visitado ritualmente com frequência, e onde vivem os *karawara* e os mortos.

Os Awa Guajá, ainda que se reconheçam como uma etnia distinta das demais e se identifiquem como um povo, apresentam uma história recente de fragmentações, divisões e reagrupamentos. Segundo Cardoso (2013, p. 51), os estudos etnológicos sobre os Awa Guajá destacam com frequência as transformações pelas quais a organização sociopolítica desse povo passou após o contato. Os padrões de mobilidade espacial e organização sociopolítica foram intensamente afetados devido ao caráter emergencial do contato. Os grupos contatados em diversas áreas do amplo território ancestral awa guajá foram sendo distribuídos por áreas protegidas de acordo com as possibilidades do momento, de modo a garantir sua proteção e sobrevivência. A essa contingência histórica se somou a passagem de uma territorialidade tradicional para uma territorialidade circunscrita às possibilidades oferecidas por uma terra

indígena delimitada conforme os marcos legais da Constituição Federal de 1988. Desse modo, a interação entre grupos de parentes, trocas matrimoniais, padrões de ocupação territorial, divisão de áreas de caça e coleta etc., tiveram que ser modificados criativamente pelos Awa Guajá.

O primeiro contato entre a Fundação Nacional do Índio (Funai), órgão indigenista do Estado brasileiro, e os Awa Guajá ocorreu na primeira metade da década de 1970. Nesse período foi criada a “Frente de Atração Guajá” (O'DWYER, 2002, p. 69). Em 1976 foi demarcada a Terra Indígena Alto Turiaçu, que incluía o local para onde os Awa Guajá contatados até então haviam sido transferidos, e onde também foi estabelecido o Posto Indígena Guajá. Na década de 1980, teve continuidade uma política de “resgate” dos grupos awa guajá que se encontravam em regiões de expansão da fronteira econômica, estimulada pela construção da Estrada de Ferro Carajás (EFC). Essa política consistia na transferência pela FUNAI dos grupos contatados na região dos rios Pindaré e Caru para a Terra Indígena Caru, no Posto Indígena Awa.⁶ Em 1989 e 1998 foram realizados os últimos contatos com grandes grupos de Awa Guajá isolados (O'DWYER, 2002, p. 77), transferidos para as proximidades do Posto Indígena Juriti, no lugar que viria a ser a atual Terra Indígena Awa. O contato mais recente ocorreu em dezembro de 2014 próximo ao Igarapé Presídio, afluente do rio Pindaré, com três indivíduos. O processo completo de demarcação da Terra Indígena Awa se arrastou de 1988 até 2014. Sua homologação foi assinada pelo presidente da república em 2005, porém, até 2009 havia contestações judiciais aguardando julgamento. Apenas em 2014, grileiros, posseiros e madeireiros que ocupavam e exploravam a área ilegalmente foram expulsos e a Terra Indígena Awa foi de fato entregue aos Awa Guajá. Ainda assim, esse povo sofre com as invasões de seus territórios e a destruição da floresta onde vivem, ameaçados pela ação de madeireiros, traficantes de drogas, políticos que estimulam o desrespeito aos limites das Terras Indígenas, a violência de colonos e as consequências do desmatamento desenfreado da Amazônia maranhense (cf. FORLINE, 1997; GARCIA, 2010; O'DWYER, 2010).

⁶ Em Gomes (2011), encontra-se um relato do contato com um grupo da região Pindaré e dessa política.



Mapa 1 TIs Alto Turiaçu, Awa e Caru (FUNAI, 2014)

Após a operação de desintrusão da Terra Indígena Awa, concluída em 2014, os Awa Guajá têm tentado ocupar seus territórios liberados e impedir que novas invasões ocorram. Na Terra Indígena Caru e Terra Indígena Alto Turiaçu, os Awa Guajá cobram que as autoridades protejam seus territórios, já que eles têm à sua disposição um território cada vez menor, disputado com os invasores.

3.2 Os Awa Guajá e os demais tupi-guarani

A língua guajá foi classificada por Rodrigues (1985) como pertencente ao subgrupo VIII da família tupi-guarani. As demais línguas deste subgrupo são Takunyapé, Wajãpi (Oyampi), Wayampipuku, Emérillon, Amanayé, Anambé, Turiwara e Ka'apor. As características mais gerais dessas línguas, em relação ao Proto-Tupi-Guarani, seriam a perda parcial das consoantes finais; a fusão de **/tʃ/* e **/ts/* em **/h/* ou *∅*; mudança de **/pw/* em **/kw/*; mudança de **/pj/* em **/s/* e a conservação de **/j/*. No

entanto, no período em que essa classificação foi proposta, o contato com diversos grupos tupi-guarani, entre eles os próprios Awa Guajá, era muito recente e o conhecimento sobre suas línguas insuficiente para uma classificação mais precisa. Entre as décadas de 1980 e 2000 foram contatados grupos como os Araweté, os Zo'é e línguas como Awré-Awrá foram registradas. Rodrigues e Cabral (2002) propuseram, então, uma revisão da classificação interna da família tupi-guarani. Novas análises de línguas como o Tembé, o Zo'é e o Emérillon levaram a reformulações dos critérios de classificação. No caso do subgrupo VIII, à conservação de */j/ foi acrescentada sua mudança em /dz/ ou /dz/, e à mudança de */pj/ em /s/ foi acrescentada a mudança em /ts/. Além disso, foram acrescentados outros critérios morfossintáticos, além dos critérios morfossintáticos e fonológicos utilizados anteriormente (RODRIGUES e CABRAL, 2002, p. 331). Assim, o subgrupo VIII, renomeado como "Ramo VIII", foi dividido em três agrupamentos, de acordo com a proximidade genética de seus membros. No primeiro grupo foram incluídos Wajãpi (Oyampi), Wayampipuku, Emérillon e Zo'é. No segundo grupo Ka'apor e Anambé de Ehrenreich, e por fim, no terceiro grupo foram incluídos Guajá, Awré-Awrá e Takunhapé.

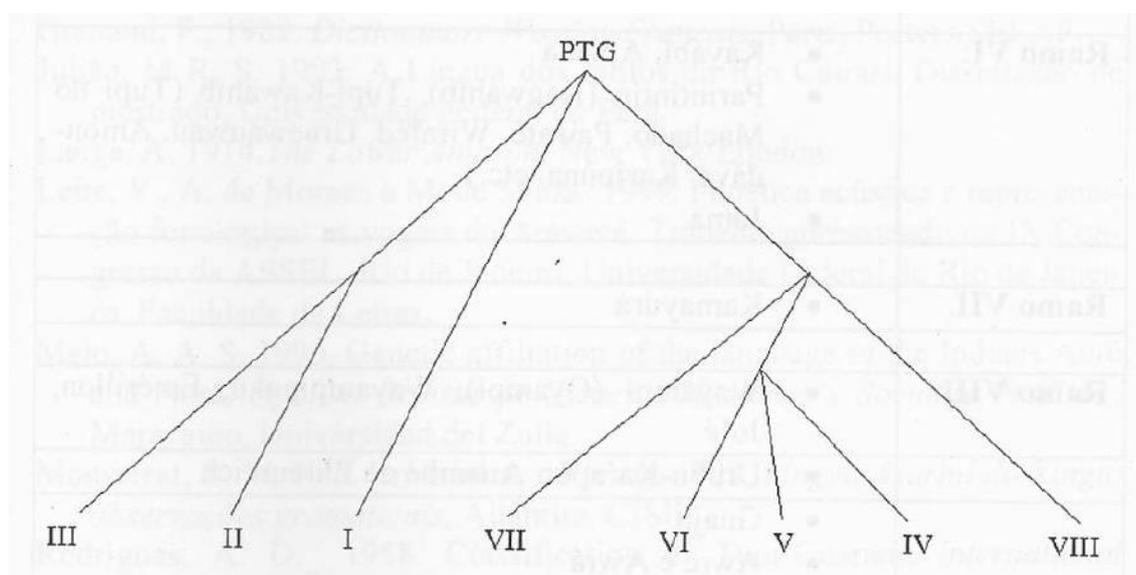


Figura 1 Esquema sobre a relação genealógica dos subgrupos da família tupi-guarani em relação ao Proto-Tupi-Guarani (RODRIGUES; CABRAL, 2002)

Dietrich (2016, p.15) propôs que as línguas tupi-guarani também fossem divididas em oito grupos, de acordo com critérios genéticos e geográficos. O grupo VIII, amazônico setentrional, é dividido em dois subgrupos. O grupo "ao norte do

Amazonas” inclui Wayãpi do Amapari e da Guiana Francesa (antigo Oyampi), Karipuna do Amapá, Wayãpi do Jari (ou wayampipuku), Emérillon (ou teko) e Zo'é (ou jo'é, dzo'é, puturú-jar, tupi do Cupinapanema, buré). O grupo “ao sul do Amazonas” inclui Guajá e Ka'apor.

A classificação de Jensen (1999), que também dividiu a família tupi-guarani em oito grupos, subdivide o grupo 8 em línguas “ao norte do Amazonas”, que incluem o subgrupo 8a com o Emérillon e o subgrupo 8b com o Wayampi, e línguas ao norte do Amazonas, o subgrupo 8c com Anambé, Guajá, Ka'apor, Takunyapé, Turiwara, Amanayé.

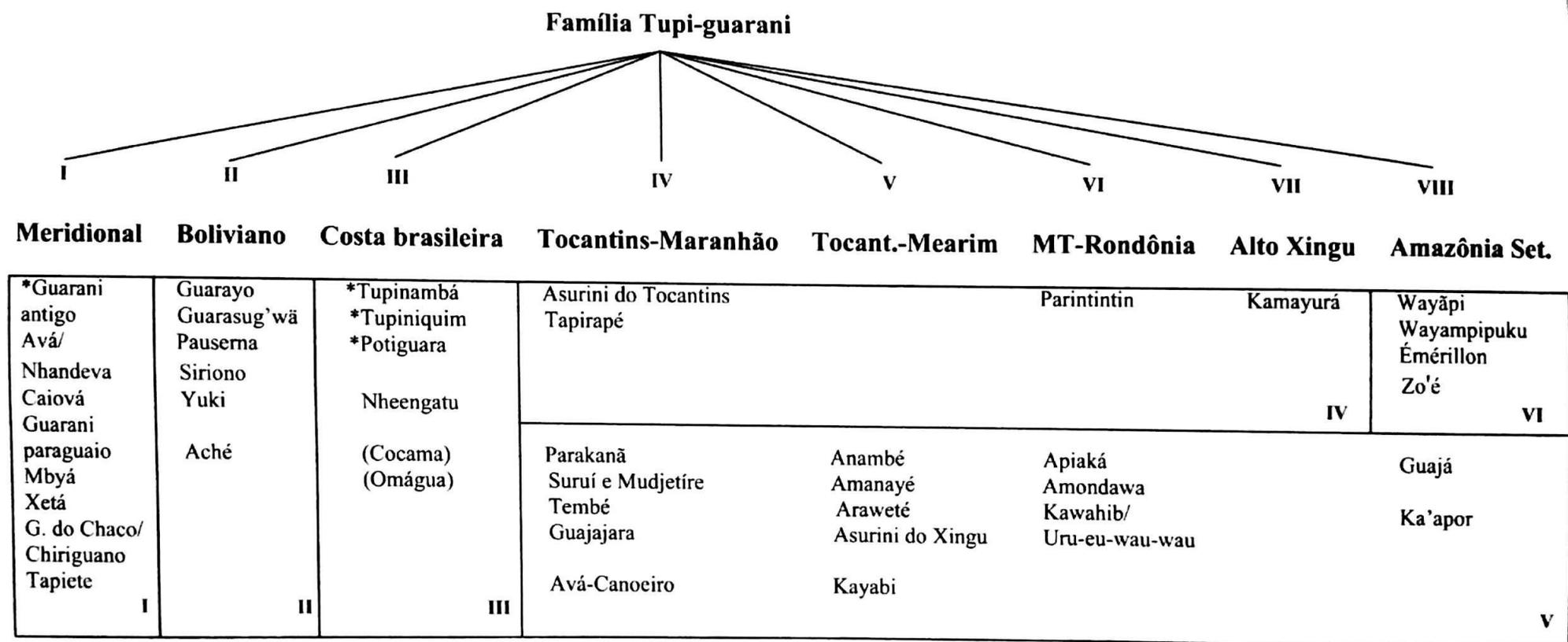


Figura 2 Esquema sobre a relação genealógica dos subgrupos da família tupi-guarani em relação ao Proto-Tupi-Guarani (RODRIGUES; CABRAL, 2002)

Além de fornecer a posição do Guajá em relação a outras línguas a partir de critérios genéticos, fonológicos e estruturais, apresentarei algumas informações sobre as relações históricas dos Awa Guajá com outros povos.

De uma perspectiva histórica, há registros das possíveis relações dos Awa Guajá com outros povos desde o fim do século XIX. Assim, Dodt (1981 [1873], p. 84-87), que visitou a região do rio Gurupi na segunda metade do século XIX, descreve que entre as populações indígenas que viviam ali estavam os Timbés, Amanahés, Urubus (atuais Ka'apor), Timbiras, Guajás e Guajajaras. Em 1948, Nimuendaju descreveu que o etnônimo guajá tem origem no Guajajara e Tembé, ambas línguas tenetehara, e que havia também um etnônimo dado aos Guajá pelos Amanayé, *Aiayé*. Os Guajá teriam ainda sido avistados ao longo do século XIX na região entre Imperatriz (Maranhão) e Belém (Pará), além do Alto Gurupi. O próprio Nimuendaju (1948) obteve suas informações entre os Tembé do Gurupi e os Guajajara, localizando-os entre as florestas da região entre o rio Capim, no Alto Gurupi, no interflúvio Gurupi-Pindaré, na foz do rio Gurupi-Mirim e no Alto Caru. Essas regiões correspondem a territórios habitados no mesmo período pelos Ka'apor, Tenetehara e Timbira (cf. RIBEIRO, 1996). Nimuendaju (1948) ainda destaca os conflitos entre Ka'apor, Guajajara, Tembé e os Awa Guajá, e a dependência econômica entre os últimos e os demais grupos. Beghin (1957, p. 200) reforça a ligação entre os Awa Guajá e os Ka'apor, descrevendo os efeitos de um conflito entre os dois povos em um grupo que visitou em 1948. Ribeiro (1996), que esteve entre os Ka'apor na década de 1950, descreve expedições punitivas dos seus anfitriões contra os Awa Guajá como uma prática constante para aplacar estados de ira e frustração.

Balée (1994, p. 25-48) considera que os Ka'apor teriam deixado a região do rio Tocantins no fim do século XVIII, fugindo da colonização portuguesa em direção ao rio Capim. Ao fugirem dos colonos e das epidemias, os Ka'apor teriam chegado até a região dos rios Guamá e Piriá na segunda metade do século XIX, até finalmente alcançarem a região dos rios Gurupi e Turiaçu, onde vivem atualmente. Entre os grupos com os quais os Ka'apor entraram em conflito na região entre os rios Gurupi, Turiaçu e Pindaré, antes da pacificação pelo SPI (Serviço de Proteção aos Índios) na década de 1920, Balée (1994, p. 37) menciona os Kren-yê, Tembê, Guajajara e Guajá. Os Awa Guajá teriam acompanhado o mesmo movimento migratório dos Ka'apor, indo da região entre o Baixo Tocantins e o Alto Moju até a região do rio Turiaçu durante o século XIX (GOMES, 1991, p. 354). Balée (2013, p. 84) chama a atenção para o fato de que as espécies vegetais mais importantes para os Awa Guajá, *takamÿa*, 'tucumã' (*Astrocaryum vulgare*), *waŕya*, 'babaçu' (*Attalea speciosa*) e *inajã'ya*, 'inajá' (*Attalea maripa*), fundamentais para sua alimentação e cultura material, são espécies que ocorrem principalmente em capoeiras, áreas de vegetação secundária. No caso da região do rio Turiaçu, as áreas de ocorrência dessas espécies coincidem com antigas áreas de agricultura ka'apor (BALÉE, 2013, p. 84). Considerando que os relatos de Nimuendaju (1948), Gomes (1991) e de Balée (1994) destacam que, entre as principais motivações das expedições punitivas dos Tenetehara e Ka'apor contra os Awa Guajá, estavam o saque dos produtos das suas roças por esses últimos, pode-se considerar que o modo de vida tradicional awa guajá é indissociável de sua proximidade com esses outros povos.

A dependência dos Awa Guajá em relação à vegetação secundária, especialmente as palmeiras de áreas onde se praticava agricultura, junto à economia baseada na caça e coleta estão relacionadas ao que Balée (1994) chama de "regressão horticultora". Ainda que no momento do contato, os Awa Guajá não praticassem nenhum tipo de horticultura, o léxico etnobotânico da língua guajá atesta que nem sempre foi assim. Segundo Balée (1994, p. 201), ainda que não haja qualquer memória de práticas horticultoras entre os Awa Guajá, há na sua língua itens lexicais para espécies tradicionais domésticas. Para Balée (1994, p. 202), esses itens lexicais não seriam empréstimos, apresentando antes características que permitem afirmar que descendem do Proto-Tupi-Guarani. Além disso, haveria na língua guajá um padrão segundo o qual os nomes de espécies domesticadas apresentariam formas não-marcadas, enquanto espécies não domesticadas apresentariam formas

marcadas baseadas nos nomes das domesticadas, fenômeno esse que é comum a outras línguas tupi-guarani de povos horticultores. Assim, essa evidência aponta para maior saliência cultural das espécies domesticadas, indicando um provável passado horticultor. Essas evidências lexicais, aliadas a evidências históricas, sugerem que os Awa Guajá praticaram a horticultura no passado, mas tiveram essa prática interrompida. No entanto, não perderam completamente o contato com diversas espécies vegetais domesticadas. Isso aponta para um movimento de abandono de práticas horticulturas em direção a uma economia baseada no saque de produtos das roças de outros povos e na exploração de palmeiras típicas de capoeiras. Desse modo, a economia tradicional de caça e coleta dos Awa Guajá é dependente da proximidade de povos horticultores, tanto para a aquisição de espécies cultivadas quanto para a exploração da vegetação secundária. Após o contato, a política da Funai tem sido a de estímulo à prática de agricultura e os Awa Guajá têm se dedicado cada vez mais ao cuidado de roças, sob a supervisão da Frente de Proteção Etnoambiental Awa Guajá (FPEA). A caça e a coleta, por sua vez, ainda constituem atividade fundamental, tanto econômica quanto simbolicamente.

Outro povo de convivência historicamente próxima aos Awa Guajá são os Tenetehara Guajajara, cuja língua faz parte do subgrupo IV da família tupi-guarani (RODRIGUES, 1985), junto ao Avá-Canoeiro, Asurini do Tocantins, Suruí do Tocantins, Parakanã e Tenetehara Tembé. Nimuendaju (1948) afirma que os “Guajá” eram chamados pelos Guajajara de *Wazai-zara*, ‘donos do cocar’, em referência ao adorno de penas tradicionalmente usado pelos Awa Guajá. Gomes (2002, p. 49) corrobora a versão, pois os Guajajara chamam a si mesmo de *tenetehara*, ‘humanos verdadeiros’, reservando *guajajara* para se referir a si mesmos na interação com não-indígenas ou para se referir aos Awa Guajá, que consideram uma versão primitiva de si mesmos. Magalhães e Forline (2016, p. 36) sugerem que Guajajara poderia significar *guaja-jara*, ‘donos dos Guajá’, indicando a incorporação dos Awa Guajá aos Guajajara como um grupo subalterno. Ainda que a forma *-jara* não esteja presente na língua guajajara, ela teria origem na Língua Geral Amazônica (LGA), língua geral de base tupi-guarani falada em diversas regiões da Amazônia entre os séculos XVII e XIX. Ainda de acordo com Magalhães e Forline (2016, p. 38), alguns traços da LGA, que teria sido falada na região entre o Tocantins e o Mearim, teriam influenciado apenas as línguas Guajajara e Tembé do subgrupo IV da família tupi-guarani e o Guajá do subgrupo VIII. Por fim, os autores sugerem que há variações lexicais entre o Guajá

falado na região do rio Turiaçu e na região do rio Pindaré que poderiam ser atribuídas a empréstimos do Ka'apor e do Guajajara respectivamente.

Atualmente os Awa Guajá mantêm relações próximas e pacíficas com os Guajajara e os Ka'apor. Na TI Caru, lideranças Awa Guajá mantêm casamentos com mulheres guajajara e na TI Alto Turiaçu há casamentos entre Awa Guajá e Ka'apor. No entanto, cultiva-se a memória, principalmente entre os mais velhos, dos conflitos passados.

Na literatura disponível sobre os Awa Guajá, é possível encontrar frequentemente a afirmação de que eles são, majoritariamente, monolíngues. No entanto, informações sobre a vitalidade e as variedades linguísticas internas à língua são escassas. Apenas algumas observações sobre esses temas são encontradas nos estudos citados acima ou em relatórios da Fundação Nacional do Índio (Funai). Porém, não se sabe como a vitalidade e as variedades refletem os rearranjos territoriais citados anteriormente, uma vez que não há estudos sociolinguísticos sobre a língua guajá.

Pesquisadores (cf. MAGALHÃES; FORLINE, 2016) que trabalham com os Awa Guajá da Terra Indígena Alto Turiaçu apontam uma frequência maior de empréstimos da língua portuguesa, uma influência da língua ka'apor e alto grau de bilinguismo. Esses Awa Guajá são os que têm maior tempo de contato com segmentos da sociedade nacional. Os Awa Guajá que habitam a Terra Indígena Awa, por sua vez, são monolíngues e possuem uma relativa segurança com relação à transmissão intergeracional da língua, uma vez que a aldeia é de difícil acesso e os moradores dos povoados próximos que ocupavam ilegalmente seu território foram expulsos recentemente pelo governo brasileiro. Os Awa Guajá da Terra Indígena Caru, onde realizei os meus trabalhos de campo, são também majoritariamente monolíngues. Entretanto, eles mantêm relações constantes com os moradores dos povoados vizinhos e com os Tenetehara-Gujajara, com os quais compartilham a Terra Indígena. Nas aldeias dessa Terra Indígena, o grau de bilinguismo é crescente, principalmente entre as gerações mais jovens. Em geral, a língua privilegiada no contato interétnico no Brasil é o português, mesmo entre povos indígenas que falam línguas próximas. Como representantes do seu povo, as jovens lideranças das aldeias Awa e Tiracambu participam constantemente de reuniões junto a órgãos públicos e organizações não-governamentais para garantir seus direitos. Desse modo, o domínio da língua portuguesa, a única usada nessas ocasiões, é ao mesmo tempo necessidade e fonte

de prestígio.

3.3 Educação escolar indígena e a escrita da língua guajá

A língua portuguesa, além de língua majoritária da sociedade nacional e língua do Estado, é também a língua de interação interétnica entre diversos povos indígenas do Brasil e do movimento indígena nacional. Com isso tem se intensificado a demanda por instrumentos que permitam aos Awa enfrentar as interações com os não-indígenas e indígenas, sempre de caráter desigual, com esses últimos frequentemente em desvantagem. Assim, a educação escolar, o domínio da língua portuguesa e da escrita têm se imposto como necessidade para os Awa Guajá poderem exercer sua cidadania e se relacionar com outros povos e a sociedade nacional com alguma autonomia.

Entre as várias diferenças entre os Awa Guajá de aldeias distintas, resultantes do contexto e do histórico de contato, está sua relação com a educação escolar indígena e a escrita. Hernando *et al.* (2013, p. 38) relatam que nas aldeias Awa e Tiracambu, na Terra Indígena Caru, há uma experiência de educação escolar promovida pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que também já funcionou na aldeia Guajá, na Terra Indígena Alto Turiaçu. A experiência promovida pelo CIMI, segundo Hernando *et al.* (2013, p. 38), teve a colaboração da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e da FUNAI. No entanto, “posteriormente, a CVRD retirou seu apoio e a FUNAI manifestou sua insatisfação com a iniciativa, porém, sem que se tenham tomado medidas concretas para impedir a continuidade do projeto” (HERNANDO *et al.*, 2013, p. 38). Na aldeia Tiracambu, por exigência dos indígenas, a experiência foi interrompida em 2014 e retomada em 2016. Os indígenas reivindicavam a instalação de uma escola na aldeia, enquanto tentavam estabelecer parcerias com pesquisadores, organizações não-governamentais ou ainda frequentar aulas nas escolas dos povoados próximos. Na aldeia Awa, um grupo frequentava as atividades promovidas pelo CIMI, porém outro grupo reivindicava a implantação de uma escola oficial na aldeia e frequentava aulas para educação de jovens e adultos em povoados próximos.

A experiência escolar promovida pelo CIMI, segundo Ferreira (2011, p. 57), funcionava inicialmente de modo itinerante, com o revezamento das missionárias responsáveis pelas aulas entre as três aldeias. O início das atividades de

escolarização do CIMI com os Awa Guajá teve início em 1999, na aldeia Guajá, e em 2001, nas aldeias Awa e Tiracambu.

Entre os objetivos do projeto do CIMI estavam o ensino de língua portuguesa na sua modalidade oral e a formação de lideranças para a autonomia e autogestão (Hernando *et al.*, 2013, p.39). Entre as propostas da “*Awapapejapoha*”, a ‘escola Awa’, do CIMI, estavam a alfabetização aliada ao ensino das técnicas de leitura e escrita, “condições para ter a compreensão dos acontecimentos e da conjuntura política indigenista que lhes dizem respeito, desenvolvendo-lhes a capacidade de analisar a situação e transmitir esses novos conhecimentos para suas próprias comunidades” (CIMI, 2013, p. 24). Além disso, havia a proposta de capacitação de docentes awa guajá. A avaliação do próprio CIMI é de que esses objetivos foram alcançados, uma vez que haveria jovens com domínio da escrita na língua materna e domínio do português na modalidade oral. Segundo essa avaliação, haveria indígenas awa guajá aptos a acompanhar atividades relacionadas à política indigenista. Por fim, segundo a avaliação das missionárias, os Awa Guajá, hoje, conseguiriam se comunicar com não-indígenas e indígenas de outras etnias em língua portuguesa, além de escreverem documentos-denúncia e de se comunicarem com pesquisadores, agentes do Estado e a imprensa (CIMI, 2013).

A avaliação geral apresentada pelos Awa Guajá durante o meu trabalho de campo é de que eles não possuem segurança para acompanhar discussões em fóruns de participação política, devido ao baixo nível de compreensão da língua majoritária em sua modalidade escrita e dos códigos culturais envolvidos nesse tipo de atividade. Além disso, não foi possível identificar indivíduos que se expressem ou compreendam sua língua materna em sua modalidade escrita, limitando-se à cópia de alguns itens lexicais, à assinatura de seus próprios nomes e à leitura de frases pouco elaboradas em língua portuguesa. Nota-se, em contraste, um enorme interesse deles pela educação formal, pela escrita, e por atividades relacionadas, cuja reivindicação de acesso está sempre presente em suas manifestações políticas diante dos mais diversos atores e públicos.

Na aldeia Guajá, após o insucesso da experiência do CIMI, teve início uma experiência de escolarização promovida pela Secretaria de Estado de Educação do Maranhão (SEDUC-MA) e pela prefeitura municipal de Araguanã-MA a partir de 2006. A infraestrutura da escola foi fornecida pela prefeitura de Araguanã, enquanto a SEDUC-MA foi responsável pela contratação de um professor, missionário da

Associação Linguística Evangélica Missionária (ALEM), instituição ligada à *Wycliffe Bible Translators*, uma herdeira do *Summer Institute of Linguistics* (SIL). Atualmente a escola conta com outros professores, também missionários da ALEM. Silva e Silva (2009, p. 42) descrevem o conteúdo das aulas da seguinte maneira:

A alfabetização tem sido realizada na língua guajá por entendermos ser essa a forma mais apropriada e eficiente, além de ser um direito assegurado pela legislação brasileira [...]. Temos introduzido o português de forma oral para todas as turmas. Para a turma de jovens e adultos, iniciamos nesse semestre o português escrito.

Além das aulas de língua, a escola da aldeia Guajá conta com aulas de matemática. Segundo relato de Silva e Silva (2009):

Após [os Awa Guajá] aprenderem a contar de forma oral, aprenderam também a escrever os números. Introduzimos também as noções de unidades, dezenas e centenas, respectivamente, mas esses conceitos ainda não foram totalmente compreendidos pela maioria [...].

Há ainda o ensino de “temas transversais”, como “Meio Ambiente”, “Saúde e Higiene” (SILVA; SILVA, 2009, p. 43). O material didático foi elaborado em sala de aula, com a participação dos alunos e a partir da coleta de vocabulário da língua guajá, e aplicado em fase experimental. Segundo descrição em Silva e Silva (2009, p. 43) são usados na escola um livro de alfabetização na língua guajá, aplicado em caráter experimental, um livro de textos escritos e ilustrados pelos alunos, além de “cartões com as famílias silábicas, cartazes com texto e/ou palavras-chave.”

Além de intercultural e multilíngue, Silva e Silva (2009, p. 46-48) consideram que a “Escola Indígena Guajá” deve ser “um instrumento de defesa em seu contato com os não-indígenas”, que “deve exercer um papel de mediação entre o mundo tradicional Awa-Guajá e o mundo não-indígena.”

Não há relação entre as experiências educacionais na TI Caru e TI Alto Turiaçu, promovidas institucionalmente e ideologicamente de modo independente. Ainda que os conhecimentos científicos da língua guajá que subsidiam as atividades pedagógicas de ambas as experiências sejam os mesmos, dado o número reduzido de estudos produzidos sobre a língua, seu desenvolvimento se deu de forma paralela.

A ortografia da língua guajá utilizada nesses processos educacionais seguiu percursos distintos nas diferentes aldeias. Melià (1989, p. 12) afirma que “quase todas

as línguas indígenas, mesmo aquelas que começaram a ser escritas recentemente, já conhecem uma pequena história da própria escrita.” Essas histórias são movidas, em parte, pelas disputas entre os diversos atores envolvidos na elaboração das convenções ortográficas das línguas, cada um com uma perspectiva diferente para seu uso. Como observa Melià (1989, p. 12):

Dos sons às letras, para passar das letras aos sons, é a primeira tarefa do alfabetizador. Simples competência de linguista para estabelecer uma fonologia científica? As polêmicas sobre a ortografia mostram todo o contrário. Os “alfabetos” são armas ideológicas com que se digladiam as próprias instituições que trabalham com os índios. Várias tendências podem ser observadas neste campo: as dos institutos e/ou profissionais da linguística, cuja principal preocupação seria a coerência fonológica e sua representação pelo sistema internacional, e aquelas que, atentas às diferenças fonéticas sentidas de um modo espontâneo e imediato, procuram lhes dar soluções que se querem práticas.

A proposta de um sistema de escrita para uma língua oral implica na consideração de fatores estritamente linguísticos, mas também devem ser levados em conta fatores pedagógicos, psicolinguísticos e sociopolíticos (MORI; SOARES, 1997, p. 24). Assim, a escolha dos símbolos para o alfabeto de uma língua deve ser cientificamente baseada. Isso não significa, entretanto, que deva haver o simples estabelecimento de uma relação biunívoca entre fonemas e grafemas. A codificação deve ser adequada às idiossincrasias da língua em questão (MORI; SOARES, 1997, p. 25). Há ainda fatores pedagógicos, uma vez que “os símbolos propostos para o alfabeto devem ser simples, econômicos e fáceis de serem escritos e lidos” (MORI; SOARES, 1997, p. 25), de modo a respeitar processos de aprendizagem da leitura e escrita dos falantes, além da praticidade da sua grafia, como, por exemplo, a possibilidade de usá-los em computadores (MORI; SOARES, 1997, p. 26- 27). Mori e Soares (1997, p. 28-32) ainda destacam que fatores não-linguísticos devem ser levados em conta na elaboração de convenções ortográficas das línguas indígenas, entre eles está a situação sociolinguística da língua em relação a outras. Os falantes podem, por exemplo, desejar que sua língua tenha uma escrita similar ou completamente diferente da língua oficial. Os falantes podem optar, por exemplo, que alofones da língua indígena que também sejam fonemas da língua oficial tenham seus próprios grafemas. Ou ainda, podem marcar a diferença da língua com o uso de grafemas ausentes na língua oficial. Além disso, há variações diatópicas, diastráticas

e diafásicas a serem levadas em conta, uma vez que essas são línguas minoritárias e a sua sobrevivência depende da possibilidade de comunicação entre falantes de variantes distintas por meio de uma escrita e literatura unificadas, tendo sua diversidade mantida na modalidade oral. Por fim, a grafia de empréstimos, de compostos e a pontuação devem ser coerentes com as características da língua. Em suma, o estabelecimento de um sistema de escrita de uma língua indígena deve considerar fatores científicos e extralinguísticos de modo coerente, já que se trata de parte importante de processos de planejamento linguístico e se tornam ferramentas fundamentais das políticas linguísticas referentes a essas línguas. Como afirmam Mori e Soares (1997, p. 32), “o sistema de escrita [de uma língua indígena] terá futuro se estiver correlacionado com as reivindicações políticas e socioeconômicas das nações indígenas; reivindicações puramente linguístico-culturais são apenas panaceias efêmeras.”

A proposta de ortografia da língua guajá usada nas atividades do CIMI foi desenvolvida por Ruth Monserrat, a partir da tradição de escrita para línguas do tronco tupi, e aperfeiçoada por Marina M. S. Magalhães, a partir de estudos fonéticos e fonológicos da língua (p.ex. MAGALHÃES, 2002; NASCIMENTO, 2008). Entre a sua versão atual e original houve a introdução de dois grafemas, *ã* e *ỹ*, para representar, respectivamente, a diferenciação entre os fonemas /ã/ e /ĩ/, a utilização do grafema *j* para representar o fonema /j/ em posição de coda na sílaba, em vez do grafema *i*. Por fim, representa-se ortograficamente as vogais reduzidas em estruturas silábicas $CV_{\alpha}.hV_{\alpha}$, nas quais há redução total da vogal que precede sílaba acentuada quando a primeira vogal é uma obstruinte (NASCIMENTO, 2008, p. 34).

Sobre a experiência na aldeia Guajá, Silva e Silva (2009, p. 39) afirmam que também partiram dos estudos de Magalhães (2002) e Nascimento (2008) para propor um alfabeto experimental. Assim, os grafemas adotados pelas missionárias do CIMI na TI Caru e pelo missionário da ALEM na TI Alto Turiaçu têm como base análises sobre o sistema fonológico da língua guajá e possuem um caráter experimental. Durante o trabalho de campo na TI Caru, foi possível observar que a proposta de ortografia não é seguida na produção escrita dos Awa Guajá. A língua escrita também é raramente usada fora do contexto das aulas ministradas pelas missionárias, não sendo utilizada cotidianamente pelos Awa Guajá. Além disso, o conjunto de textos escritos na língua guajá é pequeno, restrito a uma publicação do CIMI (2007) e a outra da FUNAI (2014). Foi possível acessar apenas um livro didático da escola da aldeia

Guajá, porém, segundo a ALEM, há livros do Novo Testamento cuja tradução para língua guajá já foi finalizada. A discussão mais recente envolvendo a ortografia da língua foi estimulada por mutirões promovidos pela Funai para a retificação e emissão de documentação civil básica dos indígenas.

Em agosto de 2016, foi realizado um levantamento pela Unidade Regional de Ensino de Santa Inês-MA, sobre a quantidade de pessoas em idade escolar nas aldeias Tiracambu e Awa. As escolas dessas aldeias foram formalizadas⁷ em março de 2017 e as aulas tiveram início na sequência. Naquele momento, as escolas contavam com três professoras não-indígenas e com a promessa de contratação de mais uma professora não-indígena e de quatro professores indígenas pela Secretaria de Educação do Estado do Maranhão (SEDUC-MA). As aulas ocorriam em regime de alternância, com 15 dias sem aulas e dedicados a atividades tradicionais, o “tempo comunidade”, seguidos de 15 dias dedicados às aulas. Na aldeia Awa os alunos foram divididos em três turmas, conforme níveis de aprendizado, idade e preferências pessoais. As disciplinas oferecidas eram: Língua Indígena, Língua Portuguesa, História, Geografia, Ciências, Educação Física e Artes. Essa nova experiência de educação escolar, promovida pelo Estado, e coordenada pela Secretaria de Estado de Educação do Maranhão, teve início mesmo sem a organização de um plano de trabalho, da elaboração efetiva de um Plano Político Pedagógico, de estratégias para a consolidação de uma ortografia para a língua e da produção de materiais didáticos que respeitem o princípio da educação intercultural e bilíngue, e sem um prédio onde as aulas pudessem ser ministradas, entre outras condições que garantiriam aos Awa Guajá acesso à educação escolar intercultural, específica, diferenciada e bilíngue de qualidade.

Entre os principais desafios para a implementação da educação escolar indígena estão os novos usos da língua indígena, que exigem novos conhecimentos sobre ela, a fim de permitir que uma tradição escrita possa ser criada e empregada pelos falantes de forma crítica e consciente. Diante da pressão para adotar a língua majoritária, não apenas no contexto escolar formal, mas também na relação dos falantes com outros segmentos da sociedade nacional, os falantes das línguas

⁷ Cf. o Decreto nº 32.683 de 8 de março de 2017, assinado pelo governador do estado do Maranhão Flávio Dino, que inclui a Unidade Integrada de Educação Escolar Indígena Pape Japoharipa Yruhu e a Unidade Integrada de Educação Escolar Indígena Tiracambu na Rede Estadual de Ensino do Estado do Maranhão.

minorizadas devem ter o direito a descrições das suas línguas feitas a partir dos mesmos métodos e rigor científico aplicados às demais línguas. Para que a riqueza e a complexidade da língua indígena sejam reconhecidas, é necessário que elas sejam demonstradas. É nesse sentido que um trabalho que pretende oferecer uma contribuição sobre a sintaxe da língua guajá também pretende colaborar para a sua valorização.

4 MATERIAIS E MÉTODOS

Nesta seção, serão apresentados os materiais e discutidos os métodos empregados para a elaboração desta tese. Na subseção 4.1, é apresentado um breve histórico sobre o trabalho de campo e sobre a minha atuação junto aos Awa Guajá, em especial, aos falantes das comunidades da TI Caru. Em 4.2, são explicitados os recursos empregados durante as coletas de dados e discutidos os pressupostos metodológicos do trabalho de campo.

4.1 Breve histórico sobre os trabalhos de campo

Apesar de ter acumulado alguma experiência com as pesquisas desenvolvidas junto ao povo yudjá/juruna durante a Graduação em Letras e o Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa (BERTO, 2010; 2013), o trabalho de campo junto aos Awa Guajá foi desafiador. Os contextos socioculturais dos Awa Guajá, localizados no oeste do Maranhão, e dos Yudjá/Juruna, localizados no Parque Indígena do Xingu, Mato Grosso, são bastante distintos. Ainda que o contato com a sociedade circundante seja crescente, os Awa Guajá enfrentam dificuldades para compreender e atuar nos ambientes onde predominam os não-indígenas, devido ao baixo domínio dos códigos culturais da sociedade nacional.⁸ Os trabalhos de campo com os Yudjá/Juruna do Parque Indígena do Xingu foram realizados, em parte, no ambiente escolar e com a colaboração de professores indígenas. Já os Awa Guajá da TI Caru não possuíam escola durante a maior parte do período em que o trabalho de campo foi realizado e passaram apenas por processos incipientes de escolarização. Além disso, diferentemente dos Yudjá/ Juruna, os Awa Guajá são majoritariamente monolíngues, não possibilitando o apoio constante de intérpretes durante o trabalho de campo.

O trabalho de coleta de dados teve início entre julho e agosto de 2014 na Terra Indígena Caru, nas aldeias Awa e Tiracambu, com o acompanhamento da Profa. Dra. Marina Maria Silva Magalhães, coorientadora desta tese, e sua aluna Ana Cristina Mattos, ambas da Universidade de Brasília. Durante o primeiro trabalho de campo, auxiliamos a Profa. Marina na transcrição de vídeos coletados pela jornalista Marina

⁸ Situação que os define para fins da política indigenista do Estado Brasileiro como um povo de recente contato. Cf. seção 2.3.

Fagundes, realizadora do documentário “Gente Awa” (2015). Além disso, pudemos gravar narrativas sobre caçadas e iniciar o processo de transcrição desses áudios. Nesse período, apresentei aos Awa Guajá meus objetivos e interesses de pesquisa e fui cobrada quanto às contrapartidas desse trabalho às comunidades. Relatei a eles a minha experiência de pesquisa com o povo yudjá/juruna, em que a contrapartida oferecida à comunidade foram oficinas sobre a língua portuguesa. Durante reunião ocorrida na aldeia Awa, a partir da proposta de uma parceria entre pesquisadora e comunidade, os Awa Guajá decidiram que a pesquisa se daria da seguinte forma: eu ministraria oficinas com o objetivo de colaborar com o processo de alfabetização em língua portuguesa e os auxiliaria a compreender aspectos da cultura não-indígena, e os participantes dessas oficinas me auxiliariam no processo de aprendizagem da língua guajá. Esse acordo se deu em um contexto no qual os Awa Guajá das aldeias Awa e Tiracambu sentiam uma necessidade cada vez maior de interagir com outros segmentos da sociedade nacional, moradores dos povoados próximos, agentes indigenistas do Estado e da sociedade civil. Eles precisavam, por exemplo, lidar com o comércio, tanto na compra de produtos industrializados como na venda de produtos extraídos da floresta, e para ocupar funções que são, atualmente, exercidas por não-indígenas, como a de professor.

Entre janeiro e fevereiro de 2015, acompanhada por Guilherme Ramos Cardoso, doutorando em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas, realizei meu segundo trabalho de campo. Durante esse período, pude me aproximar dos falantes da aldeia Awa por meio do levantamento de informações para a emissão de documentação civil básica, como solicitado por Maria de Jesus Bezerra, chefe de serviço da Frente de Proteção Etnoambiental Awa (FPEA-Funai). Por se tratar de um povo de recente contato⁹, muitos Awa Guajá não possuíam essa documentação. Além disso, no caso daqueles que tinham algum tipo de documento, a grafia dos nomes não seguia um padrão ou ortografia definida, tendo os registros sido feitos a partir de aproximações com os grafemas da língua portuguesa. Um dos objetivos da emissão e retificação dos documentos civis básicos dos Awa Guajá era que seus nomes fossem registrados e grafados adequadamente na língua indígena, direito esse reconhecido a todos os povos indígenas e pouco garantido pelos órgãos responsáveis, como cartórios de registro civil. A emissão dos documentos dos Awa

⁹ Cf. seção 2.3.

Guajá, na TI Caru, foi realizada parcialmente em julho de 2016 e ainda está em andamento. Ainda durante esse trabalho de campo, pude auxiliar os Awa Guajá na elaboração de um documento bilíngue destinado à Vale S.A. A empresa é responsável por um empreendimento de grande impacto para os Awa Guajá, a Estrada de Ferro Carajás. Atualmente, essa ferrovia está passando por um processo de expansão e, naquele momento, os Awa Guajá estavam em processo de negociação das ações de mitigação do Componente Indígena do Plano Básico Ambiental (PBA), parte do processo de licenciamento ambiental da obra.

Com os seguidos cortes de verbas destinadas às universidades públicas do país em 2015, para não inviabilizar a realização da pesquisa, aluguei uma casa no povoado Roça Grande, próximo à aldeia Tiracambu, em junho de 2015. Desse modo, poderia eliminar os altos custos com deslocamentos entre São Paulo e Maranhão para realizar o trabalho de campo. Entretanto, os trabalhos de coleta em campo não foram tão frequentes quanto o planejado. Com a mobilização intensa para a garantia de direitos, como o acesso à documentação civil básica, programas sociais, educação escolar formal, execução do PBA, entre outros, os Awa Guajá que possuem algum domínio da língua portuguesa, que foram os principais colaboradores da pesquisa, tinham que se deslocar frequentemente para a cidade de Santa Inês. Além disso, havia reuniões e oficinas constantes nas aldeias, organizadas pelas instituições que desenvolvem projetos com os Awa Guajá.

Desse modo, em 2015, o trabalho de campo ocorreu principalmente durante a última semana de junho e os meses de julho e agosto na aldeia Awa, e durante a primeira semana de novembro na aldeia Tiracambu. Apesar de estar mais próxima à aldeia Tiracambu, não foi possível realizar a pesquisa nesse local antes do mês de novembro, uma vez que já havia uma antropóloga realizando sua pesquisa na aldeia, e, por orientação da Funai e dos indígenas, tive que aguardar a finalização de sua coleta de dados para dar início à minha. Na última semana do mês de agosto, os Awa Guajá e os Tenetehara da Terra Indígena Caru interditaram a Estrada de Ferro Carajás, administrada pela Vale S.A. A pedido dos Awa Guajá, estive no ponto de interdição da EFC, onde foi elaborado documento exigindo que a empresa realizasse ações de mitigação previstas após a aprovação do plano de duplicação da ferrovia. Nos meses de outubro, novembro e dezembro houve um incêndio nas Terras Indígenas onde vivem os Awa Guajá, o que demandou todos os esforços e atenção das comunidades afetadas e impossibilitou a continuidade da coleta de dados.

Durante as coletas de dados de 2015 foi possível concluir (i) a elicitación dos itens presentes no *Formulário dos Vocabulários Padrões para Estudos Comparativos Preliminares nas Línguas Indígenas Brasileiras* do Museu Nacional (1960), coletados com falantes do sexo masculino e feminino, de faixa etária entre 20 e 30 anos, das aldeias Awa e Tiracambu; o registro audiovisual de parte do ciclo mítico do herói cultural *Maixa'amýna*, narrado por Amiria Awa Guajá; a elaboração de documentos bilíngues (documento destinado à Vale S.A., solicitando uma resposta ao documento enviado no início de 2015; documento destinado ao Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), solicitando troca de veículo comprado pela ONG no âmbito de um acordo de cooperação entre o instituto e a Funai; dois documentos destinados ao Distrito Sanitário Especial Indígena do Maranhão (DSEI-MA), comunicando sobre a falta de medicamentos; documento destinado à Funai, solicitando veículo para que eles pudessem frequentar a escola do povoado de Auzilândia). Ainda nesse período, ministrei oficinas, onde pude discutir a história da escrita alfabética, os grafemas da língua portuguesa e da língua guajá, o processo de formação da língua portuguesa e as variedades existentes no português brasileiro. Além disso, teve início o processo de treinamento linguístico com os falantes que mais se interessaram pela pesquisa, fornecendo informações básicas sobre fones, fonemas e estrutura silábica da língua guajá e da língua portuguesa. Nas aldeias onde foram realizadas as coletas de dados, não há falantes que possuam treinamento linguístico. Por isso, quando iniciava uma das sessões de coleta, procurava explicar aos falantes os objetivos do trabalho de um linguista, o funcionamento do gravador, do microfone e de outros equipamentos utilizados na pesquisa. Durante essas sessões, foi possível consolidar a parceria estabelecida para o desenvolvimento da pesquisa e atendimento das demandas dos Awa Guajá.

Em abril de 2016, tendo em vista o corte de verbas ainda maior do governo federal para a área de Ciência e Tecnologia e a impossibilidade de me dedicar integralmente à pesquisa e depender exclusivamente do seu financiamento, passei a atuar como professora concursada da Secretaria de Estado da Educação do Maranhão (Seduc-MA), na cidade de Pindaré-Mirim, subordinada à Unidade Regional de Educação (URE) do município de Santa Inês. Assim que assumi a função como professora, a Funai deu início a uma mobilização junto à Seduc-MA e à URE-Santa Inês, a partir da demanda dos indígenas, para efetuar a minha remoção para atuar como professora na aldeia Awa. Naquele momento, estava instalado um processo

para que fossem criadas pelo governo do estado do Maranhão duas escolas para os Awa Guajá, uma na aldeia Awa e a outra na aldeia Tiracambu. Desse modo, durante o ano de 2016, conciliei o trabalho como professora do Ensino Médio no Centro de Ensino “João Cardoso Campos” e o trabalho de pesquisa, além de participar das discussões sobre a criação das escolas indígenas.

Em 2016, o trabalho de campo ocorreu durante o mês de julho, quando foi possível realizar o i) registro audiovisual de novas versões do relato de Irakatakoa Awa Guajá sobre o seu parentesco com os Awa contatados no final de 2014; ii) outras narrativas que fazem parte do ciclo mítico do herói cultural *Maixa'amỹna*, com Amiria Awa Guajá; iii) o relato de Arakari'ĩa Awa Guajá sobre o papel das mulheres awa na caça; iv) as narrativas míticas sobre a Onça e o Jabuti e a narrativa mítica da Preguiça, contadas por Hajkaramykỹa Awa Guajá; (v) e um relato de Manã Awa Guaja sobre o seu trabalho na recém-criada brigada de incêndio da TI Caru. Além disso, acompanhada de Tatuxa'a Awa Guaja, de sua mulher e uma de suas filhas, fiz uma excursão na mata, momento em que foi possível gravar relatos sobre os hábitos dos animais que percorrem os caminhos de caça, técnicas de caça e coleta utilizadas pelos Awa Guajá, informações sobre algumas espécies vegetais e seus usos, e o léxico relacionado a esses conhecimentos.

Em outubro de 2016, Itaxĩa Awa Guajá, outro dos colaboradores desta pesquisa, foi até a cidade de Pindaré-Mirim para me auxiliar a transcrever o material coletado em julho daquele ano. Como contrapartida, trabalhamos na tradução para a língua guajá de algumas das regras de condução do *Manual para Primeira Habilitação de Condutores* (SENADO FEDERAL, 2012), uma vez que há o interesse de vários Awa Guajá em se tornarem habilitados para conduzir veículos.

Em janeiro de 2017, acompanhada por Giovana Ribeiro Pereira, mestre em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Programa de Especialização em Patrimônio do IPHAN, Guilherme Ramos Cardoso, doutorando em Antropologia Social pela Unicamp e Josy Marciene Moreira Silva, mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Maranhão, demos início à execução do projeto *Documentation of Guaja Language*, pelo *Language Legacies Grant Program*, do *Endangered Languages Fund*. Com os recursos do projeto, foi possível adquirir equipamentos para os Awa e oferecer treinamento linguístico a um número maior de falantes. A metodologia utilizada no desenvolvimento do projeto estava em consonância com as proposições do Inventário Nacional da Diversidade Linguística

(INDL), presentes no *Guia de Pesquisa e Documentação para o INDL* (CHACON *et al.*, 2014). O objetivo desse trabalho de campo foi o de preparar os indígenas envolvidos no projeto de documentação por meio de pequenas oficinas sobre filmagem e captação de som, capacitando-os para realizar a documentação audiovisual da língua guajá em contexto de uso. Além disso, a equipe apresentou técnicas de coleta de dados linguísticos para que os próprios indígenas pudessem documentar a sua língua. A partir da percepção dos próprios falantes, foi iniciado o levantamento de informações básicas sobre a comunidade e sobre a língua guajá. Desse modo, durante esse trabalho de campo, foi possível aplicar a Lista de Swadesh (1955) aos falantes-chave, iniciar o levantamento do histórico de contato dos diferentes grupos que constituem a comunidade, e obter informações sobre a vitalidade linguística do Guajá, o grau de bilinguismo dos falantes e das ameaças a que a língua e a cultura dos Awa Guajá estão sujeitas.

Em maio de 2017, o processo de exercício provisório para atuar como professora na recém-criada Unidade Integrada de Educação Escolar Indígena Pape Japoharipa Yhuru foi assinado pelo secretário de educação do estado do Maranhão. Em julho de 2017, comecei a ministrar aulas no galpão da aldeia. Apesar de a escola ainda não possuir uma estrutura adequada para que as atividades fossem realizadas de maneira satisfatória e estivesse em processo de consolidação, essa foi uma vitória dos Awa Guajá e de todos os profissionais que trabalham com essa comunidade. Ainda em julho de 2017, foi possível realizar os testes de assertividade das cláusulas analisadas até o momento, com falantes do sexo masculino, com faixa etária entre 20 e 35 anos.

4.2 Metodologia

4.2.1 Coleta de dados

Entre 2014 e 2016, os registros sonoros do trabalho de campo foram feitos com um gravador de voz digital Sony ICD-PX333 e com um microfone de lapela ligado a uma câmera Nikon D3200 nos registros de vídeo. A partir de 2017, para uma melhor qualidade da gravação, os áudios passaram a ser registrados com o gravador Zoom H4n PRO.

Os registros de reuniões para elaboração de documentos foram realizados apenas em áudio. Um gravador digital foi utilizado para gravar o som ambiente e, ao

se dar início ao processo de conclusão do documento, um microfone de lapela era colocado no falante que estava à frente da reunião. Assim foi possível obter uma gravação de maior qualidade para transcrição e análise posterior dos dados. As narrativas míticas e os relatos sobre o contato foram registrados também em vídeo, a fim de se iniciar o processo de documentação audiovisual dos usos sociais da língua guajá. Como as evidências apontavam para o fato de haver uma simplificação das estruturas da língua nos relatos narrados aos não-indígenas, passei a registrar essas narrativas no espaço doméstico e no cotidiano da aldeia. Com a participação de um público de falantes da língua indígena, as narrativas passaram a ser contadas de maneira mais detalhada.

Em todos os trabalhos de campo, a coleta e organização de dados seguiu o seguinte método: após o registro sonoro, audiovisual ou escrito dos textos, tinha início o processo de transcrição fonológica do que foi coletado. As transcrições foram feitas com o auxílio do *Audacity* (2016), um *software* livre de edição de áudio. A análise dos textos foi realizada com o auxílio do *software FieldWorks Language Explorer - FLE*x (SIL INTERNATIONAL, 2016), elaborado pelo *SIL International*, em que dados eram escritos de acordo com a ortografia da língua guajá, adotada na TI Caru. Assim, foi possível, por exemplo, fazer a revisão da transcrição de todos os documentos junto a um grupo de falantes. Após a revisão, foram realizadas as glosas e as análises dos textos. Em julho de 2015, novembro de 2016 e setembro de 2017 foi possível discutir essas análises com a Profa. Marina Magalhães. Os áudios e os vídeos coletados foram transcritos posteriormente por mim, com o auxílio dos falantes que já possuíam algum treinamento linguístico.

4.2.2 Pressupostos Metodológicos

Chelliah e De Reuse (2011, p. 360-362), sintetizando discussões de autores como Vaux e Cooper (2003), Newman e Ratliff (2001) e Bower (2008) sobre o trabalho de campo linguístico, alertam que apesar da importância da programação para a coleta de dados na pesquisa de campo, ela pode ser modificada de acordo com as circunstâncias do trabalho em área e as decisões tomadas pelo pesquisador e pelos falantes no curso da pesquisa. No início da pesquisa, durante o trabalho de campo ocorrido entre janeiro e fevereiro de 2015, foram realizadas elicitaciones, já que a língua não possui muitos estudos, a maioria dos falantes não domina a língua de

contato e se tratava de minha primeira coleta de dados. Como defendido por Labov (2008, p. 236), os métodos linguísticos convencionais, como a elicitção formal de paradigma, o exame dos julgamentos intuitivos e o emprego de questionários linguísticos, não devem ser abandonados, uma vez que esses precisam ser dominados pelo pesquisador que deseje realizar uma análise linguística significativa. Com essas elicitções, pretendia me familiarizar com a língua guajá e consolidar minha relação com os falantes para a realização da pesquisa.

Chelliah e De Reuse (2011, p. 395), por sua vez, recomendam que para se descrever a sintaxe de uma língua, uma descrição fonética e fonológica deve ser realizada, de modo a permitir uma transcrição precisa dos dados analisados. No caso do Guajá, pude contar com trabalhos que fornecem descrições sistemáticas da sua fonética e fonologia (CUNHA, 1987; MAGALHÃES, 2002; NASCIMENTO, 2008).

A elicitção, no entanto, apresentou alguns desafios, como ilustrado pelo exemplo a seguir.

(1) *ha=r-ihā h-amāj*
 1SG.II=R-olho 3.II-grande
 ‘Meu olho é grande’

(2) *jaha a-jaho ta t-īpa-pe ∅-mumu’ū=pa*
 Eu 1SG.I=ir FUT R-aldeia-LOC 3.II-conversar=GER

ha=r-īpīhia wŷn-īpe
 1SG.II=R-irmão PLU-DAT
 ‘Eu vou para aldeia conversar com meus irmãos (parentes)’

No exemplo (1) obtive o enunciado com o pronome dependente de primeira pessoa para a frase “Teu olho é grande”. Isso ocorreu durante toda a elicitção de nomes divalentes (inalienáveis). Ao solicitar, em português, uma frase com pronome possessivo em segunda pessoa do singular, o enunciado correspondente apresentava o pronome dependente em primeira pessoa do singular e vice-versa, como em (1). Já o exemplo (2), ilustra a própria necessidade do falante em contextualizar o enunciado a partir de seu ponto de vista. Ao perguntar o correspondente à sentença “Eu vou para aldeia para conversar”, obtive em Guajá “Eu vou para aldeia para conversar com meus

irmãos/parentes.” Por isso, apesar da utilização de questionários, a coleta de dados de fala em contexto de uso e o treinamento linguístico dos falantes que auxiliam o pesquisador no trabalho de transcrição resultam em dados qualitativamente eficazes para a análise.

A coleta de dados sobre a sintaxe, por sua vez, apresenta seus próprios desafios. Como afirma Labov (2008, p. 234), o não aparecimento de formas sintáticas mais complexas pode ocorrer por não ter havido ocasião para que elas emergissem. Segundo o autor, (LABOV, 2008, p.235 - 236):

Para lidar com a *língua* temos de olhar para os dados da fala cotidiana o mais perto e diretamente possível, e caracterizar seu relacionamento com as teorias gramaticais do modo mais acurado que pudermos, corrigindo e adequando a teoria para que ela se ajuste ao objeto visado. Podemos, assim, reexaminar os métodos que temos empregado, numa investigação que fará crescer enormemente nosso entendimento do objeto que estamos estudando.

Os textos coletados durante a pesquisa são constituídos majoritariamente por cláusulas independentes. Isso não significa, contudo, que a baixa ocorrência de estruturas subordinadas seja uma característica dessa língua. Os textos ditados (como os documentos) ou narrados (como os relatos pessoais) aos não-indígenas tendem a apresentar um número maior de estruturas coordenadas. Porém, conforme a convivência com os Awa Guajá se intensificou, passei a compreender melhor a língua guajá e foi possível observar que esse é um processo de simplificação para os não-indígenas, já que nos diálogos que ocorrem em outros contextos, como no cotidiano da aldeia e na interação entre os próprios indígenas, é possível identificar algumas das diferentes estratégias de subordinação existentes na língua. Em julho de 2017, um dos falantes explicitou esse processo. Manã Awa Guajá, que frequentou a escola em um povoado, relatou que quando ficou sabendo sobre a possibilidade de minha ida à aldeia para que eu ministrasse aulas na escola, colocou um quadro em sua casa para recordar as letras e ensinar aos seus parentes. Ao retomar o processo de escrita da língua, ele notou que as pessoas escreviam em Guajá coisas como “Eu vou pescar” ou “Eu pesquei peixe” e ficou descontente, pois eles deveriam “colocar completo”, que estava “faltando alguma coisa” e que eles não falavam daquela maneira. Para Manã, a escrita deveria expressar “tudinho assim”, como estavam acostumados a falar ao contar sobre pescarias, e não como aquelas frases ensinadas

para os não-indígenas para serem escritas. Essa simplificação também pode ser encontrada nos dois materiais escritos em Guajá (CIMI, 2007; FUNAI, 2014), que apresentam textos simplificados, compostos majoritariamente por cláusulas coordenadas. Como afirma Labov (2008, p. 236-237), em sintaxe, à análise superficial das primeiras análises empreendidas pelo pesquisador segue a percepção de suas diversas relações com outras estruturas frasais, sendo possível encontrar um campo de estruturas subjacentes. O que constitui, segundo o autor, um paradoxo cumulativo, em que se depreende que “quanto mais se conhece uma língua, mais se pode descobrir sobre ela” (LABOV, p. 237). É relevante enfatizar que os estudos anteriores sobre a língua guajá estão focados na análise e descrição detalhada de cláusulas independentes, apresentando um panorama das denominadas cláusulas subordinadas. Além disso, a única tese sobre a morfossintaxe língua guajá tem sido revisada e atualizada por Magalhães em artigos recentes (cf. MAGALHÃES; MATTOS, 2014; MAGALHÃES, 2016; CRUZ; PRAÇA; MAGALHÃES, 2017).

Devido à natureza dos dados que esse trabalho procura analisar, recorri também a algumas sessões de elicitación, principalmente para a realização de testes e a investigação sobre construções que não apareciam no material coletado. Além disso, recorri também à reinterpretação e análise de dados secundários, como os apresentados em Magalhães (2007) e Magalhães e Mattos (2014).

Dessa maneira, os dados apresentados neste trabalho são aqueles mais ilustrativos dos processos de articulação de cláusulas na língua guajá. Por meio da gravação e transcrição de diferentes textos em Guajá, objetivou-se, portanto, compilar dados que possibilitassem compreender os processos de articulação de cláusulas nessa língua. Conviver e se envolver com as demandas dos Awa Guajá foi fundamental para descobrir estratégias que minimizassem o problema de não se ter acesso ao vernáculo, ou seja, às estruturas empregadas pelos falantes quando eles não estão sendo observados (LABOV, 2008). Os vínculos criados durante o desenvolvimento da pesquisa possibilitaram a gravação de textos e de conversas espontâneas que permitiram a emergência de estruturas mais complexas. Os textos coletados durante os trabalhos de campo compõem um *corpus* heterogêneo, que explicita a diversidade de gêneros orais que registram aspectos linguísticos, culturais, sociais e criativos da língua guajá. Entretanto, não será possível articular nesta tese a documentação linguística com a informação etnográfica, que, como demonstra

Messineo (2014, p. 15), é a maneira de se obter uma perspectiva mais ampla e um conhecimento menos fragmentado de uma língua e de um povo.

É preciso ressaltar que apesar do emprego de estratégias e de um maior tempo de convivência com os falantes para se minimizar os entraves ocasionados pelo denominado “paradoxo do pesquisador” (LABOV, 2008), seria necessário um número maior de trabalhos de campo e um tempo maior de pesquisa.

Com a realização do projeto *Documentation of Guajá Language*, fomentado pelo ELF, foi possível notar que a participação dos falantes como pesquisadores tem sido fundamental para minimizar os problemas decorrentes do paradoxo do observador. A partir da realização desse trabalho, passei a ter acesso a registros audiovisuais de narrativas, textos espontâneos e diálogos, além de registros fotográficos que documentam o cotidiano dos Awa Guajá, materiais que possuem conteúdos aos quais eu não tinha tido acesso no início do meu trabalho com essa comunidade.

Strathern (2014, p. 346), ao fazer comentários sobre o trabalho de campo dos etnógrafos, afirma algo que pode ser estendido ao trabalho de campo de modo geral. A autora afirma que

[a]quilo que em casa fazia sentido como projeto de pesquisa em campo pode perder força motivadora; assumem o comando as preocupações das pessoas aqui e agora. E, no entanto, por diversos motivos, elas não podem assumir o comando completamente. O(a) pesquisador(a) tem de administrar, e portanto habitar os dois campos ao mesmo tempo: recordar as condições teóricas sob as quais a pesquisa foi proposta, e com isso, a razão de estar ali, cedendo ao mesmo tempo ao fluxo de eventos e às ideias que se apresentam.

Essa situação, torna a pesquisa de campo um fenômeno complexo, no sentido de que o campo da escrita e das preocupações teóricas da pesquisa, e o campo da imersão nas relações que constituem o trabalho de campo se tocam parcialmente, mas não se confundem (STRATHERN, 2014, p. 346). O pesquisador, então, tem que habitar os dois campos ao mesmo tempo. Isso também faz com que a pesquisa em campo se torne um método “para ‘encontrar’ o que não foi procurado” (STRATHERN, 2014 p. 347), tornando-se “um desafio à própria ideia de coleta de dados” (STRATHERN, 2014, p. 348). Desse modo, a escrita a partir de uma experiência de campo, ainda que não se submeta completamente às circunstâncias dessa experiência, traz consigo imprevisibilidades, que a imersão nesse outro campo

oferece. Essas imprevisibilidades, por sua vez, são justamente o que o pesquisador foi buscar em campo. Assim, a pesquisa apresentada aqui é resultado dos princípios teóricos e metodológicos expostos ao longo do trabalho, e de encontros e surpresas.

5 LÍNGUA GUAJÁ

Nesta seção, apresentarei uma revisão da bibliografia sobre a língua guajá com a finalidade de embasar a análise de articulação de cláusulas, bem como para definir os conceitos utilizados, possibilitando uma comparação entre os estudos disponíveis sobre o Guajá e o que será apresentado neste trabalho. Na subseção 5.1, serão explicitados os critérios empregados para a transcrição de dados e para a seleção do etnônimo adotado neste trabalho; na subseção 5.2, serão apresentados processos fonológicos produtivos da língua guajá, como harmonia nasal, redução da duração vocálica e harmonia vocálica, relevantes para a compreensão da marcação de pessoa e de dependência, que serão considerados na análise da articulação de cláusulas; na subseção 5.3, será realizada uma revisão sobre os aspectos morfossintáticos da língua, em que serão apresentadas as discussões atuais sobre a língua guajá; na seção 5.4, serão discutidas a expressão das distinções de tempo, modo e aspecto expressas, que serão consideradas como parâmetros para a análise das formas verbais na articulação de cláusulas; e na seção 5.5, serão apresentadas discussões sobre as sentenças complexas e subordinação em Guajá, a partir do trabalho de Magalhães (2007).

5.1 Transcrição dos dados e o etnônimo awa guajá

A seguir, apresento os quadros de fonemas da língua guajá de acordo com o estudo de Nascimento (2008), que realizou uma revisão dos estudos sobre fonética e fonologia do Guajá, presentes em Cunha (1987) e Magalhães (2002). Com o objetivo de facilitar a leitura da tese, substituímos alguns símbolos fonéticos que representam fonemas da língua guajá por grafemas empregados em materiais escritos em Guajá e amplamente utilizados em alfabetos de línguas Tupi. Dessa maneira, o alfabeto utilizado é a mesmo proposto por Monserrat (cf. CIMI, 2013), uma vez que essa proposta é muito próxima à transcrição fonológica da língua guajá.

Tabela 1 Correspondência entre o alfabeto utilizado e os fonemas consonantais da língua guajá

Correspondência entre o alfabeto utilizado e os fonemas consonantais da língua guajá										
	Alfabeto utilizado					IPA				
	Bilabial	Alveolar	Álveo palatal	Velar	Glotal	Bilabial	Alveolar	Álveo palatal	Velar	Glotal
Oclusiva	p	t		k kw	'	p	t		k k ^h	ʔ
Africada			x					tʃ		
Fricativa					h					h
Nasal	m	n				m	n			
Tepe		r					r			
Aproximante	w		j			w		j		

Tabela 2 Correspondência entre o alfabeto utilizado e os fonemas vocálicos da língua guajá

Correspondência entre o alfabeto utilizado e os fonemas vocálicos da língua guajá							
		Alfabeto utilizado			IPA		
		Anteriores	Não anteriores		Anteriores	Não anteriores	
			Não arredondadas	Arredondadas		Não arredondadas	Arredondadas
Altas	Orais	i	y	u	i	i	u
	Nasais	ĩ	ỹ	ũ	ĩ	ĩ	ũ
Baixas	Orais	e	a	o	e	a	o
	Nasais	ẽ	ã	õ	ẽ	ã	õ

Nesta tese, optamos pela grafia Awa Guajá, em vez de Awá-Guajá, Guajá ou Awa, conforme decisão da comunidade durante os mutirões para emissão de documentação civil básica realizados entre 2015 e 2016. A autodenominação Awa não deve ser acentuada em respeito à “Convenção para a Grafia dos Nomes Tribais” da Associação Brasileira de Antropologia, ABA (1954, p.150-152). Entretanto, os Awa Guajá decidiram que esse etnônimo deveria ser acompanhado de “Guajá”, uma vez

que há outros povos indígenas no Brasil que possuem a mesma autodenominação. Manteve-se o acento em “Guajá” por esse não ser um item lexical pertencente à língua falada pelos Awa Guajá. O hífen foi abolido por ser um recurso gráfico que não é utilizado para indicar composição nessa língua. Como estabelecido pela ABA (1954, p.20) os nomes são escritos em maiúscula, com exceção do uso da minúscula em seu emprego adjetival, e não são usados morfemas próprios da língua portuguesa, como a marca de plural, -s, na escrita de nomes indígenas. Referimo-nos a língua como Guajá por ser esse o termo mais utilizado na literatura produzida até hoje sobre a língua falada pelos Awa Guajá.

5.2 Processos fonológicos da língua guajá

Nesta subseção, serão analisados os processos de harmonia nasal, redução de duração vocálica e harmonia vocálica a partir dos trabalhos de Cunha (1987), Magalhães (2007) e Nascimento (2008). Esses processos são produtivos em Guajá, como pode ser observado sincronicamente em morfemas que apresentam grande variedade de alomorfes. A expressão de diversas categorias nas formas verbais na língua guajá, como pessoa, tempo, aspecto, modo, caso, marcação de dependência e negação é realizada por morfemas afetados por esses processos fonológicos. Portanto, apesar desse trabalho ter como objetivo a descrição de fenômenos sintáticos, serão apresentados alguns aspectos morfofonológicos do Guajá.

5.2.1 Harmonia nasal

Como aponta Nascimento (2008, p. 19), o processo de harmonia nasal analisado na língua falada pelos Awa Guajá da Terra Indígena Alto Turiaçu por Cunha (1987, p. 36), também pode ser observado na língua falada pelos indígenas da Terra Indígena Caru. De acordo com a autora (NASCIMENTO, 2008, p. 24):

A interpretação para o Guajá, então, é de que há uma oposição fonológica entre vogais orais e nasais, o que significa dizer que as vogais são subjacentemente especificadas para ausência/presença da nasalidade. Assim, as vogais apresentam na sua estrutura tanto o Véu Palatino (SP) como articulador ativo na correlação opositiva, como Vozeamento Espontâneo (SV) não marcado para nasalidade, característico das vogais e das demais soantes. Essa oposição fonológica se efetiva em posição tônica.

Em sua análise, Nascimento (2008, p. 26) defende que as vogais átonas e as consoantes soantes orais são superficialmente oralizadas/nasalizadas conforme o ambiente determinado pela especificação subjacente da vogal da sílaba tônica. Segundo Nascimento (2008, p.26), o espalhamento da nasalidade é bloqueado pelas consoantes obstruintes, /p, t, tʃ, k, k^w/, que apresentam na sua estrutura subjacente o Véu Palatino (SP) como articulador ativo, ou seja, essas oclusivas surdas são opacas ao espalhamento da nasalidade. Já as consoantes laríngeas, /ʔ, h/, e soantes, /m, n, w, r, j/ são consideradas não-obstruintes, uma vez que se caracterizam como transparentes ao espalhamento da nasalidade.

Como pode ser observado nos exemplos (1)a) e (1)b), o espalhamento da nasalidade tem origem, respectivamente, nas vogais nasais /ĩ/ e /ã/ da sílaba tônica de cada item lexical, em que as vogais átonas e as consoantes soantes orais são superficialmente nasalizadas conforme o ambiente. No entanto, em (3)b) e (4)b), o espalhamento da nasalidade originado, respectivamente, nas vogais /ã/ e /ũ/ da sílaba tônica de cada item lexical é interrompido pela presença das consoantes obstruintes /p/ e /k/. Em (2)b), a variação ocorrida na realização do tepe, /r/, é um dos indicativos do espalhamento da nasalidade.

(1)

- a. [ha'ʔi] / ha'ʔi/ 'muito'
- b. [hã'ʔĩ] / ha'ʔĩ/ 'caroço'

(Adaptados de Nascimento, 2008, p. 25)

(2)

- a. [hari'ha] /hari'ha/ 'meu olho'
- b. [w̃ɐ̃rĩ'hã] ~ [w̃ɐ̃nĩ'hã] /wiri'hã/ 'é homem'

(Adaptados de Nascimento, 2008, p. 25)

(3)

- a. [ja'wa] /ja'wa/ 'tem cachorro'
- b. [jap̃jã'wã] /japija'wã/ 'nariz dele'

(Adaptados de Nascimento, 2008, p. 25)

(4)

- a. [hara'ku] /hara'ku/ 'eu estou quente'
 b. [hari'kũ] /hari'kũ/ 'meu estômago'

(Adaptados de Nascimento, 2008, p. 25)

Nascimento (2008, p. 26) ressalta também que as consoantes nasais /m, n/ são fontes de nasalidade, como pode ser observado no processo de negação de orações independentes, como em [nanik^waj], 'nós não o conhecemos', em que *nV ... -j* são os morfemas de negação; o prefixo pessoal de primeira pessoa do plural *ari-* está em variação com *ani-* em ambiente nasal; e o verbo *-k^wa* corresponde a 'saber, conhecer'. Desse modo, a fonte de nasalidade do morfema de negação *n-* é atestada pela realização de /r/ como [n] (NASCIMENTO, 2008, p. 26).

5.2.2 Redução da duração vocálica

Na língua guajá, existem configurações de sequência CV.CV em que ocorre a redução da primeira vogal.

Nascimento (2008, p. 32) postula que em uma situação (CV.rV): (i) a vogal que se reduz precede sílaba acentuada em qualquer posição da palavra; (ii) a redução ocorre com maior frequência quando há identidade entre as vogais das duas sílabas contíguas; (iii) a primeira consoante pode ser de qualquer natureza, mas a redução ocorre em maior grau quando obstruinte, como pode ser observado nos exemplos (5) e (6); (iv) a ocorrência é facultativa; e (v) a redução é parcial.

- (5) [apĩri'kie] /apirikia/ 'macaco da noite' (*Aotus trivirgatus*)

(Adaptado de Nascimento, 2008, p.32)

- (6) [hapãṛa'nẽ] ~ [haparaṛa'nẽ] /hapara'ni/ 'umbigo dele'

(Adaptado de Nascimento, 2008, p.32)

- (7) [tarã'ire] /tara'ira/ 'traíra' (*Hoplias malabaricus*)

(Adaptado de Nascimento, 2008, p.32)

Na situação (C_{não.obstr}V.hV), como pode ser observado em (8) e (9), (i) a vogal que se reduz precede sílaba acentuada em qualquer posição; (ii) as vogais devem ser

idênticas (CV_α.hV_α); (iii) a primeira consoante é não-obstruinte, /ʔ, h, m, n, w, r, j/; (iv) a ocorrência é facultativa; (v) a redução é parcial e gradativa (NASCIMENTO, 2008, p.33).

(8) [jawapepẽremy'hũ] /jawapeperemu'hũ/ 'onça pintada' (*Panthera onca*)
(Adaptado de Nascimento, 2008, p.32)

(9) [hawĩ'hi] ~ [haw'i'hi] /haw'i'hi/ 'escuro'
(Adaptado de Nascimento, 2008, p.32)

Na terceira e última situação (C_{obstr}V.hV), Nascimento (2008, p. 34) postula que (i) a vogal que se reduz precede sílaba acentuada em qualquer posição; (ii) as vogais devem ser idênticas; (iii) a primeira consoante é obstruinte, /p, t, tʃ, k, k^w/, como é atestado pelos exemplos (10), (11), (12), (13) e (14), respectivamente; (iv) a ocorrência é obrigatória; (v) e redução é total.

(10) [haphi'ara] /hapihi'ara/ 'irmão'
(Adaptado de Nascimento, 2008, p.34)

(11) [kamitʃa'thu] /kamitʃatu'hu/ 'jaboti vermelho' (*Chelonoidis carbonaria*)
(Adaptado de Nascimento, 2008, p.34)

(12) [tʃhɔ] /tʃo'ho/ 'porcão' (*Tayassu pecari*)
[tʃhɔ] /tʃo'ho/ 'ir'
(Adaptado de Nascimento, 2008, p.34)

(13) [i'kha] /ika'ha/ 'rede dele'
(Adaptado de Nascimento, 2008, p.34)

(14) [hara'k^whape] /harak^whape/ 'na minha morada'
(Adaptado de Nascimento, 2008, p.34)

Nascimento (2008, p. 35) defende que a ocorrência plena da vogal no mesmo tema, não acrescido de afixos, é uma evidência de que a vogal foi eliminada de acordo com o que foi postulado. Segundo a autora, esse processo ocorre, por exemplo,

[N]o caso do verbo ‘andar’ [wa'ta], que, quando combinado ao sufixo nominalizador -ha, é realizado como [wa'tha], /wata'ha/, ‘a andança dele’. Quando, nesse mesmo processo de nominalização, a vogal final do verbo não é a mesma que a do sufixo, ela não sofre redução: o verbo [ja'pɔ], ‘construir, fazer’, nominalizado resulta em [japɔ'ha], /japɔ'ha/, ‘construção’. (NASCIMENTO, 2008, p. 35)

5.2.3 Harmonia vocálica

Cunha (1987, p. 60) demonstra o processo de harmonia vocálica por meio da comparação de itens lexicais da língua guajá com cognatos do Tupinambá, evidenciando que “no Guajá as vogais pré-tônicas assimilaram as propriedades características da respectiva vogal tônica” (CUNHA, 1987, p. 59). Como demonstrado por meio dessa comparação, a vogal /a/ é a que possui maior força assimilatória em posição acentuada e a mais resistente à assimilação em posição não acentuada, como pode ser observado, respectivamente, em (15), (16), (17) e (18).

- | | Guajá | Tupinambá | |
|------|-------------------------------------|-----------|-----------------|
| (15) | /maka/ | /mo'ka/ | ‘espingarda’ |
| | (Adaptado de Cunha, 1987, p. 60-61) | | |
| (16) | /taka'mã/ | /tuku'mã/ | ‘coco de tucum’ |
| | (Adaptado de Cunha, 1987, p. 60-61) | | |
| (17) | /ha'hi/ | /a'si/ | ‘doer’ |
| | (Adaptado de Cunha, 1987, p. 60-61) | | |
| (18) | /ma'nũ/ | /ma'nõ/ | ‘morrer’ |
| | (Adaptado de Cunha, 1987, p. 60-61) | | |

Em sua análise, Cunha (1987, p. 63) conclui que a ação da regra de harmonia vocálica é produto de um processo histórico que pode ocorrer sincronicamente, uma vez que há coocorrência de formas não harmonizadas com formas harmonizadas, como exemplificado em (19) e (20).

- | | Guajá | Tupinambá | |
|------|---------------------------|------------|-----------|
| (19) | /tʃapu'kaj/ ~ /tʃapa'kaj/ | /sapu'kaj/ | ‘galinha’ |

(Adaptado de Cunha, 1987, p. 63)

(20) /keramu'hũ/ ~ /kurumu'hu/ /kera'mu/ 'roncar'

(Adaptado de Cunha, 1987, p. 63)

Magalhães (2007) demonstra que a harmonia vocálica em Guajá é um processo desencadeador de mudanças estruturais, o que pode ser “constatado sincronicamente em morfemas que apresentam grande variedade de alomorfes dependendo da vogal do tema a que se afixam” (MAGALHÃES, 2007, p. 180).

Ao analisar os dados de Magalhães (2007), Nascimento (2008, p. 42) formula a seguinte hipótese:

[...] a vogal do prefixo pessoal e de outros morfemas que sofrem harmonia vocálica, inespecificada para ponto e abertura, se realiza como *-i* na maioria dos casos, no entanto, quando há ambiente propício à harmonia vocálica, essa vogal pode assimilar os traços da vogal tônica. Os prefixos pessoais de terceira pessoa são \emptyset - antes de vogais e consoantes que não sejam laringeas, enquanto na presença dessas, o prefixo é uma vogal idêntica à vogal tônica. Nesse caso, então, a harmonia vocálica não é facultativa.

A partir dessa hipótese, Nascimento (2008, p. 42) defende que a assimilação dos traços da vogal acentuada é total, mesmo em situações facultativas, e propõe o seguinte quadro dos prefixos pessoais do modo indicativo e modo imperativo da Série I:

Tabela 3 Quadro dos prefixos pessoais do modo indicativo e do modo imperativo (IMP), série I (NASCIMENTO, 2008, p.4)

1	'eu'	a-
12	'nós' (incl.)	xV-
13	'nós'	arV-
2	'você'	arV-
23	'vocês'	pV-
3	ele, eles	\emptyset - ou V
2/IMP	'você'	a-
23/IMP	'vocês'	pV-

Conforme a análise de Magalhães (2007, p.280) e a revisão do processo de harmonia vocálica da língua guajá apresentado por Nascimento (2008, p. 42), a harmonia vocálica em junção de morfemas ocorre também nos casos de negação de predicados independentes e orações principais, que possui a forma *nV ... -i* (21) em que o sufixo *-i* pode ocorrer também como *-j* (22), *-ki* (23) e *-ri* (24). Assim, antes de tema iniciado por vogal, ocorre crase da vogal do proclítico *nV* com o tema; antes de tema iniciado por consoante laríngea, a vogal do proclítico assimila os traços da vogal acentuada do tema; e antes de tema iniciado pelas demais consoantes, a vogal do proclítico se realiza como *(n)i-* (NASCIMENTO, 2008, p. 42-43).

- (21) ***n=ani-xak-i***
 NEG=2.I-ver-NEG
 'você não (o) viu?'
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 280)
- (22) ***n=a-'u-j***
 NEG=1SG.I-comer-NEG
 'eu não (o) comi'
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 282)
- (23) ***na=ha=∅-pa'aruhu-ki*** *ahameri*
 NEG=1SG.II=estar.grávida-NEG ainda
 'eu ainda não estou grávida'
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 281)
- (24) ***ni=∅-pa-ri***
 NEG-3.I-acabar-NEG
 'não acabou'
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 282)

Outra ocorrência de harmonia vocálica pode ser observada entre a vogal do sufixo derivativo de intensidade, *-hV* (*-VhV*) e a vogal acentuada do tema. Assim, a vogal do sufixo tônico derivativo *-hV*, em alguns itens lexicais, assimila traços da última vogal do tema (NASCIMENTO, 2008, p. 42-43).

5.3 Aspectos morfossintáticos da língua guajá

Nesta subseção, é apresentada uma revisão de Magalhães (2007), com base em artigos recentes (MAGALHÃES, 2012; MAGALHÃES, 2013; MAGALHÃES e MATTOS, 2014; PRAÇA; MAGALHÃES; CRUZ, 2017) sobre características

morfossintáticas da língua guajá e de outras línguas pertencentes à família tupi-guarani nas quais a análise da articulação de cláusulas será baseada.

5.3.1 Marcadores pessoais e valência

A seguir será apresentada a estrutura argumental de nomes, verbos e posposições, principalmente em relação à valência. Para isso, é necessário apresentar os paradigmas de marcadores pessoais do Guajá. Segundo Magalhães e Mattos (2014, p. 257), os marcadores pessoais da língua são divididos em duas séries, sendo a série I composta por prefixos pessoais e a série II por pronomes clíticos (com exceção da marca de terceira pessoa, que é um prefixo).

Tabela 4 Marcadores pessoais da série I e da série II da língua guajá

Série I		Série II	
<i>a-</i>	1SG	<i>ha=</i>	1SG
<i>ari-</i>	2SG	<i>ni=</i>	2SG
\emptyset - ~ <i>o-</i> ~ <i>u-</i>	3	<i>i-</i> ~ <i>h-</i> ~ <i>ha-</i>	3
<i>xi-</i>	1PL.INCL.	<i>ja=</i>	1PL.INCL.
<i>ari-</i>	1PL.EXCL.	<i>are=</i>	1PL.EXCL.
<i>pi-</i>	2PL	<i>pĩ=</i>	2PL

Magalhães e Mattos (2014) demonstram que os marcadores da série I expressam o agente de predicados verbais divalentes e o argumento único de predicados verbais monovalentes eventivos. Os marcadores da série II, por sua vez, expressam o paciente de predicados verbais divalentes, o argumento único de predicados verbais monovalentes estativos, o possuidor de sintagmas nominais genitivos e o complemento de sintagmas posposicionais. Os marcadores da série II são marcados por um prefixo que indica a adjacência entre o núcleo do predicado e seu dependente, denominado relacional.

5.3.2 Nomes

Segundo Magalhães e Mattos (2014), em Guajá e outras línguas da família tupi-guarani, nomes e verbos podem funcionar como predicado e argumento. Ainda que nomes ocorram com maior frequência como núcleo de argumentos e nomes e verbos como núcleos de predicados, tanto nomes (25) quanto verbos (26) possuem função predicativa primária, o que é atestado pela ausência de marcas morfológicas de função predicativa.

(25) *ha=ra-'y*

1SG.II=R-filho

'eu tenho filho'

(Adaptado de Magalhães e Mattos, 2014, p. 253)

(26) *a-kere*

1SG.I-dormir

'eu dormi'

(Adaptado de Magalhães e Mattos, 2014, p. 253)

Em relação à função argumentativa primária, apenas os nomes podem exercê-la, uma vez que ocorrem sem a presença de morfema derivacional, sendo apenas flexionados com o sufixo nominal referenciante *-a* ~ *-∅*. De acordo com Magalhães e Mattos (2014, p. 253-254), os nomes podem ocorrer como argumentos verbais, sujeito (27) ou objeto (28), ou argumentos de posposições (29).

(27) *ha=r-a'yr-a* *∅-kere*

1SG.II=R-filho-RFR 3.I-dormir

'meu filho dormiu'

(Adaptado de Magalhães e Mattos, 2014, p. 254)

(28) *majhu-a* *arapaha-∅* *∅-mukũ*

jiboia-RFR veado-RFR 3.I-engolir

'a jiboia engoliu o veado'

(Adaptado de Magalhães e Mattos, 2014, p. 254)

(29) *∅-u* *ramõ* *te* *Majhuxa'a-∅* *ka'a* *r-ia* *a'ia*

3.I-vir IMED REAL N.PRP.-RFR mata R-ABL ele

'Majhuxa'a tinha acabado de vir da mata'

(Adaptado de Magalhães e Mattos, 2014, p. 254)

Os nomes em Guajá também podem ser divididos em monovalentes e divalentes, uma vez que admitem argumentos (MAGALHÃES e MATTOS, 2014, p. 261). Os nomes monovalentes ocorrem com argumento externo, como em (30) e os nomes divalentes ocorrem com um argumento interno e um argumento externo, como em (31), (32) e (33).

(30) *Wa'amaxĩ-a Awa-te-a*

N.PR.-RFR Awá-Guajá-REAL-RFR

'Wa'amaxĩ é Awá-Guajá de verdade'

(Adaptado de Magalhães e Mattos, 2014, p. 262)

(31) *Wa'amaxĩ ha-miriko-a*

N.PR.-RFR 3.II-esposa-RFR

'Wa'amaxĩ é a esposa dele'

(Adaptado de Magalhães e Mattos, 2014, p. 262)

(32) *Wa'amaxĩ-a Xiparẽxa'a r-imiriko-a*

N.PR.-RFR N.PR. R-esposa-RFR

'Wa'amaxĩ é esposa de Xiparẽxa'a'

(Adaptado de Magalhães e Mattos, 2014, p. 262)

(33) *Wa'amaxĩ-a ha=r-imiriko-a*

N.PR.-RFR 1SG.II=R-esposa-RFR

'Wa'amixĩ-a é a minha esposa'

(Adaptado de Magalhães, Mattos, 2014, p. 262)

O argumento interno pode ser expresso no núcleo nominal por um prefixo de 3ª pessoa (31) ou, quando é um SN, com a marca de adjacência entre o argumento e o núcleo (32), do mesmo modo que ocorre com os pronomes clíticos (33). Morfologicamente, os nomes se caracterizam por (i) ser a única classe de palavras a admitir a flexão com o sufixo nominal referenciante *-a*; (ii) ocorrer com o sufixo casual

locativo *-pe* (34); (iii) receber os sufixos de atualização nominal *-ker* (35) e *-rỹm* (36); e (iv) ocorrer com o sufixo coletivizador *-ker* (37) (MAGALHÃES; MATTOS, 2014, p. 254-255).

(34) **a-jku** ta ha=r-ipa-pe
 1SG.I-ficar FUT 1SG.II-R-casa-LOC
 ‘vou ficar na minha casa’
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 139)

(35) wari \emptyset -memer-er-a
 guariba R-filho-RETR-RFR
 ‘o filhote (morto) de guariba’
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 148)

(36) jaha **a-japo** ha= \emptyset -kaha-rỹm-a
 eu 1SG.I-fazer 1SG-R-rede-PROSP-RFR
 ‘estou fazendo minha futura rede’
 (Adaptado de Magalhães e Mattos, 2007, p. 162)

(37) awa-wanihã-ker-a i-mymyr-a **\emptyset -pyhy** wỹ
 Awa.Guajá-homem-COL-RFR 3.II-filho-RFR 3.I-pegar PLU
 ‘um grupo de Guajá homens pegou seus filhos’
 (Adaptado de Magalhães e Mattos, 2007, p. 163)

5.3.3 Verbos

Em Guajá, os verbos só podem exercer a função argumentativa de forma secundária, com a afixação do morfema nominalizador *-ha*, como em (38).

(38) ha= \emptyset -kere-**ha**- \emptyset i-muku
 1SG.II=R-dormir-NMLZ-RFR 3.II-ser.longo
 ‘minha dormida foi longa’
 (Adaptado de Magalhães e Mattos, 2014, p. 254)

A classes dos verbos é a única que pode ser nominalizada por morfemas nominalizadores como *-ahar*, nominalizador de agente de verbo divalente, como em

(39); *-ipyr*, nominalizador de paciente sem expressão do agente, como em (40); *imi-*, nominalizador de paciente com agente expresso, como em (41); e *-aha*, nominalizador de circunstância/lugar, como em (42).

(39) *a'e i-pyhyk-ahar-a*

DEM 3.II-pegar-NMLZ-RFR

'ele é o pegador (dele)'

(Adaptado de Magalhães e Mattos, 2014, p. 256)

(40) *arapaha ∅-ika-pyr-y'ÿm-a a-jka-ta*

veado R-matar-NMLZ-NEG-RFR 1SG.I-matar-FUT

'eu vou matar o veado que não foi morto'

(Adaptado de Magalhães e Mattos, 2014, p. 256)

(41) *ha=n-imi-'u-a*

1SG.II-R-NMLZ-comer-RFR

'minha comida'

(Adaptado de Magalhães e Mattos, 2014, p. 256)

(42) *a-nũ wari ∅-jãn-aha-∅*

1SG.I-ouvir guariba R-cantar-NMLZ-RFR

'eu ouvi o canto do guariba'

(Adaptado de Magalhães e Mattos, 2014, p. 256)

Os verbos, em conformidade com Magalhães e Mattos (2014), também podem ser causativizados pelo morfema causativo *-mi*, como em (43).

(43) *Hosana-∅ Amÿxa'ate-a ∅-mi-juhu 'y-pe*

N.PR.-RFR N.PR.-RFR 3.I-CAUS-banhar.se rio-LOC

'Rosana banhou Amÿxa'atea no rio'.

(Adaptado de Magalhães e Mattos, 2014, p. 256)

Assim como os nomes, os verbos podem ser monovalentes ou divalentes conforme o número de argumentos que podem admitir.

Os verbos monovalentes ocorrem com apenas um argumento. O argumento externo de um verbo monovalente é marcado pelos prefixos da série I de marcadores pessoais (MAGALHÃES e MATTOS, 2014, p. 259), como em (44) e (45).

- (44) *jawar-a* **∅-kere**
 cachorro-RFR 3.I-dormir
 ‘o cachorro dormiu’
 (Adaptado de Magalhães e Mattos, 2014, p. 259)

- (45) **a-kere** *mixik-aŕ-ta* *jaha*
 1SG.I-dormir pouco-ATEN-FUT eu
 ‘eu vou dormir um pouquinho’
 (Adaptado de Magalhães e Mattos, 2014, p. 259)

No caso dos verbos monovalentes com um argumento interno, a pessoa é indicada pelos marcadores da série II, pronomes clíticos para 1ª e 2ª pessoa, como em (47), e prefixo para a 3ª pessoa, como em (46). Em (47), o pronome clítico da série II é ligado ao núcleo do SV por marca de adjacência, assim como ocorre com os pronomes clíticos de 2ª pessoa. Esse é um dos critérios utilizados por Magalhães (2007) para considerar o marcador de 3ª pessoa um prefixo, já que ele ocorre sem essa marca de adjacência, como é demonstrado em (46) .

- (46) *Majakatỹ-a* **h-ahy**
 N.PR-RFR 3.II-estar.doente
 ‘Majakatỹ está doente’
 (Adaptado de Magalhães e Mattos, 2014, p. 259)

- (47) **ha=r-ahy** *jaha*
 1SG.II=R-estar.doente eu
 ‘eu estou doente’
 (Adaptado de Magalhães e Mattos, 2014, p. 260)

Os verbos ainda podem ser divididos em eventivos, (48) e (49), e estativos, (50) e (51). Os verbos eventivos podem ser monovalentes ou divalentes. Nos verbos eventivos monovalentes, a categoria de pessoa é expressa pelos marcadores da série

I e, nos verbos eventivos divalentes, podem ser expressos pelos marcadores da série I ou II, de acordo com a hierarquia de pessoa (cf. subseção 5.3.4). Os verbos estativos, por sua vez, são apenas monovalentes e a categoria de pessoa neles é expressa por marcadores da série II (MAGALHÃES e MATTOS, 2014, p. 260-261).

- (48) *jawaruhu-a* ***∅-wyhy*** *aha*
 onça-RFR 3.I-correr CTF
 ‘a onça correu (se afastando)’
 (Adaptado de Magalhães e Mattos, 2014, p. 260)

- (49) *awa'yr-a* *tatu-a* ***∅-xa***
 criança-RFR tatu-RFR 3.I-ver
 ‘a criança viu o tatu’
 (Adaptado de Magalhães e Mattos, 2014, p. 260)

- (50) *i-mymyr-a* ***i-kira***
 3-filho-RFR 3.II-ser.gordo
 ‘o filho dela é gordo’
 (Adaptado de Magalhães e Mattos, 2014, p. 260)

- (51) *awa-wahy-a* ***i-pa'aruhu***
 N.PRP-mulher-RFR 3.II-estar.grávida
 ‘a mulher guajá está grávida’
 (Adaptado de Magalhães e Mattos, 2014, p. 260)

Magalhães e Mattos (2014, p. 261) defendem que “o Guajá apresenta uma cisão interna na classe dos verbos monovalentes, uma cisão-estativa marcada morfologicamente pelos marcadores pessoais.” A série I expressa o argumento externo de verbos monovalentes eventivos (48), do mesmo modo que o argumento com papel prototípico de agente dos verbos divalentes (49), enquanto a série II expressa o argumento interno dos verbos monovalentes estativos (50), do mesmo modo que o argumento com papel de paciente dos verbos divalentes (cf. subseção 5.3.4).

5.3.4 Hierarquia de Referências (HR)

Como definido anteriormente, verbos divalentes admitem um argumento interno e um argumento externo. No entanto, os temas verbais em Guajá, excluindo-se o de marcação de reflexivo, possuem apenas uma posição para prefixação. Nessa língua, nos predicados compostos por verbos divalentes apenas uma pessoa do discurso será codificada por meio de prefixos pessoais ou por pronomes dependentes associados a prefixos relacionais como argumento marcado no verbo divalente. A seleção dessa marcação, com as marcas de pessoa das séries I ou II, depende de uma hierarquia referencial.

A partir da hipótese formulada por Monserrat e Soares (1986), que procura explicar o mecanismo de hierarquia de referências nas línguas tupi, Magalhães (2007) apresenta uma breve análise da HR da língua guajá. De acordo com Magalhães (2007), há duas subclasses de predicados monovalentes nessa língua: os predicados que são constituídos por verbos monovalentes eventivos e têm o argumento marcado no verbo por prefixos pessoais prototipicamente agentivos (Sa); e os predicados que possuem verbos monovalentes estativos como núcleo e têm o argumento único marcado por meio dos pronomes dependentes seguidos de prefixo relacional prototipicamente pacientivos (So).

Magalhães (2007) demonstra que no evento descrito por um verbo divalente que expresse a relação entre duas pessoas extralocutivas (3ª pessoa) é possível postular uma hierarquia de papéis semânticos, uma vez que, nesse contexto, o agente é hierarquicamente superior ao paciente, sendo codificado no verbo por meio do paradigma pessoal, como em (52).

(52) \emptyset -*xa* *wỹ*
 3.II-ver PLU
 ‘eles o(s) viram’

(Adaptado de Magalhães, 2012, p. 3)

Já nas relações entre pessoas extralocutivas e intralocutivas, a autora postula uma hierarquia de pessoa em que a 1ª e a 2ª pessoas são hierarquicamente superiores à terceira, uma vez que as pessoas intralocutivas são codificadas como argumento único do verbo. Quando a pessoa extralocutiva age sobre a intralocutiva,

a pessoa intralocutiva é codificada por pronome dependente seguido de prefixo relacional, como em (53). Quando a pessoa intralocutiva age sobre a extralocutiva, a pessoa intralocutiva é codificada pelo pronome pessoal, como em (54).

(53) *jaha mukuri-a a-xa ka'a-pe*
 eu bacuri-RFR 1SG.I-ver mato-LOC
 'eu vi bacuri no mato'

(54) *nijã mukuri-a ari-xa ka'a-pe*
 você bacuri-RFR 2SG.I-ver mato-LOC
 'você viu bacuri no mato'

Ao confrontar pessoas intralocutivas, Magalhães demonstra a existência de um nivelamento hierárquico entre a primeira e a segunda pessoas, sendo marcado como argumento único do verbo o paciente codificado pelo marcador pessoal seguido de prefixo relacional. Em (55), a 1ª pessoa é codificada no verbo por meio do marcador pessoal da série II, *ha=r*, por exercer o papel de paciente e, em (56), a 2ª pessoa do plural é codificada no verbo por meio do marcador pessoal *pĩ=*.

(55) *pijã ha=r-ixa*
 você 1SG=R-ver
 'vocês me viram'
 (Adaptado de Magalhães, 2012, p. 5)

(56) *jaha pĩ=n-ixa*
 eu 2PL.II=R-ver
 'eu vi vocês'
 (Adaptado de Magalhães, 2012, p. 5)

Desse modo, a análise de Magalhães confirma a existência de uma HR sintático-semântica que condiciona a escolha dos marcadores de pessoa nas orações transitivas, que pode ser resumida da seguinte maneira: constata-se a existência de nivelamento hierárquico em uma situação pragmática entre pessoas intralocutivas, ou seja, 1 = 2, sendo o paciente marcado no verbo, assim 'agente' > 'paciente'; na relação entre pessoas extralocutivas e intralocutivas constata-se uma hierarquia de pessoa,

uma vez que a pessoa intralocutiva é aquela que sempre se manifesta no verbo, assim $1/2 > 3$.

5.4 Distinções TAM nas cláusulas independentes e subordinadas

Entre os principais critérios definidos por Cristofaro (2005) para a análise translinguística da codificação da subordinação está a análise das formas verbais e da codificação de participantes em cláusulas dependentes, tomando a cláusula declarativa simples (que corresponde em Guajá à cláusula independente no modo indicativo I) como parâmetro. Desse modo, serão apresentadas a seguir as características da cláusula independente em Guajá, com a qual as cláusulas dependentes devem ser comparadas, bem como da expressão das distinções de tempo, aspecto e modalidade na língua, além da marcação de pessoa.

5.4.1 Cláusulas independentes

O que caracteriza as cláusulas independentes em Guajá são, segundo Magalhães (2007, p. 244), a marcação de pessoa e a negação. A marcação de pessoa pode ser expressa por duas séries de marcadores, uma de prefixos pessoais (série I) e outra de pronomes clíticos (série II)¹⁰, de acordo com a natureza do predicado e a hierarquia de referência (cf. seção 5.2.4). A negação é distinta para cada um dos modos que ocorrem nas cláusulas independentes, a saber, Indicativo I, Indicativo II, Imperativo e Exortativo.

5.4.1.1 Tipos de predicados

Os predicados nas cláusulas independentes podem ser nominais ou verbais (cf. PRAÇA, CRUZ, MAGALHÃES, 2017; MAGALHÃES, MATTOS, 2014). Os predicados verbais podem ser divalentes (transitivos) ou monovalentes (intransitivos) de acordo com a valência dos verbos do seu núcleo (MAGALHÃES, MATTOS, 2014).¹¹

¹⁰ O marcador pessoal da série II para terceira pessoa é uma exceção, pois é um prefixo.

¹¹ Cf. seções 5.2.3 e 5.2.4 para uma caracterização dos nomes e verbos em Guajá.

5.4.1.1.1 Predicados verbais

Nos predicados verbais monovalentes (intransitivos), a marcação de pessoa é obrigatória no núcleo, pois é a expressão do seu argumento único. Verbos ativos são marcados pelas marcas da série I (57)a) e verbos estativos pelas marcas da série II (58)a). Um pronome independente pode ser exposto opcionalmente (57)b) e (58)b), como adjunto correferente, com posição livre (MAGALHÃES e MATTOS, 2014).

(57)

a. **a-wyhy**

1SG.I-correr

'(eu) corri'

(Adaptado de Magalhães e Mattos, 2014)

b. **a-wyhy** *jaha*

1SG.I-correr eu

eu corri'

(Adaptado de Magalhães e Mattos, 2014)

(58)

a. **ha=r-ahy**

1SG.II=R-estar.doente

'(eu) estou doente'

(Adaptado de Magalhães e Mattos, 2014)

b. **ha=r-ahy** *jaha*

1SG.II=R-estar.doente eu

'(eu) estou doente'

(Adaptado de Magalhães e Mattos, 2014)

Nos predicados verbais divalentes apenas um participante pode ser exposto no SV. Segundo a hierarquia referencial da língua, o argumento no papel prototípico de agente é marcado pelos prefixos da série I, (59), enquanto o argumento em papel prototípico de paciente recebe marca da série II, (60). Quando o sujeito é exposto por marcadores da série I, pode ocorrer um pronome independente como adjunto correferencial, como nos predicados verbais monovalentes, (61) (MAGALHÃES,

2014, p. 269). Quando o marcador de pessoa no núcleo do SV divalente é da série II, como objeto, é obrigatória a expressão do sujeito por pronome independente, como em (62), ou como SN em posição fixa antes do SV, como em (63) (MAGALHÃES, 2014, p. 270). No caso de SV em que o objeto for de terceira pessoa e, devido a hierarquia referencial, não puder ser marcado no núcleo, ele pode ser expresso por um SN com posição fixa antes do SV, que pode ser omitido se puder ser recuperado pelo contexto discursivo (MAGALHÃES, 2014, p. 270).

(59) **a-pyhy**

1SG.I-pegar

‘eu o peguei’

(Adaptado de Magalhães e Mattos, 2014)

(60) **ha=∅-pyhy**

1SG.II-R-pegar

‘(ele/você) me pegou/me pegue!’

(Adaptado de Magalhães e Mattos, 2014)

(61) **a-pyhy** *jaha*

1SG.I-pegar eu

‘eu o peguei’

(Adaptado de Magalhães e Mattos, 2014)

(62) **ha=∅-pyhy** *a’ia*

1SG.II-R-pegar ele

‘ele me pegou’

(Adaptado de Magalhães e Mattos, 2014)

(63) *Manã-∅* **ha=∅-pyhy**

Manã-RFR 1SG.II-R-pegar

‘Manã me pegou’

(Adaptado de Magalhães e Mattos, 2014)

5.4.1.1.2 Predicados nominais

Em Guajá, como outras línguas tupi-guarani (cf. PRAÇA, MAGALHÃES, CRUZ, 2017), os nomes podem ser núcleo de um predicado sem cópula e podem ser monovalentes ou divalentes. Os predicados nominais podem ser classificados como equativo-inclusivos e como existenciais.

Os predicados nominais equativo-inclusivos em Guajá expressam “ora uma equação (64) ora uma inclusão (65) entre dois Sintagmas Nominais (SN), com um deles exercendo a função de argumento e o outro a de um núcleo do predicado” (MAGALHÃES e MATTOS, 2014, p. 266), podendo o núcleo ser um nome divalente (64) ou monovalente (65). Os SN desses predicados que exercem a função de argumento externo ocorrem obrigatoriamente antes do predicado. Segundo Magalhães e Mattos (2014, p. 266) não há diferença formal entre predicados nominais equativos e predicados nominais inclusivos. O núcleo desses predicados é marcado pelo sufixo referenciante *-a*.

(64) *Jamakwarer-ai-men-a*
 N.PRP-RFR 3.II-marido-RFR
 ‘Jamakwarera é o marido dela’
 (Adaptado de Magalhães e Mattos, 2014)

(65) *Jamakwarer-a kwaxi-a*
 N.PRP-RFR quati-RFR
 ‘Jamakwarera é um quati’
 (Adaptado de Magalhães e Mattos, 2014)

Os predicados nominais existenciais “têm a função de predicar a existência de uma entidade (e não a de relacionar um predicado a um argumento) e caracterizam-se por constituir um todo fechado, sem argumento externo, seja seu núcleo monovalente [(66)] ou divalente [(67)]” (MAGALHÃES e MATTOS, 2014, p. 267). Os SNs desses predicados e pronomes independentes têm a função de adjunto correferenciais do argumento interno único do predicado. Predicados existenciais diferenciam-se dos predicados locativos (68) pela ocorrência do sufixo referenciante *-a* no núcleo do predicado apenas nos últimos. Por fim, esses predicados recebem marcação de pessoa no núcleo apenas pelos marcadores da série II (68) e

construções com nomes divalentes no núcleo podem ser funcionalmente equivalentes a predicados possessivos (69) (MAGALHÃES e MATTOS, 2014).

(66) *tapi'i ka'ape*
 anta mato-LOC
 '(tem) anta (no mato)'
 (Adaptado de Magalhães e Mattos, 2014)

(67) *ha=r-a'y jaha*
 1SG.II-R-filho eu
 '(tem) meu filho/tenho filho'
 (Adaptado de Magalhães e Mattos, 2014)

(68) *tapi'ir-a ka'a-pe*
 anta-RFR mato-LOC
 'a anta está no mato'
 (Adaptado de Magalhães e Mattos, 2014)

(69) *Itaxĩ-a h-aphija*
 N.PRP-RFR 3.II-irmão
 'Itaxĩ tem irmão' (lit.: Itaxĩ, irmão dele (existe))
 (Adaptado de Magalhães e Mattos, 2014)

5.4.2 Distinções de tempo, aspecto e modalidade

A seguir serão apresentadas como são expressas a distinção de tempo, aspecto e modalidade em Guajá. Na discussão sobre modalidade, serão apresentados tanto os modos independentes quanto os modos dependentes. Dietrich (2010) afirma que, nas línguas da família tupi-guarani, as categorias de tempo, modo e aspecto funcionam de maneira muito diferente do que ocorre nas línguas europeias e é difícil estabelecer distinções entre elas. Rose (2003, p. 419) aponta que por conta da dificuldade em identificar processos morfológicos que possam ser identificados a categorias de tempo, modo e aspecto, opta por denominá-las genericamente de TAM.

5.4.2.1 Tempo

A categoria tempo [*tense*], de acordo com Givón (2001, p. 285), diz respeito à codificação sistemática da relação entre dois pontos na dimensão ordenada linear de tempo [*time*], ou seja, tempo de referência e tempo do evento. O ponto de referência não marcado, no qual eventos e estados são ancorados é o tempo discurso, ou seja, o momento em que o ato de fala é realizado, classificado pelo autor como “identificado ao do presente.” Givón (2001, p. 286) identifica o passado (o tempo do evento/estado precede o tempo do discurso), o futuro (o tempo do evento/estado se segue ao tempo do discurso), o presente (o tempo do evento/estado é exatamente o mesmo tempo do discurso) e o habitual (o tempo do evento/estado ocorre sempre, repetidamente ou não é especificado).¹² No caso do tempo relativo, essas divisões de tempo [*tense*] podem estar ancorados em pontos referência no tempo [*time*] que precedem (passado) ou seguem (futuro) o tempo do discurso. Por fim, podem ocorrer subdivisões de tempo [*tense*], como a divisão do passado em remoto e recente ou futuro distante e imediato (GIVÓN, 2001, p. 287).

Dietrich (2010, p. 69) descreve, a propósito do Guaraní, uma bipartição da categoria tempo, em futuro e não-futuro, de modo que “não é o presente o tempo neutro a partir do qual se interpretam todos os enunciados, de modo que as ações objetivamente passadas podem se apresentar como presentes, mas o contrário, é o passado o tempo neutro, que compreende tudo o que não é futuro.” Segundo o autor (DIETRICH, 2010), umas das características das línguas da família tupi-guarani é que as categorias de tempo, modo e aspecto não se expressam morfologicamente, mas por partículas, de maneira não obrigatória. Esse é o caso do Guajá. Magalhães (2007, p. 174) descreve que em Guajá não há marcação morfológica da categoria tempo no verbo. Assim como descreve Seki (2000, p. 136) para o Kamaiurá, língua também pertencente à família tupi-guarani, o sistema temporal do Kamaiurá (e do Guajá) “é de dois termos, com um termo marcado para referência ao futuro e um não marcado, para a referência ao presente ou ao passado.” Em Guajá, o futuro é marcado pela partícula *-ta(r) ~ mata(r)* para nomes em predicados existenciais, verbos ativos (70) e estativos (71), que pode também expressar um desejo ou uma intenção (72).

(70)	a-kere	<i>ta</i>
	1SG.I-ir	FUT

¹² Givón (2011, p. 286) aponta que o tempo habitual é mais difícil de categorizar do que os demais por não ser específico e pode ser identificado com o aspecto imperfectivo.

‘(eu) dormirei’

- (71) **ha=r-ahy** *ta*
 1SG.II-R-estar.doente FUT
 ‘(eu) vou ficar doente’

- (72) *Xiramũ* **n-iku-tar-ih-i** *hospital-pe*
 N.PRP NEG-ficar-FUT-INTS-NEG hospital-LOC
 Xiramũ não quer ficar no hospital

As distinções temporais em Guajá podem ser indicadas por expressões temporais (73), partículas de aspecto (74) e partículas de modo (75). Assim, cláusulas simples, sem marcas aspectuais ou modais e expressões temporais, podem remeter ao tempo presente ou passado (76) (SEKI, 2000, p. 136).

- (73) **a-jaho** *mutuwě* *wari* **∅-ika=pa**
 1SG.I-ir de.manhã guariba R-matar=GER
 ‘fui de manhã matar guariba’
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 42)

- (74) **i-pa'aruhu** *xi*
 3.II-estar.grávida IPFV
 ‘ela estava grávida’
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 175)

- (75) **a-xa** *raka'i*
 1SG.I-ver AT2
 ‘eu vi (e estava lá, há muito tempo)’
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 83)

(76)

- a. **a-wata**
 1SG.I-andar
 ‘ando’

- b. *a-wata*
 1SG.I-andar
 ‘andei’

A categoria tempo, no entanto, não é exclusiva dos verbos. Queixalós (2006, p.180) afirma que línguas da família tupi-guarani possuem marcadores exclusivos de tempo futuro e passado para nomes que também podem indicar tempo na predicação nominal. Praça (2007, p. 19) descreve que uma das características do nome em Tapirapé é receber os sufixos *-kwer – w-er ~ er*, que indicam “passado nominal” e *-rym*, futuro nominal. O passado nominal exprime, segundo Praça (2007, p. 20), “uma ideia de caduquice, de prescrição de uma referida entidade”, e o nome flexionado com esse sufixo pode ocorrer como núcleo de sintagma nominal ou núcleo de predicado existencial. O futuro nominal, por sua vez, exprime a ideia de “vir a ser” e projeção, podendo o nome flexionado com esse sufixo ocorrer como núcleo de sintagma nominal (PRAÇA, 2007, p. 20). Seki (2000) também descreve a indicação do tempo nos nomes em Kamaiurá. O sufixo *-het* também expressa o passado nominal e sua ocorrência caracteriza os nomes na língua. Entre as funções do caso atributivo marcado pelo sufixo *-ram ~-am*, estão a marcação do futuro no nome, na ausência do sufixo *-het* (SEKI, 2000, p. 11). Jensen (1998, p. 26) menciona que o Proto-Tupi-Guarani possui dois morfemas que ocorrem com radicais nominais e que indicam que o nome não serve mais às suas funções pretendidas e que o nome não começou ainda a servir às suas funções pretendidas. Esses morfemas são respectivamente, **pwer ~wer* e **-ram ~ am ~ wam*. Alguns autores (NORDLINGER e SADLER, 2004, 2008; TONHAUSER, 2007; CRUZ, 2016) discutem se esses sufixos, ou nomes no caso do Nheengatu e Tupinambá (cf. CRUZ, 2016), expressam distinções de tempo ou de aspecto, uma vez que o passado nominal poderia indicar aspecto perfeito. No entanto, há um consenso de que distinções TAM são também expressas nos nomes em línguas tupi-guarani.

Magalhães (2007, p. 161) descreve a ocorrência em Guajá de sufixos de atualização nominal, que são “sufixos derivativos endocêntricos que distinguem a existência atual e presente, não marcada, da existência virtual retrospectiva ou prospectiva.” Esses sufixos são cognatos dos sufixos de passado e futuro nominal das demais línguas tupi-guarani e desempenham funções semelhantes. O sufixo de atualização nominal retrospectiva *-ke(r)- ~ e(r)-* ocorre com nomes (77) e verbos (78)

nominalizados. O sufixo de atualização prospectiva *-rỹm-* (79) está em desuso segundo a autora, e tem sido substituído pelo uso da partícula de tempo futuro *ta* associada ao predicado nominal (80). A combinação semântica da existência virtual retrospectiva e prospectiva, com os sufixos retrospectivos e prospectivos associados podem indicar algo que foi projetado não realizado (81) (MAGALHÃES, 2007, p. 164). Magalhães (2007, p. 263) afirma que a categoria tempo nas cláusulas subordinadas completivas com verbos nominalizados é indicada pelo sufixo derivacional prospectivo ou o sufixo de atualização nominal retrospectivo.

- (77) *wari* *∅-memer-er-a*
 guariba R-filho-RETR-RFR
 'o filhote (morto) de guariba'
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 162)

- (78) ***a-xa*** *iwa-pe* *awa* ***∅-jaho-a-er-a***
 1SG.I-ver céu-LOC N.PRP R-ir-NMLZ-RETR-RFR
 'eu vi os Guajá irem para o céu'
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 263)

- (79) *jaha* ***a-japo*** *ha=∅-kaha-rỹm-a*
 eu 1SG.I-fazer 1SG.II-R-rede-PROSP-RFR
 'estou fazendo minha futura rede'
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 163)

- (80) *ha=r-ipa-∅* *ta*
 1SG.II-R-casa-RFR FUT
 'será minha casa'
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 164)

- (81) *Arika* ***n-imi-'u-ta-ker-a***
 N.PRP R-NMLZ-comer-FUT-RETR-RFR
 'a comida que seria de Arika'
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 164)

5.4.2.2 Aspecto

A categoria de aspecto diz respeito à relação entre estados do mundo e o tempo, podendo ser tanto contextual quanto lexical (TIMBERLAKE, 2007, p. 303). O aspecto contextual é, nesse sentido ligado a noções de estaticidade, atividade e mudança relacionados à constituição temporal interna do evento a partir da qual o evento é avaliado (TIMBERLAKE, 2007, p. 303) Givón (2001, p. 287). Givón (2001, p. 287-300) descreve três dimensões do aspecto, a saber, a perfectividade, a sequencialidade ou relevância e a imediatidade. A perfectividade diz respeito a fronteiras temporais (nítida ou difusa) e a duração (longa ou curta). Nos aspectos perfectivos há foco no término e delimitação, e está associado ao tempo [*tense*] passado, enquanto nos aspectos imperfectivos o foco é distanciado do término e das delimitações temporais. Assim, os aspectos imperfectivos podem ser subdivididos em progressivos-durativos-contínuos (indicando processos em curso) e habituais-repetitivos (eventos repetidos). Os aspectos perfectivos podem ainda ser classificados a partir de perspectivas remotas e vívidas de eventos ou sequência de eventos. Por fim, há o aspecto perfeito, o qual exibe traços de anterioridade (o evento/estado é anterior ao ponto de referência temporal), perfectividade (foco na delimitação temporal e completude), contra-sequencialidade (codificação de eventos fora da sua sequência natural) e relevância persistente (o evento é relevante para um ponto de referência temporal subsequente ao da sua realização).

A expressão do aspecto em Guajá é codificado morfologicamente e por partículas. As partículas são comuns nas línguas ameríndias (DOOLEY, 1990). Elas constituem, como afirma Seki (200, p. 82) “uma classe fechada de elementos não flexionáveis que se distinguem por ocorrerem não como ‘predicados’ [...], mas como operadores dêiticos, modalizadores, quantificadores e atitudinais.” As partículas são, em geral, formas presas, aproximando-se dos afixos e clíticos, mas há partículas extra-sentenciais que podem ser enunciadas isoladamente. Outra diferença entre as partículas e os clíticos e afixos e que as partículas podem se associar a diferentes tipos de constituintes, ocupar posições fixas na sentença ou em relação à sentença (SEKI, 2000, p. 83). As partículas são classificadas por Seki (2000, p.85) de acordo com as “posições em relação à sentença e no âmbito da sentença”, em partículas intra sentenciais (iniciais, flutuantes, de segunda posição e finais) e extra-sentenciais (fáticas e interjectivas). Essa definição e classificação das partículas é seguida, de modo geral, por Magalhães (2007) na sua descrição do Guajá. A seguir apresentarei partículas que expressam aspecto na língua.

A partícula final de aspecto perfectivo *xĩ* (82) ocorre na primeira cláusula e “tem escopo sobre todo o parágrafo” (MAGALHÃES, 2007, p. 87). Quando combinada com a partícula *ta* expressa um evento a ser completado em momento posterior (83).

- (82) *aria* *iramiri* ***ari-ka*** *xĩ*
 nós passarinho 1PL.EXCL-matar PFV
 ‘Nós matamos passarinho’
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 87)

- (83) *ha=r-y'y-a* ***a-japo*** *ta* *raka* *xĩ*
 1SG.II-R-flecha-RFR 1SG.I-fazer FUT AT1 PFV
 ‘Resolvi fazer flecha’
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 88)

A partícula de aspecto imperfectivo *xi* (84) “ocorre associada ao núcleo do predicado, mas fora dele” (MAGALHÃES, 2007, p. 99). Pode se combinar com a partícula *ta*, expressando um acontecimento que pode ou não vir a ser realizado (85).

- (84) *majhu-a* ***∅-xa*** *xi* *awa* *wỹ*
 jiboia-RFR 3.I-ver IPFV N.PRP PLU
 ‘os Awa estavam vendo a jiboia’
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 99)

- (85) ***ara-wata*** *xi* *aha* *wari* ***∅-ika*** *ta*
 1PL.EXCL-andar IPFV CTF guariba 3.I-matar FUT

xi=pa

IPFV= GER

‘Íamos andar querendo matar guariba’

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 99)

As partículas de aspecto perfeito *rape* e *jehe'e* combinam-se em uma mesma cláusula (86), com a primeira ocorrendo após o núcleo do predicado e a segunda em posição final (MAGALHÃES, 2007, p. 100). Elas também podem combinar-se com a partícula *ta*, indicando referência temporal futura (87).

A partícula intra-predicado de aspecto durativo *we* (91) indica um evento/estado que perdura no momento do ato de fala (MAGALHÃES, 2007, p. 113).

- (91) *i-xa'a* *we* *∅-jamyhỹ-'ỹ=ma*
 3.II-ver DUR 3.II-ter.fome-NEG=GER
 'permaneceu crescendo sem passar fome'
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 113)

A partícula intra-predicado *japỹ* ~ *japỹn* (XX) indica repetição do evento do núcleo do predicado ao qual se associa (MAGALHÃES, 2007, p. 114).

- (92) *amõ* *mehẽ* *xĩ-xa* *japỹ* *ta*
 outro quando 1PL.INCL-ver REP FUT
 'outro dia vamos ver de novo'
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 114)

A partícula intra-predicado *e* ~ *re* ~ *ke* ~ *we* indica, segundo Magalhães (2007, p. 114) aspecto lusivo, expressando que não há motivação para a realização do evento/estado (93). Como se refere às condições de realização de um evento/estado, também está relacionada a distinções de modalidade. Associada a predicados nominais podem indicar entidades de pouco valor (94). Em alguns contextos pode indicar também restrição do evento/estado da proposição (95).

- (93) *a-manõ* *e* *i-pe*
 2.IMP-dar LUS 3.II-DAT
 'dê para ele gratuitamente'
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 114)

- (94) *∅-u* *Xiparẽxa'a-∅* *apaj* *anỹ* *amõ* *kahu* *we-pe*
 3.I-vir N.PRP-RFR rápido CON algum carro LUS-LOC
 'Xiparẽxa'a veio rápido em um carro qualquer'
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 115)

- (95) *jaha* *pira* *a-jka* *re*

eu peixe 1SG.I-matar LUS

‘eu estava só pescando’

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 115)

Além das partículas, o aspecto pode ser expresso morfologicamente em Guajá. Em verbos não monossilábicos, a reduplicação monossilábica da segunda sílaba do verbo expressa sucessividade (96) e a reduplicação dissilábica expressa iteratividade (97), enquanto em verbos monossilábicos a reduplicação pode expressar tanto sucessividade quanto iteratividade ou intensidade (98) (MAGALHÃES, 2007, p. 222-223).

- (96) *∅-mata~tarõ* *karai-a* *ira-∅* *ika* *anỹ*
 3.I-podar~SUC não-indígena-RRF árvore-RFR POS1 CON
 ‘o não-indígena podou as árvores uma após a outra’
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 222)

- (97) *taky-a* *ira-∅* *∅-marõ~marõ* *ika* *anỹ*
 faca-RFR árvore-RFR 3.I-cortar~ITER POS1 CON
 ‘a faca ficou cortando a árvore’
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 222)

- (98) *∅-po~po*
 3.I-pular~INTS
 ‘pulou muito/pulou uma vez após a outra/ficou pulando’
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 223)

A incorporação de temas verbais pode exprimir aspecto cessativo, segundo MAGALHÃES (2007, p. 225). O tema verbal *-pa* ocorre com núcleos verbais ativos (99) e o tema *-kwa* ocorre com núcleos verbais estativos (100) (MAGALHÃES, 2007, p. 225). O tema verbal *-pa* pode também ser interpretado como indicador de aspecto completivo, indicando que o evento foi completamente realizado, como o cognato *-pãw* do Tapirapé descrito por Praça (2007, p. 114).

- (99) *a-japo-pa*
 1SG.I-fazer-terminar

‘terminei de escrever’ (lit. terminei de fazer)

- (100) **a-wa'a** *tapo* *ha=∅-kaha-pe* **ha=∅-kara'ahy-kwa=pa**
 1SG.I-cair POS4 1SG.II-R-rede-LOC 1SG.II-R-estar.cansado-passar=GER
 ‘eu deitei na minha rede para deixar de ficar cansado’
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 225)

5.4.2.3 Modos e modalidades

Timberlake (2007, p. 315) afirma que a modalidade é uma “avaliação de realidade alternativas mediada por uma autoridade.”¹³ As alternativas dizem respeito a “como viemos a saber e falar sobre o mundo, como o mundo veio a ser como é, se ele pode ser diferente do que é, o que é necessário para torná-lo o que queremos.”¹⁴ Essas alternativas, são escolhidas e avaliadas por uma autoridade, que pode ser o falante, outro participante ou outra situação. Palmer (2001, p. 1), seguindo Mithun (1999), opõe proposições factuais e não-factuais, ou ainda, *realis* (situações atualizadas ou em curso) e *irrealis* (situações não atualizadas, apenas imaginadas ou pensadas). O autor estabelece ainda a distinção entre sistemas modais *realis/irrealis*, por um lado, e modo, por outro lado (PALMER, 2001, p. 2). O modo é relacionado à oposição entre indicativo e subjuntivo, correspondendo respectivamente à marcação das categorias de Realis e Irrealis.¹⁵ A exceção à oposição binária são os modos imperativo e jussivo. Os sistemas modais também operam com essa oposição entre Realis e Irrealis, porém em outros termos que a marcação do indicativo e subjuntivo. Tanto modo quanto sistemas modais de *realis* e *irrealis* expressam uma oposição entre as categorias gramaticais de Realis e Irrealis, porém, segundo Palmer (2001, p. 5) há diferenças, como: 1) o subjuntivo ocorre geralmente em cláusulas subordinadas; 2) sistemas modais de *realis* e *irrealis* geralmente ocorrem com outros marcadores gramaticais; 3) ambos são redundantes, porém por razões distintas, uma vez que *irrealis* ocorre com outros marcadores gramaticais e a ocorrência do subjuntivo é determinada pelo tipo de complementizador; 4) sistemas indicativo/subjuntivo ocorrem geralmente com sistemas de tempo, ao contrário dos sistemas *realis/irrealis*. Como

¹³ “[...] *consideration of alternative realities mediated by an authority*”.

¹⁴ “[...] *how we come to know and speak about the world, how the world came to be as it is, whether it might be other than it is, what needs to be done to the world to make it what we want*”.

¹⁵ Palmer distingue Realis e Irrealis como categorias gramaticais de *realis* e *irrealis* como noções.

aponta Palmer (2001, p. 7), os dois sistemas geralmente ocorrem em uma mesma língua e é difícil distingui-los. No entanto, para apresentação dos sistemas de modalidade do Guajá seguirei a distinção para apresentar os modos dependentes e independentes, expressos por meio de marcação nos verbos, e modalidades, expressos geralmente por partículas.

5.4.2.3.1 Modos independentes

Magalhães (2007, p. 244) distingue os modos independentes e dependentes em Guajá a partir da marcação de pessoa e da negação. Nos modos independentes, o sujeito é marcado no núcleo dos predicados verbais ativos por prefixos pessoais ou pronomes clíticos, de acordo com a hierarquia de referência e, no núcleo de predicados verbais estativos e predicados existenciais são marcados por pronomes clíticos. A distinção dos modos pode ser marcada por afixos e partículas.

5.4.2.3.1.1 Modo indicativo I

O modo indicativo I indica a realização de um evento (101), estado (102) ou condição de existência (103) e seu núcleo é negado pelo proclítico *ni= ~ nV= ~ n=e* pelo sufixo *-i ~ -j – ki ~ -ri* (104), posicionados respectivamente antes do marcador de pessoa e após o núcleo do predicado (MAGALHÃES, 2007, p. 244).

(101) *jaha piraxũ-a a-'u*
 eu curimatá-RFR 1SG.I-comer
 eu comi curimatá'

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 244)

(102) *h-e ra'o 'y-a*
 3.II-ser.gostoso muito água-RFR
 'a água está muito gostosa'

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 245)

(103) *kwarahy*
 sol
 'tem sol'

(Extraído de Magalhães, 2007, p. 246)

- (104) ***n=a-'u-j*** *pira-∅*
 NEG=1SG.I-comer-NEG peixe-RFR
 'não comi peixe'
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 245)

5.4.2.3.1.2 Modo imperativo

Segundo Magalhães (2007, p. 250-252) o modo imperativo indica a tentativa do ouvinte em fazer com que ele realize um evento, estado ou condição de existência. Nos predicados verbais ativos (105) o modo imperativo é marcado nos argumentos A e Sa pelos prefixos pessoais imperativos *a-* para primeira pessoa e *pV-* para segunda pessoa (NASCIMENTO, 2008, p. 42). Quando o argumento O dos verbos transitivos é de primeira pessoa, o pronome clítico é marcado, de acordo com a hierarquia de referência (106). Nos predicados verbais estativos (107) e existenciais (108) o modo imperativo é expresso pelos pronomes dependentes de segunda pessoa no argumento So. Magalhães (2007, p. 252) aponta ainda que pragmaticamente o modo imperativo em Guajá também é usado para indicar aprovação. Da mesma maneira que o modo exortativo e o modo imperativo são negados com a partícula *mě ~ amě ~ kamě* (108).

- (105) ***pa-raho*** *pijã*
 2PL.IMP-levar vocês
 'levem vocês'
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 251)

- (106) ***ha=∅-pyhy***
 1SG.II-R-pegar
 'me pegue'
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 183)

- (107) ***ni=∅-kira-apaj***
 2SG.II=R-ser.gordo-rápido

‘engorde rapidamente’

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 252)

(108) *pĩ=∅-mymy kamẽ*

2PL.II=R-filho NEG

‘não tenha filhos’

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 252)

5.4.2.3.1.3 Modo exortativo

O modo exortativo pode ocorrer em predicados verbais ativos (109) e estativos (110), além de predicados existenciais (111), e expressam ou estimulam a realização de um evento, transformação de um estado ou existência de uma entidade (MAGALHÃES, 2007, p. 253). Esse modo é marcado pelo proclítico *t= ~ tV=* no núcleo do predicado. Quando o sujeito é de primeira pessoa do plural inclusiva ocorre o prefixo *xi ~ xV* (112), que pode coocorrer com a partícula *are* (113), que, por sua vez, ocorre em posição inicial ou imediatamente anterior ao prefixo exortativo. A negação no modo exortativo é realizada com a partícula *mẽ ~ amẽ ~ kamẽ* (114).

(109) *kararuhu t=ar-ika iha=∅-pe*

paca EXO=2SG.I-matar eu=R-DAT

‘que você mate paca para mim’

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 254)

(110) *ta=h-aku t-ata-pe*

EXO=R-estar.quente R-fogo-LOC

‘que es quente no fogo’

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 254)

(111) *ta=h-awy*

EXO=R-sangue

‘que haja sangue’

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 254)

(112) *xi-kere aha*

1PL.EXO-dormir CTF

‘vamos dormir para lá’

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 254)

- (113) *are xo-ho apaj ri*
 EXO 1PL.EXO-ir rápido logo
 ‘vamos!’

- (114) *are xo-ho mē*
 EXO 1PL.EXO-ir NEG
 ‘não vamos não!’

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 254)

O modo permissivo também pode indicar construções permissivas com a partícula *amē*, de posição inicial, indicando “o desejo de ver concedida a permissão para a realização de um evento ou estado [(115)], ou na forma negativa, a proibição dessa concessão (116)”, ou ainda “um pedido de espera pela realização do evento ou estado (117)” (MAGALHÃES, 2007, p. 255).

- (115) *amē Vale kahu ti=∅-manō ari=∅-pe*
 PERM Vale carro EXO-3.I-dar 1PL.EXCL-LOC
 ‘Que a Vale dê o carro para nós’

- (116) *amē karai ka'a ti=∅-myny kamē*
 PERM não.indígena mata EXO=3.I-queimar NEG
 ‘Que os não-indígena não queimem a mata’

- (117) *amē t=a-jwy ta awa jaha ri*
 PERM EXO=1SG.I-voltar FUT CTP eu logo
 ‘Espera que eu voltarei logo’

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 255)

5.4.2.3.2 Modos dependentes

Os modos dependentes ocorrem, segundo Magalhães (2007) nas cláusulas subordinadas e serão apresentados a seguir. O modo indicativo II é descrito em Magalhães (2007, p. 247) como um modo independente, porém, devido a sua

dificuldade de classificação como tal e indicações de análises mais recentes que indicam sua relação com a nominalização e subordinação (CRUZ, PRAÇA, MAGALHÃES, p. 2017) será discutido entre os modos dependentes.

5.4.2.3.2.1 Modo subjuntivo

De acordo com Magalhães (2007, p. 269), os núcleos de predicado no modo subjuntivo ocorrem em cláusulas subordinadas e expressam referência temporal subsequente (118) ou simultânea (119) em relação à cláusula principal. Esse modo ocorre com o morfema subordinador *mehẽ* ~ *amehẽ*, que pode se associar a temas verbais ativos, estativos e a nomes. Em predicados verbais ativos seguidos de morfema subordinador, ocorre uma cláusula subordinada adverbial que indica tempo subsequente. Já em predicados verbais estativos a cláusula subordinada pode indicar tanto tempo subsequente quanto tempo simultâneo.

- (118) \emptyset -*xu'u* *inamiĩ-a* \emptyset -*iwy* *mehẽ*
 3.I-morder jararaca-RFR 3.II-voltar SUB
 'a jararaca o mordeu quando ele voltou'
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 272)

- (119) Makaritỹ-a \emptyset -*ikwẽ* *awa-pe* **i-pa'aruhu** *mehẽ*
 N.PR.-RFR 3.I-permanecer Awa-LOC 3.II-estar.grávida SUB
 'Makaritỹa permaneceu na (aldeia) Awa enquanto esteve grávida'
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 272)

5.4.2.3.2.2 Modo consecutivo

O modo consecutivo em Guajá ocorre com a partícula *nẽ* ~ *anẽ*, que indica que o evento expresso pelo núcleo do predicado que o acompanha é anterior ao evento expresso pela cláusula principal (MAGALHÃES, 2007, p. 273). Cláusulas subordinadas no modo consecutivo ocorrem sempre após a cláusula principal (120).

- (120) **ari-jaho** *ta* *ramõ* *e* *kyry'y* *are=r-ipa-pe*
 1PL.I-ir FUT IMED LUS MUD 1PL.II=R-casa-LOC

ha-xak *anẽ*

1SG.II-ver CONS

‘nós vamos imediatamente para nossa casa depois de vê-la (a estrada)’

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 276)

5.4.2.3.2.3 Modo indicativo II

O modo indicativo II, segundo Magalhães (2007, p. 247), ocorre quando há “advérbios ou construções adverbiais topicalizados em posição inicial na oração independente”, ou ainda quando há partícula inicial fixa antes da oração. Praça, Magalhães e Cruz (2017) afirmam, no entanto, que as modificações morfológicas no núcleo do predicado das orações principais que ocorrem quando expressões adverbiais são deslocadas para o início da sentença poderiam ser interpretadas como um tipo de nominalização. Ao comparar dados de línguas da família tupi-guarani, especialmente o Tupinambá, Apyãwa, Nheengatu e Guajá, as autoras defendem que a nominalização é um fenômeno produtivo nessa família linguística e que construções classificadas por outros autores como indicativo II indicam alto grau de omni-predicatividade nessas línguas. A omni-predicatividade é definida por Praça, Magalhães e Cruz (2017) como o

fato de que as principais entradas lexicais acessam a função predicativa primariamente, isto é, classes principais de palavras, como a dos nomes e verbos, têm a mesma predisposição para exercerem função de predicado, sem que qualquer uma delas precise ser alterada morfológicamente para tal.

Em línguas como o Tupinambá e o Apyãwa, para ocorrer como argumento, basta que nomes e verbos sejam acompanhados pelo sufixo *-a* ~ *-∅*. Segundo Queixalós (2006), esse sufixo torna possível que raízes possam referir, ainda que sejam primariamente predicados e, portanto, não possam referir por si mesmas. Esse sufixo, comum às línguas tupi-guarani, é denominado pelo autor como referenciante.

Em Guajá, nomes e verbos funcionam primariamente como predicados ((121), (122) e (123)), mas para funcionar como argumentos os verbos têm que ser nominalizados. Além disso, em Guajá, o sufixo referenciante *-a* ocorre apenas com nomes.

(121) *jawaruhu-a o-ho*
 onça-RFR 3.I-ir
 a onça foi embora'
 (Adaptado de Praça, Magalhães, Cruz, 2017)

(122) *ha=r-a'y(r) jaha*
 1SG.II=R-filho eu
 'eu tenho filho' (Lit.: '(existe) meu filho')
 (Adaptado de Praça, Magalhães, Cruz, 2017)

(123) *ha=r-a'yr-a jaha*
 1SG.II=R-filho-RFR eu
 'eu sou seu filho'
 (Adaptado de Praça, Magalhães, Cruz, 2017)

Assim, Praça, Magalhães e Cruz (2017) defendem que essas línguas são omnipredicativas, uma vez que nomes e verbos são primariamente predicados em Tupinambá, Apyãwa, Nheengatu e Guajá e tanto nomes quanto verbos podem ocorrer como argumentos em todas as línguas, ainda que seguido de sufixo referenciante para as duas primeiras e os verbos nominalizados para as duas últimas. Desse modo, as autoras afirmam que expressões adverbiais nessas línguas podem funcionar como predicados sem cópula, característica das línguas omnipredicativas. Em (124), um sintagma posposicional funciona como predicado, uma vez que o nome *tapi'ir-a* funciona como argumento do predicado adverbial *ka'ape*. Em (125), por sua vez, o nome *tapi'ir-*, ocorre sem o sufixo referenciante, exercendo a função de predicado existencial e a expressão adverbial exerce a função de adjunto.

(124) *tapi'ir-a ka'a-pe*
 anta-RFR mato-LOC
 'A anta está no mato'
 (Adaptado de Praça, Magalhães, Cruz, 2017)

(125) *tapi'i(r) ka'ape*
 anta mato-LOC
 'Tem anta no mato' (Lit.: (Existe) anta no mato)

(Adaptado de Praça, Magalhães, Cruz, 2017)

Em Tupinambá, ocorrem mudanças morfológicas na expressão dos prefixos pessoais (da série I para a série II) em verbos ativos e com a ocorrência do sufixo nominalizador *-u ~ -i* (PRAÇA, MAGALHÃES e CRUZ, 2017) nas construções com sintagmas adverbiais e posposicionais em primeira posição. Em Guajá, por sua vez, a mudança morfológica ocorre apenas com prefixos de terceira pessoa, como em (126). Além disso, ocorre o sufixo nominalizador *-ni* e esse tipo de nominalização, chamada também de indicativo II (Magalhães, 2007), como também ocorre com predicados que possuem verbos ativos como núcleo (126), predicados com verbos estativos como núcleo (127) e com predicados existenciais com um nome no núcleo (128) (PRAÇA, MAGALHÃES e CRUZ, 2017).

(126) *terẽ* *∅-pepe* ***i-ho-ni***
 trem R-em 3.I.-ir-NMLZ
 ‘Por trem, ele foi’
 (Adaptado de Praça, Magalhães, Cruz, 2017)

(127) *mõ* *kararuhu* ***i-kira-ni*** *mimehẽ*
 INT paca 3.II-ser.gordo-NMLZ quando
 ‘Quando a paca estará gorda?’
 (Adaptado de Praça, Magalhães, Cruz, 2017)

(128) *kwa* *kwarahy-ni* *mĩ-pe*
 MOSTR sol-NMLZ longe-LOC
 ‘Há sol (longe)’
 (Adaptado de Praça, Magalhães, Cruz, 2017)

Praça, Magalhães e Cruz (2017) defendem então que “a expressão adverbial na primeira posição torna-se o predicado principal, e o antigo predicado é, por consequência, nominalizado, por passar a funcionar como argumento do predicado adverbial.” Segundo as autoras, os predicados adverbiais em Tupinambá, Apyãwa, Nheengatu e Guajá em primeira posição podem ser monovalentes, com apenas um advérbio que exige um argumento externo, ou divalentes, com um sintagma adverbial que ocorre com um argumento interno e um argumento externo (PRAÇA,

MAGALHÃES e CRUZ, 2017). Ainda que para o Tupinambá esse tipo de nominalização, que ocorre com expressão adverbial na primeira posição, tenha características de nominalizações, com marcação de pessoa e negação características dessas construções, em Guajá o sufixo *-ni* é interpretado como marca de subordinação (PRAÇA, MAGALHÃES e CRUZ., 2017), já que ocorre também com nomes (128). Quando a expressão adverbial ocorre na primeira posição, o antigo predicado principal não se torna seu argumento, mas um predicado subordinado.¹⁶ Segundo Praça, Magalhães e Cruz (2017) a subordinação é atestada pela perda de características mais finitas, como a substituição das marcas pessoais da série I pelas da série II.

5.4.2.3.2.4 “Modo” gerúndio

O gerúndio é classificado por Magalhães (2007, p. 266) como um modo dependente. Ele está relacionado a construções amplamente descritas para línguas da família tupi-guarani, como por Anchieta ([1595] 1990) e Rodrigues ([1951] 2011), e se refere a “construções envolvendo dois ou mais verbos, com ocorrência altamente restrita em situações em que há correferência entre argumentos dos mesmos” (SEKI, 2014, p. 686). Jensen (1998, p. 529) chama essas construções de construções de verbos seriais, nas quais dois ou mais verbos que têm o mesmo sujeito S ou A, são usados em uma única cláusula e percebidos como parte de uma única ação. Ainda segundo Jensen (1998, p. 529), nas construções de verbo serial a marcação de pessoa no verbo serial dependente é absoluta e recebe um sufixo de verbo serial dependente **-a ~ *-aβo ~ *-ta* no Proto-Tupi-Guarani.

Em Guajá, o modo gerúndio ocorre no núcleo do predicado de cláusulas adverbiais que exprimem finalidade. Segundo Magalhães (2007, p. 266), “as orações cujo núcleo se encontra flexionado no modo gerúndio funcionam como uma oração dependente adverbial temporal quando o evento realizado é simultaneamente ao evento da oração principal”, como em (129) e (130). O modo gerúndio em Guajá ocorre, de acordo com Magalhães (2007, p. 269), quando um predicado verbal é precedido por outro tipo de predicado com sujeito correferente. O modo gerúndio é marcado pelo sufixo *-a* em temas terminados na consoante /k/, (131), e pelo pós-clítico *=pa ~ =ma* em temas terminados em vogal, como em (129) e (130).

¹⁶ Essa hipótese será revista nesta tese a partir dos dados que apontam que a nominalização é uma estratégia de subordinação na língua guajá.

(129) **∅-aho** *takŷn-a* **wewe=pa**

3SG.I-ir tucano-RFR voar=GER

‘o tucano foi embora voando’

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 267)

(130) **a-jku** *wy* *r-ehe* **jã=ma**

1SG.I-ficar chão R-sobre cantar=GER

‘eu fiquei no chão cantando’

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 267)

(131) **a-ju** **ha-xak-a**

1SG.I-vir R-ver=GER

‘vim para vê-lo’

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 267)

A negação de orações no modo gerúndio ocorre com o sufixo negativo *-ŷ ~ -y'ŷ*, que nega orações dependentes, como em (132) e (133).

(132) **a-ju** *xia* *mukuri* **∅-'u-'ŷ=ma** **a-'u** *kyry'y*

1SG.I-vir aqui bacuri R-comer-NEG=GER 1SG.I-comer MUD

‘eu vim aqui sem comer bacuri. Agora eu comi.’

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 268)

(133) **a-jwy** *ka'a* *r-ia* *wari* **∅-xak-y'ŷ=ma**

1SG.I-voltar mata R-de guariba R-ver-NEG=GER

‘eu voltei da mata sem ver guariba’

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 267)

As orações dependentes no modo gerúndio ocorrem sempre após a cláusula principal. O núcleo do predicado da cláusula principal pode ser um verbo intransitivo ativo ou transitivo, (134) e (135), um verbo intransitivo estativo ou um nome.

(134) **ha=r-atŷ** *ate* *tar* *e* *kanũ* **∅-jaky=pa**

1SG.II=R-atŷ REAL PROJ LUS canoa R-mexer=GER

‘eu vou ficar realmente forte ao mexer (remar) a canoa’

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 269)

- (135) *a'e* *t-u-ker-a* ***imahyk-a***
 esse R-pai-RETR-RFR estar.bravo-GER
 'esse que era pai dele estava bravo'

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 269)

5.4.2.3.3 Modalidades

A modalidade, segundo Palmer (2001, p. 8), pode ser distinguida em modalidade proposicional, relacionada a atitude do falante em relação ao valor de verdade ou ao *status* factual da proposição, e modalidade de evento, que se refere a eventos que são potenciais, mas não realizados. Na modalidade proposicional, o falante pode expressar julgamentos sobre o factuality da proposição (modalidade epistêmica) ou indicar as evidências que possui para sua factuality (modalidade evidencial). Na modalidade de evento, por sua vez, a realização do evento pode estar relacionada a fatores externos ao seu participante (modalidade deôntica), como a obrigação e permissão, ou estar relacionada a fatores internos ao seu participante (modalidade dinâmica), como capacidade e vontade.

As distinções de modalidade são expressas em Guajá por partículas que, como afirmado anteriormente, podem ocorrer em posições diversas e serão apresentadas a seguir. A partícula de posição final de modalidade epistêmica evidencial *araka ~ raka* indica um evento/estado 'atestado pelo falante em passado recente' (136), e quando combinada com a partícula *ta* (137), indica "um acontecimento vivido pelo locutor e que ele desejava que ocorresse" (MAGALHÃES, 2007, p. 82).

- (136) ***h-e*** *ra'o* *raka*
 3.II-ser.gostoso muito AT1
 'era muito gosto'

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 82)

- (137) *hajr-a* ***a-'u*** *ta* *raka* *xãm*
 mel-RFR 1SG.I-comer FUT AT1 INTJ
 'eu quis comer mel'

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 83)

A partícula de posição final evidencial epistêmica *araka'i ~ raka'i* (138) indica um evento/estado atestado pelo falante em passado remoto (MAGALHÃES, 2007, p. 83).

- (138) **a-xa** *raka'i*
 1SG.I-ver AT2
 'eu vi' (e estava lá, há muito tempo)
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 83)

A partícula de posição final evidencial epistêmica *je* (MAGALHÃES, 2007, p. 84) indica um evento/estado atestado por terceiro (139).

- (139) **ari-kere** *py* *aha* *ikwamehẽ* **ha-xak-a** *je*
 1PL.EXCL-dormir primeiro CTF dia.seguinte 3.II-ver-GER MED
 'Disseram que primeiro nós vamos dormir para amanhã vê-la'
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 84).

Essas partículas evidenciais podem também indicar tempo passado (cf. DIETRICH, 2010; MAGALHÃES, 2007, p. 175), estabelecendo distinções entre passado remoto e vívido (cf. GIVÓN, 2001).

Outra partícula de modalidade epistêmica comum no Guajá é a partícula de posição final dubitativa *ra'a* (140), que indica dúvida do locutor em relação à proposição e ocorre em posição final, exceto quando ocorre junto à partícula de aspecto perfectivo *xĩ* (MAGALHÃES, 2007, p. 85).

- (140) *mô* *xahu* *mõ* *ra'a*
 Q porção Q DUB
 'Onde será que está o porção?'
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 85)

A partícula epistêmica de possibilidade *apo ~ ajpo* (141) indica que o locutor considera a proposição apenas como uma possibilidade e seu escopo é do elemento que o precede (MAGALHÃES, 2007, p. 85).

(141) *∅-u ta apo pe-pe wỹ*

3.I-vir FUT POSS lá-LOC PLU

‘Talvez eles venham de lá’

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 85)

A partícula intra-predicado similativa *rawỹ ~ nawỹ ~ nawỹn* indica que o falante supõe que o enunciado seja verossímil (142) ou que o falante prevê uma resposta a uma pergunta (143) (MAGALHÃES, 2007, p. 116). Quando ocorre associada à partícula *ipe* indica a negação de um constituinte (144) e após construções equitativas indica semelhança (145) (MAGALHÃES, 2007, p. 116).

(142) *pĩ=∅-tamỹ pãj ta nawỹ*

2PL.II-R-chefe TOT FUT SIMIL

‘Aparentemente vocês todos serão chefes’

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 116)

(143) *ma'a nawỹ?*

Q SIMIL

‘O que é?’

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 116)

(144) *a-kere awỹ te i-pe xĩ pape a-japo tapo*

1SG.I-dormir SIMIL REAL 3.II-DAT PFV papel 1SG.I-fazer POS4

ko ha=r-ripa-pe

aqui 1SG.II=R-casa-LOC

‘não era dormindo mesmo que eu estava, eu estava estudando deitada aqui na minha casa’

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 117)

(145) *a'e pãj awa-∅ rawỹ karai-ryn-a amõ-a*

DEM TOT N.PRP-RFR SIMIL não-indígena-SEME-RFR outro-RFR

‘Eles todos são parecidos com os Awa Guajá, os estrangeiros são outros’

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 1117)

A partícula intra-predicado de contrafactualidade *neme'ẽ* indica um evento/estado prestes a ser realizado (146) (MAGALHÃES, 2007, p. 119).

- (146) \emptyset -*wa'a* *neme'ẽ*
 3.I-cair quase
 'ele quase caiu'

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 119)

A partícula de posição final de modalidade deôntica *niĩ* (147), que indica que o falante tem a intenção de que um evento/estado ocorra e ocorre geralmente nos modos imperativo e exortativo (MAGALHÃES, 2007, p. 90).

- (147) *amẽ* *t=a-puwỹ* *ni* *niĩ*
 PERM EXO=1SG.I-fiar logo INTEN
 'deixa que eu fio logo'

(Adaptado de MAGALHÃES, 2007, p. 90)

A partícula intra-predicado *mẽ* indica “um julgamento de valor por parte do falante no qual ele expressa a sua preferência em que o fato narrado ocorra” (MAGALHÃES, 2007, p. 119) e ocorre com verbos associados à partícula de pressuposição *te* ~ *ate* (148) ou o sufixo de intensidade *-hy* ~ *-hu* (149).

- (148) \emptyset -*aho* *ate* *mẽ* *karai* *are=∅-ka'a* *r-ia*
 3.I-ir REAL COND não-indígena 1PL.EXCL.II-R-mata R-ABL
 'Seria bom se os não-indígenas realmente fossem embora do nosso mato'

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 120)

- (149) \emptyset -*ur-yhy* *mẽ* *polícia ka'a* *r-ehe* *anỹ*
 3.I-vir-INTS COND polícia mata R-sobre CON
 'E seria bom se a polícia viesse mesmo para a mata!'

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 119)

A partícula de posição inicial de modalidade deôntica *xape* (150) indica que o falante deseja que um evento/estado ocorra ou tenha ocorrido (MAGALHÃES, 2007, p. 81).

e outras partículas intra-predicado. Já os alomorfes *ate* e *ete* ocorrem em variação livre nos outros ambientes (MAGALHÃES, 2007, p. 117).

(155) *u-'u ate katy*

3.I-comer REAL bem

'ela come realmente bem'

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 118)

(156) *ha=r-atỹ ate tar e kanũ Ø-jaky=pa*

1SG.II-R-ser.forte REAL FUT LUS canoa 3.II-mexer=GER

'eu vou ficar realmente forte mexendo a canoa'

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 269)

(157) *jawar ete-a*

onça REAL-RFR

'onça verdadeira'

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 118)

(158) *jaha te*

eu REAL

'sou eu mesmo'

(Extraído de Magalhães, 2007, p. 119)

5.5 Formas verbais menos finitas

Nesta subseção, serão apresentadas as formas menos finitas dos verbos expressas pelo caso translativo.

5.5.1 Caso translativo

O caso translativo em Guajá ocorre, segundo Magalhães (2007, p. 140), com o sufixo *-reme* ~ *-neme* ~ *-eme* em nomes que possuem a função de complementos circunstanciais translativos, como em (159). Nesse caso, os nomes constituem "construções adverbiais que indicam a aquisição de uma propriedade (designada pelo nome sufixado com *-reme*) por um dos argumentos da oração" (MAGALHÃES, 2007, p. 140). O alomorfe *-reme* ocorre em temas terminados em vogal oral, *-neme* em

termas terminados por vogal nasal e o alomorfe *-eme* ocorre em temas terminados por consoante. Como argumento de verbos intransitivos, o nome no caso translativo indica a propriedade adquirida pelo único argumento do verbo (160), enquanto que como argumento de verbos transitivos, os nomes no caso translativo indicam a propriedade adquirida pelo objeto do verbo (161).

(159) *Mair-a* *∅-po* *tapi'ir-eme*
 Maíra-RFR 3.I-pular anta-TRANS
 'Maíra pulou como anta' (Maíra virou anta)
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 140)

(160) *jaha* *a-jku* *ta* *∅-papejapohar-eme*
 eu 1SG.I-ficar FUT R-professor-TRANS
 'eu vou ficar como professora' (eu vou virar professora)
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 140)

(161) *ita* *a-japo* *ta* *ha=∅-wy'y-reme*
 metal 1SG.I-fazer FUT 1.SG.II-R-flecha-TRANS
 'do metal eu farei minha flecha' (eu farei metal virar/ser flecha')
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 140)

5.6 Sentenças complexas e subordinação em Magalhães (2007)

Em Magalhães (2007), única descrição morfossintática disponível da língua guajá, define-se que os principais parâmetros que diferenciam cláusulas dependentes e independentes no Guajá é a marcação de pessoa e a negação. Nas cláusulas independentes, a marcação de pessoa é realizada por prefixos pessoais ou pronomes dependentes no núcleo para predicados eventivos¹⁷ (162), enquanto para predicados existenciais (163) ou estativos (164) a marcação de pessoa ocorre com pronomes dependentes no núcleo, associados à prefixos relacionais. A exceção ocorre com o modo indicativo II. As orações independentes podem ocorrer no modo indicativo I, indicativo II (ou modo circunstancial), imperativo, exortativo e permissivo.

¹⁷ A marcação por prefixos pessoais ou pronomes dependentes é condicionada pela hierarquia de referência apresentada em 5.3.4.

(162) **a-wyhy**

1.I-correr

'(eu) corri'

(Adaptado de Magalhães, Mattos, 2014, p. 264)

(163) *tapi'i ka'a-pe*

anta mato-LOC

'(tem) anta (no mato)'

(Adaptado de Magalhães, Mattos, 2014, p. 267)

(164) **ha=r-ahy**

1.II=R-estar.doente

'eu estou doente'

(Adaptado de Magalhães, Mattos, 2014, p. 264)

Em relação às sentenças complexas, Magalhães (2007, p. 257) considera que há coordenação de cláusulas quando vários núcleos de predicados independentes ocorrem em sequência em uma mesma sentença, ligados por justaposição ou conjunção aditiva. Quando ocorre justaposição de núcleos de predicados, a unidade da sentença é expressa fonológica ou lexicalmente (repetições ou paráfrase). Em Guajá, a justaposição de cláusulas pode expressar relações de temporalidade, adição, contraste, comparação e alternância (Magalhães, 2007, p. 259), entretanto, não há exemplos analisados de maneira detalhada que demonstrem a expressão dessas relações em Magalhães (2007). A sequência de eventos é expressa pelo modo indicativo, com predicados independentes, segundo o parâmetro de marcação de pessoa por prefixos pessoais (165). Magalhães (2007, p.259) afirma ainda que a independência dos predicados justapostos pode ser atestada pela negação, que ocorre de forma independente para cada predicado com os morfemas $n(V)= \dots-i\sim-j$. A coordenação em Guajá também pode ocorrer por meio de partícula de posição final, *anỹ ~ nỹ* (166), que ocorre na última cláusula da sentença ou no final de cada cláusula em uma sequência (MAGALHÃES, 2007, p.260). As cláusulas coordenadas por partícula expressam repetição ou sequência de eventos, realizados por mesmo sujeito ou sujeitos diferentes.

(165) **a-jka**

xahu-a

a-mike'ë

ka'a-pe

1SG.I-matar porcão-RFR 1SG.I-moquear mato-LOC

'matei o porcão e o moqueei no mato'

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 258)

- (166) *jaha h-a'o-ker-a a-'u i-pi'a-ker-a a-'u*
 eu R-carne-RETR-RFR 1SG.I-COMER R-fígado-RETR-RFR 1SG.I-comer

anỹ

CONJ

'eu comi a carne dele e comigo o fígado dele também'.

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 260)

Já as relações de subordinação em Guajá podem ocorrer em dois níveis, segundo Magalhães (2007, p. 261), de acordo com a presença de morfema subordinador. No nível sintático, há a presença de morfema subordinador, enquanto no nível semântico, construções adverbiais de finalidade e condição são resultantes da justaposição de orações. As orações subordinadas em Guajá podem ser completivas (167), com orações nominalizadas que funcionam como sintagmas nominais, ou adverbiais (168), com orações que funcionam como modificadoras de predicados. As orações completivas são formadas a partir de nominalizações, enquanto as orações adverbiais de causa e circunstância são também formadas a partir de nominalizações, e as demais orações adverbiais a partir de núcleos de predicados nos modos gerúndio (169) e (170), subjuntivo (171) e (172) e consecutivo (172).

- (167) *Marina-∅ ∅-men-a ∅-mumu'ũ ma'apiruhu*
 Marina-RFR R-marido-RFR 3.I-ensinar bola

∅-japi-ha-∅ are=∅-pyry

R-atirar-NZR-RFR 1PL=R-junto

'o marido de Marina nos ensinou a jogar bola'

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 262)

- (168) *a-kije are=∅-manũ-ta-ha r-ia*
 1SG.I-ter.medo 1PL.II=R-morrer-FUT-NZR R-de

'eu tive medo que nós morrêssemos'

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 264)

(169) *∅-aho takỹn-a wewe=pa*

3.I-ir tucano-RFR voar=GER

'o tucano foi embora voando'

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 267)

(170) *jaha a-jaho ka'a-pe ni=r-u r-aka=pa*

eu 1SG.I-ir mato-LOC 2SG.II=R-pai R-procurar=GER

'eu fui para o mato procurar teu pai'

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 267)

(171) *awa-∅ n=∅-imahy we tar-i Hosỹna*

Guajá-RFR NEG=3II-estar.bravo DUR FUT-NEG Rosana

∅-u-ỹ mehẽ xia

3.II-vir-NEG SUB aqui

'Os Guajá não vão mais ficar bravos quando Rosana não vier'

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 270)

(172) *Hajkarmykyỹ-a ∅-aho ta ka'ape wari*

N.PR-RFR 3.I-ir FUT mato-LOC guariba

∅-ika-pa i-kira mehẽ

3.II-matar-GER 3.II-estar.gordo SUB

'Hajkarmykyỹa vai para o mato matar guariba; enquanto/quando ele; estiver gordo'

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 270)

(173) *∅-u Kamajru-a kwarahy kwae r-ipi wari ∅-mihĩ*

3.I-vir N.PR-RFR sol lá R-por guariba 3.II-assar

nẽ a'ia

CONS ele

'Kamairu veio pela tarde depois de assar o guariba'

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 274)

Os parâmetros considerados por Magalhães (2007, p. 261) para diferenciar cláusulas subordinadas de orações independentes e principais são a marcação de pessoa nos argumentos, o morfema usado na negação e, em alguns casos, a ordem dos constituintes da sentença. Nas cláusulas subordinadas, ao contrário das orações principais e independentes, a marcação de pessoa nos argumentos não leva em conta a hierarquia de pessoa (cf. MAGALHÃES, 2007, p. 189). A negação da cláusula subordinada é realizada pelo morfema *-ym ~ 'ỹ* (80).

Além desses tipos de cláusulas subordinadas, que Magalhães (2007, p. 261) classifica como subordinação sintática, há ainda o que a autora considera como subordinação semântica. A subordinação semântica ocorre em cláusulas sintaticamente independentes, justapostas, em que se verifica uma forte vinculação semântica, porém com associação de significados. Esse tipo de subordinação ocorre no Guajá em dois casos: quando a segunda cláusula ocorre no modo exortativo, como em (174), indicando finalidade e quando a primeira cláusula ocorre no modo indicativo I e há a ocorrência da partícula de aspecto imperfectivo *xí* indicando condição, como em (175). A negação da cláusula no modo exortativo em sentenças do primeiro tipo ocorre com a partícula proibitiva *mě ~ kamě* (176), enquanto que a negação de orações em sentenças do segundo tipo ocorre com os mesmos morfemas usados para negação de orações independentes.

(174) **a-mũ** *iha=∅-pe* **t=a-xa** *jaha* *nỹ*
 2IMP-dar 1SG.II=R-LOC EXO=1SG.I-vereu CON

'me dê para que eu veja também!'

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 276)

(175) *wahy* *ta* *xí* *Maraja-∅* **ha-wirok-aha** *ta*
 mulher FUT IMPERF Maraja-RFR 3.II-nomear-NZR FUT

wanihã *ta* *xí* *na'axi* **ha-wirok-aha**
 homem FUT IMPERF não.há 3.II.nomear-NZR

ahameri

ainda

'se for mulher o nome vai ser Maraja, se for homem ainda não tem nome'

6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção, serão descritos como abordagens tradicionais dos processos de coordenação e subordinação, como a adotada em Magalhães (2007) para a descrição e análise do processo de articulação de cláusulas em Guajá têm sido revistas por autores como Cristofaro (2005), Croft (2001) e Lehmann (1988, 2001). Em oposição a uma perspectiva dicotômica entre coordenação e subordinação, esses autores demonstram que o processo de articulação de cláusulas se dá por meio de um *continuum* e propõem parâmetros para que esse processo seja analisado translinguisticamente. Além disso, serão discutidos os conceitos e definições adotados nesse trabalho e o papel da nominalização como estratégia de subordinação nas línguas sul-americanas, e em especial nas línguas da família tupi-guarani e no Guajá.

6.1 Processo de articulação de cláusulas

Hopper e Traugott (2003, p. 2), ao discutir os processos de gramaticalização, põe em questão a abordagem adotada por muitos linguistas sobre a dicotomia diacronia/sincronia, a partir de novas concepções de linguagem propostas por estudos contemporâneos. Segundo a divisão saussuriana, a língua pode ser abordada por uma perspectiva que leva em conta um ponto singular no tempo, isto é, por uma perspectiva sincrônica, que considera seu sistema de unidades gramaticais, regras e itens lexicais. Ainda na proposta saussuriana, a língua também pode ser tomada a partir da mudança entre dois pontos no tempo, de modo histórico ou diacrônico, considerando as mudanças de um ponto sincrônico as de outros pontos dentro uma mesma língua. Entretanto, de acordo com Hopper e Traugott (2003, p. 2) a separação rígida entre diacronia e sincronia tem sido colocada em questão por trabalhos que enfatizam “a variação estruturada encontrada em diversos contextos sociais e a análise do discurso e da língua em uso.” Além disso, os estudos de gramaticalização, por exemplo, combinam perspectivas que consideram tanto as fontes de formas gramaticais e das suas mudanças quanto os processos de gramaticalização do ponto de vista sintático, como um fenômeno discursivo-pragmático. Os autores propõem uma abordagem dinâmica da língua, como um processo em vez de uma distinção

clara entre uma abordagem diacrônica ou sincrônica. É essa a abordagem que será adotada para análise da articulação de cláusulas¹⁸ em Guajá.

6.2 A abordagem tradicional e seus problemas

As estratégias de ligação de cláusula são divididas, a partir de estudos baseados em línguas indo-europeias, em coordenação e subordinação (CRISTOFARO, 2005, p. 15). Um exemplo dessa abordagem, que será chamada aqui de tradicional, da ligação de cláusulas é a de Lyons (1979). O autor define que na gramática tradicional as sentenças [*sentences*]¹⁹ podem ser classificadas de acordo com sua função ou complexidade estrutural. De acordo com o último critério, as sentenças podem ser simples ou compostas. As sentenças complexas são formadas a partir de sentenças simples, que constituem uma sentença maior chamada pelo autor de cláusula [*clause*]. Lyons (1979, p. 186) classifica então as sentenças complexas em coordenadas e subordinadas. Sentenças coordenadas são aquelas nas quais suas cláusulas constituintes não dependem uma das outras e são unidas por conjunções coordenativas. Nas sentenças subordinadas, por sua vez, a cláusula considerada principal é modificada pelas cláusulas subordinadas, que são dependentes dela e são geralmente introduzidas por conjunções subordinativas. As cláusulas subordinadas podem ainda, segundo Lyons (1979, p. 186), ser classificadas como substantivas, adjetivas, adverbiais, temporais, condicionais, causais etc.

Lyons (1979, p. 186) rejeita “qualquer tentativa de categorização ‘nocional’ das frases [*sentences*] antes da sua classificação quanto à estrutura interna (isto é, quanto às relações distribucionais existentes entre suas partes).” Assim, segundo o autor, o linguista não deve considerar que para cada tipo de sentença da gramática tradicional haja padrões de estrutura correspondentes em todas as línguas, uma vez que esses tipos da gramática são baseados, principalmente, nos modelos gramaticais gregos e

¹⁸ Entre os principais casos de confusão causada pela falta de clareza na definição da terminologia a ser usada na análise linguística, mencionados por Dixon (2010, p. 75), está a confusão entre “sentença” e “cláusula”. Segundo o autor, as fronteiras entre sentenças podem ser identificadas por critérios prosódicos. Sintaticamente, uma sentença possui uma cláusula principal e, opcionalmente, cláusulas subordinadas. As sentenças com apenas uma cláusula principal são chamadas de sentenças monoclausais ou sentenças simples (DIXON, 2010, p. 75).

¹⁹ A tradução brasileira de Lyons (1979) utiliza “frase” para traduzir *sentence* e “oração” para traduzir *clause*. No entanto, utilizarei os termos sentença e cláusula, de modo a uniformizar a tradução dos termos em inglês utilizada para os textos de outros autores sem tradução publicada no Brasil.

latinos. O linguista deve, então, estabelecer as unidades gramaticais de cada língua e seus modelos de combinação para, a partir daí, definir rótulos relacionados à semântica e ao contexto (LYONS, 1979, p. 187).

Segundo abordagens desse tipo, a subordinação é, portanto, definida morfossintaticamente a partir de critérios como dependência, encaixamento clausal e o tipo de relação semântica que liga as cláusulas. Cristofaro (2005) observa, no entanto, que critérios como a dependência e o encaixamento clausal têm aplicabilidade limitada, uma vez que ou não são capazes de estabelecer tipos de cláusulas ou criam tipos de cláusulas inconsistentes (CRISTOFARO, 2015, p. 15ss).

O critério da dependência, ou seja, a impossibilidade de uma cláusula ocorrer sozinha, é verificada geralmente pela presença de conjunções específicas ou da redução morfossintática, como a eliminação de concordância de tempo, aspecto ou modo no verbo dependente (CRISTOFARO, 2005, p. 15). No entanto, esse critério é muito amplo ou, como no caso de cláusulas completivas, pode estar em conflito com outros critérios de subordinação como o encaixamento. O critério de encaixamento, ou seja, que uma cláusula funcione como constituinte de outra cláusula, é considerado por Cristofaro (2005, p. 16) mais adequado do que o critério de dependência. O argumento principal envolvido nesse critério leva em consideração que existem diferenças entre cláusulas encaixadas e não encaixadas, expressas sintaticamente, ainda que não da mesma forma em todas as línguas (CRISTOFARO, 2005, p. 18). Portanto, ainda que o critério de encaixamento permita identificar distintos tipos de cláusulas, ele carrega, segundo Cristofaro (2005), dois problemas fundamentais: o Problema do *Continuum* e o Problema da Não-Correspondência [*Mismatch Problem*].

Cristofaro define o Problema do *Continuum* como:

(...) mesmo que se possa singularizar distintos tipos de cláusulas subordinadas, por exemplo, cláusulas encaixadas x não-encaixadas, (i) esses tipos de cláusula não serão internamente consistentes no que diz respeito à sua estrutura morfossintática e, (ii) a distinção não será capaz de abarcar todos os tipos de ligação de cláusula encontradas nas línguas do mundo. (CRISTOFARO, 2005, p. 18)²⁰

²⁰ "(...) even if one is able to individuate distinct subordinate clauses types, for example, embedded vs. non-embedded clauses, (i) these clause types will not be internally consistent as far as their morphosyntactic structure is concerned, and (ii) the distinction will fail to account for all the clause linkage types found across the world's languages" (CRISTOFARO, 2005, p. 18)"

O primeiro ponto pode ser exemplificado pelo fato de que o encaixamento é um critério para se identificar dois tipos de cláusulas, a saber, subordinadas e não subordinadas. No entanto, ao se seguir esse critério encontram-se subtipos. Cláusulas subordinadas, por exemplo, podem apresentar formas verbais completamente flexionadas que poderiam ocorrer sozinhas, porém não possuem força ilocucionária suficiente para isso. Outra possibilidade é de que cláusulas subordinadas apresentem formas verbais não-finitas que dependem da cláusula principal para que se interprete seu tempo, modo ou aspecto. Essa dependência por sua vez, não é a mesma apresentada por cláusulas introduzidas por conjunções que indicam ligação com outra cláusula.

Em relação ao segundo ponto, Cristofaro (2005, p. 19) aponta que há construções, consideradas coordenadas, nas quais ambas as cláusulas são equivalentes estruturalmente e independentes quanto ao tempo, aspecto, modo, pessoa e força ilocucionária. Por outro lado, em diversas línguas, as cláusulas ligadas não são independentes segundo esses parâmetros e nem são estruturalmente equivalentes. Mas, mesmo assim, não podem ser classificadas como coordenadas. Tampouco apresentam encaixamento e não podem ser classificadas como subordinadas. Em casos de *clause-chaining*, nos quais vários verbos são justapostos e colocados em sequência, o verbo final geralmente é flexionado, enquanto os verbos não-finais dependem dele para expressar as categorias relevantes na língua. Porém, não se trata de sentenças encaixadas (CRISTOFARO, 2005, p. 19), pois não são constituintes de uma outra cláusula. Nos casos de serialização verbal, ainda que todos os verbos sejam completamente flexionados, eles expressam todos o mesmo tempo, modo, pessoa, aspecto e força ilocucionária. Assim, as cláusulas nesse tipo de construção não são independentes da mesma forma que em construções de coordenação.

Desse modo, qualquer parâmetro escolhido para a definição da subordinação em oposição à não-subordinação acabará envolvendo outros parâmetros e gerando diversos subtipos de ligação de cláusula. Então, o Problema do *Continuum* leva em conta o fato de que subordinação e não-subordinação não são categorias discretas, mas um *continuum* sintático onde ocorrem diversas combinações de parâmetros, também diversos, além do encaixamento (CRISTOFARO, 2005, p. 20).

Além do Problema do *Continuum*, ao discutir o conceito de subordinação, Cristofaro (2005, p. 21) apresenta o Problema da Não-Correspondência [*Mismatch*

Problem]. Segundo a autora, esse Problema se relaciona ao fato de que nem toda relação semântica ou pragmática é codificada pelos mesmos tipos de construções em todas as línguas (CRISTOFARO, 2005, p. 21). Assim, se a subordinação é definida por um parâmetro formal, como o encaixamento, nas línguas nas quais não se encontra o encaixamento de cláusulas, não ocorreriam cláusulas subordinadas ou as funções pragmáticas e semânticas relacionadas à subordinação. Cristofaro (2005, p. 21) menciona que em várias línguas, como turco, japonês, burushaski, hindi, hua, húngaro e tâmil, por exemplo, há construções com cláusulas encaixadas que expressam coordenação. Há outras línguas que não possuem construções gramaticalizadas que expressem relações entre eventos, as quais devem ser inferidas contextualmente a partir de cláusulas não encaixadas justapostas. Portanto, ao se procurar definir translinguisticamente relações de forma-função a partir da subordinação, definida formalmente, deixam-se de lados muitas línguas, que não codificam funções semânticas e pragmáticas por meio de cláusulas subordinadas.

6.3 Propostas para abordar a articulação de cláusulas

Cristofaro (2005, p. 22) identifica algumas propostas para lidar com o Problema do *Continuum* e o Problema da Não-Correspondência, que são divididas em dois grandes grupos, a Abordagem do *Continuum* e a Abordagem Conceptual. O grupo de propostas da primeira abordagem defende, de forma geral, que os tipos de ligação de cláusula não devem ser divididos binariamente entre subordinação e coordenação, mas a partir de um conjunto de parâmetros independentes e livremente combináveis que formam um *continuum*. Assim, cláusulas podem ser mais ou menos subordinadas de acordo com o parâmetro considerado (CRISTOFARO, 2005, p. 22).

Hopper e Traugott (2003, p. 178) propõe, ao discutir processos de gramaticalização, uma abordagem que tem o objetivo de redefinir a terminologia de duas tradições baseadas em pares de oposição para uma terminologia com três pontos de agrupamentos. Uma dessas tradições tem origem no século XIX e opõe parataxe, que inclui todos os tipos de justaposição, e hipotaxe, que inclui todos os tipos de dependência. A outra tradição opõe coordenação e subordinação, cuja definição se baseia em critérios formais das estruturas dos constituintes das cláusulas.

Os autores partem do pressuposto de que as sentenças complexas podem ser muito distintas em diferentes línguas, para diferentes falantes e mesmo em diferentes

ocasiões de fala em uma mesma língua, variando entre a simples justaposição de cláusulas relativamente independentes no discurso casual até construções retóricas dependentes e complexas em tradições escritas (HOPPER e TRAUGOTT, 2003, p. 175). Eles definem, então, as sentenças complexas sintaticamente como uma unidade que consiste de uma ou mais cláusulas, de modo que a cláusula independente é chamada de “núcleo” [*nucleus*] e é acompanhada por um ou mais núcleos ou por uma ou mais “margens” [*margins*], as quais são, por sua vez, cláusulas relativamente dependentes e que exibem diferentes graus de dependência (HOPPER; TRAUGOTT, 2003, p. 177). Os autores ainda classificam as cláusulas que podem fazer parte das margens como completivas, com a função de sintagmas nominais, relativas, com a função de modificadores de nomes, e adverbiais, com a função de modificadores de sintagmas verbais ou proposições.

A partir dessas definições, os autores classificam as sentenças complexas dentro de um intervalo que vai de sentenças com vários núcleos justapostos sob um único contorno de entonação e que não possuem indicação morfológica ou sintática de uma relação gramatical entre eles até sentenças com combinações de núcleo e margem em uma relação altamente comprimida (HOPPER e TRAUGOTT, 2003, p. 177). Essa variação é sistematizada em um *cline*, com os três pontos de agrupamento mencionados anteriormente. Esses pontos, segundo Hopper e Traugott (2003, p. 177) são:

- (a) “parataxe” ou independência relativa;
- (b) “hipotaxe” ou interdependência, onde há um “núcleo” e uma ou mais cláusulas relativamente dependentes, que geralmente não são constituintes do “núcleo”
- (c) “subordinação”, onde há dependência completa ou encaixamento, com a “margem” como constituinte do núcleo;

Esse *cline* da articulação de cláusulas, com especificações dos traços de “dependência” e “encaixamento” pode ser descrito como:

Parataxe	>	>	hipotaxe
		subordinação	
-dependente		+dependente	+dependente
		+dependente	
-encaixada		+encaixada	-encaixada
		+encaixada	

O tipo mais simples de relação entre cláusulas é, segundo Hopper e Traugott (2003, p. 177), a justaposição, na qual um ou mais núcleos ocorrem um em seguida do outro e a relação semântica entre eles é apenas inferida. Quando cláusulas justapostas possuem algum tipo de ligação, como a entonação ou o compartilhamento de sujeito nominal lexical, podem estar unidas gramaticalmente por parataxe (HOPPER e TRAUGOTT, 2003, p. 178). Tradicionalmente se considera que não há marcação explícita da ligação entre cláusulas paratáticas, ainda que os autores afirmem que contornos de entonação que indicam a unidade dessas construções em uma cláusula complexa exercem a função de marcadores gramaticais (HOPPER e TRAUGOTT, 2003, p. 179-181). Assim, sentenças com “núcleos” adjacentes sob um único contorno de entonação e conectivos explícitos como conjunções são consideradas mais gramaticalizadas e chamadas de “coordenadas”.

Cláusulas ligadas que não apresentam conjunções explícitas podem não ser paratáticas, mas apresentar uma cláusula interdependente e mais marginal do que o núcleo, que não é, por sua vez, completamente dependente. Essas ligações são chamadas pelos autores de hipotáticas (HOPPER; TRAUGOTT, 2003, p. 181). A hipotaxe pode ocorrer no encadeamento de cláusulas [*clause chaining*], relativas apositivas, cláusulas adverbiais temporais, causais, condicionais e concessivas (HOPPER; TRAUGOTT, 2003, p. 181-183). Nesses casos, há uma relação de dependência entre cláusulas, porém, não ocorrem casos prototípicos de encaixamento.

Outro ponto no *cline* proposto por Hopper e Traugott (2003) é da subordinação. As cláusulas subordinadas são dependentes da cláusula matriz, pois sua força ilocucionária depende dela. Além disso, as cláusulas subordinadas expressam semântica e sintaticamente um constituinte da cláusula matriz, como nas cláusulas completivas (HOPPER; TRAUGOTT, 2003, p.184).

Na sua análise da gramaticalização da ligação de cláusulas, os autores estabelecem correlações entre um *cline* da ligação de cláusula baseado na dependência e encaixamento com um *cline* de integração gramatical, baseado em critérios como rebaixamento hierárquico, dessentencialização, entrelaçamento e finitude do verbo. A hipótese dos autores (HOPPER; TRAUGOTT, 2003, p. 179) é de que dispositivos que indicam a ligação de cláusulas estão correlacionados com integração semântico-pragmática mínima, enquanto a ligação menos explícita está correlacionada com integração semântico-pragmática máxima. Assim, os autores propõem o seguinte *cline* da ligação de cláusulas:

Parataxe	-----	hipotaxe	-----	subordinação
(independência relativa)		(interdependência)		(dependência)
Núcleo	-----			margem
integração	-----			integração
mínima	-----			máxima
ligação explícita	-----			ligação explícita
máxima	-----			mínima

A abordagem proposta por Hopper e Traugott (2003) é baseada em Lehmann (1988), que propõe uma abordagem da articulação de cláusula a partir de um *continuum* de integração de cláusulas. O autor define subordinação como uma forma de ligação de cláusulas, de modo que em uma relação de ligação de cláusula entre os sintagmas X e Y, X é subordinada a Y se os dois sintagmas formam uma construção endocêntrica Z que tem Y como núcleo (LEHMANN, 1988, p. 181). Lehmann (1988, p. 181) define uma construção endocêntrica, por sua vez, semantossintaticamente como um sintagma binário Z, em que das suas partes X e Y, Y é o núcleo e pertence a mesma categoria geral de Z. Já a ligação de cláusula é definida por Lehmann (1988) como uma relação de dependência ou sociação [*sociation*] entre cláusulas, considerando como cláusula qualquer sintagma que contenha uma predicação.²¹ A dependência é definida como uma relação R, que conecta os sintagmas X e Y, em que X ocupa o *slot* gramatical de Y ou vice-versa. O

²¹ Lehmann (1988, p. 181) considera, portanto, que o principal controlador da dependência no sintagma é uma forma verbal. Considerando que formas verbais podem ser finitas ou não-finitas, isso inclui cláusulas nominalizadas.

sintagma Y depende de X, se X é que determina a categoria gramatical da construção complexa e suas relações externas. A sociação é a relação não-dependente entre sintagmas. Por fim, hipotaxe e encaixamento são definidos por Lehmann (1988, p. 197) como dois tipos de subordinação. A hipotaxe diz respeito ao tipo de sintagma subordinado, enquanto encaixamento diz respeito ao tipo de relação de subordinação. Para o autor a coordenação, ou parataxe, é uma relação de sociação entre dois sintagmas do mesmo tipo que formam um sintagma também do mesmo tipo.

Os parâmetros semantossintáticos considerados relevantes translinguisticamente por Lehmann (1988) para a ligação de cláusulas são: 1) rebaixamento hierárquico da cláusula subordinada; 2) o nível sintático da cláusula principal da cláusula subordinada; 3) a dessentencialização da cláusula subordinada; 4) a gramaticalização do verbo principal; 5) o entrelaçamento das duas cláusulas; 6) a explicitude da ligação. Para Lehmann (1988, p. 198), a natureza semântica entre as duas cláusulas não constitui tipos válidos translinguisticamente de ligação de cláusula. Assim, esses seis parâmetros permitiriam identificar tipos gramaticais diferentes daqueles definidos com base em diferentes relações de ligação de cláusula definidas semanticamente. Apesar de organizados de modo paralelo e independente, os parâmetros se agrupam em três pares.

O primeiro agrupamento é formado pelos parâmetros de hierarquia de rebaixamento da cláusula subordinada e nível sintático da cláusula principal. Por um lado, o sintagma subordinado pode ter uma relação sociativa ou dependente com a cláusula principal. Por outro lado, a cláusula pode estar subordinada à cláusula principal como um todo ou a um dos seus constituintes. Esses dois aspectos considerados juntos dizem respeito à integração da construção subordinada na cláusula principal.

O critério de rebaixamento hierárquico, segundo Lehmann (1988, p. 184), organiza as cláusulas subordinadas em um *continuum* que vai de um polo onde não há hierarquia entre as duas cláusulas que formam a sentença complexa (a situação de parataxe) até outro polo onde há uma diferença hierárquica clara entre as cláusulas da sentença, com a cláusula subordinada rebaixada a um constituinte bem definido da cláusula principal (a situação de encaixamento). Na definição tradicional de subordinação, o rebaixamento hierárquico é o critério central. Uma cláusula não afetada pelo rebaixamento hierárquico não é considerada tradicionalmente subordinada.

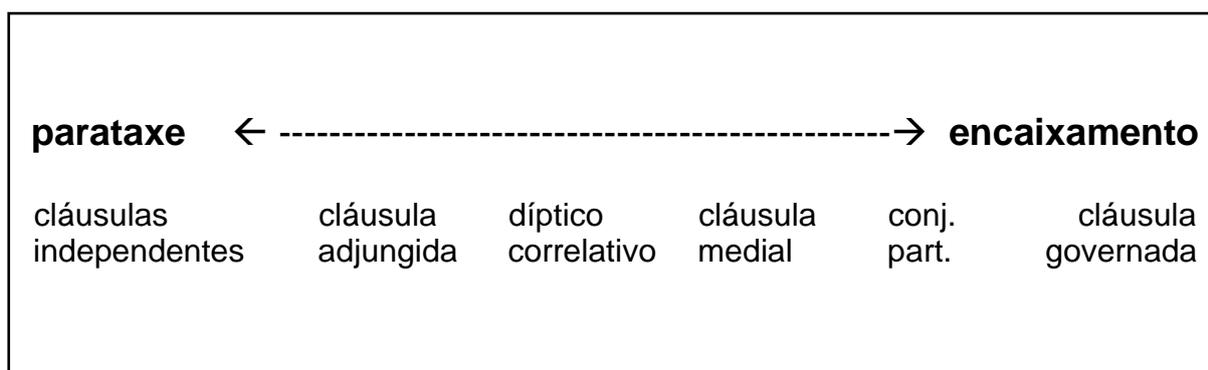


Figura 3 *Continuum* de rebaixamento hierárquico (LEHMANN, 1988, p. 189)

Outro aspecto da integração da cláusula subordinada, definido por Lehmann (1988, p. 189), é a variação do nível sintático da cláusula principal a que a cláusula subordinada pertence. Segundo esse critério, quanto mais baixo esse nível, mais integrada a cláusula subordinada está à cláusula principal, formando um *continuum* que vai de um polo do nível da sentença, com a cláusula subordinada fora da cláusula principal, até um polo do nível da palavra, com a formação de predicado com derivação verbal. Além do rebaixamento hierárquico e nível sintático, Lehmann (1988, p. 192) menciona a entonação como fator relevante para a integração da cláusula subordinada na cláusula principal. O rebaixamento da cláusula pode ser realizado pelo *pitch* baixo e ser integrada pela ausência de pausa entre as cláusulas.

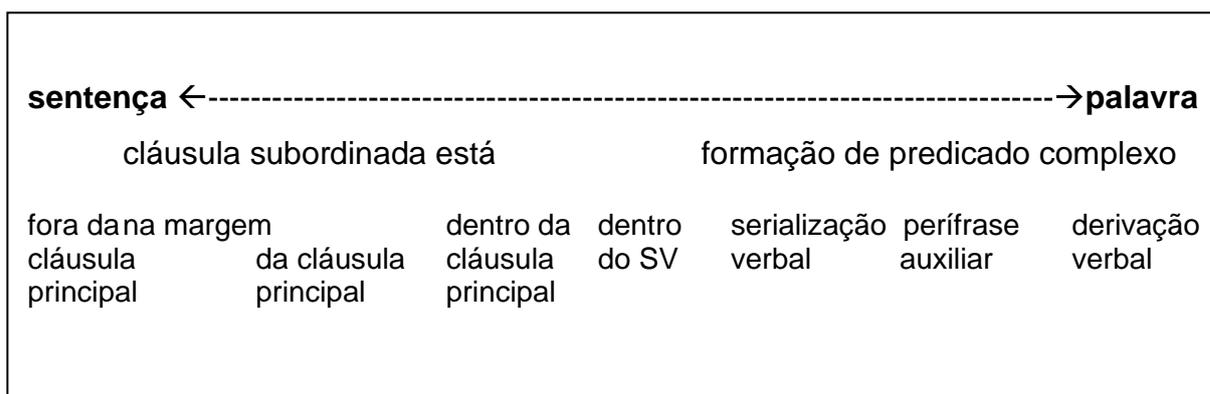


Figura 4 *Continuum* de nível sintático (LEHMANN, 1988, p. 192)

O segundo par de critérios diz respeito aos graus entre a redução e a expansão da cláusula subordinada. A redução diz respeito à perda de propriedades da cláusula, ou seja, sua dessentencialização. Nesse processo os elementos que se referem a estados de coisas na cláusula desaparecerem. Além disso, a cláusula adquire

propriedades nominais, tanto interna quanto distributivamente (combinando-se mais facilmente, por exemplo, com aposições e afixos. No ponto máximo de dessentencialização, ou ainda, nominalização, a cláusula se torna um nominal ou constituinte adverbial da cláusula principal (LEHMANN, 1988, p. 193). Na medida em que se aproximam do polo de máxima dessentencialização a cláusula subordinada perde força ilocucionária e adquire características de uma construção não-finita, perdendo as categorias verbais de modo, tempo e aspecto. Quanto mais o verbo é nominalizado, mais ele passa a se comportar como um nome, ou seja, aumenta sua nominalidade (LEHMANN, 1988, p. 197). Por fim, quanto maior o grau de dessentencialização de uma cláusula, mais a sentença perde seu caráter complexo.

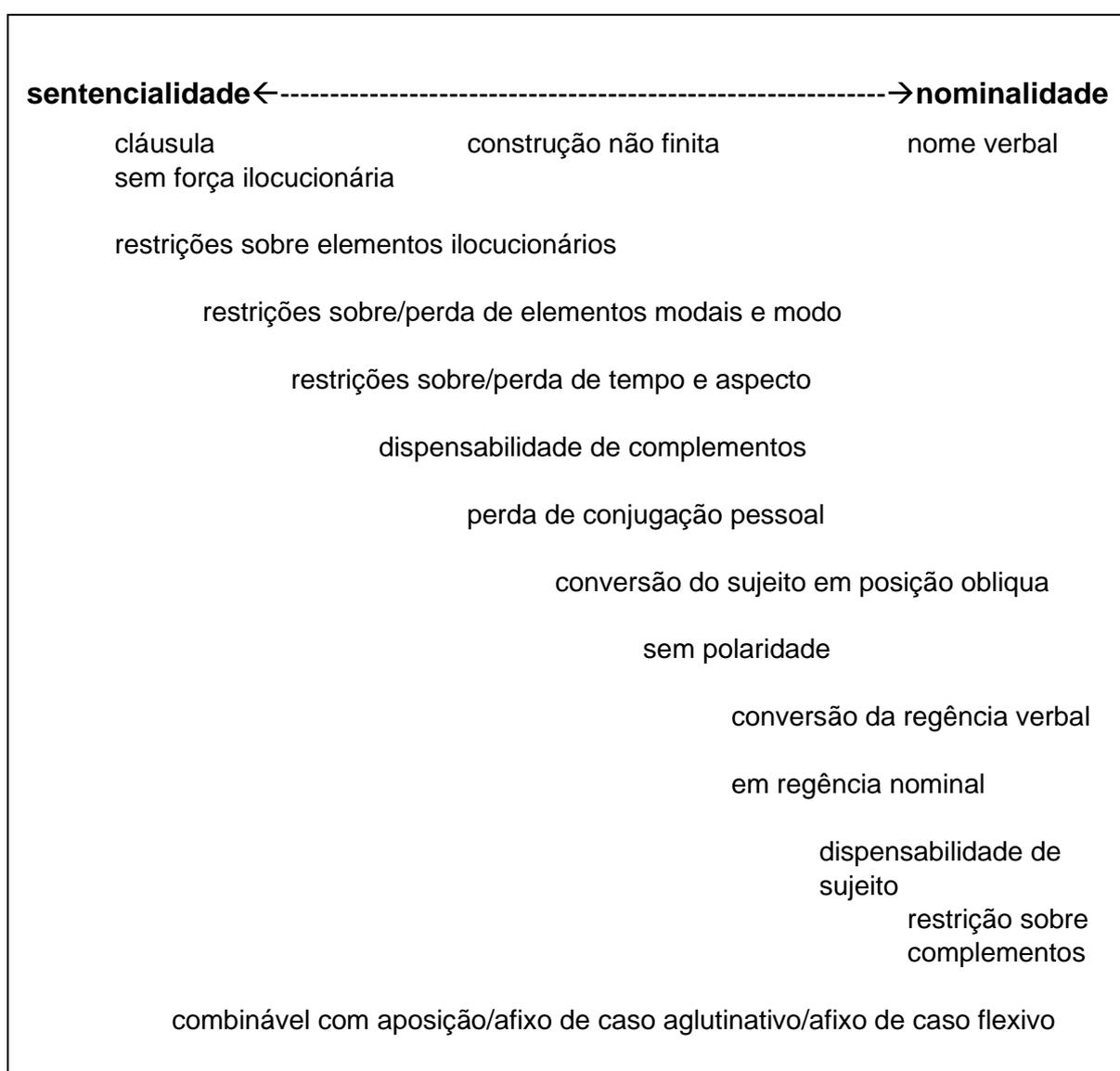


Figura 5 *Continuum* de dessentencialização (LEHMANN, 1988, p. 200)

A redução pode ocorrer também na cláusula principal, com a gramaticalização da palavra que governa a cláusula subordinada. Lehmann (1988, p. 201) define a gramaticalização como um processo diacrônico e um *continuum* sincrônico que vai de itens lexicais a itens gramaticais, transformando por exemplo, verbos em modais e auxiliares. Nos casos de gramaticalização de cláusulas principais, a cláusula subordinada possui relação gramatical com apenas uma palavra. Lehmann (1988, p. 201) afirma que a combinação de cláusulas subordinadas com afixos de caso podem ocorrer pela gramaticalização de posições. Do mesmo modo que ocorre com a redução da cláusula subordinada, o grau mais alto de redução da cláusula principal leva a perda do caráter complexo da sentença (LEHMANN, 1988, 201). Assim, uma sentença complexa pode ser reduzida (ou uma sentença simples pode ser expandida) por dessentencialização da cláusula subordinada (tornando-a um constituinte da cláusula principal) ou por gramaticalização do verbo que governa a cláusula subordinada (tornando-o um afixo que modifica o verbo da cláusula subordinada). Nos dois casos o verbo torna-se um constituinte da cláusula principal, no caso de dessentencialização seu dependente, no caso de gramaticalização seu verbo principal (LEHMANN, 1988, p. 204).

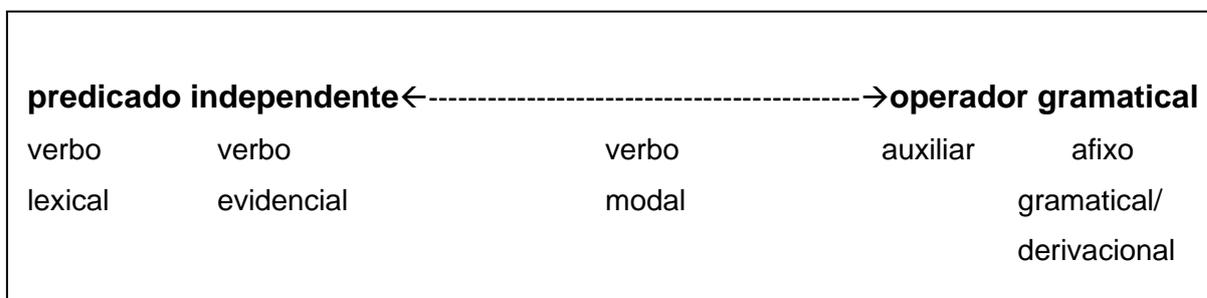


Figura 6 *Continuum* de gramaticalização (LEHMANN, 1988, p. 204)

O último par de parâmetros diz respeito ao isolamento e a ligação entre as cláusulas. O primeiro critério é o grau de entrelaçamento [*interlacing*] entre as cláusulas, cujo aspecto semântico é o compartilhamento de significados entre as cláusulas e cujo aspecto sintático é a não especificação dos elementos comuns em uma das proposições e/ou o entrelaçamento sintagmático [*syntagmatic interweaving*] das duas proposições (LEHMANN, 1988, p. 204). O entrelaçamento de cláusulas pode ir de um polo que vai da completa disjunção até outro polo de máxima identidade,

dependendo principalmente do quanto as duas proposições têm em comum (LEHMANN, 1988, p. 209).

O último critério proposto por Lehmann (1988) é a explicitude da ligação. O autor define que a presença ou ausência de conectivos entre as cláusulas não diz respeito à parataxe ou hipotaxe, mas à sínese. A hipotaxe não depende da presença de conjunções (LEHMANN, 1988, p. 210). Assim, o *continuum* de explicitude da ligação de cláusula vai de um polo de sínese, com cláusulas subordinadas anafóricas, até um polo de assínese, com formas verbais não-finitas, ainda que não haja relação direta entre dessentencialização e explicitude da ligação (LEHMANN, 1988, p. 213).

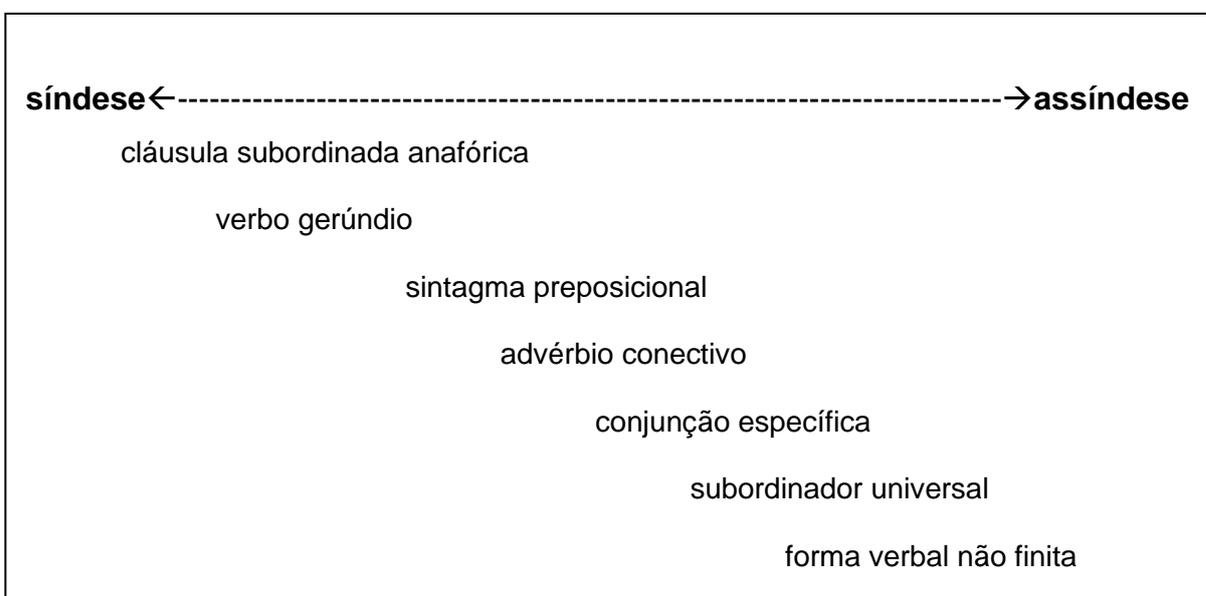


Figura 7 *Continuum* de explicitude da ligação (LEHMANN, 1988, p. 215)

Segundo Lehmann (1988, p. 216), o denominador funcional comum subjacente aos diversos *continua* formados a partir dos seis critérios semantossintáticos relevantes para a ligação de cláusula é que todos eles se estendem de um polo de máxima elaboração até um polo de máxima compressão (ou condensação) de informação gramatical e lexical. Assim, duas forças atuam na ligação de cláusulas. Uma em direção da elaboração do sintagma [*phrase*] em uma construção mais desenvolvida, com sua própria predição e acessórios, ou seja, da cláusula independente em direção a uma sentença complexa que expande seus constituintes em cláusulas (LEHMANN, 1988, p. 216). A essa força, se oporia uma outra força na

direção da compressão de cláusulas completas, até a transformação de cláusulas completas em constituintes nominais ou adverbiais de uma cláusula matriz, indo de um conjunto de cláusulas completas até a redução de uma delas por dessentencialização e combinando-a em uma sentença complexa onde ela é encaixada em outra cláusula (LEHMANN, 1988, p. 217).

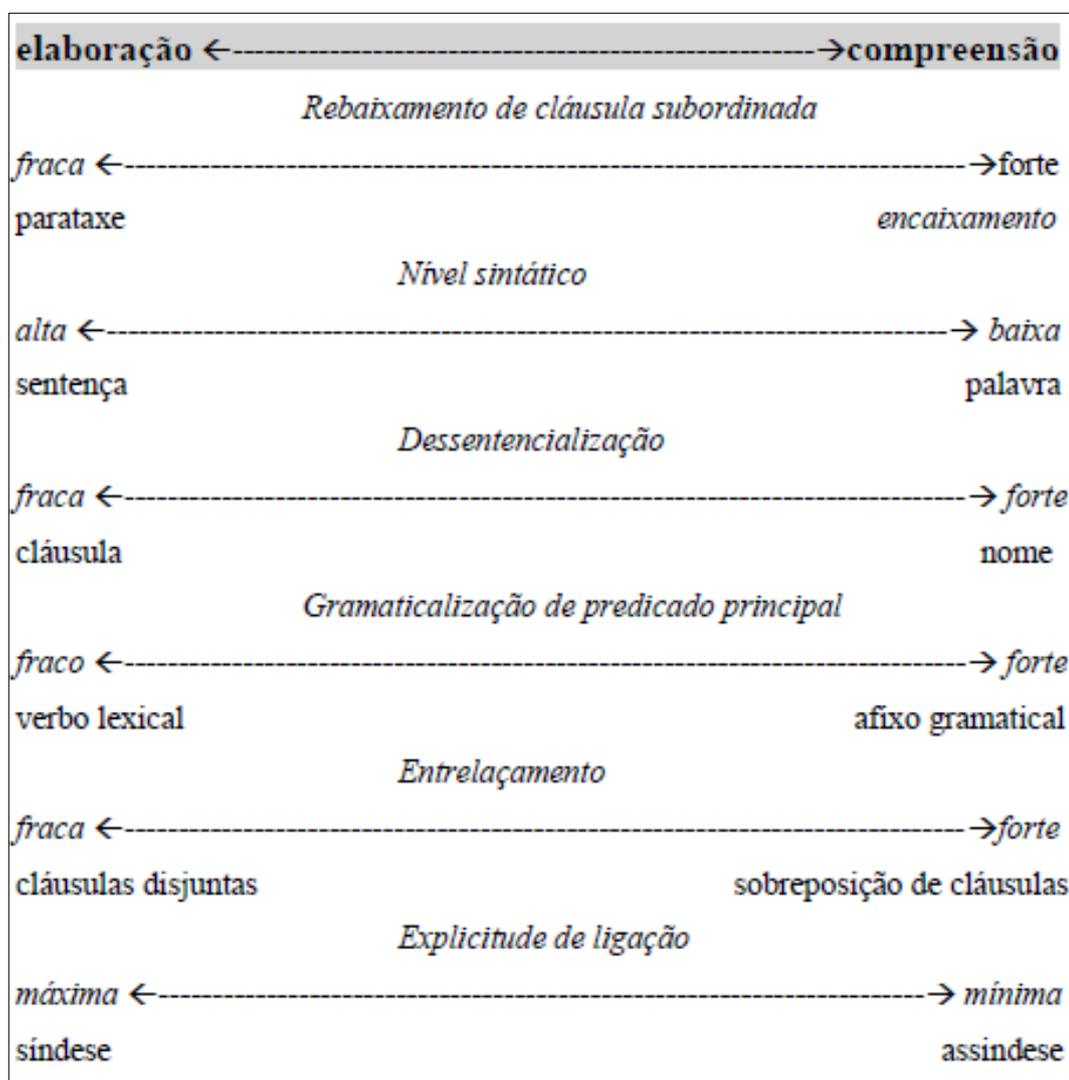


Figura 8 Paralelismo de *continua* de ligação de cláusula (LEHMANN, 1988, p. 217).

Para Lehmann (1988, p. 217), a elaboração e a compressão são forças complementares e em um quadro funcional,

a ligação de cláusula pode ser vista ou como representando dois estados de coisas tão intimamente interconectados que formam um estado de coisas complexo (compressão), ou pelo contrário analisando um estado de coisas como composto de dois (elaboração) [...] e espelhando a relação cognitiva dos dois estados de coisas no

modo como são ligados linguisticamente (LEHMANN,1988, p. 217-218).²²

Por fim, o grau de agrupamento de processos e propriedades dos seis *continua* fornecem, segundo Lehmann (1988, p. 218), um quadro geral para a tipologia da ligação de cláusula.

Ao escapar ao binarismo imposto pela divisão dos tipos de ligação de cláusula em subordinação ou coordenação, a Abordagem do *Continuum*, permite levar em conta a diversidade de tipos de ligação de cláusulas encontradas translinguisticamente, resolvendo o Problema do *Continuum* apontado por Cristofaro (2005, p. 24). Entretanto, resta o Problema da Não-Correspondência. Segundo Cristofaro (2005, p. 24), a Abordagem do *Continuum* insiste na necessidade de se definir tipos de cláusulas a serem investigadas translinguisticamente. Ao se definir esses tipos de cláusulas, mesmo que de acordo com os conjuntos de parâmetros formais que formam o *continuum*, deixa-se de lado as línguas que não apresentam esses parâmetros ou esses tipos de cláusulas, uma vez que eles podem não estar presentes em todas as línguas. Portanto, uma análise translinguística, como a que é buscada por Cristofaro (2005), exige uma definição funcional e que possa ser universalmente aplicada. Cristofaro (2005, p. 25) propõe que ao definir a subordinação em termos funcionais é possível investigar como essa situação funcional específica é expressa translinguisticamente, sem obrigatoriamente ter que partir de modos específicos de realização da ligação de cláusula em línguas determinadas ou restringir a análise a línguas que possuem certos traços formais.

Ainda que a proposta de Lehmann (1988) forneça parâmetros úteis para a análise da articulação de cláusulas e que serão utilizados na análise do Guajá, ela ainda depende de uma definição formal do fenômeno. Para definir a articulação de cláusulas funcionalmente, Cristofaro (2005) discute as propostas de uma Abordagem Conceptual da subordinação. Segundo essa abordagem, há uma distinção entre os níveis conceptuais (semânticos, pragmáticos e cognitivos) e morfossintáticos (CRISTOFARO, 2005, p. 25). A subordinação seria resultado antes de situações conceptuais do que morfossintáticas. Assim, a subordinação seria considerada não a partir de propriedades específicas de tipos de ligação de cláusula, mas pelo modo

²² “[...] *clause linkage may be viewed as either representing two states of affairs so tightly interconnected that they form one complex state of affairs (compression), or on the contrary analyzing one state of affairs as composed of two [...]. In either case the cognitive relatedness of the two states of affairs is mirrored in the way they are linked in language*”.

como “estados de coisas” expressos pelas cláusulas ligadas são percebidos e conceptualizados no discurso (CRISTOFARO, 2005, p. 25). Cristofaro (2005, p. 25) define estado de coisas como algo que é de algum modo em algum mundo, podendo ser avaliado nos termos da sua existência. Ou seja, “estado de coisas” é um hiperônimo de “eventos”, “estados”, “situações” etc., não podendo, no entanto, ser confundidos com essas outras entidades.

Duas noções fundamentais da Abordagem Conceptual são as distinções entre primeiro plano/plano de fundo [*foreground/background*] e figura-fundo/figura complexa [*figure-ground/complex figure*]. De acordo com Cristofaro (2005, p. 26) a primeira distinção define que cláusulas subordinadas, sejam elas cláusulas introduzidas por conjunções subordinadoras, cláusulas não finitas ou cláusulas relativas, tendem a codificar informações de plano de fundo, enquanto cláusulas principais codificam informações de primeiro plano. Assim, a subordinação (definida morfossintaticamente) estaria relacionada à necessidade pragmática universal de distinguir informações centrais de informações acessórias.

Ainda que essa necessidade pragmática universal possa ser um parâmetro translinguístico que permite a comparação de estruturas formalmente distintas, não há critérios consistentes que permitam a identificação do primeiro plano e o plano de fundo. Além disso, Cristofaro (2005) considera que a identificação desses planos exige análises textuais que não são possíveis de serem feitas em análises translinguísticas amplas. Por fim, a autora ainda aponta que há cláusulas que não expressam informações de primeiro plano ou plano de fundo, não permitindo, assim, que todos os tipos de cláusulas sejam analisados por essa perspectiva (CRISTOFARO, 2005, p. 26-27).

A outra distinção proposta pela Abordagem Conceptual é a distinção entre figura-fundo/figura complexa. Um dos proponentes dessa abordagem é Croft (2001). O autor demonstra como a estrutura sintática das cláusulas complexas se relaciona à sua estrutura semântica e que os conceitos tradicionais estabelecem uma distinção hierárquica das cláusulas complexas. Assim, a coordenação ocorreria entre orações sintaticamente equivalentes e a subordinação ocorreria entre orações sintaticamente distintas, em que a cláusula subordinada depende da principal. Entretanto, Croft (2001, p.320) argumenta que essa abordagem tradicional é inadequada para a análise translinguística tanto da forma quanto da função de cláusulas complexas, o que é exemplificado por meio de construções de co-subordinação ambíguas. Para o autor

(CROFT, 2001, p.321), as formas verbais em cláusulas complexas se diferenciam das formas verbais em cláusulas principais por um número limitado de características como: i) eliminação de tempo, modo e marcas aspectuais ou uso de formas distintas daquelas presentes nos verbos da cláusula principal; ii) eliminação de marcas de concordância usadas nos verbos das cláusulas principais; e iii) morfema aberto atrelado à forma verbal; Essas propriedades caracterizam o fenômeno do “rebaixamento” hierárquico ou da “dessentencialização” (cf. LEHMANN, 1988). Dessa forma, Croft (2001) distingue as cláusulas “rebaixadas” [*deranked*] das cláusulas “equilibradas” [*balanced*].

O autor defende que as cláusulas complexas formam um *continuum* que pode ser organizado em um espaço conceptual por meio de princípios gestálticos, como as noções de figura-complexa, figura-fundo e elaboração *e-site*. De acordo com Croft (2001, p.354), o *continuum* sintático de dessentencialização é ordenado pela Hierarquia de Rebaixamento, que, por sua vez, conforma-se aos universais de marcação tipológica. O autor afirma que a Hierarquia de Rebaixamento permite reduzir o espaço sintático a uma dimensão, que pode, então, ser mapeado no espaço conceptual em termos da dimensão conceptual de integração semântica. Além disso, os processos de encaixamento e fusão de cláusulas seguiriam a mesma dimensão conceptual, uma vez que, segundo o autor, a integração semântica motiva iconicamente o encaixamento e a fusão de cláusula (CROFT, 2001).

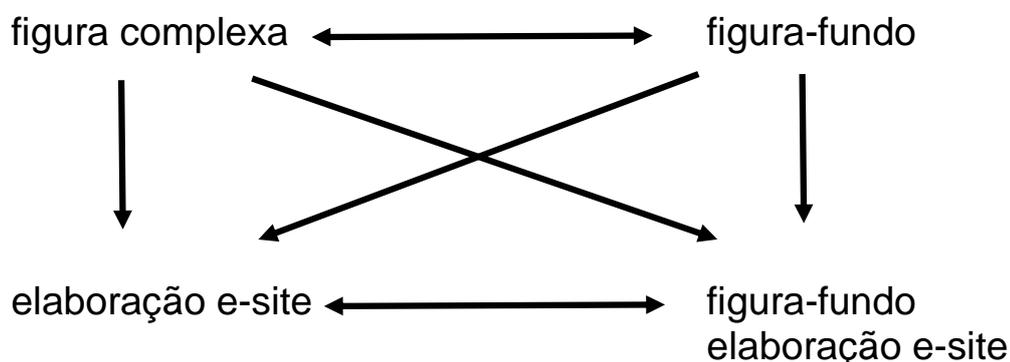


Figura 9 O espaço conceptual das sentenças complexas (CROFT, 2001, p. 327)

Cristofaro (2005, p. 27) considera, a partir dessa abordagem de inspiração gestáltica da subordinação, que as relações de figura-fundo são relações assimétricas

entre estados de coisas. Relações de figura-fundo são relações em que um estado de coisas é precondição, causa ou referência para outro estado de coisas (representadas prototipicamente por cláusulas relativas), enquanto figuras complexas são relações de simetria entre estados de coisas, nos quais sua ligação forma uma entidade conceptual única (prototipicamente representadas por cláusulas coordenadas). Entretanto, do mesmo modo que a proposta de distinção entre primeiro plano/plano de fundo, a distinção entre figura-fundo/figura complexa dependeria de análises de textos. Além disso, os critérios que permitem essa distinção dependem do tipo de cláusula onde é detectada (CRISTOFARO, 2005, p. 27-28).

Para superar os problemas da Abordagem do *Continuum* e da Abordagem Conceptual, ao definir parâmetros funcionais que atravessem toda variedade de estruturas morfossintáticas relacionadas à ligação de cláusulas, Cristofaro (2005, p. 28) propõe uma definição funcional de subordinação que seja: i) distintiva para a maioria dos tipos de cláusulas tradicionalmente consideradas subordinadas por critérios morfossintáticos; ii) independente dos tipos de cláusulas identificados tradicionalmente por critérios morfossintáticos; e iii) identificável por critérios consistentes aplicáveis translinguisticamente. Assim, Cristofaro (2005, p. 33) propõe a Princípio de Assimetria (*Asymmetry Assumption*) como abordagem à subordinação, definida nos seguintes termos:

[...] a situação na qual uma assimetria cognitiva é estabelecida entre estados de coisas ligados, de tal modo que o perfil de um dos dois (daqui em diante, o estado de coisas principal) sobrepõe o do outro (daqui em diante, o estado de coisas dependente). Isso equivale a dizer que o estado de coisas dependente é (pragmaticamente) não-assertado, enquanto o principal é (pragmaticamente) assertado.²³

Essa situação de subordinação está, segundo a autora, presente em todas as línguas e os critérios para identificação do estado de coisas dependente são os critérios que distinguem asserções de não-asserções. A análise translinguística da subordinação é, portanto, a análise das formas possíveis de expressão do estado de coisas dependente.

²³ “[...] a situation whereby a cognitive asymmetry is established between linked SoAs, such that the profile of one of the two (henceforth, the main SoA) overrides that of the other (henceforth, the dependent SoA). This is equivalent to saying that the dependent SoA is (pragmatically) non-asserted, while the main one is (pragmatically) asserted”.

Cristofaro (2005, p. 30) considera que a sentença expressa determinado estado de coisas e que esse estado de coisas é aquele que impõe seu perfil sobre a sentença como um todo, ou seja, sua “proeminência cognitiva”. Na coordenação, há dois estados de coisas ligados e como nenhum deles impõe seu perfil ao outro, a sentença expressa os dois. Na subordinação, por sua vez, de dois-estados-de coisas ligados, a sentença expressa apenas um deles, que se impõe ao outro. Assim, nessa definição, leva-se em conta o sentido pragmático de asserção, o que significa que “assertado” é aquilo que se espera que o ouvinte saiba ou passe a considerar como resultado ao ouvir a sentença proferida (CRISTOFARO, 2005, p. 30). É nesse sentido que a subordinação corresponde à não-asserção e a não-subordinação à asserção. A parte da sentença assertada é aquilo que o falante quer comunicar, enquanto aquilo que não é assertado possui outras funções, como auxiliar na comunicação daquilo que é assertado. Assim, Cristofaro (2005, p. 31) propõe, com a autonomia de perfil, um critério consistente para análise translinguística da subordinação, uma vez que, diferentemente de critérios morfossintáticos que definem tipos de cláusulas, situações pragmáticas são universais.

O Princípio de Assimetria proposta por Cristofaro (2005) considera que uma cláusula subordinada pode exibir qualquer traço morfossintático, uma vez que torna uma cláusula subordinada é sua capacidade de expressar estados de coisas não-assertados. Isso, por sua vez, permite que a subordinação seja identificada em qualquer língua, mesmo que não haja informações sobre o valor assertivo das suas construções. De acordo com a autora, essas características permitem que relações funcionais entre estados de coisas sejam consideradas independentemente de tipos particulares de ligação de cláusula, permitindo que se investigue seus correlatos morfossintáticos em qualquer língua, línguas que não possuam construções específicas para expressar a situação cognitiva envolvida na subordinação ou ainda identificar a subordinação por outros meios que não traços morfossintáticos, como o contexto do discurso (CRISTOFARO, 2005, p. 34ss). Na seção 7 discutirei com mais detalhes o Princípio de Assimetria, apresentando como os testes de assertividades propostos por Cristofaro (2005) foram aplicados ao Guajá e como uma definição funcional de coordenação (cf. MAURI, 2007) pode ser derivada da definição de subordinação apresentada. Na seção 8, serão apresentados e discutidos os critérios e parâmetros morfossintáticos indicados por Cristofaro (2005) para a análise da subordinação.

A seguir será apresentado outro fenômeno relevante para a análise da articulação de cláusulas em Guajá: a nominalização como estratégia de subordinação.

6.4 Nominalização como estratégia de subordinação

As estratégias de subordinação nas línguas sul-americanas são classificadas por Van Gijn, Auden e Muysken (2011 p. 10) em três tipos principais: (i) estratégias nominais, com a nominalização do verbo subordinado e a possibilidade de manutenção de algumas categorias verbais; (ii) estratégias verbais, com a combinação de suas estruturas mais ou menos finitas, com marcadores presos de dependência; (iii) estratégias integradoras, com dois elementos predicativos integrados em construções multiverbais, compostos verbais e afixação.

Entre as principais dessas estratégias de subordinação nas línguas sul-americanas, segundo Van Gijn, Auden e Muysken (2011, p. 13) está a justaposição de duas ou mais estruturas finitas em relação à marcação de pessoa e distinções TAM, com uma delas recebendo um subordinador preso. Outra estratégia identificada para as línguas do continente é a marcação de *switch-reference* em subordinadores, geralmente presos (VAN GIJN, AUDEN, MUYSKEN, 2011, p. 13). O uso de subordinadores livres também é uma estratégia apontada pelos autores, além de cláusulas paratáticas não marcadas, construções de verbos seriais, compostos verbais e afixação (principalmente com afixos causativos e desiderativos). A estratégia mais comum, entretanto, é a nominalização.

A nominalização como estratégia de subordinação tem sido considerada por diversos autores como um traço característico das línguas sul-americanas. Entre as características tipológicas das línguas sul-americanas listadas por Campbell (2012, p. 278) estão as “cláusulas subordinadas como nominalizações”, definidas como formas verbais não-finitas, e relacionadas principalmente às cláusulas subordinadas relativas. Derbyshire e Pullum (1986, p. 19) destacam que a substituição de cláusulas relativas finitas ou outros tipos de cláusulas subordinadas é uma propriedade areal das línguas amazônicas. Dixon e Aikhenvald (1999, p. 9) defendem que entre os traços que permitem considerar a Amazônia como uma área linguística está a ocorrência de verbos nominalizados em cláusulas subordinadas, que recebem marcas do tipo de subordinação. Entre as principais estratégias presentes nas línguas amazônicas para a articulação de cláusulas identificadas por Aikhenvald (2012, p. 332-336) estão as

nominalizações, a marcação da subordinação por clíticos e sufixos, o uso de partículas advérbios e posposições como conectores de cláusulas, a justaposição de cláusulas e no caso das línguas da família tupi-guarani, marcadores de caso e posposições.

Comrie e Thompson (2007, p. 334) classificam os dispositivos derivacionais que criam nomes a partir de verbos e adjetivos lexicais, ou seja, as nominalizações, em duas classes, de acordo com os tipos de nomes resultantes. A primeira, a classe A, inclui os nomes de atividades ou estados designados pelo verbo ou adjetivo, enquanto a segunda, a classe B, inclui os nomes que representam um dos seus argumentos.

Os nomes da classe A são chamados por Comrie e Thompson (2007, p. 335) de nomes de ação, *action nouns*, quando são derivados de verbos de ação e de nomes de estado, *state nouns*, quando derivam de verbos estativos ou adjetivos e têm como significado o fato, o ato, qualidade ou a ocorrência daqueles verbos ou adjetivos. Em contraste com os nomes da classe B, eles mantêm algumas propriedades dos verbos e adjetivos dos quais derivam, não se comportando sintaticamente como os outros nomes da língua.

Os nomes da classe B, por sua vez, são agrupados em 6 subgrupos, conforme processos de nominalização de agente, instrumentais, de maneira, locativos, objetivos e de razão. Comrie e Thompson (2007, p. 336-343) definem esses processos de nominalização como: 1) nominalização de agente é um processo em que verbos são transformados em nomes que significam “aquele que” realiza o verbo ou adjetivo; 2) nominalização instrumental é o processo de formação de um nome a partir de um verbo e que significa “um instrumento para” a realização da ação do verbo; 3) nominalização de maneira é um processo de derivação que forma nomes a partir de verbos que significam “forma de” realizar a ação do verbo; 4) nominalização locativa é um processo de derivação de um nome a partir de um nome que significa “um lugar onde” a ação do verbo é realizada; 5) nominalização objetiva é um processo de derivação de um nome a partir de verbo que designa o resultado ou o objeto típico de uma ação; 6) nominalização de razão é um processo de derivação de um nome a partir de um verbo que significa “a razão” para a realização da ação ou estado do verbo.

Van Gijn, Haude e Muysken (2011, p. 11), por sua vez, distinguem três tipos principais de nominalização como estratégia de subordinação nas línguas sul-americanas:

(i) nominalizações de participante, que são funcionalmente equivalentes a cláusulas relativas; (ii) nominalizações de evento, usadas em especial para complementação, mas também para relações relativas e adverbiais (frequentemente em combinação com marcadores de caso e posições); (iii) formas participiais nas quais o nominalizador também codifica uma propriedade verbal – geralmente tempo – que são usadas em relações relativas e relações adverbiais (converbos), como em complementos de propósito.²⁴

Segundo os autores, a maioria das línguas sul-americanas apresentam nominalizações de participantes funcionalmente equivalentes a cláusulas relativas (geralmente sem núcleo) e seus tipos mais comuns são nominalização de participantes nucleares [*core participants*], (S/A/O). Seguindo a classificação de Comrie e Thompson (2007), Van Gijn, Haude e Muysken (2011, p. 11) identificam ainda nas línguas do continente nominalizações instrumentais, locativas e objetivas. Outro fenômeno relacionado à nominalização identificado pelos autores é a ocorrência de cláusulas relativas com núcleo interno. As nominalizações de evento (ou ação) funcionam como complementos em muitas línguas (VAN GIJN, HAUDE, MUYSKEN, 2011, p. 12). Essas nominalizações, segundo os autores, geralmente permitem a retenção da morfologia verbal no predicado nominalizado. Por fim, a ocorrência de formas verbais participiais, principalmente nas línguas caribe e andinas, nas quais os nominalizadores também codificam categorias verbais como tempo.

Cristofaro (2005, p. 71), considera que entre as formas verbais rebaixadas²⁵ há aquelas que, além de perder propriedades verbais, podem adquirir propriedades nominais e adjetivais. A autora considera as marcas de caso e posições como as evidências mais claras de que um verbo possui propriedades não-verbais. Segundo Cristofaro (2005, p 72-73), a seleção dos marcadores de caso e posições está geralmente relacionada à natureza da relação que articula as cláusulas, exceto para a relativização, para a qual as línguas geralmente permitem o uso de vários marcadores de caso e posições.

²⁴ “ (i) *participant nominalizations, which are functionally equivalent to relative clauses*; (ii) *evento nominalizations, used in particular for complementation, but also for relative and adverbial relations (often in combination with case markers or adpositions)*; (iii) *participial forms in which the nominalizer also encodes a verbal property – typically tense – that are used in relative relations and adverbial relations (converbs), as well as in purpose complements*” (VAN GIJN, HAUDE, MUYSKEN, 2007, p 11).

²⁵ Cf. a subseção 8.1.1. para uma discussão da definição de rebaixamento das formas verbais de Cristofaro (2005).

Além dos marcadores de caso e posições, Cristofaro (2005, p. 73) considera que a aquisição de traços nominais pelo verbo rebaixado pode ser consequência da aplicação de morfemas especiais, como nominalizadores e marcadores de infinitivo. Segundo a autora, a característica nominal dos verbos que recebem esses morfemas é revelada pelo comportamento de outros elementos da cláusula, uma vez que eles se aplicam exclusivamente a verbos. No entanto, a autora considera as informações sobre esses morfemas nas gramáticas insuficientes e não explicam, por exemplo os casos que os morfemas nominalizadores são formas comuns para derivação de nomes a partir de verbos na língua e os verbos que levam morfemas nominalizadores ocorrem com artigos e preposições, o que indicaria que não são de fato nominalizantes e mudam a categoria do verbo. Assim, Cristofaro (2005, p. 74) considera como rebaixados apenas os casos que há indicação clara de que o verbo possui características nominais, considerando os casos em que o papel dos morfemas nominalizadores não são claros como formas equilibradas.²⁶

Com o objetivo de comparar a ocorrência da nominalização como estratégia de subordinação nas línguas sul-americanas com a sua distribuição global, principalmente na amostra apresentada em Cristofaro (2005), Van Gijn (2014) define os seguintes parâmetros para sua caracterização e classificação: 1) finitude, relacionada à marcação de categorias verbais como concordância de sujeito (participante A em cláusulas transitivas e participante S em cláusulas intransitivas quando codificado da mesma forma que A), concordância de objeto (participante P ou O na cláusula transitiva e participante S nas cláusulas intransitivas codificado da mesma forma que P, tempo, aspecto, modalidade de evento, modalidade epistêmica e evidencialidade nas unidades dependentes em comparação com unidades independentes; 2) nominalização, relacionado a categorias nominais como marcação de caso, posições, combinação com determinantes, codificação de objetos como possuidores, concordância com outros elementos, marcação de plurais nominais, que podem ser marcadas nas unidades dependentes; 3) sinalização, *flagging*, relacionada a sinais explícitos de dependência, como marcadores de dependência, afixos nominalizadores e marcadores especiais de tempo/aspecto/modalidade; 4) integração, relacionado à possibilidade de negação separada da unidade

²⁶ Cristofaro (2005) opõe formas verbais rebaixadas, nas quais distinções de tempo, modo, aspecto e a codificação de participantes são marcados de maneira diferente do que ocorre em formas verbais independentes em cláusulas declarativas simples e formas verbais equilibradas.

independente, contiguidade das unidades dependentes e independentes e fusão morfológica; 5) linearização, que diz respeito à posição dos marcadores de dependência em relação à unidade dependente, a posição da unidade dependente em relação à unidade independente e, na relativização, a posição do nome relativizado em relação à cláusula relativa ou seu equivalente funcional. As construções usadas como estratégias de subordinação podem, a partir desses parâmetros, ser comparadas.

Van Gijn (2014) elabora então um questionário para analisar a nominalização. Se a resposta para qualquer uma das perguntas do questionário for sim (ou B, no caso das perguntas 3 e 4)²⁷, trata-se de uma construção nominalizada. Segundo o autor, essa definição é independente da função sintática ou deverbalização da construção e considera unidades que denotam eventos, *event-denoting unit (EDU)* em relações adverbiais, relativas e completivas, (VAN GIJN, 2014). O autor usa o conceito de *EDU* como equivalente de estado de coisas (CRISTOFARO, 2005), e as definições das relações semânticas de subordinação são as mesmas de Cristofaro (2005).

Pergunta	Chave de resposta
A <i>EDU</i> dependente pode ser marcada para caso ou marcada por um aposição?	Sim/Não
A <i>EDU</i> dependente pode levar determinantes ou demonstrativos atributivos?	Sim/Não
O sujeito da <i>EDU</i> dependente pode ser marcado como possuidor?	A=Não, B=Sim, C=possuidor indistinguível da marcação verbal
O objeto da <i>EDU</i> dependente pode ser marcado como possuidor?	A=Não, B=Sim, C=possuidor indistinguível da marcação verbal
A <i>EDU</i> dependente pode desencadear concordância de outros elementos?	Sim/Não
A <i>EDU</i> dependente pode ser marcado para número nominal?	Sim/Não

Para comparar e classificar as diferentes construções nominalizadas, analisando a variação interna a essa estratégia de subordinação, Van Gijn (2014) usa

²⁷ Em algumas línguas sul-americanas, como o Guajá, a codificação de possuidores é idêntica a de sujeitos e objetos em cláusulas independentes. Desse modo, há uma terceira alternativa de resposta à questão se sujeitos e objetos são marcados como possuidor.

a semântica como base. O autor examina cada tipo semântico das relações de subordinação e seus “vizinhos” mais próximos. Se um tipo semântico X é codificado por um conjunto de construções Y, o tipo semântico mais próximo, seu vizinho, é aquele que também é codificado pelo conjunto Y com mais frequência (VAN GIJN, 2014). A partir do resultado dessa comparação, o autor identifica três agrupamentos: 1) construções relativas; 2) construções temporais, de razão, condicionais e de propósito; 3) estratégias de complementação factuais, modais e desiderativas de um lado e, por outro lado, de conhecimento, percepção e desiderativas. Por fim, esses três agrupamentos semânticos são correlacionados a formas morfossintáticas que são analisadas a partir dos seguintes parâmetros: 1) tipo de nominalização; 2) expressão dos argumentos nucleares como possuidores; 3) marcação de caso.

. Os participantes em construções nominalizadas podem ser expressos como possuidores, sendo que possuidor-sujeito (S/A) são mais frequentes que possuidores objeto (O). No entanto, na amostra analisada por Van Gijn (2014), muitas línguas não expressam formalmente a diferença entre possuidores e sujeitos ou objetos. As relações semânticas que são codificadas por essa estratégia são as relativas, seguidas pelas relações temporais, de razão, de propósito e desiderativas.

Outra estratégia analisada por Van Gijn (2014) é a nominalização marcada para caso ou associadas a posições. Segundo o autor, todas as línguas da sua amostra utilizam essa estratégia para a formação de sentenças complexas. Como a estratégia é muito difundida e o objetivo do autor é investigar se formas nominalizadas são enviesadas geográfica ou geneticamente nas línguas sul-americanas, Van Gijn (2014) analisa apenas as relações adverbiais codificadas pela marcação de caso oblíquo. Na amostra do autor, a relação entre eventos, em relações temporais, de razão e locativas são com frequência marcadas com posições ou marcadores de caso (VAN GIJN, 2014).

Em relação aos tipos de nominalização, Van Gijn (2014) considera apenas as nominalizações de participantes, classificadas por Comrie e Thompson (2007) na classe B, pois o autor considera na sua análise apenas as nominalizações com marcadores presos e as nominalizações de participantes são as mais comuns na sua amostra. Todas as construções com nominalização de participantes na amostra de Van Gijn (2014) codificam relações relativas, sendo as relações de propósito, espaciais e temporais as outras relações mais comuns. As estratégias de nominalização de participantes para relativização de argumentos nucleares incluem o

uso de nominalizadores que não especificam os papéis semânticos dos participantes e o uso de um paradigma de nominalizadores que especificam o papel semântico do argumento relativizado na cláusula relativa. As outras relações semânticas codificadas pelas mesmas estratégias também podem ser codificadas por nominalizadores que não especificam os papéis dos participantes ou por paradigmas que os especificam.

6.4.1 Nominalização como estratégia de subordinação em línguas do tronco tupi e da família tupi-guarani

A nominalização também é descrita com a estratégia de subordinação mais comum nas línguas do tronco Tupi (VAN GIJN, GALUCIO, NOGUEIRA, 2015). Van Gijn, Galucio e Nogueira (2015) descrevem as estratégias mais comuns de subordinação nas línguas do tronco Tupi a partir de tipos semânticos de relação entre cláusulas, definidos a partir de Cristofaro (2005), e as estratégias que as codificam em línguas de diversas famílias do tronco e seus subgrupos. Os parâmetros adotados pelos autores para a analisar as construções são: 1) finitude/deverbalização; 2) nominalização; 3) sinalização; 4) linearização; 5) integração. As construções são, por sua vez, agrupadas conforme a frequência com que determinadas estratégias morfossintáticas codificam determinadas relações semânticas na amostra analisada pelos autores. Assim, Van Gijn, Galucio e Nogueira (2015) descrevem sete grupos de estratégias de subordinação nas línguas do tronco Tupi, a saber, 1) estruturas temporais clausais que permitem morfologia verbal no predicado subordinado, mas não permitem morfologia nominal; 2) construções (predominantemente tipo-cláusula) que codificam relações adverbiais multifuncionais, como temporais, causais, condicionais ou, ainda, de propósito, e que permitem nos predicados subordinados traços verbais restritos característicos de cláusulas independentes, mas geralmente não exibem traços nominais; 3) cláusulas causais e condicionais, que não recebem morfologia nominal, apenas verbal e são todas sinalizadas por sufixos ou partículas pospostas; 4) cláusulas de propósito multiverbais, geralmente em relações com mesmo sujeito e caracterizadas pela falta de inflexão em um dos verbais e marcas de dependência; 5) estratégias de complementação polifuncionais, que inclui estratégias heterogêneas entre si; 6) afixação e composição, comuns em relações completivas desiderativas com mesmo sujeito, manipulativas e factivas (começo e fim); 7) relativas nominalizadas com sufixos nominalizadores que indicam o papel semântico do

participante singularizado na relativização. Esse último grupo de construções é o que, segundo Van Gijn, Galucio e Nogueira (2015, p. 311) constitui o que parece ser o grupo mais estável no tronco Tupi e apresenta mais coerência morfossintática na comparação entre as línguas, indicando que possivelmente havia um sistema antigo de marcadores presentes no Proto-Tupi.

Para o sistema que ocorre nas línguas da família tupi-guarani, Jensen (1998, p. 539) apresenta quatro tipos de nominalização, todas com o uso de sufixos: 1) nominalização de ação, agente e circunstância; 2) nominalização de paciente; 3) nominalização de cláusula; 4) nominalização adverbial. Todas as nominalizações podem receber os morfemas prospectivos e retrospectivo **-rám* e **-pwér* como os outros nomes (JENSEN, 1986, p. 544).

Os participantes nas nominalizações do primeiro tipo são indicados por marcadores pessoais da série II, prefixo de possuidor (ou prefixo relacional de contiguidade, nos termos de Magalhães (2014), ou por um nome. As nominalizações de ação com o sufixo **-a* ~ **-∅* criam um nome que se refere à ação a que se refere um verbo do qual deriva, no caso de verbos intransitivos e transitivos ativos, ou ao estado que se refere um verbo intransitivo estativo (JENSEN, 1998, p. 540). As nominalizações de agente com o sufixo **-ár* ~ **cár* ~ **tár*, por sua vez, ocorrem apenas com verbos transitivos (JENSEN, 1998, p. 540). As nominalizações de circunstância com o sufixo **-áβ* ~ *cáβ* ~ *táβ* podem indicar lugar, tempo ou instrumento e, em algumas línguas, como o Wayãpi e Guajajara, podem também ser usados para nominalizações de ação (JENSEN, 1998, p. 541).

As nominalizações de pacientes podem ser de dois tipos. Um com o sufixo **-pýr* que se refere a P sem referência a A e outro com o prefixo **emi-* que se refere a P em relação a A, com ambas ocorrendo apenas com verbos transitivos (JENSEN, 1998, p. 541). Os predicados de uma cláusula podem ser nominalizadas pelo sufixo **-βa'é* ~ **ma'é*, como nos exemplos (1) e (2) do Wayãpi.

- (1) *o-pyta* *ma'ë*
 3-ficar NMLZ
 'o que ficou'

(Adaptado de Jensen, 1998, p. 543)

- (2) *e-nupã* *ma'ë*

1SG-bater NMLZ
 ‘o que me bateu (com um instrumento)’
 (Adaptado de Jensen, 1998, p. 543)

Por fim, Jensen (1998, p. 544) apresenta a nominalização de participante que é caracterizado por uma circunstância indicada por advérbio ou sintagma posposicional, com o sufixo **-cwár ~ *nwár*.

6.4.2 A nominalização em Guajá

Em Guajá, as nominalizações ocorrem pela marcação de verbos, posposições, advérbios, nomes no caso locativo e núcleos de predicados por morfemas nominalizadores (MAGALHÃES, 2007, p. 208). Os nomes resultantes de nominalizações são negados pelo sufixo *-y'ym-* ~ *'ym* ~ *'ỹ* (3) e, como qualquer nome na língua, podem receber o sufixo referenciante *-a* (4), o sufixo de atualização nominal retrospectiva *-ke(r)* ~ *(e)r* (5) e marcação do seu determinante associado ao prefixo relacional de contiguidade (6), ocorrer como argumento de predicados (7), núcleo de predicados equitativos (8) e como cláusulas nominalizadas em relações completivas e adverbiais (MAGALHÃES, 2007, p. 208-213).

- (3) ***i-ĩ-'ỹ-ma'a***
 3.II-falar-NEG-NMLZ
 ‘o que não fala’
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 213)
- (4) ***ka'a ∅-xak-ahar-a***
 mata R-ver-NMLZ-RFR
 ‘vigilante da mata (lit. o que olha a mata)’
- (5) ***ma'a ∅-mumu'ũ-a-en-a***
 algo R-contar-NMLZ-RETR-RFR
 ‘história’ (lit. o que foi contado sobre algo)
- (6) ***terẽ r-amakaj-ha-∅***

trem R-chamar-NMLZ-RFR
 ‘apito do trem’ (lit. ‘o chamado do trem’)

- (7) \emptyset -r-u xi \emptyset -xu'u-a-er-a pyha kaně
 3.I-CAUS.COM-vir IMPF 3.II-morder-NMLZ-RETR-RFR noite lanterna

n-awa-ha-pe

R-iluminar-NMLZ-LOC

‘vinha com a mordida (da cobra) à noite, na luz da lanterna’

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 214)

- (8) akaju \emptyset -'u-har-a Kupaxĩ-a
 caju R-comer-NMLZ-RFR N.PRP-RFR

‘Kupaxĩ é comedor de caju’

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 214)

6.4.2.1 Nominalização de ação, estado, lugar e instrumento

O sufixo *-(a)ha-* pode associar-se a verbos ativos intransitivos ativos e estativos e a verbos transitivos, produzindo um nome de ação (9) ou estado (10), um lugar (11) ou um instrumento (12) (MAGALHÃES, 2007, p. 208). Os nomes derivados com esse sufixo possuem determinante obrigatório associado ao núcleo nominal por prefixo relacional. O alomorfe *-a-* ocorre quando seguido pelo sufixo de atualização nominal retrospectiva (13)(MAGALHÃES, 2007, p. 208).

- (9) a-nũ wari \emptyset -ijan-aha- \emptyset
 1SG.I-escutar guariba R-cantar-NMLZ-RFR
 ‘escutei o canto do guariba’
 (Adaptado de Magalhães, 2007,p. 209).

- (10) na'axi h-ahy-ha- \emptyset
 não.há 3.II-estar.doente-NMLZ-RFR
 ‘não há doença dele’
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 209)

- (11) jaha karai ka'a jaky-har-a a-xa

eu não.indígena mata mexer-NMLZ-RFR 1SG.I-ver

ha=wata-ha-pe

1SG.II-caçar-NMLZ-LOC

‘Eu vi o madeireiro no lugar onde eu caço’

- (12) *wy* *∅-tipir-aha-∅* *a-pyhy-apaj*
 chão R-varrer-NMLZ-RFR 2.IMP-pegar-rápido
 ‘pegue rápido a vassoura’ (lit. pegue rápido o instrumento de varrer o chão)
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 209)

Em nominalizações de verbos transitivos com o sufixo *-ha* o único argumento marcado no nome resultante é interpretado como O (13), enquanto em nominalizações de verbos intransitivos (14) é interpretado como S. Verbos transitivos nominalizados com objeto de terceira pessoa, podem receber marcação de prefixo relacional para indicar a contiguidade do nome que exerce o papel de objeto (15) ou marcador pessoal da série II.

- (13) ***ha=r-ixak-aha-∅***
 1SG.II=R-ver-NMLZ-RFR
 ‘a visão de mim’
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 219)

- (14) ***ha=∅-ijã-aha-∅***
 1SG.II=R-cantar-NMLZ-RFR
 ‘meu canto’
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 219)

- (15) ***n=a-kwa-j*** *takỹ* ***∅-'u-ha-∅***
 NEG=1SG.I-saber-NEG tucano R-comer-NMLZ-RFR
 ‘não como tucano’ (lit. ‘não conheço a circunstância de comer tucano’)
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 219)

6.4.2.2 Nominalização de agente

As nominalizações com o sufixo *-(a)ha(r)-* podem ocorrer com verbos transitivos (16), indicando o agente de uma ação (MAGALHÃES, 2007, p. 210). Quando associado a complementos locativos formados por posposição (17), advérbios locativos (18) e nomes no caso locativo (19) indicam a pertinência a um lugar (MAGALHÃES, 2007, p. 210).

(16) *a'e i-pyhyk-ahar-a*

DEM 3.II-pegar-NMLZ-RFR

'ele é o pegador dele'

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 210)

(17) *'y r-awaj-har-a*

água R-outro.lado-NMLZ-RFR

'morador do outro lado do rio'

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 210)

(18) *ha=n-ima*

amete-har-a

1SG.II-R-animal.de.estimacão

longe-NMLZ-RFR

'meu animal de estimacão é de longe'

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 210)

(19) *awa ka'a-p-ahar-a*

N.PRP mata-LOC-NMLZ-RFR

'Os Awa Guajá isolados' (lit. Os Awa Guajá da mata)

6.4.2.3 Nominalização de paciente

O prefixo *-imi-* associada a verbos transitivos dão origem a nomes com papel de paciente (20), e é sempre precedido pelo nome ou pronome com função de agente que o determina (MAGALHÃES, 2007, p. 211).

(20) *Ma'i r-imi-japo-ker-a*

N.PRP R-NMLZ-fazer-RETR-RFR

'criatura de Maíra' (lit. objeto da criação de Maíra)

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 211)

O sufixo *-(i)pyr ~ -per* quando associado a verbos transitivos também forma nomes com o papel de paciente, mas sem referência ao agente (21) (MAGALHÃES, 2007, p. 212). O alomorfe *-per* ocorre quando seguido pelo sufixo e atualização nominal retrospectiva (22). O argumento expresso nos verbos transitivos nominalizados com o sufixo *-(i)pyr ~ -per* tem papel semântico de So, pois há desagentivização do verbo (MAGALHÃES, 2007, p. 220).

- (21) *pape* ***∅-japo-per-er-a*** *a-manõ* *Jakuxa'a-pe*
 papel R-fazer-NMLZ-RETR-RFR 1.SG.I-enviar N.PRP-DAT
 ‘enviei para Jakuxa'a o papel que foi escrito’
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 212)

- (22) *amete* ***∅-japo-per-er-a***
 longe R-fazer-NMLZ-RETR-RFR
 ‘o que foi feito há muito tempo’
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 220)

6.4.2.4 Nominalização de predicado

O sufixo *-ma'a* nominaliza predicados intransitivos que possuem nomes, verbos intransitivos ativos ou verbos intransitivos estativos como núcleo derivando nomes que expressam “o que faz X” (23), “o que é/está X” (24) ou “o que tem X” (25) (MAGALHÃES, 2007, p.213). Os nomes derivados de verbos intransitivos ativos possuem papel semântico de Sa (26) e os nomes derivados de verbos intransitivos estativos possuem papel semântica de So (27).

- (23) ***∅-jã-ma'a-∅***
 3.I-cantar-NMLZ-RFR
 ‘cantor’ (lit. o que canta’)
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 213)

- (24) ***h-awahy-ma'a-∅***
 3.II-ser.azul-NMLZ-RFR
 ‘o que é azul’
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 213)

- (25) *i-mymy-ma'a-∅*
3.II-filho-NMLZ-RFR
'o que tem filho'
(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 213)
- (26) *∅-wata-ma'a-∅*
3.I-caçar-NMLZ-RFR
'caçador'
(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 220)
- (27) *i-kira-ma'a-∅*
3.II-ser.gordo-NMLZ-RFR
'o gordo'
(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 220)

Na seção seguinte será discutido como, a partir do Princípio de Assimetria de Cristofaro (2005) e dos conceitos apresentados nessa seção, foram identificadas as sentenças complexas em Guajá e como a subordinação e coordenação podem ser identificadas funcionalmente na língua.

7. ABORDAGEM PRAGMÁTICO-COGNITIVA DAS RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO E COORDENAÇÃO

Nesta seção serão descritos como os casos de subordinação analisados neste trabalho foram identificados com base em uma definição pragmático-cognitiva da articulação de cláusulas. Além disso, será discutida a codificação morfossintática da coordenação em Guajá, definida também funcionalmente. Na seção seguinte, será discutida a codificação morfossintática das relações de subordinação identificadas na língua guajá.

7.1 Princípio de Assimetria e subordinação

Cristofaro (2005) constrói sua abordagem sobre a subordinação a partir do Princípio de Assimetria. Segundo a autora, a novidade da sua proposta é considerar, em primeiro lugar, as relações entre estado de coisas, independentemente de qualquer tipo particular de ligação de cláusula e só então investigar os correlatos morfossintáticos dessas relações translinguisticamente (CRISTOFARO, 2005, p. 34).

Como apresentado na seção anterior, de acordo com o Princípio de Assimetria, a subordinação é uma situação cognitiva, que pode ser expressa em todas as línguas, na qual um estado de coisas pragmaticamente assertado impõe seu perfil a outro estado de coisas pragmaticamente não-assertado (CRISTOFARO, 2005, p. 33). A autora distingue sua abordagem daquelas que consideram a possibilidade de cláusulas subordinadas expressarem asserções, e das que tomam as subordinadas da perspectiva da relação entre primeiro plano e plano de fundo, como discutido na seção anterior.

Cristofaro (2005, p. 34) considera que a topicalização e a preposição de constituinte estão relacionadas à distribuição de informação de primeiro plano e de plano de fundo na sentença. As *tag-questions* e advérbios de força ilocucionária, por sua vez, são considerados pela autora fenômenos ligados à assertividade, uma vez que se referem à força ilocucionária. De acordo com o Princípio de Assimetria, se uma cláusula subordinada expressa uma asserção, não pode ser considerada uma subordinada. Portanto, essas cláusulas não são consideradas no seu estudo, mesmo que sejam tradicionalmente consideradas subordinadas. A autora (CRISTOFARO, 2005, p. 35) sustenta esse argumento com base em alguns exemplos do inglês:

- (1) *I decided to buy it, because it has such a big memory*
 Eu decidi comprá-lo, pois ele guarda muitas memórias.
 (Extraído de Chafe, 1984, p. 439 *apud* Cristofaro, 2005, p. 35)
- (2) *I decided to buy it, because it has such a big memory, hasn't it?*
 Eu decidi comprá-lo, pois ele tem uma memória grande, não tem?
 (Extraído de Chafe, 1984, p. 439 *apud* Cristofaro, 2005, p. 35)
- (3) **I decided to buy it because it has such a big memory, hasn' it?*
 *Eu decidi comprá-lo pois ele tem uma memória grande, não tem?
 (Extraído de Chafe, 1984, p. 439 *apud* Cristofaro, 2005, p. 35)

Em (2), há uma *tag-question* formada a partir de (1), que questiona a cláusula “*because it has such a big memory*”, demonstrando que essa cláusula possui força ilocucionária. Já em (3), a mesma *tag-question* não pode ser usada, uma vez que não é essa a cláusula assertada. Isso demonstra que apenas em (3) temos um estado de coisas assertado e outro não-assertado. Enquanto em (1) e (2) a *tag-question* na cláusula supostamente subordinada segundo critérios tradicionais é assertada e expressa, portanto, um estado de coisas que não é dependente. Assim, apenas a sentença (3) seria considerada para o estudo de Cristofaro, uma vez que possui uma cláusula assertada (principal) e uma cláusula não-assertada (dependente).

Cristofaro (2005) distingue o Princípio de Assimetria de abordagens que se baseiam na diferença entre figura-fundo/figura complexa e primeiro plano/fundo ainda que elas também considerem a relação assimétrica entre estados de coisas (CRISTOFARO, 2005, p. 36). Segundo o Princípio de Assimetria de Cristofaro (2003, p. 36), o estado de coisas que não possui perfil autônomo não é necessariamente um dispositivo de “cenário”. Em (4), por exemplo, no caso de uma cláusula completiva, um dos estados de coisas não é assertado (o que é atestado pela agramaticalidade da sentença com *tag-question* em (5) e não funciona como um dispositivo “cenário”:

- (4) *He thinks that she will arrive tomorrow*
 ‘Ele acha que ela chegará amanhã’
 (Extraída de Cristofaro, 2005, p. 16-18)

- (5) **He thinks that she will arrive tomorrow, won't she?*²⁸
 'Ele acha que ela chegará amanhã, ela não chegará?'
 (Extraída de Cristofaro, 2005, p. 16-18)

Além disso, o estado de coisas dependente não corresponde à informação de fundo (CRISTOFARO, 2005, p. 36). Segundo o Princípio de Assimetria, o estado de coisas não-assertado não representa necessariamente uma informação menos importante ou uma determinada situação conceptual, podendo o estado de coisas dependente representar até mesmo a informação mais importante (CRISTOFARO, 2005, p. 36).

A autora então compara testes de assertividade e o teste de mentira (*lie-test*) propostos por Ertshik-Shir e Lappin (1979, 1983). Esse teste de mentira verifica quais são as partes dominantes da sentença, que podem se tornar tema de conversas futuras (CRISTOFARO, 2005, p. 36). O teste é realizado ao se colocar a sentença em um contexto de discurso direto e negá-la, atribuindo probabilidade ou valor de verdade para partes da sentença com expressões como "... não é verdade", "...é provável" etc. Os exemplos abaixo, extraídos de Cristofaro (2003, p. 36-7) comparam testes de assertividade e mentira em uma mesma sentença:

- (6) *He said it's raining*
 'Ele disse que está chovendo'
- (7) A: *He said it's raining*
 B: *That's not true* [= *It's not true that he said that/It's not true that it's raining*]
 'A: Ele disse que está chovendo'
 'B: Não é verdade [= Não é verdade que ele disse isso/Não é verdade que está chovendo]'
- (8)
 a. *It's not the case that he said it's raining* [= *He didn't say it's raining/*It's not raining*]
 'Não é caso que ele tenha dito que está chovendo [= Ele não disse que está chovendo/
 *Não está chovendo]

²⁸ Exemplos extraídos de CRISTOFARO, 2005, p.16-18.

b. **He said it's raining, isn't it?*

'*Ele disse que está chovendo, não está?

c. *Is it the case that he said it's raining? [= Did he say it's raining?/ *Is it raining?]*

'É o caso de que ele tenha dito que está chovendo? [= Ele disse que está chovendo?/

*Está chovendo?]

De acordo com Cristofaro (2003, p. 36-7), é possível perceber em (7) que o ouvinte está interessado no clima, não no fato de que alguém disse algo, ainda que em (9) o falante não queira se comprometer com a informação de que está chovendo ao dizer que alguém falou sobre a chuva. No entanto, como é demonstrado nos testes de assertividade em (12a), (12b) e (12c), o estado de coisas assertado é “alguém ter dito algo sobre o clima”, não “que está chovendo”. Esse contraste entre a assertividade e a importância da informação, demonstra que a falta de assertividade “reflete um modo particular de construir uma relação cognitiva entre estados de coisas, de modo que o perfil de um estado de coisas se sobrepõe ao outro”, no entanto, o motivo da construção dessa relação cognitiva é “em princípio, independente da relevância discursiva desses estados de coisas” (CRISTOFARO, 2005, p. 37).

Cristofaro (2003, p. 38) aponta ainda que, segundo o Princípio de Assimetria, a assimetria conceptual entre os estados de coisas não depende da relação semântica existente entre eles. Ela dá os seguintes exemplos (CRISTOFARO, 2005, p. 38), com seus respectivos testes de assertividade:

(9) *He can use her computer because she is not there*

'Ele pode usar o computador dela pois ela não está lá'

(10) *She is not there, and so he can use her computer*

'Ela não está lá, então ele pode usar o computador dela'

(11) *It is not the case that he can use her computer because she is not there [= He can use her computer, but the reason is not that she is not there/ Although she is not there, he cannot use her computer/* It is not true that she is not there]*

'Não é caso de que ele possa usar o computador dela, pois ela não está lá [= Ele pode usar o computador dela, mas o motivo não é que ela não está lá/ Apesar de ela não estar lá, ele não pode usar o computador dela/* Não é verdade que ela não está lá]'

(12) *It is not the case that she is not there and so he can use her computer [= She is there and so he cannot use her computer]*

'Não é o caso de que ela não esteja lá e então ele possa usar o computador dela [= Ela está lá e então ele não pode usar o computador dela]'

Apesar de (9) e (10) serem semanticamente idênticas, a negação sentencial em (11) e (12) demonstra que as duas sentenças estão organizadas de modo diferente cognitivamente. Em (9), a negação sentencial se aplica a apenas um estado de coisas, portanto apenas um estado de coisas é assertado. Em (10), a negação sentencial se aplica a ambos os estados de coisas, portanto, ambos são assertados (CRISTOFARO, 2005, p. 38).

Por fim, Cristofaro (2003, p. 38) afirma que qualquer relação entre estados de coisas ligados pode ser reduzida a construções de relação completiva, adverbial e relativa, sendo que 1) situações subjacentes de construção completiva são aquelas em que a semântica de um dos estados de coisas ligado implica na referência a outro estado de coisas 2) situações subjacentes de construção adverbial são aquelas nas quais um dos estados de coisas ligado corresponde às circunstâncias nas quais ocorre o outro estado de coisas; 3) situações subjacentes de construção relativa são aquelas nas quais um participante do estado de coisas principal é identificado dentro de um conjunto de referentes possíveis ao mencionar algum outro estado de coisas no qual participa. Ainda que o Princípio de Assimetria considere as mesmas relações apresentadas pelas abordagens tradicionais, ela não pressupõe os tipos de construções nas quais essas relações se manifestam e nem se baseia em critérios formais como ocorrência de conjunções, encaixamento etc. Por isso, a autora fala de relações completivas, adverbiais e relativas, e não cláusulas ou construções completivas, adverbiais e relativas, uma vez que se refere a relações semânticas entre estados de coisas e não tipos específicos de cláusulas que codificam essas relações (CRISTOFARO, 2005, p. 38).

O Princípio de Assimetria fornece uma definição universal da subordinação, aplicável translinguisticamente. No entanto, há o desafio de se aplicar os testes de assertividade que atestam a assimetria cognitiva entre os estados de coisas em todas as línguas. Cristofaro (2003, p. 40) admite a existência de um problema, uma vez que as línguas não possuem os mesmos meios de distinção entre asserções e não-asserções. Para contornar esse problema, a autora sugere algumas estratégias e

exemplos que serão apresentados a seguir e que foram usados para identificar as cláusulas subordinadas em Guajá.

7.1.1 Asserções e não-asserções: estratégias de definição

A primeira das estratégias para distinguir asserções de não-asserções é contar com “informações explícitas sobre o valor assertivo de tipos de sentenças individuais” (CRISTOFARO, 2005, p. 40). A autora dá o exemplo do Lango, língua Nilo-saariana. O Lango possui duas estratégias de complementação, uma com justaposição paratática de duas cláusulas (17a) e outra com o encaixamento clausal com um complementizador (17b). Segundo Noonan (1992, 203-5 *apud* CRISTOFARO, 2005, p. 40), construções do primeiro tipo podem ser usadas apenas para casos em que ambas as cláusulas têm significado factual e, portanto, no caso de (17a), as duas cláusulas são assertadas. Já em (17b) apenas uma das cláusulas é assertada. Assim, há informações sobre o valor assertivo de cada tipo de construção que permitem identificar quando há subordinação:

Lango, língua Nilo-Saariana

(13)

- a. *àtín* *àénéò* *lócé* *òṅàṅò*
 criança 3:SG-ver-PERF homem 3:SG-cegar-PERF

pàlà

faca

‘A criança viu o homem, ele cegou a faca’

(Adaptado de Noonan, 1992, p. 203 *apud* Cristofaro, 2005, p. 40)

- b. *àtín* *òénéò* [*ní* *lócé* *òṅàṅò* *pàlà*]
 criança 3:SG-ver-PERF COMP homem3:SG-cegar-PERF faca]

‘A criança viu o homem cegar a faca’

(Adaptado de Noonan, 1992, p. 203 *apud* Cristofaro, 2005, p. 40)

Entretanto, nem sempre há informações desse tipo disponíveis para todas as línguas. Cristofaro (2003, p. 41) propõe, então, que a estratégia a ser adotada nesses casos seja considerar que a tradução preserva a organização conceptual dos estados

de coisas ligados na sentença original e, portanto, podem ser confiáveis para determinar a assertividade das cláusulas. Assim, se a construção analisada é traduzida com uma construção que envolve não-assertividade, trata-se de subordinação. Segundo a autora, o problema da confiabilidade e precisão das traduções não é muito diferente do problema da confiabilidade e precisão das descrições gramaticais. Desse modo, deve-se considerar que se uma determinada construção é traduzida por outra construção que expressa não-assertividade, elas podem ser consideradas funcionalmente equivalentes, e é essa equivalência funcional (e não estrutural) que deve ser levada em conta (CRISTOFARO, 2005, p. 41). A equivalência funcional entre a construção analisada e a construção usada na tradução possuem equivalência em termos de função semântica e cognitiva.

Para a autora, o fato de uma construção possibilitar mais de uma tradução “é irrelevante para o Princípio de Assimetria”²⁹, pois se ao menos uma das traduções envolver a não-asserção de um dos estados de coisas ligados, trata-se de um caso de subordinação (CRISTOFARO, 2005, p. 43).

Cristofaro (2003, p. 43) enfatiza que aquilo que determina o status cognitivo das partes da sentença é o contexto pragmático e não sua estrutura formal. Desse modo, uma mesma construção pode expressar subordinação ou não. Nesse caso, uma construção que possa expressar não-subordinação, mas também possa expressar subordinação, deve ser considerada relevante para a análise translinguística. Disso decorre que, “uma relação semântica particular entre estados de coisas pode não ser expressos por uma construção específica, mas simplesmente inferidas a partir da associação de dois estados de coisas no discurso” (CRISTOFARO, 2005, p. 46).³⁰

Cristofaro (2003, p. 46) observa que em alguns casos, como consequência do Princípio de Assimetria, há construções que expressam subordinação que devem ser consideradas independentemente da sua tradução. É o caso das línguas que possuem apenas uma construção para expressar uma determinada relação semântica entre estados de coisas e, portanto, podem expressar “os correlatos cognitivos dessa relação semântica” (CRISTOFARO, 2005). A autora exemplifica com as línguas que não possuem construções equivalentes ao discurso indireto e usam apenas o discurso

²⁹ “[...] is irrelevant to the Asymmetry Assumption” (CRISTOFARO, 2005, p. 43).

³⁰ “[...] a particular semantic relation between SoAs may not be expressed by a specific construction, but simply inferred from the association of two SoAs in discourse” (CRISTOFARO, 2005, p. 43).

direto para afirmações, crenças ou ordens relatadas.³¹ No discurso indireto, afirma Cristofaro (2003, p. 47), a elocução de alguém é descrita, fazendo referência, portanto, a um estado de coisas. Assim, no discurso indireto há dois estados de coisas ligados, um dependente, relacionado à elocução descrita, e outro principal, relacionado ao fato de alguém estar dizendo algo (CRISTOFARO, 2005, p. 47). No discurso direto, por sua vez, são descritos os sons emitidos por alguém, independentemente do seu sentido, podendo até ser sons de outra língua ou mesmo sons de nenhuma língua. Nesse caso, o que é descrito não se refere a um estado de coisas e, portanto, há apenas um estado de coisas, a saber, o fato de alguém estar descrevendo os sons emitidos por alguém. No entanto, o espaço conceptual coberto pelo discurso indireto em algumas línguas deve ser coberto de alguma maneira pelas línguas que possuem apenas o discurso direto – sendo possível que essa função seja desempenhada pelo próprio discurso direto (CRISTOFARO, 2005, p. 47).

Cristofaro (2003, p. 48-50) afirma que as principais vantagens do Princípio de Assimetria são: 1) a possibilidade de analisar a subordinação em qualquer língua, independente dos tipos de cláusulas e estruturas morfossintáticas com as quais elas codificam a subordinação; 2) ao considerar que todas as línguas podem expressar as mesmas situações cognitivas mesmo que não possuam construções específicas para isso e que essas situações cognitivas podem ser inferidas contextualmente, pode-se analisar processos de gramaticalização de construções e a expressão de situações cognitivas diacronicamente; 3) nenhuma língua precisa ser excluída da análise translinguística da subordinação, uma vez que ela é definida pelo contexto discursivo e não por construções específicas.

7.1.2 Testes de assertividade aplicados à língua guajá

A partir do Princípio de Assimetria defendido por Cristofaro (2005) e de sua proposta para se identificar o estado de coisas dependente na sentença por meio de testes de negação sentencial, questionamento sentencial ou *tag-questions*, foram definidas algumas estratégias para a aplicação dos testes de assertividade às sentenças coletadas em Guajá.

³¹ Entre as línguas que possuem essa característica, Cristofaro (2005, p. 47) menciona o Wayãpi, língua próxima ao Guajá.

A convivência com os Awa Guajá permitiu observar que durante as reuniões com não-indígenas os falantes que desempenham a função de intérpretes costumam atestar concordância ou dúvida em relação à informação fornecida pelo falante da língua portuguesa por meio de marcadores conversacionais que expressam uma avaliação sobre o valor de verdade do que foi proferido, como “é isso mesmo”/“é verdade”. A partir dessa observação, passei a atentar para a reação dos demais falantes de Guajá enquanto as informações eram traduzidas para a língua indígena e a ocorrência da expressão *amehẽ tehe*, ‘é verdade mesmo’, mostrou-se frequente. Assim, passei a considerar a possibilidade de empregar essa expressão para realizar os testes de assertividade.

Segundo Magalhães (2007, p. 117), a partícula *te ~ ate ~ ete* expressa modalidade epistêmica de pressuposição, com base na definição oferecida por Givón (2001, p. 301). De acordo com o autor, “a pressuposição é tida como verdadeira seja por definição, acordo prévio, convenção genérica culturalmente compartilhada, sendo óbvio para todos os presentes na situação de fala, ou tendo sido proferida pelo falante e não questionada pelo ouvinte.” Magalhães (2007, p. 117) demonstra que essa partícula se combina com raízes verbais, adjetivais, nominais e com pronomes independentes. Em *tehe*, ocorre a junção dessa partícula epistêmica de pressuposição com o intensificador *he*.

Para aplicar esses testes, selecionei sentenças extraídas dos textos coletados durante os trabalhos de campo para identificar a cláusula que expressa o estado de coisas assertado e o não-assertado. As sessões para realização dos testes foram realizadas com um falante que possui um bom domínio da língua portuguesa e com um falante que não possui esse domínio. Durante as sessões, reproduzi as sentenças complexas coletadas para os falantes e perguntei a eles como eu poderia questionar as informações fornecidas pela sentença por meio da expressão “é mesmo?”, em português. Os falantes forneceram, então, a interjeição *hãj?*, que, segundo Magalhães (2007, p. 126), expressa incerteza ou dúvida quanto à informação recebida. Em seguida, quando foram apresentadas sentenças compostas por cláusulas em que um estado de coisas se sobrepõe a outro, os falantes forneceram o verbo da cláusula que possui o estado de coisas assertado seguido da partícula epistêmica de pressuposição e seu intensificador, *tehe*, que expressa verdade na língua, evidenciando a parte que poderia ser colocada em dúvida em Guajá, como em (14)c).

Outra possibilidade apresentada pelos falantes foi a de negação da cláusula assertada, como em (14)d).

Em Guajá, por meio da partícula *tehe* é possível atestar o valor de verdade de partes da sentença. Como defendido por Cristofaro, a parte assertada pode ser colocada em questão, uma vez que não há sentido questionar aquilo que o falante não deseja comunicar. Assim, em (14)c) e (15)c), após o questionamento de um interlocutor, a avaliação de verdade da cláusula assertada é expressa pelo verbo da cláusula que apresenta o estado de coisas autônomo, *axa* e *amaparã*, respectivamente, seguido da partícula que expressa modalidade epistêmica de pressuposição e o intensificador, *tehe*. Em (14)d) e (15)d), o falante nega a cláusula que apresenta o estado de coisas assertado por meio dos morfemas $n(V)=...-i$, que são empregados em Guajá para negar predicados independentes e as cláusulas que contêm o estado de coisas assertado.

(14)

- a. *jaha Awa a-xa iwa-pe ∅-o-ho mehẽ*
 eu Awa Guajá 1sg.I-ver céu-LOC 3.II-ir SUB
 ‘eu vi quando os Awá foram para o céu’
- b. *hãj?*
 INTJ
 ‘é mesmo?’
- c. *a-xa te-he*
 1SG.I-ver REAL-INTS
 ‘eu vi mesmo’
- d. *n=a-xak-i Awa iwa-pe ∅-oho mehẽ*
 NEG=1SG.I-ver-NEG Awa Guajá céu-LOC ∅-3.II-irSUB
 ‘eu não vi quando os Awa Guajá foram para o céu’

(15)

- a. *jaha mÿka-∅ u-'u-ha a-maparã*
 eu manga-RFR 3.II-comer-NMLZ 1SG.I-gostar
 ‘eu gosto de comer manga’
- b. *hãj?*

INTJ
'é mesmo?'

- c. **a-maparã** *te-he*
1.SG.I-gostar REAL-INTS
'eu gosto mesmo'
- d. **n=a-maparã-j** *mýka-∅* **∅-'u-ha** *jaha*
NEG=1.SG.I-gostar-NEG manga-RFR 3.I-comer-NMLZ eu
'eu não gosto de comer manga'
- e. **n=a-'u** *ta ri-hi re mýka-∅ jaha*
NEG=1.I-comer FUT NEG-INTS LUS manga-RFR eu
'eu não como manga de jeito nenhum'

Após realizar os testes de assertividade, perguntei aos falantes sobre a possibilidade de negação da parte não-assertada da sentença (14a). Eles forneceram, então, a sentença apresentada em (15e), que comprova a impossibilidade de se colocar em dúvida a parte da sentença que não possui perfil autônomo. Desse modo, o falante transforma a informação presente na cláusula não-assertada, de perfil dependente, em outra sentença composta por uma cláusula de perfil autônomo.

Outra estratégia apresentada pelos falantes para atestar o valor de verdade de partes da sentença é a posposição de *tehe* ao verbo da cláusula que expressa o estado de coisas assertado, como em (16)d).

(16)

- a. *jaha tapi'ir-a a-xa ma'a ∅-'u mehě*
eu anta-RFR 1.SG.I-ver algo 3.II-comer SUB
'eu vi a anta enquanto ela comia algo'
- b. *hāj?*
INTJ
'é mesmo?'
- c. **a-xa** *te-he*
1.SG.I-ver REAL-INTS

'eu vi mesmo'

- d. *jaha tapi'ir-a a-xa te-he ma'a ø-'u mehẽ*
 eu anta 1.SG.I-ver REAL-INTS algo 3.II-comer SUB
 eu vi mesmo a anta enquanto ela comia algo'

Em outra ocasião em que realizei os testes de assertividade, os falantes questionaram o estado de coisas assertado por meio da interjeição *hãj* e do verbo da cláusula que expressa o estado de coisas assertado seguido de *tehe*, verificando, assim, se a informação passada pelo interlocutor hipotético era verdadeira, como em (17)b) e (17)c):

(17)

- a. *jaha awa'yr-a a-xa ø-i'i-'ỹ-ma'a*
 eu criança-RFR 1SG.I-ver 3.II-falar-NEG-NMLZ
 'eu vi o menino que não fala'
- b. *hãj? ari-xa te-he?*
 INTJ 2SG.I-ver REAL-INTS
 'é mesmo? Viu mesmo?'
- c. *a-xa te-he*
 1SG.I-ver REAL-INTS
 '(eu) vi mesmo (o menino que não fala)'
- d. *n=a-xa-ki*
 NEG=1SG.I-ver-NEG
 '(eu) não vi (o menino que não fala)'

Os falantes consideraram agramatical a sentença em que o estado de coisas não-assertado é colocado em dúvida. Assim, em (18)c), o verbo *pyhy* expressa o estado de coisas não-assertado, não sendo possível colocar essa parte da sentença em dúvida. Desse modo, a negação só pode vir marcada no verbo que expressa o estado de coisas assertado, como em (18).

(18)

- a. *a'e pāj ani-nũ terẽ r-amakaj-ha*
 DEM TOT 1PL.EXCL.ouvir trem R-chamar-NMLZ-RFR
 'Todos nós ouvimos o trem chamar'
- b. *hāj? pi-nũ pāj?*
 INTJ 2.PL.I-ouvir TOT
 'é mesmo? Vocês todos ouviram?'
- c. **∅-amakaj te-he?*
 3.I-chamar REAL-INTS
 'chamou mesmo?'
- d. *n=ani-nũ-ri terẽ r-amakaj-ha aria*
 NEG=1PL.EXCL-ouvir-NEG trem R-chamar-NMLZ nós
 'nós não ouvimos o trem gritar'

Ao aplicar o teste de assertividade a dois estados de coisas ligados, em que nenhum deles impõe o seu perfil ao outro, houve hesitação dos falantes, que, em um primeiro momento, não forneceram nenhuma estratégia para verificar o valor de verdade das partes que constituem a sentença, uma vez que cada uma dessas partes possui um perfil autônomo. Contudo, após aplicar os testes de assertividade novamente, os falantes forneceram uma estratégia semelhante àquela empregada para colocar em dúvida a informação de parte da sentença em que um estado de coisas se sobrepõe a outro. A diferença entre as duas estratégias consiste no escopo da expressão que coloca em dúvida a informação oferecida pelo falante. Nesses casos, a interjeição *hāj*, seguida pela expressão *amehẽ tehe*, coloca em dúvida toda a sentença.

Em (19) e (20) é possível constatar que uma cláusula não se sobrepõe a outra e que o escopo da pergunta presente em (19)b) e (20)b) é todo o enunciado, composto por duas cláusulas que expressam estados de coisas assertados.

(19)

- a. *jaha a-jamixo a-mytu xi nỹ*
 eu 1SG.I-pilar 1SG.I-soprar IMPF CONJ
 'eu pilei e soprei (o arroz)'

b. *hãj? amehẽ te-he?*
 INTJ é.verdade REAL-INTS
 'é mesmo? É verdade mesmo?'

c. *amehẽ te-he*
 é.verdade REAL-INTS
 'é verdade mesmo'

(20)

a. ***a-kere n=a-ja'o-j***
 1SG.I-dormir NEG= 1SG.I-chorar-NEG
 'eu dormi e não chorei'

b. *hãj? amehẽ te-he?*
 INTJ é.verdade REAL-INTS
 é mesmo? É verdade mesmo?

c. *amehẽ te-he*
 é.verdade REAL-INTS
 'é verdade mesmo'

Nesses casos, os testes de assertividade demonstram que duas cláusulas que se juntam numa relação de coordenação (com marcador explícito ou não) são caracterizadas por possuir perfis cognitivos autônomos.

7.2 Princípio de Assimetria e Coordenação

O Princípio de Assimetria também se reflete na definição de coordenação, como postulado por Mauri (2008). Seguindo o Princípio de Assimetria proposto por Cristofaro (2005), a autonomia de cada perfil corresponde à presença da força assertiva em ambos os estados de coisas, produzindo uma organização simétrica da comunicação (MAURI, 2008, p. 39). Mauri (2008, p. 39) conclui, então, que “a coordenação é caracterizada por um paralelismo pragmático, no qual os estados de

coisas possuem o mesmo status comunicativo.”³² Entretanto, ao contrário do que é afirmado pela autora, os testes de assertividade em Guajá não permitiram a emergência de estratégias que colocam em questão ambos os estados de coisas conceitualmente paralelos, o que não invalida os resultados dos testes aplicados à língua guajá, uma vez que o questionamento da sentença como um todo indica que não há um estado de coisas que se sobrepõe a outro, tratando-se de duas cláusulas cognitivamente mais autônomas. As relações de coordenação são discutidas na subseção a seguir.

De acordo com Haspelmath (2007, p. 46) a coordenação ocorre entre elementos que estão coordenados em uma relação simétrica. Apesar de a coordenação ser tradicionalmente definida como uma relação simétrica e a subordinação como uma relação assimétrica, Haspelmath (2007, p. 46) chama a atenção para o fato de que a coordenação também pode apresentar assimetria estrutural. Assim, o autor (HASPELMATH, 2007, p. 46-48) defende que é melhor definir tanto a coordenação quanto a dependência em termos semânticos, levando-se em conta os papéis semânticos desempenhados pelos termos ligados. Haspelmath (2007, p. 47) aponta que a subordinação pode ser identificada estruturalmente a partir de critérios como posição, testes de restrição de coordenação, possibilidade de focalização e anáfora. Contudo, esses critérios não permitem distinguir de forma definitiva se algumas construções indicam subordinação ou coordenação em algumas línguas, já que elas podem indicar estruturalmente uma coordenação, mas pode se tratar claramente de casos de subordinação do ponto de vista semântico ou, ainda, os critérios formais podem gerar resultados conflitantes. Assim, Haspelmath (2007) enfatiza que quando o *status* de coordenação ou dependência de uma sequência de cláusulas não está claro, o critério semântico é difícil de ser aplicado e, para tanto, o autor indica os estudos de Cristofaro (2005), que definem parâmetros para que esse problema seja solucionado.

Entretanto, Cristofaro (2005) não analisa a coordenação, apenas a subordinação. Mauri (2008, p. 3), por sua vez, aponta que a coordenação foi amplamente examinada em abordagens formais focadas na identificação de estruturas formais abstratas que pudessem definir a coordenação universalmente, não sendo consideradas as relações conceituais expressas por esse processo e baseada

³² “[...] coordination is characterized by a pragmatic parallelism, in which the SoAs have the same communicative status” (MAURI, 2008, p. 39).

em uma amostra restrita de línguas. Mesmo na literatura tipológica a codificação das relações de coordenação recebeu menos atenção do que os estudos translinguísticos sobre as relações de subordinação (cf. MAURI, 2008). Assim, baseando-se no trabalho desenvolvido por Cristofaro (2005) sobre a subordinação, Mauri (2008) parte de critérios funcionais para definir a relação de coordenação. Para a autora, “uma determinada relação será definida como uma relação de coordenação quando é estabelecida entre dois estados de coisas paralelos funcional e conceitualmente” (MAURI, 2008, p. 1), independentemente de suas propriedades morfossintáticas.

Haspelmath (2007) problematiza a definição de coordenação, discute suas propriedades sintáticas e as suas distinções semânticas, distinguindo-as em conjunção, disjunção e adversidade. Segundo Haspelmath (2007, p. 46), o princípio da equivalência funcional se mantém mesmo com a possibilidade de se coordenar categorias sintáticas distintas, desde que elas possuam a mesma função sintático-semântica. Para Haspelmath (2007) e Mauri (2008), o mecanismo de ligação das cláusulas pode não estar expresso no processo de coordenação ou um marcador explícito que indique a relação entre os membros, havendo coordenação explícita (coordenação propriamente dita ou coordenação sindética). De acordo com Haspelmath (2007), todas as línguas parecem possuir construções coordenadas de algum tipo, mas há uma grande variação translinguística. Assim, diferentes línguas podem possuir uma diversidade de construções coordenadas distintas, que se relacionam de modos complexos. Mauri (2008) segue a distinção semântica de coordenação proposta por Haspelmath (2007).

Mauri (2008, p. 57-58) não utiliza os termos marcador de conjunção ou conectivo para se referir aos marcadores expressos que estabelecem uma relação de coordenação. A autora atenta para o fato de que esses marcadores são denominados conjunções para denotar, principalmente, morfemas livres e invariáveis na tradição europeia, por isso Mauri (2008) não emprega esse termo em seu estudo. De acordo com Mauri (2008, p. 58):

[...] um marcador de coordenação não precisa necessariamente ser um morfema livre, nem sua posição deve ser necessariamente inicial, como acontece na maioria das línguas europeias. Diferentes estratégias são atestadas para indicar abertamente uma relação de coordenação e seria difícil incluir todas essas estratégias sob uma única delimitação sintática.³³

³³ “[...] a coordinating marker needs not necessarily be a free morpheme nor its position must be necessarily initial, as it happens in most European languages. Different strategies are attested to overtly

Como a estratégia de justaposição está sempre presente em todas as línguas, Mauri (2008, p. 61) considera como construções coordenadas assindéticas apenas os casos em que uma determinada relação de coordenação é mais comumente expressa sem qualquer marcador, ou seja, casos em que a justaposição é a estratégia não marcada na língua ou é a única estratégia disponível para determinar dada relação de coordenação.

Segundo Haspelmath (2007, p. 7), na justaposição a entonação é o único meio pelo qual a estrutura de ligação entre duas cláusulas pode ser indicada. De acordo com o autor, as línguas com uma tradição escrita têm uma forte preferência pela síndese, já que a entonação não é visível na escrita. Hopper e Traugott (2003, p. 181) defendem que marcadores explícitos de ligações de cláusulas em estruturas sentenciais tendem a se desenvolver tardiamente nas línguas ou a serem emprestados de registros mais “altos”.

Para Hopper e Traugott (2003, p. 179-180), entretanto, há uma diferença entre justaposição e coordenação. Para os autores, a justaposição é a relação sintaticamente mais simples estabelecida entre duas cláusulas em que dois ou mais núcleos ocorrem um em seguida do outro e a relação semântica estabelecida é inferida. Os autores enfatizam que, quando essas duas cláusulas estão ligadas por entonação ou por compartilhamento de um sujeito nominal lexical único, há evidências para afirmar que as duas cláusulas estão unidas gramaticalmente por parataxe. Hopper e Traugott (2003, p. 181) defendem que as construções que consistem de núcleos adjacentes sob um contorno de entonação sentencial e que têm uma unidade lexical com função conectiva explícita são consideradas mais gramaticalizadas do que as outras, uma vez que a relação gramatical se encontra marcada. Esses são os casos denominados como coordenados pelos autores.

Mauri (2008) define a coordenação a partir de um paralelismo funcional, determinado pela forma como dois estados de coisas associados são conceptualizados, percebidos e comunicados no contexto discursivo (MAURI, 2008, p. 31). Essa definição funcional está, segundo a autora, conectada a um paralelismo também sintático e coincide com as construções tradicionalmente definidas como coordenadas a partir de critérios morfossintáticos. Entretanto, a definição funcional

indicate a coordination relation and it would be difficult to include all these strategies under one and the same morphosyntactic delimitation” (MAURI, 2008, p. 58).

leva em conta uma situação conceptual que envolve dois estados de coisas, ainda que translinguisticamente não haja correspondência com paralelismos morfossintáticos (MAURI, 2008, p. 32).

O paralelismo postulado por Mauri (2008) inclui diversos níveis, a saber, semântico, cognitivo e pragmático, que são unificados sob o rótulo “funcional”. Para definir o que seria o primeiro nível, o do paralelismo semântico, a autora remete à Haspelmath (2007), segundo o qual a coordenação envolve dois elementos que possuem uma identidade de papéis semânticos. Mauri (2008, p. 34) aponta, porém, que essa definição é adequada para a coordenação entre elementos que não são estados de coisas (que possuem um mesmo papel semântico em relação a um estado de coisas) ou para dois estados de coisas subordinados a outro estado de coisas principal (pois os dois estados de coisas coordenados desempenham o mesmo papel semântico em relação ao estado de coisas principal). Dois estados de coisas coordenados não poderiam desempenhar um mesmo papel semântico, uma vez que seu papel semântico se esgota na sentença e não podem exercê-lo em relação a um terceiro elemento.

Segundo Mauri (2008, p. 35), a definição de Haspelmath (2007) é, portanto, baseada em termos mais pragmáticos e conceptuais do que semânticos. Dois estados de coisas coordenados são conceptualmente paralelos no sentido de que não há sobreposição do perfil cognitivo de um estado de coisas sobre o outro e designam dois processos (MAURI, 2008, p. 37). Caso haja sobreposição do perfil de um estado de coisas sobre o outro e a sentença designe apenas um processo, há subordinação. Essa definição de paralelismo conceptual foi proposta inicialmente por Langacker (1987) e serviu, a partir da sua correspondência a um (não) paralelismo da assertividade das duas cláusulas em uma sentença complexa, ao Princípio de Assimetria postulado por Cristofaro (2005).

O terceiro nível de paralelismo funcional entre estados de coisas coordenados é o nível pragmático. Mauri (2008, p. 38) propõe que os estados de coisas com perfil cognitivo autônomo correspondem a uma asserção pragmática. Desse modo, na coordenação há força assertiva nos dois estados de coisas ligados e, portanto, organização comunicativa simétrica da relação entre eles (MAURI 2008, p. 39). Isso permite que a autora caracterize a coordenação pelo seu paralelismo pragmático, que pode ser revelado por testes de assertividade (MAURI, 2008, p. 39).

O paralelismo funcional que define a coordenação, constituído pelos paralelismos semânticos, conceptual e pragmático permitem, segundo Mauri (2008), uma análise translinguística desse fenómeno, sem partir de critérios morfossintáticos restritos a determinadas línguas ou grupos de línguas.

No que diz respeito aos valores semânticos da coordenação, Mauri (2008) considera, assim como Haspelmath (2007), diferentes relações conceptuais que estados de coisas coordenados podem manter entre si, a saber, combinação, contraste e alternativa, nos termos da autora. A relação de combinação designa a relação em que dois estados de coisas igualmente assertados e não-conflitantes coexistem em um quadro unitário (MAURI, 2008, p. 47). A relação de contraste, por sua vez, designa a relação em que dois estados de coisas igualmente assertados e conflitantes em um ou mais aspectos coexistem em um quadro unitário (MAURI, 2008, p. 47). Por fim, a relação de alternativa designa dois estados de coisas não-assertados como coexistentes e apresentados como potenciais substitutos um do outro para ocupar um único espaço em um quadro (MAURI, 2008, p. 47). Mauri (2008, p. 47) adota essa classificação, que parte de três funções tradicionalmente associadas a traços morfossintáticos da coordenação, por considerar que, se essas funções são frequentemente expressas por estruturas sintáticas simétricas, merecem atenção. Além disso, a autora observa que o fato de determinados traços morfossintáticos expressarem com frequência determinadas funções não significa que essas funções serão sempre expressas por esses traços. Portanto, a comparação de estratégias que expressam um conjunto de relação pode revelar a complexidade das conexões entre forma e função, esclarecendo as estruturas conceptuais da coordenação e sua codificação formal nas diversas línguas (MAURI, 2008, p. 47).

Neste trabalho, são adotadas as definições propostas por Mauri (2008), visto que os processos de ligação de cláusulas em Guajá são analisados a partir dos parâmetros pragmático-cognitivos propostos por Cristofaro (2005), por meio do Princípio de Assimetria, com o objetivo de verificar como esse fenómeno é codificado na língua estudada.

7.2.1 Coordenação sem marcador explícito

Em Guajá, a justaposição de cláusulas é a estratégia não marcada para expressar relações de combinação, em que dois estados de coisas igualmente assertados e não conflitantes coexistem em um quadro unitário, como em (23), (24) e (25), e relações de contraste, que expressam a relação entre dois estados de coisas igualmente assertado e conflitantes em um quadro unitário, como em (21), (22), (26), (27) e (28).

(21) **a-xa** *Hosana* *jaha* **n=a-xak-i** *Norval* *jaha*
 1SG.I-ver N.PRP eu NEG-1SG.I-ver-NEG N.PRP eu
 ‘eu conheço a Rosana, (mas) não conheço o Norval’

(22) *jaha* **a-jaho** *ka'a-pe* **n=a-jka-titi-(i)** *wari-a*
 eu 1.I-ir mata-LOC NEG-1.I-matar-nenhum-NEG capelão-RFR
 ‘eu fui para mata, (mas) não matei nenhum capelão’

(23) **a-kere** **n=a-ja'o-j**
 1-dormir NEG= 1-chorar-NEG
 ‘eu dormi (e) não chorei’

(24) *Itaxĩ-a* **∅-u** *kwy* **∅-juhu** *aha*
 N.PRP-RFR 3.I-vir aí 3.I-tomar.banho CTF
 ‘Itaxĩ chegou (e) tomou banho’

(25) *jaha* **a-wi** *kapo* *a'e* **∅-ikwě**
 eu 1SG.I-descer ELAT DEM 3.I-permenecer
 ‘eu descii (e) ele ficou’

(26) **na=ha'o-ri** **i-muku** *re*
 NEG=3.II-ser.forte-NEG 3.II-ser.alto LUS
 ‘ela não é forte, (mas) é alta’

(27) *jawar-a* **h-amāj** *leãw-a* **h-amāj** *ra'o*
 onça-RFR R-ser.grande leão-RFR R-ser.grande muito
 ‘a onça é grande, (mas) o leão maior’

(28) *na'axi* *ka'i-a* *Sãolui-pe* *awa* *r-ipa-pe*

não.há macaco.prego-RFR São.Luís-LOC Awa.Guajá R-casa-LOC

ka'i-a *a'ia*

macaco.prego-RFR ele

'Em São Luís não tem macaco, (mas) na casa dos Awá tem'

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 259)

Nos dados analisados em Guajá, a justaposição se dá entre predicados transitivos (21) - (22), entre predicados intransitivos ativos (23) - (25), entre predicados intransitivos estativos (26) - (27), e entre predicados existenciais (28). Nesses exemplos, as cláusulas mantêm estruturas da cláusula independente, isto é, os predicados ativos se flexionam com prefixos pessoais da série I e os predicados não-ativos recebem os pronomes clíticos da série II.

A relação de contraste em Guajá pode ser estabelecida pela justaposição de cláusulas negativas e afirmativas, em que a cláusula afirmativa precede a cláusula negativa, como em (21) e (22), ou a cláusula negativa precede a cláusula afirmativa, como em (26) e (28).

7.2.2 Coordenação com marcador explícito

A coordenação sentencial em Guajá pode se dar por meio da partícula conectiva *nỹ*. Magalhães (2007, p. 93) classifica *anỹ ~ nỹ* como uma partícula de posição final. De acordo com a pesquisadora, além de funcionar como uma partícula conectiva, assinala a repetição de uma ação ou sequência de eventos (realizados ou não realizados pelo mesmo sujeito) dependendo do contexto. Magalhães (2007, p. 93) afirma que essa partícula pode ocorrer na última cláusula da sentença, mas também pode aparecer no final de cada cláusula de uma sequência. Fonologicamente, há sempre uma pausa após a sua pronúncia.

Em (29) e (30), a partícula conectiva *nỹ* encontra-se em posição final na sentença e estabelece a coordenação entre as cláusulas. Já em (31), há um caso de elipse verbal nas cláusulas coordenadas pela partícula conectiva *nỹ*, que estabelece a coordenação entre termos na sentença. Em (32), a partícula *nỹ* expressa uma sequência de eventos e se trata uma estrutura recorrente em relatos, quando se

enumera eventos. Como após a pronúncia da partícula conectiva *nỹ* há sempre uma pausa, não é possível considerar (32) como uma sentença complexa.

- (29) *jaha a-jamixo a-mytu xi nỹ*
 eu 1SG.I-pilar 1SG.I-soprar IMPF CON
 ‘eu pilei e soprei (o arroz)’
- (30) *n-a-'u-ri piraxũ-a jaha n-a'u-j ipinãj-a*
 NEG-1SG-comer-NEG curimatá-RFR eu NEG-1SG.I-NEG piranha-RFR
nỹ
 CON
 ‘eu não como curimatá e nem como piranha’
- (31) *a-kwa Marina-∅ Tauã-∅ Junai-a jaha*
 1SG.I-conhecer N.PRP-RFR N.PRP-RFR N.PRP-RFR eu
nỹ
 CON
 ‘eu conheço a Marina, o Tauã e o Junai’
- (32) *o-'o lwta manã wỹ nỹ. o-'o Arika manã*
 3.I-tirar Hilton CTF PLU CON 3.I-tirar Olegário CTF
wỹ nỹ. o-'o Nonaxĩ manã wỹ nỹ.
 PLU CON 3.I-tirar Nonatinho CTF PLU CON
 ‘eles tiraram o Hilton. Eles tiraram o Olegário. E eles tiraram o Nonatinho’
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 94)

Nos documentos-denúncia elaborados pelos Awa Guajá, é frequente a ocorrência da partícula conectiva *nỹ* para indicar o final de uma sentença e sua relação sequencial, como em (33):

- (33) *∅-japo ta Vale t-ipa are=ka'a xak-aha-reme*
 3.I-fazer FUT Vale R-casa 1PL.EXCL.II=mata ver-NMLZ-TRANS
- nỹ. ari-marakwa-hy ta mama'a r-ehe nỹ. ∅-hahu*
 CON 1PL.EXCL-pensar-INTSFUT equipamento R-sobre CON 3.I-cuidar
- ta Vale awa ∅-ka'a-p-ahar-a nỹ.*
 FUT Vale Awa.Guajá R-mata-LOC-NMLZ-RFR CON

3.1-ir POSS DEM N.PRP-LOC DUB

'O doente foi para Santa Inês. Sei lá! Talvez possa ter ido lá para São Luís'

Dessa maneira, a língua guajá não possui uma estratégia de justaposição ou um conectivo que expresse a relação de alternativa, entretanto, cognitivamente, dois estados de coisas não-assertados, coexistentes e apresentados como potenciais substitutos um do outro para ocupar um único espaço em um quadro são expressos por meio de cláusulas independentes.

8. Cláusulas subordinadas em Guajá

Nesta seção, são discutidos os critérios e parâmetros propostos por Cristofaro (2005) para analisar as cláusulas subordinadas, como a codificação das categorias tempo, modo e aspecto, e a codificação de participante nessas cláusulas em comparação com a cláusula declarativa isolada existente nas línguas. Em seguida, são analisadas as relações adverbiais, completivas e relativas em Guajá, tendo como base os critérios e parâmetros definidos por Cristofaro (2005) e, a partir da codificação dessas relações em Guajá, as cláusulas são alocadas em um *continuum* de integralização.

8.1. Critérios e parâmetros para a análise das cláusulas subordinadas

Além da definição da subordinação por meio do Princípio de Assimetria, Cristofaro (2005, p. 52) define parâmetros para “investigar e classificar as formas nas quais estados de coisas dependentes são codificados translinguisticamente.” Esses parâmetros são, principalmente, a forma do verbo e a codificação dos participantes. Como o objetivo da autora é a análise translinguística, esses parâmetros não se referem a construções morfossintáticas específicas, como formas verbais infinitivas, subjuntivas, participípios, gerúndios etc., uma vez que elas podem não estar presentes em todas as línguas do mundo. O parâmetro tomado como “padrão comum de comparação” (CRISTOFARO, 2005, p. 53) é a cláusula declarativa isolada, que, conforme a autora, existe em todas as línguas. As construções que ocorrem nas cláusulas dependentes devem ser, quando comparadas às construções das cláusulas declarativas independentes, idênticas ou distintas delas. Cristofaro (2005, p. 53) então define sua abordagem dos parâmetros morfossintáticos da análise das construções que ocorrem em cláusulas dependentes da seguinte maneira: “(i) tome a cláusula declarativa considerada em isolamento como o padrão para comparação, e (ii) examine se as construções usadas para codificar o estado de coisas dependente translinguisticamente se desvia do padrão, e de que forma.”³⁴

Em relação às formas verbais, Cristofaro (2005, p. 53) destaca que

³⁴ “[...] (i) take the independent declarative clause considered in isolation as the standard of comparison, and (ii) examine whether the constructions used to code dependent SoAs cross-linguistically deviate from this standard, and in what ways.” (CRISTOFARO, 2005, p. 53)

tradicionalmente é feita uma distinção entre formas finitas e não-finitas, sendo que as últimas não recebem marcações de tempo, aspecto, modo, número e pessoa, ao contrário das primeiras. Nessa perspectiva, formas verbais não-finitas não costumam ocorrer em cláusulas independentes. Entretanto, essa distinção é baseada em critérios morfossintáticos e se aplicam melhor a línguas europeias do que a outras línguas do mundo (CRISTOFARO, 2005, p. 53). Segundo a autora (CRISTOFARO, 2005, p. 53), as línguas podem possuir formas verbais que não recebem marcas de tempo, aspecto, modo ou pessoa (como o Árabe do Golfo); outras línguas podem ter os verbos marcados apenas para um desses parâmetros (como o Huallaga Quechua, o Tümpisa Shoshone, o Maricopa e o Maṅarayi); ou ainda, algumas línguas podem ser marcadas por morfologia não-verbal (como o Grego Antigo). Por isso, a autora não considera que existam critérios morfológicos que possam definir as noções de finitude e não-finitude. Outro parâmetro descartado por Cristofaro (2005, p. 53) é a distribuição, já que “algumas formas verbais não marcadas para várias categorias verbais ocorrem apenas em cláusulas independentes, embora geralmente em contextos limitados”³⁵ (como no caso de imperativos, subjuntivos, optativos e formas condicionais). O mesmo acontece no caso de formas verbais que ocorrem apenas em cláusulas dependentes, mas que são marcadas para as mesmas categorias que nas cláusulas independentes, como no caso dos modos dependentes em Abkhaz e Groelandês Ocidental (CRISTOFARO, 2005, p. 53). Por fim, a oposição entre finitude e não-finitude não faz sentido em línguas analíticas como o Chinês Mandarim e Nung, nas quais nenhum verbo é marcado ou todos os verbos são marcados para o mesmo parâmetro (CRISTOFARO, 2005, p. 53-4).

Depois de apresentar os problemas que a adoção de um parâmetro morfossintático pode trazer para a análise translinguística, como a distinção entre finitude e não-finitude das formas verbais, Cristofaro (2005, p. 54) propõe como parâmetro a comparação entre a ocorrência das formas verbais em determinados tipos de cláusulas. Ao considerar, então, que a distinção fundamental entre formas verbais é a de que elas podem ocorrer ou não em uma cláusula declarativa independente, as possibilidades são de que essas formas verbais ocorram em 1) cláusulas declarativas independentes e cláusulas dependentes; 2) apenas em cláusulas dependentes; 3) apenas em cláusulas declarativas independentes

³⁵ “Some verb forms not marked for a number of verbal categories only occur in independent clauses, albeit usually in a limited number of contexts.” (CRISTOFARO, 2005, p. 53)

(CRISTOFARO, 2005, p. 54). Esse parâmetro de distinção entre formas verbais é, de acordo com Cristofaro (2005, p. 54), basicamente funcional e aplicável translinguisticamente, uma vez que “define formas verbais com base em quais tipos de cláusulas (e tipos de estados de coisas) elas podem expressar, independentemente dos traços estruturais dessas formas.”³⁶

8.1.1. Formas verbais

Cristofaro (2005, p. 54-56) afirma que há duas estratégias básicas para que uma língua possa codificar a ligação entre dois estados de coisas que ocorrem em uma ordem temporal fixa. Uma dessas estratégias é a codificação dos dois estados de coisas por meio de formas verbais equivalentes, que podem ocorrer em cláusulas independentes. Essa estratégia, de “equivalência”, *balancing*, pode ser realizada por justaposição ou pela ligação com marcador explícito (CRISTOFARO, 2005, p. 54).

A outra estratégia é a de rebaixamento, na qual “um dos estados de coisas pode ser expresso por meio de uma forma verbal que não pode ser usada em cláusulas independentes (CRISTOFARO, 2005, p. 55).” Uma forma verbal rebaixada, em relação a formas verbais equivalentes, pode apresentar: 1) “perda total ou parcial das distinções categoriais normalmente relevantes para verbos na língua, como tempo, aspecto, modo ou distinções de pessoa”³⁷; 2) “uso de marcação especial não permitida em cláusulas independentes, o que inclui marcadores nominais ou adjetivais como concordância de caso e gênero (não pessoa) ou marcadores especiais de tempo, modo, aspecto ou pessoa que não ocorrem em cláusulas independentes” (CRISTOFARO, 2005, p. 55).³⁸

Cristofaro (2005, p. 57) destaca que basta que uma forma verbal não possa ocorrer em cláusulas declarativas independentes para ser considerada rebaixada. No entanto, a autora aponta algumas dificuldades para a classificação das formas verbais que devem ser observadas seguindo esse critério. A primeira delas é que em algumas línguas, como o Abkhaz, há modos dependentes que indicam as mesmas distinções

³⁶ “[...] it defines verb forms on the grounds of which clause types (and SoA types) they can express, regardless of the specific structural features of these forms.” (CRISTOFARO, 2005, p. 54)

³⁷ “Total or partial lack of the categorial distinctions normally relevant to verbs in the language, such as tense, aspect, mood, or person distinctions.” (CRISTOFARO, 2005, p. 55)

³⁸ “Use of special marking not allowed in independent clauses, which includes nominal or adjectival markers such as case or gender (not person) agrément markers, or special tense, aspect, mood, or person markers not occurring in independent clauses.” (CRISTOFARO, 2005, p. 55)

flexionais das formas verbais que ocorrem em cláusulas independentes. No entanto, a autora considera que casos como esse são raros e, em geral, formas verbais que ocorrem apenas em cláusulas dependentes não são flexionadas para as mesmas categorias ou são flexionadas com um conjunto reduzido de distinções em relação às formas verbais que ocorrem nas cláusulas independentes. Cristofaro (2005, p. 57) menciona os modos subjuntivos do Latim e do Italiano, que apresentam terminações que indicam tempo, aspecto, modo e pessoa, mas não possuem formas futuras. Formas como essas podem ser encontradas também em cláusulas não-declarativas que codificam estados de coisas independentes, mas como a autora considera apenas as formas verbais que ocorrem em cláusulas declarativas independentes, elas são consideradas rebaixadas.

Além de modos dependentes poderem indicar as mesmas distinções flexionais das formas verbais que ocorrem em formas independentes, outro problema com a distinção entre formas verbais rebaixadas e equivalentes pode ser encontrado em línguas em que ocorrem partículas clíticas ou conjunções afixadas no verbo. Cristofaro (2005, p. 58) considera que os clíticos e conjunções afixados não alteram a estrutura das formas verbais dependentes, que devem, portanto, ser consideradas equivalentes. Entretanto, a afixação é uma estratégia comum de subordinação nas línguas sul-americanas (VAN GIJN, HAUDE, MUYSKEN, 2011, p. 16), especialmente no caso de afixos desiderativos e causativos. Van Gijn, Galucio e Nogueira (2015) também indicam que a afixação é uma estratégia comum nas línguas do tronco tupi, principalmente em relações completivas manipulativas, desiderativas e fasais. Além disso, a afixação e a associação de clíticos aos verbos das cláusulas dependentes são estratégias comuns nas línguas da família tupi-guarani, principalmente em cláusulas adverbiais de propósito, nas quais o verbo dependente recebe a marcação de gerúndio.

O rebaixamento e a equivalência são, portanto, parâmetros globais definidos por diversos fatores e realizados por diversos meios, como perda de distinções categoriais no verbo e o uso de marcação especial. Entre esses fatores estão as distinções de tempo (distinções T), de aspecto (distinções A) e de modo (distinções M), chamados por Cristofaro (2005, p. 60) de distinções TAM. As distinções TAM “especificam, ou caracterizam estados de coisas em relação à sua constituição interna

e à sua relação com um mundo externo” (CRISTOFARO, 2005, p. 60).³⁹ Segundo a autora, as distinções T dizem respeito à localização dos estados de coisas em uma sequência temporal linear, as distinções A, por sua vez, dizem respeito à constituição temporal interna dos estados de coisas e, por fim, as distinções M dizem respeito à factualidade dos estados de coisas. O tempo, o modo e o aspecto se relacionam de forma complexa e estão relacionados à localização temporal de um estado de coisas (CRISTOFARO, 2005, p. 61). Em estados de coisas individuais é possível que essa localização possa ter vários pontos de referência, sendo o tempo do ato de fala o mais comum. Quando dois estados de coisas estão ligados, o ponto de referência pode ser tanto o ato de fala quanto um dos estados de coisas ligados. Nas línguas esse ponto de referência pode ser indicado de formas diferentes, dependendo do ponto de referência que é tomado para localizar temporalmente um estado de coisas, afetando o valor do modo e o seu aspecto (CRISTOFARO, 2005, p. 61).

Para a autora, as distinções de tempo podem se referir ao tempo do ato de fala (tempo absoluto) ou ao tempo de um dos estados de coisas (tempo relativo). A referência ao tempo do ato de fala ou ao tempo de um dos estados de coisas indicado também afeta seus valores de modo e aspecto. Essa diferença entre os pontos de referência temporal são para Cristofaro (2005, p. 64) cruciais para definir a semântica de diversas relações de subordinação, uma vez que as distinções TAM nas cláusulas dependentes podem ser pré-determinadas por traços semânticos da ligação dos estados de coisas, o que está, por sua vez, relacionado à sua codificação ou podem ser irrelevantes discursivamente. Essas são as duas situações levadas em conta por Cristofaro (2005) na sua análise da subordinação. As possibilidades de ocorrência das distinções TAM nas formas verbais dependentes em relação às formas verbais independentes podem ser expressas da mesma maneira, expressas de maneira diferente ou ainda não serem expressas. As distinções TAM e sua codificação em cláusulas dependentes podem, no caso de equivalência, ser expressas da mesma maneira que na cláusula de perfil autônomo ou, no caso de rebaixamento podem ser expressas de forma diferente daquela de perfil autônomo. No entanto, pode haver casos de formas verbais rebaixadas na cláusula dependente com as distinções TAM sendo codificadas da mesma forma que na cláusula independente, já que o rebaixamento pode ser expresso por outra estratégia.

³⁹ “[...] specify, or characterize SoAs with respect to both internal constituency and their relation to an external world.” (CRISTOFARO, 2005, p. 60)

Cristofaro (2005, p. 65) destaca que as distinções TAM em cláusulas dependentes podem ser reduzidas em relação às possibilidades existentes nas cláusulas independentes, visto que as relações de subordinação geralmente determinam valores de tempo, aspecto e modo fixos. Relações completivas, por exemplo, exigem que o estado de coisas dependente ocorra no mesmo tempo do estado de coisas principal e seja factual. Assim, em algumas relações de subordinação é mais provável, por razões semânticas, que as distinções TAM sejam expressas da mesma forma na cláusula dependente e na principal.

Nos casos em que a forma verbal dependente não é marcada para tempo, modo ou aspecto, e, portanto, não há expressão de distinções TAM, há rebaixamento (CRISTOFARO, 2005, p. 66). No caso de relações de ligação em que tempo, aspecto e modo na cláusula dependente são fixos, a marcação dessas distinções no verbo pode ser redundante. Entretanto, essa ausência de marcação não está necessariamente relacionada a traços semânticos da relação de subordinação.

Já quando as distinções TAM são expressas na cláusula dependente de forma diferente de como são expressas na cláusula independente, as mesmas distinções TAM podem ser expressas na cláusula dependente ou elas podem ser reduzidas (CRISTOFARO, 2005, p. 67). Assim, há rebaixamento quando qualquer uma das distinções TAM na cláusula dependente não é expressa ou é expressa de forma diferente da que ocorre na cláusula independente.

O outro critério indicado por Cristofaro (2005, p. 68-71) para a análise do rebaixamento e equivalência em cláusulas dependentes é a concordância de pessoa. Desse modo, a autora estabelece como critério de análise a expressão da concordância de pessoa na cláusula dependente em relação à sua expressão em cláusulas independentes, assim como para as distinções TAM. As possibilidades são a expressão na cláusula dependente de forma idêntica à da cláusula independente, a não expressão na cláusula dependente ou a expressão na cláusula dependente por meios diferentes daqueles permitidos nas cláusulas independentes.

Quando as distinções de concordância de pessoa ocorrem e são expressas na cláusula dependente da mesma forma que na cláusula independente pode haver equivalência [*balancing*]. Entretanto, a forma verbal pode ser rebaixada [*deranked*] se há marcação nominal ou adjetival, ou ainda se as distinções TAM não são expressas (CRISTOFARO, 2005, p.68). Nos casos em que a concordância de pessoa não é expressa no verbo há um rebaixamento, o que, conforme Cristofaro (2005, p. 68),

ocorre geralmente com outros fatores de rebaixamento, como a não expressão de distinções TAM. Quando as distinções de concordância de pessoa são expressas na cláusula dependente de forma diferente daquela da cláusula independente, há rebaixamento. Segundo a autora, essa situação é comum com modos dependentes e subjuntivos, nos quais as distinções de concordância de pessoa são as mesmas nas cláusulas dependente e independente, porém codificadas de forma distinta (CRISTOFARO, 2005, p. 69). Outra situação comum é o uso de afixos possessivos para expressar a concordância de pessoa nas cláusulas dependentes. Por outro lado, um fenômeno menos comum apontado por Cristofaro (2005, p. 70) é a redução das distinções de concordância de pessoa na cláusula dependente⁴⁰, mas a manutenção completa das distinções ou sua não expressão são as situações mais comuns.

Além dos casos de rebaixamento da forma verbal dependente pela perda de propriedades verbais, Cristofaro (2005, p.71-73) indica que esse rebaixamento pode ocorrer pela aquisição de propriedades nominais ou adjetivais. Para a autora, a marcação de caso e a ocorrência de posições estão entre os principais processos dessa aquisição de propriedades nominais ou adjetivais. Nesses processos, as funções dos marcadores de caso e posições podem, de algum modo, estar relacionados com a natureza da ligação entre os estados de coisas dependente e principal. Assim, em relação às completivas, se a cláusula dependente tem a mesma função de um objeto direto do verbo principal, pode receber marcadores de caso direto, ou ainda, se a cláusula dependente em uma relação adverbial funciona como adjunto, pode levar uma posição ou marcador de caso oblíquo e assim por diante. No entanto, a autora afirma que não há sempre uma relação direta entre a função do marcador de caso ou posição e a relação semântica da ligação entre as cláusulas (CRISTOFARO, 2005, p. 73). Os traços nominais em uma forma verbal rebaixada podem ser ainda morfemas especiais, com origem nominal e indicados como nominalizadores ou marcadores infinitivos (CRISTOFARO, 2005, p. 73). Esses morfemas ocorrem apenas com verbos e suas características nominais são verificadas pelo comportamento de outros elementos.

8.1.2. Codificação dos participantes

⁴⁰ A autora menciona na amostra analisada em Cristofaro (2005) apenas uma língua, o Wayãpi, língua da família tupi-guarani como o Guajá.

O outro parâmetro considerado por Cristofaro (2005) para a análise da codificação da subordinação, além da forma do verbo da cláusula dependente, é a codificação dos participantes. Os argumentos verbais que podem expressar participantes individuais podem ser, de acordo com Dixon (1994), o argumento único de um verbo intransitivo (S) ou os dois argumentos dos verbos divalentes ou transitivos (A e O). Esses argumentos podem ser organizados de acordo com três padrões de alinhamento: nominativo-acusativo, ergativo-absolutivo e ativo-estativo, com possibilidades de cisões em domínios gramaticais distintos da língua. Esses padrões de alinhamento podem ser alterados nas cláusulas dependentes. Os argumentos que codificam um mesmo participante das cláusulas principal e dependente podem não ser expressos ou seguir um padrão diferente daquele que ocorre no nível intraclausal (CRISTOFARO, 2005, p. 75). Nas cláusulas dependentes a codificação dos participantes pode se distinguir da que ocorre na cláusula independente ao ser expresso por possuidores ou marcadores oblíquos, por exemplo.

Entretanto, o critério levado em conta por Cristofaro (2005, p. 75-76) para a análise da codificação de participantes na cláusula dependente não depende dos padrões de alinhamento na língua, nem da identificação consistente entre sujeitos e objetos nas línguas analisadas. Assim como em relação à forma verbal, a autora avalia se os participantes são codificados na cláusula dependente da mesma forma que na cláusula independente. Para isso, considera se os mesmos padrões de alinhamento são seguidos nas cláusulas dependentes e independentes, se os argumentos verbais são expressos explicitamente na cláusula dependente e se os participantes são codificados como possuidores ou oblíquos.

As línguas podem apresentar padrões de alinhamento cindidos em relação às cláusulas dependentes e independentes (CRISTOFARO, 2005, p. 77). Outra possibilidade é a de que os argumentos verbais não sejam expressos na cláusula dependente, o que ocorre geralmente quando o participante é correferente a um participante expresso na cláusula principal ou quando o participante pode ser recuperado pelo discurso. A autora, então, considera casos em que há a impossibilidade de expressão explícita de argumentos em quaisquer circunstâncias e casos nos quais as cláusulas dependentes e independentes compartilham participantes e, portanto, a sua expressão explícita na cláusula dependente não é permitida. Por fim, Cristofaro (2005, p. 80) considera que os argumentos da cláusula

que expressa o estado de coisas dependente podem ser codificados como possuidores ou oblíquos.

Os parâmetros e critérios definidos por Cristofaro (2005) para a análise estrutural da codificação do estado de coisas dependente são autônomos e podem combinar-se de várias maneiras, sendo as restrições e possíveis correlações entre eles e os tipos de relação de subordinação o objeto de estudo da autora. Os critérios e parâmetros podem ser resumidos, então, como a comparação entre cláusulas dependentes e independentes quanto a 1) equivalência e rebaixamento (cujos aspectos individuais são as distinções TAM, distinções de concordância de pessoa, morfologia nominal no verbo (como posições e marcação de caso); 2) expressão explícita de argumentos verbais S e A; 3) codificação de argumentos verbais em relação a padrões de alinhamento e marcação de possuidor.

8.2 Relações de subordinação em Guajá

A partir da abordagem pragmático-cognitiva proposta por Cristofaro (2005), foi possível descrever e analisar o processo de articulação de cláusulas em Guajá, sem ter como ponto de partida critérios formais. Desse modo, o Princípio de Assimetria e os critérios postulados pela autora permitem descrever e analisar a relação estabelecida entre dois estados de coisas, em que um perfil se sobrepõe a outro. Nesta subseção, serão analisadas as relações adverbiais, completivas e relativas em Guajá e não as cláusulas adverbiais, completivas e relativas, para compreender como essas relações são codificadas nessa língua. Ao descrever e analisar como o processo de articulação de cláusulas é codificado em Guajá, é possível argumentar que as cláusulas subordinadas podem ser alocadas em um *continuum* de integração de cláusulas, que se estende de um polo de máxima elaboração a um polo de máxima compressão (ou condensação) de informação lexical e gramatical, conforme postulado por Lehmann (1988).

8.2.1 Relações adverbiais

De acordo com Cristofaro (2005, p. 155), “relações adverbiais ligam dois estados de coisas de modo que um deles (o estado de coisas dependente) corresponde às circunstâncias sob as quais o outro (o estado de coisas principal)

ocorre”.⁴¹ As circunstâncias expressas pelo estado de coisas dependente podem ser o objetivo do estado de coisas principal (relações de propósito), da localização temporal do estado de coisas principal (relações temporais), das condições sob as quais o estado de coisas principal ocorre (relações concessivas e condicionais), da causa ou modo pelo qual o estado de coisas principal ocorre (relações de causa ou modo) ou do resultado do estado de coisas principal (relações de resultado) (CRISTOFARO, 2005, p. 155).

Cristofaro (2005) propõe, então, uma definição funcional que não exige o encaixamento entre cláusulas, como nas definições tradicionais que consideram construções adverbiais como advérbios de um predicado principal. Além disso, Cristofaro (2005, p. 156) destaca que nas relações adverbiais, diferentemente das relações completivas, não há referência de um estado de coisas a outro (com o estado de coisas principal definindo a semântica da relação), mas a própria relação adverbial é que faz referência a dois estados de coisas distintos e define sua semântica.

Nos dados analisados em Guajá, foram identificadas relações adverbiais condicionais, de sobreposição temporal, de anterioridade temporal e de propósito, como é demonstrado a seguir.

8.2.2.1 Relações adverbiais de condição de realidade

Nas relações adverbiais de condição de realidade é estabelecida uma conexão entre dois estados de coisas, de modo que o estado de coisas dependente é a condição para a ocorrência do estado de coisas principal (CRISTOFARO, 2005, p. 159). O estado de coisas dependente é sempre apresentando como não-factual, já que o falante não pode estabelecer se ele ocorreu ou não. Contudo, diferentemente de outras relações, nas relações de condição de realidade, o estado de coisas principal também é não-factual, dado que depende da realização do estado de coisas dependente.

Cristofaro (2005, p. 161) aponta que a semântica das relações adverbiais de condição de realidade e de sobreposição temporal são similares, já que nas duas relações quando um estado de coisas se realiza o outro também se realiza. A

⁴¹ “*Adverbial relations link two SoAs such that one of them (the dependente SoA) corresponds to the circumstances under which the other one (the main SoA) takes place.*” (CRISTOFARO, 2005, p.155)

diferença entre as duas relações é que a realização do estado de coisas em questão é certa na relação de sobreposição e apenas possível na relação de condições de realidade. Além disso, relações de sobreposição temporal implicam na realização simultânea de estados de coisas, enquanto relações de condição de realidade implicam em estados de coisas que ocorrem em sequência.

Em Guajá (2007, p. 278), as cláusulas que expressam o estado de coisas dependente, que exprime a condição para que o estado de coisas principal seja realizado, é codificado por uma forma verbal flexionada no modo indicativo seguida pela partícula *xi*, que indica aspecto imperfectivo (cf. MAGALHÃES, 2007, p. 278 e a seção 5.4.2.2), e antecede a cláusula que expressa o estado de coisas principal, como pode ser observado nos exemplos (01), (02) e (03). Nas cláusulas que expressam as relações adverbiais de condição de realidade, os verbos da cláusula dependente e da principal recebem os marcadores pronominais da Série I, formado por prefixos pessoais, para codificar os participantes, assim como ocorre nas cláusulas independentes da língua.

Em (01) a cláusula dependente, com o verbo flexionado no modo indicativo seguido da partícula *xi*, está justaposta à cláusula que expressa o estado de coisas principal, que está flexionada no modo exortativo. Em (02) e (03) a cláusula dependente, que apresenta o verbo flexionado no modo indicativo seguido da partícula *xi*, combina-se com a cláusula que expressa o estado de coisas principal, que também está flexionada no modo indicativo. Entretanto, diferentemente do que ocorre em (01), os verbos das cláusulas que expressam o estado de coisas principal é seguido pela partícula *ta*, que expressa tempo futuro em Guajá:

(01) **∅-japo** *xi* *amẽ* *mama'a* **ti-∅-japo** *ari-∅-pe*
 3.I-fazer IPFV PERM coisa EXO-3.I-fazer 1PL.EXCL.II-R-DAT
 'se fizer, que faça as coisas para todos nós [todos os Awá]'

(02) *a'e* *karai-a* *i-maka-∅* **∅-ruku** *xi* *are=∅-ka'a*
 DEM não.índio-rfr R-arma-RFR 3.I-ficar IPFV 3.I=R-mata
r-ehe *area* *∅-jara* **ar-ika** *ta* *h-aja*
 R-sobre nós R-dono 3.I-matar FUT R-de

'se esses não-índios ficarem com as armas deles na nossa mata, nós mataremos os donos delas'

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 278)

- (03) \emptyset -*xu'u* *xi* *jawa-\emptyset* *awa'yr-a* *jaha* ***a-jka*** *ta*
 3.I-morder IPFV cachorro-RFR criança-RFR eu 1SG.I-matar FUT
kimehẽ
 assim
 'se o cachorro morder o menino, assim eu o matarei'

Dessa maneira, as relações de condição de realidade são codificadas por modos que ocorrem em cláusulas independentes. Essas relações são indicadas pela ocorrência de uma partícula subordinadora, e a codificação de participantes é realizada por meio de marcadores pessoais da Série I tanto nas cláusulas que expressam o estado de coisas principal quanto nas que expressam estado de coisas dependente. Entretanto, o grau de interdependência entre as cláusulas é maior do que aquele estabelecido nas justaposições que codificam relações coordenadas de combinação e de contraste na língua guajá, uma vez que a cláusula dependente (prótase), constituída por verbo seguido de partícula indica aspecto imperfectivo, sempre precede a cláusula principal (apódase). Como apontado por Lehmann (1988), a restrição com relação à posição da cláusula dependente pode ser um indicativo de rebaixamento hierárquico. Dessa maneira, em um *continuum* de integração de cláusulas que possui um polo de máxima elaboração à esquerda e um polo de máxima condensação de informação lexical e gramatical à direita, as relações adverbiais de condição encontram-se mais à esquerda, caracterizando-se pelos traços [+dependência], [-encaixamento]. Assim, apesar de um estado de coisas se sobrepor ao outro nas relações adverbiais de condição de realidade, a cláusula dependente que expressa a condição para a ocorrência do que é expresso na cláusula principal não é encaixada e não possui uma função sintática dentro da cláusula principal.

8.2.2.2 Relações adverbiais de anterioridade temporal

As relações adverbiais de anterioridade temporal estão relacionadas a dois estados de coisas que ocorrem em sequência, de modo que o estado de coisas dependente é anterior ao estado de coisas principal (CRISTOFARO, 2005, p. 159).

Nessa relação o estado de coisas dependente é realizado e completado no momento que o estado de coisas principal ocorre.

Em Guajá, a cláusula que expressa o estado de coisas anterior ao estado de coisas principal é codificada pelas partículas *ně* ~ *aně*, denominadas por Magalhães (2007, p 122) como partícula subordinativa temporal consecutiva. A cláusula que expressa o estado de coisas dependente pode preceder ou suceder a cláusula que expressa o estado-de coisas principal.

Assim como nas cláusulas que expressam relações de sobreposição temporal flexionadas no modo subjuntivo, os verbos intransitivos ativos e os verbos intransitivos estativos da cláusula que expressa o estado de coisas dependente recebem o prefixo relacional para indicar adjacência entre o núcleo do predicado e o seu dependente, e tem o seu sujeito codificado por meio dos marcadores pronominais da Série II, como em (04), (05) e (06). Nos verbos transitivos da cláusula que expressa o estado de coisas dependente, quando o objeto antecede o verbo, há a ocorrência do prefixo relacional que indica adjacência entre o núcleo e o seu dependente, como em (07), e o sujeito pode ser codificado por marcadores pessoais da Série II, como em (08) ou ser codificado por meio de um pronome independente. A cláusula que expressa o estado de coisas dependente pode preceder ou suceder a cláusula que expressa o estado de coisas principal.

(04) *jaha a-juhu ha=∅-piriko ně*
 eu 1.SG.I-banhar 1.SG.II-R-suar CONS
 ‘eu banhei depois de suar’

(05) *jaha a-pa'ỹ ta kapo ha=∅-kaha r-ia ha=∅-kere*
 eu 1SG.I-levantar FUT ELAT 1.SG.II=R-rede R-de 1.SG.II=R-dormir

ně

CONS

‘eu vou levantar (saindo) da minha rede depois de dormir’

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 105)

(06) *a-jaho ta ha=r-ipa-pe i-kira ně*
 1.SG.II-ir FUT 1.II=R-casa-LOC 3.II-estar.gordo CONS
 ‘eu vou para a minha casa depois que ele engordar’

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 30)

(07) *ti-mi-'u* *∅-'u* *ně* *a-kere* *ta* *aha*
 EXO-NMLZ-comer R-comer CONS 1.SG-dormir FUT CTF
 'depois que comer a comida, eu vou dormir'

(08) *u-'u* *∅-ika* *ně*
 3.I-comer 3.II-matar CONS
 'ele comeu depois de matar'

Em Guajá, a cláusula que expressa o estado de coisas anterior ao estado de coisas principal é rebaixada, visto que ocorre apenas seguida de uma partícula subordinativa temporal consecutiva e a codificação de participantes nessas cláusulas, quando ocorre, é realizada por meio de marcadores pessoais da Série II. Tanto a partícula subordinativa quanto a codificação de participante por meio de marcadores pessoais da Série II não ocorrem em cláusulas independentes em Guajá (com exceção dos verbos intransitivos estativos, em que a codificação de participante é sempre realizada por meio dos marcadores pessoais da Série II). Assim, no *continuum* de integração de cláusulas que possui um polo de máxima elaboração e um polo de máxima condensação de informação lexical e gramatical, as relações adverbiais de anterioridade temporal encontram-se mais à esquerda, caracterizando-se pelos traços [+dependência], [-encaixamento]. Entretanto, às cláusulas de anterioridade temporal encontram-se mais à direita desse *continuum* quando comparadas às cláusulas que expressam relação adverbial de condição de realidade, uma vez que elas possuem uma partícula subordinativa e a codificação de participantes se realiza de maneira diferente daquela vigente em cláusulas independentes da língua.

8.2.2.3 Relações adverbiais de sobreposição temporal

Nas relações de sobreposição temporal o estado de coisas principal e o estado de coisas dependente se sobrepõem na sua realização, mesmo que a extensão da sobreposição não seja especificada ou varie (CRISTOFARO, 2005, p. 159). Nesse tipo de relação pode haver um intervalo de tempo entre a realização dos dois estados de coisas, mas que é irrelevante e pode ser recuperado no contexto discursivo.

Em Guajá, as cláusulas que expressam sobreposição temporal são flexionadas no modo subjuntivo. De acordo com Magalhães (2007, p. 122), esse modo é acionado pela partícula subordinativa temporal *mehẽ ~ amehẽ*, um “morfema subordinador do modo subjuntivo”, que pode se associar a verbos intransitivos ativos, intransitivos estativos ou verbos transitivos.

Os verbos intransitivos ativos e os verbos intransitivos estativos da cláusula que expressa o estado de coisas dependente recebem o prefixo relacional para indicar adjacência entre o núcleo do predicado e o seu dependente. Tanto os sujeitos Sa quanto os sujeitos So da cláusula que expressa o estado de coisas dependente são codificados por marcadores pessoais da Série II.⁴² Já os verbos transitivos das cláusulas que expressam o estado de coisas dependente recebem o prefixo relacional para indicar adjacência quando o objeto antecede o verbo da cláusula subordinada e o sujeito é codificado por meio dos marcadores pessoais da Série II. A cláusula que expressa o estado de coisas dependente pode suceder ou preceder a cláusula que expressa o estado de coisas principal.

Nos exemplos (09) e (10), o estado de coisas dependente é expresso por meio de verbos intransitivos estativos que têm o sujeito codificado por meio de marcadores pessoais da Série II, seguidos da partícula subordinadora do modo subjuntivo.

- (09) *∅-wanũxa'a-te* *mehẽ* *n-ari-ma'i-ta-ri* *kimehẽ*
 3.II-estar.velho-real SUB NEG-3PL.EXCL.I-questionar-FUT-NEG assim

i-pe

3.II-dat

‘quando ele estiver realmente velho, a gente não vai questionar assim’

- (10) *Amẽ* *xi-∅-'u* *∅-xanũ* *mehẽ*
 PERM exo-3.I-comer 3.II-estar.maduro SUB

‘que ele coma quando estiver maduro’

(Extraído de Funai, 2013, p.14)

⁴² Algumas línguas marcam o argumento S de duas formas: da mesma forma que A (Sa) ou de mesma forma que O (So), em um sistema cindido. No caso de um sistema ativo/estativo, Sa indica o argumento nuclear de uma cláusula com verbo monovalente ativo, enquanto So indica o argumento nuclear de uma cláusula com verbo monovalente estativo (Cf. Seki, 1990; Dixon, 1994; Mattos e Magalhães, 2014).

Nos exemplos (11), (12) e (13), os verbos intransitivos ativos da cláusula que expressa o estado de coisas dependente são seguidos pela partícula subordinadora do modo subjuntivo. No exemplo (11), o objeto precede o verbo intransitivo, que recebe o prefixo relacional que indica adjacência entre o núcleo e o seu dependente. Nos exemplos (12) e (13), o sujeito da cláusula dependente é codificado por marcadores pessoais da Série II.

- (11) *aria myky'-a ari-'u amỹna ø-ky mehě*
 nós pequi-RFR 1.PL.EXCL.I-comer chuva R-cair SUB
 'nós comemos pequi quando a chuva cai'
 (Extraído de Funai, 2013, p.16)

- (12) *jaha karai puhỹ-ja-ø a-xa ø-tere mehě*
 eu não.indígena remédio-dono-RFR 1SG.I-ver 3.II-chegar SUB

kurupi

por.aqui

'eu vi quando o enfermeiro chegou'

- (13) *jawa ha=xu'u ha=ø-wyhy mehě*
 cachorro 1.SG.II=morder 1.SG.II=R-correr SUB
 'o cachorro me mordeu quando eu corri'

Nos exemplos de (14), (15) e (16), o núcleo da cláusula que expressa o estado de coisas dependente é um verbo transitivo. Nessas cláusulas, o verbo recebe o prefixo relacional que indica adjacência quando o objeto precede o verbo, como em (14), e o sujeito do verbo é codificado por meio dos marcadores pessoais da Série II, como em (15) e (16):

- (14) *awa wahy ø-xa jawaruhu-a i-mymy ø-xu'u mehě*
 gente mulher 3SG.I.ver onça-RFR 3SG.I-filho R-morder SUB
 'a mulher viu quando a onça mordeu o filho dela'

- (15) *jaha Awa a-xa iwa-pe o-ho mehě*
 eu N.PRP 1SG.I-ver céu-LOC 3.II-ir SUB

'eu vi quando os Awa Guajá foram para o céu'

- (16) *karai-ka'a-jaky-har-a* \emptyset -*wyhy* *aha* ***h=\emptyset-axa(k)***
 não.índio-mata-mexer-NMLZ-RFR 3.SG.II-correr CTF 1.SG.II-R-ver
amehě
 SUB
 'o madeireiro correu quando eu o vi'

Como defendido por Cristofaro (2005, p. 159), a duração do intervalo que separa dois estados de coisas pode ser recuperada pelo discurso. Assim, nas relações de sobreposição temporal pode haver um intervalo entre a realização de dois estados de coisas, como nos exemplos de (09) a (16) ou eles podem ocorrer simultaneamente, como nos exemplos (17), (18) e (19):

- (17) *jaha wiruhu-a a-jka \emptyset -wewe mehě*
 eu gavião-RFR 1SG.I-matar 3.II-voar SUB
 'eu matei o gavião enquanto ele voava'

- (18) *Makaritỹ-a \emptyset -ikwě Awa-pe i-pa'aruhu mehě*
 Makaritỹ-RFR 3-permanecer N.PRP-LOC 3.SG.II-estar.grávida SUB
 'Makaritỹa permaneceu no Awá enquanto esteve grávida'
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 272)

- (19) *jaha tapi'ir-a a-xa ma'a \emptyset -'u mehě*
 eu anta-RFR 1.I-ver algo R-comer SUB
 'eu vi a anta enquanto ela comia algo'.

Dessa maneira, a relação de sobreposição temporal que indica simultaneidade é codificada na língua em cláusulas dependentes que possuem como núcleo verbos intransitivos ativos (17), verbos intransitivos estativos (18) ou verbos transitivos (19) seguidos da partícula subordinativa temporal.

As cláusulas que expressam relação de sobreposição temporal em Guajá são rebaixadas, dado que são flexionadas no modo subjuntivo, que não ocorre em cláusulas independentes na língua, acionado pela partícula subordinativa temporal *mehě* ~ *amehě*. Ao tratar da tipologia de articulação de cláusulas, Lehmann (1988)

defende que a cláusula subordinada pode ser expandida ou reduzida. O processo de redução é definido pelo autor como perda de propriedades de uma cláusula, que é dessentencializada em vários níveis, como força ilocucionária, distinções TAM e codificação de participantes. Desse modo, o processo de rebaixamento definido por Cristofaro (2005) é similar ao que é definido por Lehmann (1988) como dessentencialização. De acordo com Lehmann (1988), as restrições de modo são uma consequência do processo de dessentencialização da cláusula subordinada, o que, de acordo com o autor, está intimamente relacionado à falta de força ilocucionária nessas cláusulas. Além disso, a codificação de participantes do verbo da cláusula que expressa o estado de coisas dependente é realizada por meio de marcadores pronominais da Série II, formado por pronomes clíticos que se relacionam formalmente com o núcleo do predicado pelo prefixo relacional que marca adjacência entre o núcleo e o seu dependente. Assim, nessas cláusulas, verbos intransitivos ativos, verbos intransitivos estativos e verbos transitivos e a codificação do sujeito é realizada por marcadores pessoais da Série II.

As cláusulas de sobreposição temporal flexionadas no modo subjuntivo, se comparadas às cláusulas que expressam relações adverbiais de condição de realidade e às cláusulas que expressam anterioridade temporal, podem ser alocadas mais à direita do *continuum* de integração de cláusulas. Contudo, assim como as adverbiais de condição de realidade e as adverbiais de anterioridade temporal, elas podem ser caracterizadas pelos traços [+dependência] e [-encaixamento], mas as adverbiais de sobreposição temporal marcadas pela partícula subordinadora *mehẽ ~ amehẽ* se encontram mais à direita do *continuum* por apresentarem um maior grau de rebaixamento hierárquico e de dessentencialização.

Nas línguas tupi-guarani, segundo Rodrigues e Cabral (2006, p. 19), cláusulas dependentes com marcação de gerúndio, que ocorre em cláusulas que possuem sujeitos correferentes, também podem expressar simultaneidade. Em relação ao Kamaiurá, Seki (2014, p. 693-700) também descreve a possibilidade de que sentenças com verbo que recebe marcação de gerúndio expressem simultaneidade entre dois eventos/estados. Jensen (1990) afirma que as construções com verbos-seriais no Proto-Tupi-Guarani, idênticas àquelas que outros autores denominam de gerúndio, podem expressar simultaneidade. Por fim, Rodrigues (2011, p. 67) descreve que no Tupinambá o gerúndio exprime “um processo realizado simultaneamente com outro processo.” Em Guajá, as cláusulas em que o núcleo se encontra flexionado no

modo gerúndio também podem codificar a relação de sobreposição temporal, indicando que o estado de coisas dependente é realizado simultaneamente ao estado de coisas principal, como em (20) e (21):

(20) *∅-oho kĩ-a* *jã-ma* *ha-ja* *jataha* *r-ipi*
 3.I-ir assim-RFR cantar-GER 3.II-ABL capoeira R-por
 ‘ele foi assim de lá, cantando pela capoeira’

(21) *∅-ika* *jawa-∅-ja* *awa* *xa'ỹna-ma*
 3.I-matar onça-R-dono CENTR quebrar.o.septo-GER
 ‘ele matou o dono da onça (vindo) quebrando o septo dela’

Nas cláusulas que expressam relações adverbiais de sobreposição temporal flexionadas no modo gerúndio os sujeitos são correferentes. Nessas cláusulas, os verbos intransitivos ativos e verbos transitivos apresentam a marca de flexão no modo gerúndio, mas não recebem marcadores pessoais para codificar o sujeito da cláusula dependente. De acordo com Lehmann (1988), o sujeito é o primeiro dos actantes verbais a ser afetado pela dessentencialização, processo em que a cláusula subordinada adquire, de maneira crescente, propriedades nominais. Assim, nas cláusulas de sobreposição temporal flexionadas no modo gerúndio, uma forma verbal menos finita, o verbo da cláusula que expressa o estado de coisas dependente deixa de receber marcadores pronominais que codificam o sujeito. Essas cláusulas estão mais à direita do *continuum* de integração de cláusulas, podendo ser caracterizadas pelos traços [+dependência], [-encaixamento] e o verbo da cláusula dependente passa a ser menos finito. Além de simultaneidade, o modo gerúndio pode indicar propósito, como será demonstrado a seguir.

8.2.2.4 Relações adverbiais de propósito

As relações adverbiais de propósito ligam dois estados de coisas, de modo que um estado de coisas (dependente) é realizado com o propósito de obter a realização do outro estado de coisas (principal) (CRISTOFARO, 2005, p. 157). Segundo a autora, não há implicação lógica em relação aos participantes no estado de coisas

argumentos sem levar em conta a hierarquia de pessoa aplicada às cláusulas independentes (cf. seção 5).

- (26) **a-ju** *Xiramũ-a* **∅-xak-a** *jaha*
 1SG.I-*vir* N.PRP- RFR R-ver-GER eu
 ‘eu vim para ver o Xiramũ’
- (27) **a-jaho** *ka'a-pe* *wy'y* **∅-japok-a**
 1SG.I-*ir* mata-LOC flecha R-fazer-GER
 ‘eu fui para a mata para fazer flecha’
- (28) *jaha* **a-jaho** *ka'a-pe* *hai* **r-aka=pa**
 eu 1SG.I-*ir* mato-LOC mel R-procurar=GER
 ‘eu fui para o mato procurar mel’.
- (29) *jaha* **a-ju** *iĩ-ha* **∅-mumu'ũ=pa** *pĩ=me*
 eu 1SG.I-*vir* 3.II-falar-NMLZ R-ensinar=GER 2PL.II=DAT
 ‘Eu vim para ensinar a fala dele para vocês’
- (30) *jaha* *ka'i-a* **a-jka** **u-'u=pa**
 eu macaco.prego- RFR 1SG.I-matar 3.II-comer=GER
 ‘eu matei o macaco-prego para comê-lo’
- (31) *jaha* **a-jaho** *ta* *t-ipa-pe* **mumu'ũ=pa** *ha=r-apihia*
 eu 1SG.I-*ir* FUT R-casa-LOC ensinar-GER 1.II=R-irmão
- wỹn-ipe*
 PLU-DAT
 ‘eu vou para a aldeia para ensinar os meus irmãos’.
- (32) *kwarahy* *kwaē* *mehě* **o-ho** *ta* **wanũ=ma,**
 sol lá quando 3.I-*ir* FUT esperar=GER
- kwa'ate*
 alto.perto

‘quando está de tarde, eles vão lá no alto para esperar (a caça)’

(Extraído de Funai, 2013, p. 19)

Em (30) é possível observar que ocorre o fenômeno de harmonia vocálica nos verbos monossilábicos em Guajá. Dessa maneira, o núcleo da cláusula que expressa o estado de coisas dependente é codificado pelo prefixo *u-*, em vez de apresentar o prefixo pessoal *i-*, ou seja, a vogal *i-* é substituída por uma vogal da mesma qualidade daquela presente no tema verbal do verbo ‘*u*, ‘comer’. O mesmo fenômeno tem ocorrido com verbos como *ĩ* e ‘*o*, respectivamente, ‘falar’ e ‘arrancar’ (cf. MAGALHÃES, 2007). O verbo (o)ho, ‘ir’, apresenta a vogal posterior aberta [ɔ] em posição não acentuada, o que mostra que essa vogal assimilou todos os traços da vogal acentuada. Esse processo de assimilação ocorreu com vários itens lexicais da língua (cf. NASCIMENTO, 2008, p. 37).

Nas cláusulas adverbiais de propósito prototípicas em Guajá, os verbos intransitivos ativos e verbos transitivos apresentam a marca de flexão no modo gerúndio, mas não recebem marcadores pessoais para codificar o sujeito da cláusula dependente. Como afirmado na subseção anterior, o sujeito é o primeiro dos actantes verbais a ser afetado pela dessentencialização, processo em que a cláusula subordinada adquire, de maneira crescente, propriedades nominais. Dessa forma, as cláusulas que expressam as relações adverbiais de propósito flexionadas no modo gerúndio apresentam uma forma verbal menos finita e o verbo da cláusula que expressa o estado de coisas dependente deixa de receber marcadores pronominais que codificam o sujeito. No processo de dessentencialização de cláusulas subordinadas o verbo se torna menos finito e a posição de sujeito do verbo subordinado, como demonstrado por Lehmann (1988), pode ser convertida em uma posição oblíqua ou pode ser inteiramente perdida, como no caso dos verbos intransitivos ativos e transitivos nas cláusulas que expressam o estado de coisas dependente na relação adverbial de propósito em Guajá. Além disso, o verbo com características menos finitas passa a receber o marcador pessoal da Série II para codificar o objeto do verbo da cláusula subordinada e não mais o seu sujeito, como evidenciado em (30). Dessa maneira, as cláusulas que expressam a relação adverbial de propósito em Guajá podem ser alocadas mais à direita do *continuum* de integração de cláusulas, dado que elas não são marcadas por partículas subordinadoras, mas sim por sufixo e pós-clíticos que acionam o modo subjuntivo, o verbo das cláusulas

subordinadas não codifica o sujeito e passa a codificar o seu objeto por meio de marcadores pessoais da Série II. Essas cláusulas podem ser, então, caracterizadas pelos traços [+dependência], [-encaixamento] e o verbo passa a apresentar uma forma menos finita.

As relações adverbiais de propósito não-prototípicas, ou seja, que não possuem sujeitos correferentes, são codificadas pela justaposição de uma cláusula que apresenta uma forma verbal flexionada no modo imperativo, seguida por uma cláusula que apresenta uma forma verbal flexionada no modo exortativo. Esses modos, como demonstrado na seção 5, ocorrem apenas em cláusulas independentes:

- (33) *aty* ***a-mũ*** *amõ* ***t-a-'u*** *nĩ* *nỹ,*
 parente 2.SG.IMP-dar outro EXO-1SG.I-comer INTENC CON

aty

parente

'parente, dá outro para eu comer, parente'

- (34) ***pi-xa*** *aha pĩ=∅-ka'a* *r-ehe* *karai* ***t=o-ho***
 2.PL.IMP-ver CTF 2.PL.II=R-mata R-sobre não.índio EXO=3.I.ir

mẽ *pĩ=∅-ka'a* *r-ehe*

PROIB 2.PL.II= R-mata R-sobre

'vigiem a mata de vocês para que o não-índio não vá nela!'

(Adaptado de Magalhães, 2007, p. 276)

Além dos modos que ocorrem apenas em cláusulas independentes em Guajá, a codificação de participante tanto do verbo da cláusula que expressa o estado de coisas principal quanto do verbo que expressa o estado de coisas dependente são codificados por marcadores pessoais da Série I, assim como ocorre nas cláusulas justapostas que estabelecem relações de combinação e contraste na língua. Entretanto, como defendido por Cristofaro (2005), a cláusula que expressa o estado de coisas dependentes pode apresentar formas verbais e codificação de participantes equivalentes ao da cláusula declarativa independente. Assim, ainda que as cláusulas possam ser consideradas estruturalmente simétricas, Cristofaro (2005, p. 41) propõe que se deve considerar que se uma determinada construção pode ser traduzida por

outra que expressa não-assertividade, elas podem ser consideradas funcionalmente dependentes (CRISTOFARO, 2005, p.41) e, portanto, analisadas como subordinadas. Para a autora, a tradução preserva a organização conceptual dos estados de coisas ligados na sentença original e há correspondência funcional entre a construção analisada e a construção usada na tradução em termos de função semântica e cognitiva. Por isso, nos casos de equivalência as formas verbais na cláusula dependente podem apresentar as distinções TAM e de concordância de pessoa de forma idêntica a das cláusulas independentes (CRISTOFARO, 2005, p. 75).

Dessa maneira, nas relações adverbiais de propósito prototípicas, há um rebaixamento da cláusula que expressa o estado de coisas dependente, uma vez que essa cláusula se encontra flexionada em um modo distinto daquele que ocorre em cláusulas independentes na língua guajá, o modo gerúndio, além de não apresentar marcador de pessoa nos verbos intransitivos ativos e verbos transitivos ou seguirem a hierarquia de pessoa vigente nas cláusulas independentes. Nas relações adverbiais não prototípicas, tanto a cláusula que expressa o estado de coisas principal quanto a que expressa o estado de coisas dependente se encontram flexionadas em modos que ocorrem em cláusulas independentes na língua e os verbos de ambas as cláusulas que constituem a sentença são codificados por marcadores pessoais da Série I. Apesar da equivalência sintática entre essas cláusulas, um estado de coisas (principal) se sobrepõe a outro (dependente), evidenciando um maior grau de interdependência entre essas cláusulas do que as justaposições que estabelecem relações de combinação e de contraste na língua guajá.

A partir dessas conclusões, é possível alocar as cláusulas que codificam as relações adverbiais não-prototípicas à esquerda do *continuum* de integração de cláusulas, ou seja, próximas ao grau de máxima elaboração de informações lexicais e gramaticais, apesar de serem caracterizadas pelos traços [+dependência] e [-encaixamento].

8.2.2 Relações completivas

Para Cristofaro (2005, p. 95), as relações completivas ligam dois estados de coisas de modo que um deles (o principal) implica na referência ao outro (o dependente). De acordo com a autora, essa definição abarca a maioria das definições

de construções completivas, em que elas são definidas como cláusulas que ocupam a função de argumento de um predicado principal. Apesar disso, essa definição não é adotada por Cristofaro (2005, p. 96), visto que ela pressupõe que a cláusula completiva deve ser encaixada na cláusula principal como um constituinte nominal, o que nem sempre ocorre em todas as línguas. Os principais casos citados pela autora são aqueles em que ocorrem complementizadores introduzindo a cláusula completiva, evidência de que em estágios anteriores de línguas europeias os pronomes relativos tinham como função a ligação entre cláusulas completivas e a cláusula principal (sem encaixamento), e o caso das línguas que dispõem apenas do discurso direto para expressar o discurso indireto. Nesse último caso, o discurso direto pode ser o único mecanismo disponível na língua para construções completivas elocutivas, sem recorrer, portanto, ao encaixamento (CRISTOFARO, 2005, p. 99). Sendo assim, a definição de relação completiva dada por Cristofaro (2005, p. 95) abrange, além dos casos considerados pelas definições tradicionais, casos em que essas construções possuem outras funções sintáticas além de argumento do predicado principal.

Cristofaro (2005, p. 99) afirma que a semântica das relações completivas geralmente pode ser expressa nos termos do predicado que codifica o estado de coisas principal, pois o estado de coisas dependente exprime uma especificação exigida pela semântica do estado de coisas principal. A autora considera que os predicados são os dispositivos prototípicos usados para referir-se a estados de coisas e que, portanto, “a semântica do predicado tem um papel central no estabelecimento da semântica geral do estado de coisas principal” (CRISTOFARO, 2005, p. 99).⁴³ Por isso, as relações completivas são identificadas por Cristofaro (2005) com base no predicado que codifica o estado de coisas principal.

Os tipos de predicados indicam diferentes tipos de relação entre o estado de coisas principal e o estado de coisas dependente e, em conjunto com parâmetros como nível da estrutura da cláusula em que a relação completiva é estabelecida, a predeterminação dos traços semânticos dos estados de coisas ligados e a integração semântica entre os estados de coisas ligados permitem descrever a semântica dos tipos de relações completivas (CRISTOFARO, 2005, p. 99). Os tipos de predicados analisados por Cristofaro (2005) são: 1) modais; 2) fasais; 3) manipulativos; 4)

⁴³ “[...] the semantics of the predicate has a major role in establishing the overall semantics of the main SoA.” (CRISTOFARO, 2005, p. 99)

desiderativos; 5) perceptivos; 6) de conhecimento; 7) de atitude proposicional; 8) elocutivos.

Em Guajá, durante os trabalhos de campo e por meio da análise de dados secundários, foi possível identificar predicados perceptivos, de conhecimento e elocutivos. Além desses três tipos, há relações completivas que ilustram predicados de temor e predicados comentativos, conforme classificação de Noonan (2007).

Como afirmado anteriormente, durante o processo de dessentencialização, as cláusulas subordinadas perdem as características de uma cláusula e adquirem propriedades nominais, tanto internamente quanto em sua distribuição (cf. Lehmann, 1988). Ainda de acordo com Lehmann (1988), no polo de máxima condensação há uma clara relação hierárquica entre as cláusulas, sendo a cláusula subordinada rebaixada a um constituinte dentro da cláusula principal, caracterizando assim o processo de encaixamento.

Nas cláusulas completivas em Guajá, ocorre a nominalização do verbo do predicado dependente, de maneira que esses predicados nominalizados podem ser alocados à direita do *continuum* de integração de cláusulas, no polo de máxima condensação de informações lexicais e gramaticais, podendo ser caracterizado pelos traços [+dependência], [+encaixamento] e por formas verbais não-finitas, como será demonstrado a seguir.

8.2.2.1 Predicados Perceptivos

Os predicados perceptivos estão relacionados a maneira como um experienciador percebe a ocorrência de um estado de coisas (CRISTOFARO, 2005, p. 105). Relações completivas perceptivas envolvem um estado de coisas que se refere ao ato de percepção (o estado de coisas principal) e o estado de coisas percebido (o estado de coisas dependente). Já o objeto percebido é o estado de coisas dependente como um todo.

Nos predicados perceptivos em Guajá, o estado de coisas percebido é codificado por um verbo transitivo seguido do sufixo nominalizador *-a(ha) ~ -a*, que passa a indicar a atividade designada pelo tema verbal e desempenha a função de objeto do verbo da cláusula que expressa o estado de coisas principal, referente ao ato de percepção.

Em (35), o verbo transitivo *amakaj*, ‘chamar’, recebe o nominalizador *-ha* e exerce a função de objeto do verbo *nũ*, ‘ouvir’, núcleo da cláusula que expressa o ato de percepção. Em (36) o verbo *jaho*, ‘ir’, recebe o sufixo *-a*, alomorfe do sufixo *-ha*, que ocorre quando precede o sufixo de atualização nominal retrospectivo, *-er*, passando a desempenhar a função de objeto do verbo *xa*, ‘ver’, núcleo da cláusula que expressa o estado de coisas dependente. O verbo nominalizado que passa a desempenhar a função de objeto do verbo da cláusula que expressa o estado de coisas principal pode receber o prefixo relacional que marca adjacência entre o núcleo e o seu dependente, como em (35) e (36):

(35) *a'e pãj terẽ r-amakaj-ha-∅ ∅-nũ*
 DEM TOT trem R-chamar-NMLZ-RFR 3.I-ouvir
 ‘Todo mundo ouve o trem chamar’

(36) *a-xa iwa-pe awa ∅-jaho-a-er-a*
 1SG.I-ver céu-LOC N.PRP R-ir-NMLZ-RETR-RFR
 ‘eu vi os Awa Guajá irem para o céu’
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 264)

Assim, os predicados nominalizados que expressam o estado de coisas percebido em Guajá podem ser caracterizados pelos traços [+dependência] e [+encaixamento] e apresentam uma forma verbal não-finita. No *continuum* de integração de cláusulas, os predicados perceptivos encontram-se à direita, no polo de máxima condensação de informação lexical e gramatical.

8.2.2.2 Predicados de Conhecimento

Os predicados de conhecimento descrevem um estado de conhecimento (ou o processo da sua aquisição) de um conteúdo proposicional pelo experienciador (CRISTOFARO, 2005, p. 106). O estado ou processo de conhecimento é o estado de coisas principal, enquanto o estado de coisas relacionado ao conteúdo proposicional é o dependente.

Nos predicados de conhecimento em Guajá, o estado de coisas relacionado ao conteúdo proposicional é codificado por um verbo transitivo seguido de sufixo nominalizador *-(a)ha* ~ *-ha*, desempenhando a função de objeto da cláusula que

expressa o estado de coisas principal. Nos exemplos (37) (38) e (39), os verbos *pyra*, ‘dirigir’, *mumu’ũ*, ‘contar’ e ‘*u*, ‘comer’, respectivamente, são nominalizados pelo sufixo *-ha* e ocorrem como argumento do predicado que tem como núcleo do verbo *kwa*, ‘saber’, nos três exemplos citados. O verbo do predicado nominalizado pode acionar o prefixo relacional que indica adjacência entre o núcleo e o seu dependente, como em (35) e (36), e pode codificar o objeto por meio de marcadores pessoais da Série II, como em (37).

(37) *Tatusĩa* *mota-∅* *∅-pyra-ha-∅* *∅-kwa*
 N.PRP-RFR moto- RFR R-dirigir-NMLZ-RFR 3.I-saber
 ‘o Tatusĩ sabe dirigir moto’

(38) *Awaxa'ajruhu-a* *ma'a* *∅-mumu'ũ-ha-∅* *∅-kwa*
 velho-RFR coisa R-ensinar-NMLZ 3.I-saber
 ‘o velho sabe ensinar as coisas’

(39) *awa-∅* *ni=∅-kwa-j* *i-'u-ha*
 N.PRP-RFR NEG=3.I-saber-NEG 3.II-comer-NMLZ
 ‘Awa Guajá não o come’ (lit.: Awa Guajá não sabe comê-lo)
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 263)

Desse modo, os predicados nominalizados relacionados ao conteúdo proposicional em Guajá podem ser caracterizados pelos traços [+dependência] e [+encaixamento] e apresentam uma forma verbal não-finita. No *continuum* de integração de cláusulas, os predicados de conhecimento encontram-se à direita, no polo de máxima condensação de informação lexical e gramatical.

8.2.2.3 Predicados Elocutivos

Os predicados elocutivos expressam um processo de transferência de informação de um agente para um receptor, expresso abertamente ou não (CRISTOFARO, 2005, p. 108). Esses predicados podem ser expressos pelo discurso direto ou indireto. Cristofaro (2005) aponta que, apesar das diferenças formais apresentadas pelo discurso indireto e direto, os dois se comportam de modos

semelhantes diante de testes de assertividade. No discurso indireto há um estado de coisas principal relacionado ao fato de que alguém diz algo e um estado de coisas dependente relacionado àquilo que o estado de coisas principal se refere. De acordo com a autora, “o discurso indireto descreve o conteúdo da elocução de alguém, e então faz referência tanto ao estado de coisas descrito por aquela elocução (o estado de coisas dependente) quanto ao fato de que alguém disse algo (o estado de coisas principal) (CRISTOFARO, 2005, p. 108).”⁴⁴

No discurso direto, o estado de coisas relacionado ao ato de dizer algo pode fazer referência apenas aos sons emitidos por alguém, independentemente da sua semântica. Portanto, há apenas um estado de coisas e não há ligação. Por isso a autora não considera o discurso direto na sua análise. Porém, Cristofaro (2005, p. 108) aponta que algumas línguas não possuem discurso indireto e que, nesses casos, o discurso direto pode ocupar a função cognitiva do discurso indireto referindo-se ao relato de um conteúdo e não apenas aos sons emitidos por alguém. Nessas situações, os sons descritos no discurso direto são considerados como descrições de um estado de coisas, funcionando como o discurso indireto (CRISTOFARO, 2005, p. 108).

Cristofaro (2005, p. 108) ainda afirma que a entidade a que se atribui uma declaração sobre um estado de coisas em um predicado elocutivo não precisa estar comprometida com a sua verdade. Por isso, o conteúdo proposicional do predicado elocutivo, ou seja, o estado de coisas dependente, é apresentado como não-factual. Ainda assim, o falante pode atribuir valor de verdade a esse conteúdo proposicional no contexto discursivo.

Os predicados que expressam um processo de transferência de informação analisados em Guajá apresentam como núcleo verbos como *ĩ*, ‘falar’, e *mumu’ũ*, ‘contar’, e o verbo do predicado que expressa o estado de coisas dependente é nominalizado pelo sufixo *-(a)ha ~ -ha*. Em (40), o verbo intransitivo ativo *jaho*, ‘fazer’, além do sufixo nominalizador, recebe o sufixo de atualização nominal retrospectivo e tem o seu possuidor codificado no verbo por meio do marcador pessoal da Série II. Em (41) o verbo intransitivo estativo além de receber um alomorfe do sufixo nominalizador, recebe o sufixo de atualização nominal retrospectivo e o prefixo

⁴⁴ “*Indirect report describes the content of somebody’s utterance, and hence makes reference to both SoA described by that utterance (the dependent SoA) and the fact that somebody says something (the main SoA).*” (CRISTOFARO, 2005, p. 108)

relacional que indica adjacência. Nos dois exemplos em Guajá, os predicados nominalizados encontram-se em função de objeto do núcleo do predicado que expressa o estado de coisas principal.

- (40) *nijã ani-ĩ ta Sãlui-pe ni=∅-jaho-a-e r-ehe*
 você 2SG.I-falar FUT N.PRP-LOC 2SG.II-R-ir-NMLZ-RETR R-sobre
 ‘você vai falar sobre a sua ida a São Luís’
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 263)

- (41) *a'e ∅-mumu'ũ ta i-mymy ∅-iwe-a-e*
 DEM 3.I-contar FUT 3.II-filho R-estar.sedento-NMLZ-RETR

r-ehe
 R-sobre
 ‘ela vai contar sobre a sede do filho dela’
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 263)

Em Guajá, os predicados nominalizados relacionados àquilo que o estado de coisas principal se refere podem ser caracterizados pelos traços [+dependência] e [+encaixamento] e apresentam uma forma verbal não-finita. Assim, os predicados elocutivos em Guajá encontram-se mais à direita no *continuum* de integração de cláusulas.

8.2.2.4 Predicados de Temor

Predicados de temor, como “temer”, “preocupar-se”, “estar ansioso” são caracterizados por Noonan (2007, p. 130) “por possuírem sujeitos experienciadores e expressarem uma atitude de temor ou preocupação de que a proposição que o complementa seja ou tenha sido realizada”.⁴⁵ Nos predicados que expressam temor em Guajá, o verbo do predicado que indica o estado de coisas dependente é nominalizado pelos sufixos *-(a)ha ~ -ha*. O predicado nominalizado desempenha a

⁴⁵ “[...] by having experiencer subjects and expressing an attitude of fear or concern that the complement proposition will be or has been realized.” (NOONAN, 2007, p. 130)

função de objeto da cláusula que expressa o estado de coisas principal, como em (42).

- (42) **a-kije** **are =∅-manû-ta-ha** *r-ia*
 1SG.I-temer 1PL.EXCL=R-morrer-PROSP-NMLZ R-ABL
 ‘eu tive medo que nós morrêssemos’

Nos predicados de temor em Guajá, o verbo do predicado que expressa o estado de coisas dependente é nominalizado e desempenha a função de um constituinte do predicado que expressa o estado de coisas principal, podendo ser caracterizado pelos traços [+dependência] e [+encaixamento] e apresentam uma forma verbal não-finita. Assim, os predicados de temor nessa língua encontram-se mais à direita no *continuum* de integração de cláusulas.

8.2.2.5 Predicados Comentativos

Noonan (2007, p. 127) classifica como comentativo os predicados que fornecem um comentário a respeito da proposição completiva, o qual recebe a forma de uma reação ou avaliação emocional, ou um julgamento, feitos geralmente sobre eventos ou estados considerados reais, como ocorre em (43):

- (43) **∅-parahỹ** **ha-xak-aha-∅**
 3.II-ser.bom 3SG.II-ver-NMLZ-RFR
 ‘é bom vê-lo’

Em (43), o predicado que expressa o comentário a respeito da proposição completiva tem como núcleo um verbo transitivo nominalizado pelo sufixo *-(a)ha ~ -ha*, e tem seu objeto codificado pelo marcador pessoal da Série II. Nesse exemplo, a completiva nominalizada está em função de So, diferentemente dos exemplos de predicados que expressam outras relações semânticas, em que as completivas nominalizadas estão com função de O.

Nos predicados comentativos em Guajá, o verbo do predicado que expressa o comentário a respeito da proposição completiva é nominalizado. Esse tipo de predicado pode ser caracterizado pelos traços [+dependência] e [+encaixamento] e

apresenta uma forma verbal não-finita. Assim, os predicados de temor nessa língua encontram-se mais à direita no *continuum* de integração de cláusulas. Entretanto, com relação às demais relações completivas, o predicado comentativo pode ser considerado menos entrelaçado, uma vez que o núcleo do predicado que expressa o estado de coisas principal é um verbo intransitivo estativo.

8.2.3 Relações relativas

As relações relativas envolvem dois estados de coisas de modo que um deles (o dependente) especifica de alguma forma o participante do outro (o principal), ou seja, “um participante do estado de coisas principal é identificado dentro de um conjunto de referentes possíveis ao mencionar outro estado de coisas no qual participa”⁴⁶ e esse participante desempenha um papel nos dois estados de coisas (CRISTOFARO, 2005, p. 195). Essa definição considera apenas os casos de construções relativas restritivas, pois, segundo a autora, construções relativas não-restritivas envolvem dois estados de coisas assertados e, portanto, não são casos de subordinação. Por outro lado, Cristofaro (2005, p. 195) considera construções que, tradicionalmente, não são definidas como relativas, mas expressam a relação cognitiva apresentada.

Como algumas línguas podem codificar relações relativas da mesma forma que relações adverbiais ou completivas perceptivas, Cristofaro (2005, p. 197) nota que as similaridades estruturais entre os três tipos de relações têm base semântica. Nas relações adverbiais e relativas, o estado de coisas dependente fornece alguma especificação a respeito do estado de coisas principal, que não é exigida pela semântica desse último. No entanto, a especificação na relação adverbial diz respeito ao estado de coisas como um todo, enquanto na relação relativa diz respeito a um participante do estado de coisas principal que também possui um papel no estado de coisas dependente. A diferença entre as duas relações está, portanto, no compartilhamento ou não de participantes entre os estados de coisas.

Algo parecido ocorre com as relações completivas perceptivas e relativas. Nas relações completivas perceptivas, a percepção pode se referir a um estado de coisas como um todo ou às entidades que realizam esse estado de coisas. Assim, o estado

⁴⁶ “[...] a participant of the main SoA is identified within a set of possible referents by mentioning some other SoA in which he or she takes part.” (CRISTOFARO, 2005, p. 195)

de coisas dependente em relações completivas perceptivas pode ser construído como propriedade atribuída às entidades que o realizam, de modo similar aos estados de coisas em relações relativas. Nesse último caso, no entanto, as propriedades têm a função de identificar a entidade em um conjunto de referentes possíveis (CRISTOFARO, 2005, p 197).

O que diferencia as relações relativas das demais relações de subordinação é que elas não apresentam conexão semântica entre os estados de coisas ligados, dado que nessas relações o falante seleciona arbitrariamente dois estados de coisas a partir de um participante compartilhado por ambos (CRISTOFARO, 2005, p. 197). O compartilhamento do participante é a única conexão entre os dois estados de coisas. De acordo com Cristofaro (2005, p. 197-198), outras características das relações relativas são: 1) todas essas relações são estabelecidas no nível da predicação; 2) não há integração semântica entre os estados de coisas ligados; 3) não há predeterminação que implique sobre o papel do participante em qualquer dos dois estados de coisas ligados; 4) não há implicação sobre a referência temporal ou valor aspectual dos estados de coisas ligados; 5) o estado de coisas dependente pode ser factual ou não-factual. Sobre o valor modal do estado de coisas dependente em relações relativas, Cristofaro (2005, p. 198) afirma que ele é pré-determinado pela semântica do participante compartilhado pelos estados de coisas ligados. Se o participante é concebido como existente, o estado de coisas é factual, porém, se o participante não é concebido como existente, o estado de coisas é não-factual. Esse último caso, no entanto, é desconsiderado pela autora devido à falta de dados em sua amostra.

Como as relações relativas não podem ser classificadas com base em distinções de nível da estrutura clausal, predeterminação e integração semântica, Cristofaro (2005, p. 199) recorre ao papel sintático do participante compartilhado pelos estados de coisas ligados para classificá-las.

Em Guajá as cláusulas relativas são codificadas por nominalizações (cf. subseção 6.4.2). As nominalizações na língua são acionadas por afixos que derivam nomes de verbos e indicam o papel semântico do elemento nominalizado. Em (44) o núcleo do predicado da cláusula dependente é nominalizado pela partícula *ma'a*, que nominaliza predicados na língua. O verbo intransitivo estativo *we*, 'estar sedento', recebe o marcador pessoal da Série II, correferente ao sujeito da cláusula principal,

além do sufixo de atualização nominal retrospectiva *-ker* e do sufixo referenciante *-a*, ambos exclusivos da classe dos nomes.

- (44) *karai* *i-we-ma'a-ker-a* 'y-a u-'u
 não-índio 3.II-estar.sedento-NMLZ-RETR-RFR água-RFR 3SG.I-ingerir
 'o não-índio que estava com sede bebeu água'
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 216)

Em (45), o verbo transitivo *ĩ*, 'falar', é seguido pelo sufixo *ỹ*, que nega exclusivamente nominalizações na língua, e do sufixo nominalizador de predicados *-ma'a*. O verbo nominalizado recebe também marcador pessoal da Série II e o sufixo referenciante *-a*, exclusivo dos nomes.

- (45) *jaha* *awa'yra* *i-ĩ-ỹ-ma'a-∅* a-xa
 eu criança 3.II-falar-NEG-NMLZ-RFR 1SG.I-ver
 'eu vi a criança que não fala'

Em (46), o verbo transitivo *ru*, 'trazer' é nominalizado pelo prefixo nominalizador *mi-*, que deriva um nome com papel semântico de paciente. O agente do predicado nominalizado nesse tipo de nominalização deve ser obrigatoriamente expresso e é ligado ao verbo pelo prefixo relacional que marca adjacência. O participante com papel de agente na cláusula nominalizada é expresso por um pronome clítico da Série II. A cláusula nominalizada é marcada também pelo sufixo de atualização nominal retrospectiva *-ker* e pelo sufixo referenciante *-a*, exclusivos da classe dos nomes.

- (46) *a'e* *kawa* *∅-ruku* *ta* *ha=r-imi-ru-ker-a*
 DEM vasilha 3SG.I-ficar FUT 1SG.II=R-NMLZ-trazer-RETR-RFR
 'ele vai ficar com a vasilha que eu trouxe'
 (lit. 'ele vai ficar com a vasilha, a trazida por mim')
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 218)

Em (47), o nome derivado também tem o papel de paciente, porém não há a expressão do agente. O verbo transitivo *jũ*, 'flechar', recebe marcador pessoal da Série II e o sufixo referenciante *-a*, exclusivo da classe dos nomes.

- (47) *∅-jũ-pyr-a* *tapi'ir-a* *∅-manũ* *aha*
 3.II-flechar-NMLZ-RFR anta-RFR 3.I-morrer CTF
 'a anta que foi flechada morreu para lá'
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 218)

Em (48), o verbo transitivo *ika*, 'matar', recebe o sufixo nominalizador *-har*, que deriva um nome com papel de agente. O verbo nominalizado não recebe marcação pessoal, mas o prefixo relacional que expressa adjacência entre o núcleo e seu dependente, além do sufixo referenciante *-a*, que marca apenas itens lexicais da classe dos nomes. O sintagma nominal formado pelo verbo nominalizado é justaposto ao sintagma nominal que exerce o papel de Sa na cláusula principal.

- (48) *awa-wanihã-ker-a* *ma'a* *∅-ika-har-a* *o-ho* *ka'a-pe*
 N.PRP-homem-COL-RFR caça R-matar-NMLZ-RFR 3.I-ir mata-LOC
 'Os homens awa guajá que são caçadores foram para o mato'
 (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 218)

Como pode ser observado nos exemplos acima, as relações relativas em Guajá são codificadas por nominalizações. Os verbos adquirem características nominais pela marcação por afixos exclusivos da classe dos nomes e afixos nominalizadores que indicam seu papel semântico. Essa estratégia se assemelha àquela descrita por Van Gijn, Galucio e Nogueira (2015) para as línguas do tronco Tupi. De acordo com os autores, o conjunto de estratégias de subordinação mais coerente nessas línguas é a relativização por nominalização. As cláusulas relativas nessas línguas, principalmente as línguas da família tupi-guarani, apresentam redução do potencial flexional do verbo, a aquisição de características nominais no verbo e marcação do papel semântico do sintagma nominal relativizado por meio de afixos e clíticos (VAN GIJN, GALUCIO, NOGUEIRA, p. 311-313).

Magalhães (2007, p. 215), ao discutir a nominalização com o sufixo *-ma'a*, considera que de um ponto de vista formal, as nominalizações de predicados em Guajá não expressam relativização. Para a autora, as cláusulas relativas devem apresentar marcação morfológica específica, com complementizador ou pronome relativo e devem possuir propriedades sintáticas de uma cláusula. Segundo Magalhães (2007, p. 215) isso não ocorre em Guajá, já que não há

complementizadores e os nomes derivados com *-ma'a* apresentam propriedades nominais. Além disso, o predicado nominalizado não seria um constituinte imediato do nome a que se refere (49) e pode ser usado sozinho como argumento na cláusula (50) (MAGALHÃES, 2007, p. 216-217). Magalhães (2007, p. 217) chega a considerar que, de um ponto de vista funcional, todas as nominalizações na língua possam ser consideradas estratégias de relativização, pois podem ter a função de restringir os referentes possíveis de um núcleo ou ainda ocorrerem como cláusulas encaixadas. No entanto, ao descrever os tipos de relações de subordinação na língua, (MAGALHÃES, 2007, p. 257-279) não menciona a ocorrência de cláusulas subordinadas relativas em Guajá. Em (49), ainda que o predicado existencial nominalizado *imymy'ỹma'a* não seja um constituinte imediato de *awawahya*, ele tem a função de restringir os seus possíveis referentes. Na sentença apresentada em (50), Magalhães (2007, p. 216) analisa o prefixo *i-* como um prefixo relacional de não-contiguidade, que indica a não adjacência entre o núcleo e o seu dependente. No entanto, o prefixo pode ser analisado como um prefixo pessoal de terceira pessoa da Série II.

- (49) *awa-wahy-a* *inajã-∅* ***n=u-'u-j***
 N.PRP-mulher-RFR inajá-RFR NEG-3.I-comer-NEG
- i-mymy-'ỹ-ma'a-∅* *i-kamykỹ* *∅-tapa* *ta*
 3.II-filho-NEG-NMLZ-RFR 3.II-leite 3.I-secar FUT
- 'a mulher awa guajá que não tem filho não come inajá, o leite seca'
- (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 216)

- (50) *jaha* ***i-ĩ-'y-ma'a-∅*** ***a-xa***
 eu 3.II-falar-NEG-NMLZ-RFR 1SG.I-ver
- 'eu vi a que não fala'
- (Adaptado de Magalhães, 2007, p. 216)

Camacho (2012, p. 244) afirma que a nominalização é uma estratégia comum de relativização nas línguas sul-americanas, principalmente nas línguas do tronco Tupi e da família Caribe, e que nem todas essas línguas apresentam estratégias primárias de relativização. No entanto, o autor considera que há estratégias compensatórias, que exercem a função desempenhada em outras línguas pelas

construções relativas. Considerando a definição funcional de Cristofaro (2005), as nominalizações em Guajá codificam relações relativas, já que elas codificam, em sentenças complexas, a situação cognitiva na qual um participante de um estado de coisas é identificado entre um conjunto de referentes possíveis ao participar de outro estado de coisas.

8.3. *Continuum* de integração de cláusulas em Guajá

Por meio da análise da codificação das relações de subordinação na língua Guajá, é possível alocar essas cláusulas em um *continuum* de integração de cláusulas que se expande entre um polo de máxima elaboração à esquerda, e, à direita, um polo de máxima condensação de informação lexical e gramatical, como definido por Lehmann (1988) ao abordar tipologicamente o processo de articulação de cláusulas.

Desse modo, no polo de máxima elaboração encontram-se as relações de coordenação em Guajá, que podem ocorrer sem marcador explícito, estabelecendo relações de combinação e contraste entre as cláusulas, ou com marcador explícito, estabelecendo relação de combinação entre cláusulas que expressam dois estados de coisas-acertados, caracterizados pelos traços [-dependência] e [-encaixamento], como demonstrado na subseção 7.2.

Já as cláusulas que expressam relações adverbiais em Guajá podem ser caracterizadas pelos traços [+dependência] e [-encaixamento]. No entanto, cada tipo de relação adverbial pode ser alocado em um ponto do *continuum* de integração de cláusulas, de acordo com o seu grau de rebaixamento hierárquico e de dessentencialização.

As cláusulas que expressam relações adverbiais de condição de realidade podem ser alocadas à esquerda do *continuum* de integração de cláusulas, uma vez que os verbos das cláusulas principal e dependente recebem marcadores pessoais da Série I e são flexionados em modos que ocorrem em cláusulas independentes na língua. Entretanto, a cláusula que expressa o estado de coisas dependente possui uma posição fixa na sentença e a prótase não possui força ilocucionária, o que são indícios de rebaixamento da cláusula que expressa o estado de coisas dependente.

Em Guajá, as cláusulas que expressam relação de sobreposição temporal flexionadas no modo subjuntivo em Guajá são rebaixadas, dado que são flexionadas no modo que não ocorre em cláusulas independentes na língua, acionado pela

partícula subordinativa temporal *mehẽ* ~ *amehẽ*. Além disso, a codificação de participantes do verbo da cláusula que expressa o estado de coisas dependente é realizada por meio de marcadores pronominais da Série II, formado por pronomes clíticos que se relacionam formalmente com o núcleo do predicado pelo prefixo relacional que marca adjacência entre o núcleo e o seu dependente. Assim, nessas cláusulas, verbos intransitivos ativos, verbos intransitivos estativos e verbos transitivos têm a codificação do sujeito realizada por marcadores pessoais da Série II, o que não ocorre em cláusulas independentes em Guajá. As cláusulas de sobreposição temporal flexionadas no modo subjuntivo, se comparadas às cláusulas que expressam relações adverbiais de condição de realidade e às cláusulas que expressam anterioridade temporal, podem ser alocadas mais à direita do *continuum* de integração de cláusulas.

Já as cláusulas que expressam relações adverbiais de propósito prototípicas em Guajá, ou seja, que possuem sujeitos correferentes, são rebaixadas, visto que o núcleo da cláusula que expressa o estado de coisas dependente se encontra flexionado em um modo distinto daquele que ocorre em cláusulas independentes na língua guajá, o modo gerúndio, além de não apresentar marcador de pessoa nos verbos intransitivos ativos e verbos transitivos ou seguirem a hierarquia de pessoa vigente nas cláusulas independentes. As cláusulas que expressam relações adverbiais de propósito prototípicas podem ser alocadas mais à direita no *continuum* de integração de cláusulas quando comparadas àquelas que expressam as demais relações adverbiais em Guajá.

Por sua vez, nas relações adverbiais de propósito não prototípicas tanto a cláusula que expressa o estado de coisas principal quanto a que expressa o estado de coisas dependente, encontram-se flexionadas em modos que ocorrem em cláusulas independentes na língua e os verbos de ambas as cláusulas que constituem a sentença são codificados por marcadores pessoais da Série I. Apesar da equivalência sintática entre essas cláusulas, um estado de coisas (principal) se sobrepõe a outro (dependente), evidenciando um maior grau de interdependência entre essas cláusulas do que as justaposições que estabelecem relações de combinação e de contraste na língua guajá situadas no polo de máxima elaboração de informações lexicais e gramaticais do *continuum*. Dessa forma, é possível alocar as cláusulas que codificam as relações adverbiais não-prototípicas à esquerda do *continuum* de integração de cláusulas, apesar de serem caracterizadas pelos traços [+dependência] e [-encaixamento].

Em relação aos predicados que expressam relações completivas em Guajá, eles podem ser caracterizados pelos traços [+dependência] e [+encaixamento]. Esses predicados podem ser alocados à direita do *continuum* de integração de cláusulas, no polo de máxima condensação de informações lexicais e gramaticais, já que os predicados nominalizados são rebaixados a um constituinte particular, bem definido, dentro da cláusula principal, caracterizando o seu encaixamento. Assim, nos predicados perceptivos, de conhecimento, elocutivos e de temor, o predicado nominalizado possui a função de objeto do predicado que apresenta o estado de coisas principal. Já nos predicados comentativos, o predicado nominalizado exerce a função de So do predicado que apresenta o estado de coisas principal e tem como núcleo um verbo intransitivo estativo. Nos predicados que expressam relações completivas, os verbos do predicado nominalizado podem receber sufixos de atualização nominal retrospectivo ou prospectivo, além do sufixo nominal referenciante. O verbo nominalizado não recebe marcação de sujeito e passa a receber marcadores pessoais da Série II para codificar o seu objeto ou o possuidor.

Por fim, as cláusulas que expressam relações relativas em Guajá podem ser caracterizadas pelos traços [+dependência] e [+encaixamento] e alocadas na segunda metade do *continuum* de integração de cláusulas, mais próximas ao polo de máxima condensação de itens lexicais e gramaticais, uma vez que os verbos das cláusulas são caracterizados por uma diminuição de potencial flexional e por um aumento das possibilidades flexionais nominais, ou seja, são cláusulas nominalizadas (cf. VAN GIJN, GALUCIO, NOGUEIRA, 2015, p. 311). As cláusulas relativas nominalizadas identificam um participante dentro de um conjunto de referentes possíveis na cláusula principal e esse participante desempenha um papel nas duas cláusulas. Entretanto, como postulado por Cristofaro (2005, p. 198), não há integração semântica entre os estados de coisas ligados ou predeterminação que implique sobre o papel do participante em qualquer dos dois estados de coisas ligados, já que nessas relações o falante seleciona arbitrariamente dois estados de coisas a partir de um participante compartilhado por ambos.

9. CONCLUSÃO

Nesta tese, apresentei uma análise do processo de articulação de cláusulas na língua guajá partindo do quadro teórico funcionalista, que se opõe à perspectiva dicotômica tradicional entre cláusulas complexas coordenadas e subordinadas, uma vez que essa noção não é suficiente para a análise linguística. Desse modo, a tese tem como base teórica abordagens que permitem analisar os predicados complexos em Guajá a partir da tipologia de integração de cláusula, seguindo os parâmetros propostos, sobretudo, por Cristofaro (2005) e Lehmann (1988).

Por meio da abordagem pragmático-cognitiva proposta por Cristofaro (2005), em que a subordinação é definida pelo Princípio de Assimetria, analisei as relações entre estados de coisas, independentemente de qualquer tipo particular de ligação de cláusula para, posteriormente, investigar o modo como essas relações são codificadas na língua guajá. Assim, por meio dos testes de assertividade foi possível definir as relações de subordinação existentes em Guajá, em que o perfil de um estado de coisas se sobrepõe ao outro, e analisar seus correlatos morfossintáticos. Além da subordinação, os testes de assertividade permitiram atestar que a autonomia de cada perfil corresponde à presença da força assertiva nos estados de coisas ligados, produzindo uma organização simétrica da comunicação, configurando as relações de coordenação em Guajá.

Com base no argumento de que os processos de articulação de cláusulas podem ser melhor compreendidos na perspectiva de um *continuum* de integração de cláusulas, em que cláusulas que possuem um maior grau de elaboração de informações lexicais e gramaticais podem ser alocadas à esquerda, sendo caracterizadas pelos traços [-dependência] e [-encaixamento], e que cláusulas que possuem um maior grau de condensação dessas informações podem ser alocadas à direita, sendo caracterizadas pelos traços [+dependência] e [+encaixamento], descrevi e analisei os correlatos morfossintáticos das relações de coordenação (com e sem marcador explícito) e das relações de subordinação adverbiais, completivas e relativas. Portanto, a partir da análise de dados primários e secundários, tendo como parâmetros para a análise o processo de rebaixamento proposto por Cristofaro (2005) e de rebaixamento hierárquico, dessentencialização e entrelaçamento clausal proposto por Lehmann (1988), foi possível demonstrar a perda de propriedades de uma cláusula subordinada, que é dessentencializada/rebaixada em vários níveis,

como distinções TAM e codificação de participantes, e adquire propriedades nominais. Ao final desse processo, à direita do *continuum* de integração de cláusulas, ocorre a nominalização, e a cláusula nominalizada se torna um constituinte da cláusula que expressa o estado de coisas principal. Essa é uma das características das línguas sul-americanas, como demonstrado nesta tese.

Para chegar a esse resultado, contudo, foi necessário realizar uma revisão e atualização das informações morfossintáticas sobre a língua guajá, além de desenvolver uma metodologia que me permitisse coletar textos na língua para que predicados complexos pudessem emergir. Para compreender os aspectos pragmáticos e discursivos da língua, apresentei um panorama sobre a cosmovisão dos Awa Guajá e o contexto em que minha convivência com os falantes e o desenvolvimento da pesquisa ocorreram.

Desse modo, os resultados desta tese demonstram parte da complexidade da língua guajá e de outras línguas da família tupi-guarani, além da necessidade de se desenvolver pesquisas que partam do pressuposto de que não há limites rígidos entre coordenação e subordinação, contribuindo assim, para o desenvolvimento de estudos tipológicos e de descrições detalhadas de línguas minorizadas.

REFERÊNCIAS

- ABA, Convenção para grafia dos nomes tribais, *Revista de Antropologia*, v. 2, n. 2, 1964, pp. 152.
- ANCHIETA, Pe. J. de. *Artes da gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. São Paulo: Loyola, [1595] 1990.
- BALÉE, W. L. *Footprints of the Forest: Ka'apor ethnobotany – the historical ecology of plant utilization by an Amazonian people*. New York: Columbia University Press, 1994.
- _____. *Cultural forests of the Amazon: a historical ecology of people and their landscapes*. Tuscaloosa: The Alabama University Press, 2013.
- BEGHIN, F-X. Relation du premier contact avec les Indiens Guaja. *Journal de la Société des Américanistes*. Tome 46, pp. 197-204, 1957. (BERTO, 2010; 2013)
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 18 ago. 2017.
- CAMACHO, R. G. A nominalização como estratégia de relativização em línguas nativas da Amazônia brasileira, *Luso-Brazilian Review*, v. 49, n. 1, 2012, pp. 225-251.
- CAMPBELL, L. Typological characteristics of South American indigenous languages. _____; GRONDONA, V. (eds.) *The indigenous languages of South America: A comprehensive guide*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2012. pp. 259-330
- CARDOSO, G. R. Uma leitura sobre identidade e etnicidade na literatura sobre os Awá-Guajá. 2013. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
- CIDH. *Pueblos Indígenas en Aislamiento Voluntario y Contacto Inicial en las Américas: Recomendaciones para el pleno respeto a sus derechos humanos*. S/I: Oea, 2013. Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/indigenas/docs/pdf/informe-pueblos-indigenas-aislamiento-voluntario.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2017.
- CIMI. *Awa ñha pape rehe – fala awá sobre o papel*. São Luís: CIMI/MA, 2007.
- COELHO, Elizabeth Maria Beserra; HERNANDO, Almudena (orgs.) *Estudos sobre os Awá: caçadores-coletores em transição*. São Luís: Ed. EDUFMA, 2013.
- _____. *Tipa Awa Ñha: Awa Papejapoha/Casa de Conversa Awa: A escola Awa*. São Luís: 2013.
- COMRIE, B; THOMPSON, S. A. Lexical Nominalization. In: SHOPEN, T. *Syntactic Description*. 2nd edition. Volume III: Gramatical Categories and the Lexicon. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. pp. 334-381
- CORMIER, L. *The ethnoprimateology of the Guajá Indians of Maranhão, Brazil*. 2000. Dissertation. Department of Anthropology – Tulane University, New Orleans, 2000.

CRISTOFARO, S. *Subordination*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

_____. *Kinship with monkeys: the Guajá foragers of eastern Amazonia*. New York: Columbia University Press, 2003.

CROFT, W. *Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

_____. Autonomy and functionalist linguistics. *Language* 71, 490-532, 1995.

CUNHA, M. C. da. *Os povos indígenas: emparedados pela crise política no Brasil*. 2017. Disponível em: <<http://diplomatie.org.br/os-povos-indigenas-emparedados-pela-crise-politica-no-brasil/>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

CUNHA, P. *Análise fonêmica preliminar da língua Guajá*. Dissertação (mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1987.

DERBYSHIRE, D. C.; PULLUM, G. K. Introduction. In: _____. (eds.) *Handbook of Amazonian languages*. vol 1. Berlin: Mouton de Gruyter, 1986. pp. 1-28.

DIETRICH, W. O tronco tupí e suas famílias de línguas: classificação e esboço tipológico. In: VOLKER, N.; DIETRICH, W. *O português e o tupi no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2016. pp. 9-24

DIETRICH, W. Tiempo, aspecto y evidencialidad, *Liames*, Campinas, v. 10, n. 1, 2010, pp. 67-83.

DIXON, R. M. W. *Ergativity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

_____. *Basic Linguistic Theory – Volume 1 Methodology*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

DODT, G. *Descrição dos rios Parnaíba e Gurupi*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, [1873] 1981.

DOOLEY, R. A. The positioning of non-pronominal clitics and particles in lowland South American languages. In: PAYNE, D. L. *Amazonian linguistics: Studies in Lowland South American languages*. Austin: University of Texas Press, 1990. pp. 457-493

ERTESHIK-SHIR, N.; LAPPIN, S. Dominance and the functional explanation of island phenomena, *Theoretical Linguistics*, v. 6, 1979, pp. 41-86

FAUSTO, Carlos. *Inimigos Fiéis: história, guerra e xamanismo na Amazônia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 2001.

FERREIRA, B. L. B. *A (re)produção do modo de ser awá: dinâmicas de socialização na aldeia Juriti*. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) –Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011.

FOLEY, W. VAN VALIN, R. D. *Functional Syntax and Universal Grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

FORLINE, L. C. *The persistence and cultural transformation of the Guajá Indians: foragers of Maranhão state, Brazil*. 1997. Dissertation. University of Florida, Gainesville, 1997.

FREIRE, J. R. B. A demarcação das línguas indígenas no Brasil. In: DA CUNHA, M. C.; CESARINO, P. de N. *Políticas Culturais e Povos Indígenas*. 1ª ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. pp. 363-390

FUNAI. Ma'iwa Awa nimi'ua, ma'iwa Awa nimiparikwa, ma'iwa ma'amija nimi'ua – Frutos que os Awá comem, frutos que os Awá vendem, frutos que as caças comem". Brasília: Funai, 2014.

GARCIA, U. *Karawara: a caça e o mundo dos Awá-Guajá*. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GARCIA, Uirá. Ka'á Watá, "Andar na Floresta": Caça e território em um grupo Tupi da Amazônia, *Mediações*, Londrina, v. 17, n. 1, jan-jun, 2012, pp. 172-190.

GIVÓN, T. *Syntax: Volume I*. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2001.

GOMES, Mércio Pereira. O povo Guajá e as condições reais para sua sobrevivência. In: *Povos indígenas no Brasil 1987/88/89/90*. São Paulo: Centro Ecumênico de Documentação e Informação. pp. 354- 360, 1991.

_____. *O índio na história: o povo Tenetehara em busca da liberdade*. Petrópolis: Vozes, 2002.

GRUPIONI, L. D. B. Contextualizando o campo da formação de professores indígenas no Brasil. In: _____. (Org.). *Formação de professores indígenas: repensando trajetórias*. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação, 2006. p. 39-68. (Vias dos saberes). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001463/146327por.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

HASPELMATH, M. Coordination. SHOPEN, T. *Syntactic Description*. 2nd edition. Volume II: Complex Constructions. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. pp. 1-51

HENGEVELD, K. *Questionnaire: The Internal Structure of Adverbial Clauses*. Amsterdam: Eurtyp theme group on adverbial relations, operators, and connectives, 1991. Disponível em: <http://www.eva.mpg.de/lingua/tools-at-lingboard/pdf/ET_5_4_Hengeveld_IS_QUEST.pdf> Acesso em 10 jan 2014.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

IBGE. *Os indígenas no censo demográfico 2010* – primeiras considerações com base no quesito cor e raça. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena_censo2010.pdf> Acesso em: 15 ago 2017.

JENSEN, C. Comparative Tupí-Guarani morphosyntax. In: DERBYSHIRE, D. C.; PULLUM, G. K. (eds.) *Handbook of Amazonian languages*, v. 4. Berlin: Mouton de Gruyter, 1998. pp. 489-618

_____. Cross-referencing changes in some Tupi-Guarani languages. In: PAYNE, D. L. (ed.) *Amazonian linguistics. Studies in Lowland South American Languages*. Austin: University of Texas Press, 1990.

_____. Tupí-Guarani. In: _____. AIKHENVALD, A. Y; DIXON, R. M. W. (eds.). *Amazonian languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. Pp. 125-63.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Scherre, Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LANGACKER, R. W. *Foundations of Cognitive Grammar*. Vol. I: Theoretical Prerequisites. Stanford: Stanford University Press, 1987.

LARAIA, Roque de Barros. Uma etno-história tupi, *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 27/28, pp. 25-32, 1985.

LEHMANN, C. Towards a typology of clause linkage. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A.(eds.) *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: J. Benjamins (Typological Studies in Language, 18), 1988. pp. 181-225.

_____. Gramática funcional. 2011. Disponível em: <http://www.christianlehmann.eu/publ/gramatica_funcional.pdf> Acessado em: 10 jun. 2013

LYONS, J. *Introdução à Linguística Teórica*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

MAGALHÃES, M. M. S. *Aspectos fonológicos e morfossintáticos da língua Guajá*. Dissertação (mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

_____. *Sobre a morfologia e a sintaxe da língua Guajá (família tupi-guarani)*. Tese (doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

_____. Hierarquia de referências na língua Guajá e nas demais línguas Tupí. In: *Anais da CIDS/UFPA*, 2012.

_____. Os predicados existenciais do Guajá, *Signótica*, v. 26, n. 2, jul-dez, 2014, pp. 309-329

MAGALHÃES, M. M. S., FORLINE, L. Engaging with friends and enemies: sociolinguistic implications of contact between the Awá-Guajá and their Tupí-Guaraní neighbors, *IJSL*, n. 240, 2016, pp. 29-52.

MAGALHÃES, M. M. S.; MATTOS, A. C R. de. Classes de palavras, tipos de predicados e sua relação com a intransitividade cindida em Guajá, *Via Litterae*, v. 6, n.2, jul-dez, 2014, pp. 251-284.

MAURI, C. *Coordination relations in the languages of Europe and beyond*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2008.

MEC. *Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar*. Elaborado pelo Comitê de Educação Escolar Indígena. 2. ed. Brasília: Mec, 1994. 24 p. (Cadernos de Educação Básica).

MELIÀ, B. Desafios e tendências na alfabetização em língua indígena. EMIRI, L.

MONTSERRAT, R.(orgs.) *A conquista da escrita*. São Paulo: Iluminuras, 1989. pp. 9-16

MELIÀ, B. Desafios e tendências na alfabetização em língua indígena. EMIRI, L. MONTSERRAT, R.(orgs.) *A conquista da escrita*. São Paulo: Iluminuras, 1989. pp. 9-16

MITHUN, M. *The languages of Native North America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

MONSERRAT, R. M. F.; SOARES, M. F. Hierarquia referencial em línguas Tupí, *Cadernos de Linguística e Teoria Literária*, Belo Horizonte, n. 9, 1983, pp. 164-187

MORI, A. C; SOARES, M. F. Aspectos técnicos e políticos na definição de ortografias das línguas indígenas. In: D'ANGELIS, V.; VEIGA, J. *Leitura e escrita em escolas indígenas: encontro de educação indígena no 10ª COLE - 1995*. Campinas: ALB: Mercado das Letras, 1997. pp. 23-33.

NASCIMENTO, A. P. L. M. Estudo fonético e fonológico da língua Guajá. Dissertação (mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

NEWMAN, P.; RATLIFF, M. *Linguistic Fieldwork*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

NIMUENDAJU, C. The Guajá. In: STEWARD, J. H. (ed.) *The tropical forest tribes*: vol. 3 of Handbook of South American Indians, Bureau of American Ethnology Bulletin 143. Washington: Smithsonian Institution Press, 1948. pp. 135-137.

NOONAN, M. *A Grammar of Lango*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1992.

_____. *Complementation Syntactic Description*. 2nd edition. Volume II: Complex Constructions. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. pp. 52-150

NORDLINGER, R.; SADLER, L. Nominal Tense in Crosslinguistic Perspective, *Language*, v. 80, n. 4, dec., 2004, pp. 776-806

_____. When Is a Temporal Marker Not a Tense? Reply to Tonhauser 2007. *Language*, v. 84, n. 2, jun., 2008, p. 325-331

O'DWYER, E. C. *Laudo antropológico sobre a Área Indígena Awá*. 5^a Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão, processo nº 95.353-8, 2002.

_____. *O papel social do antropólogo: A aplicação do fazer antropológico e do conhecimento disciplinas nos debates públicos do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

OLIVEIRA, João Pacheco de; COHN, Clarice (Org.). *Belo Monte e a questão indígena*. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2014. Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/livros/Belo_Monte_Questao_Indigena_-_Joao_Pacheco_de_Oliveira_&_Clarice_Cohn.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2017.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *A Presença Indígena na Formação do Brasil*. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação: Laced/museu Nacional, 2006. (Vias dos Saberes). Disponível em: <http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/livros/arquivos/CoIET13_Vias02WEB.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2017.

ONU. *Declaração das Nações Unidas Sobre Os Direitos dos Povos Indígenas*. Disponível em: <http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2017.

OTCA. *Lineamientos regionales amazónicos de protección de pueblos indígenas en aislamiento y contacto inicial*. 2017. Disponível em: <<http://www.otca-oficial.info/assets/documents/20170809/588d95cdaa1c8a58595b8da18725bb40.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2017.

PALMER, F. R. *Mood and modality*. 2nd edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

PAULA, Luís Roberto de; VIANA, Fernando de Luiz Brito. *Mapeando Políticas Públicas para Povos Indígenas: Guia de pesquisa de ações federais*. Rio de Janeiro: Contra Capa: Laced/museu Nacional, 2011. (Traçados). Disponível em: <laced.etc.br/site/arquivos/mapeando.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016.

PRAÇA, W. N. Morfossintaxe da língua tapirapé (família tupí-guaraní). Doutorado em Linguística (tese). Instituto de Letras, Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

PRAÇA, W. N.; MAGALHÃES, M. M. S.; CRUZ, A. da. Indicativo II da família Tupi Guarani: uma questão de modo? *Liames: Línguas Indígenas Americanas*, [s.l.], v. 17, n. 1, p.39-58, 8 jun. 2017. Universidade Estadual de Campinas.

QUEIXALOS, F. The primacy and fate of predicativity in Tupi-Guarani. In: XIMENA, L.; VAPNASKY, V. (orgs.). *Lexical categories and roots classes in Amerindian Languages*. Bern: Peter Lang Publishing, 2006. pp. 249-288

RIBEIRO, D. *Diários Índios: os Urubus-Kaapor*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1996. Rodrigues (1985)

RIBEIRO, Darcy. *Os Índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RODRIGUES, A. D. Morfologia do verbo Tupí, *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, Brasília, v. 3, n. 1, jul, 2011, pp. 63-86.

RODRIGUES, A. D. Relações internas na família lingüística tupi-guarani. *Revista de antropologia*, v. 27/28, pp. 33-53, 1985.

RODRIGUES, A. D.; CABRAL, A. S. A. C. Revendo a classificação interna da família Tupí-Guaraní. In: _____ (orgs.). *Atas do I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da ANPOLL* tomo 1. Belém: Editora Universitária UFPA, 2002. pp. 326-337.

_____. Investigando a origem e o desenvolvimento de orações dependentes nas famílias do tronco linguístico tupi, *Revista da ABRALIN*, v. 5, n. 1 e 2, dez, 2006, pp. 11-32.

ROSE, F. *Morphosyntaxe de l'Emerillon – langue tupi-guarani de Guyane française*. Tese de doutorado, Université Lumière Lyon 2, 2003.

S/A. *Formulário dos Vocabulários Padrões para Estudos Comparativos Preliminares nas Línguas Indígenas Brasileiras do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1960.

SEKI, L. *Gramática do kamaiurá*. A língua tupi-guarani do Alto Xingu. Campinas: Imprensa Oficial, 2000.

_____. Construções com o gerúndio em Kamaiurá, *D.E.L.T.A.*, n. 30, v. 1, 2014, pp. 685-702.

SENADO FEDERAL. *Manual para primeira habilitação de condutores*. Brasília: Senado Federal, 2012.

SIL INTERNATIONAL. *FieldWorks*. Versão 8.2.9. s/l: SIL International, 2016.

SILVA, L de M.S.; SILVA, O. da. *Educação bilíngue intercultural: uma experiência no Maranhão entre o povo Awa-Guajá* (monografia para licenciatura em Letras), Centro de Estudos Superiores de Santa Inês, Universidade Estadual do Maranhão, Santa Inês, 2009.

STASSEN, L. *Comparison and Universal Grammar*. Oxford: Basil Blackwell, 1985.

STRATHERN, M. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. Tradução Iracema Dulley, Jamille Pinheiro, Luísa Valentini. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

SWADESH, M. Towards greater accuracy in lexicostatistic dating. *International Journal of American Linguistics*, v. 21, n. 2, apr., 1955, pp.121-137.

TEAM AUDACITY. *Audacity*. Versão 2.1.0. s/l: Audacity Team, 2016.

TIMBERLAKE, A. Tense, Aspect, Mood. In: SHOPEN, T. *Syntactic Description*. 2nd edition. Volume III: Gramatical Categories and the Lexicon. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. pp. 280-333

TONHAUSER, J. Nominal tense? The meaning of Guaraní Nominal Temporal Markers. *Language*, v. 84, n. 4, dec., 2007, pp. 831-869

VALENTE, Rubens. *Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. (Coleção Arquivos das Repressão Nacional).

VAN GIJN, R. Subordination strategies in South America: nominalization. In: O'CONNOR, L., MUYSKEN, P. *The native languages of South America: origins, development, typology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

VAN GIJN, R.; GALUCIO, A. V.; NOGUEIRA, A. F. Subordination strategies in Tupian languages, *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas*, Belém, v. 10, n. 2, maio-ago, 2015, pp. 297-324

VAN GIJN, R.; HAUDE, K; MUYSKEN, P. Subordination in South America: an overview. In: _____. *Subordination in Native South American Languages*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2011.

VAZ, Antenor. *Isolados no Brasil - Política de Estado: Da tutela para a política de direitos - uma questão resolvida?*. Brasília: Grupo Internacional de Trabalho Sobre Assuntos Indígenas, 2011. Disponível em: <http://www.iwgia.org/iwgia_files_publications_files/0506_informe_10.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2017.

VILLAS-BÔAS, André et al. *Dossiê Belo Monte: Não há condições para a Licença de Operação*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2015. Disponível em: <https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/31046_20150701_170921.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2016.

VIVEIROS DE CASTRO, E. *Araweté: os deuses canibais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

APÊNDICE – FOTOS

Foto 1 Trabalho de campo com equipe em julho de 2014



Foto 2 Reunião na aldeia Awa em janeiro de 2015



Foto 3 Discussão sobre a elaboração de documentos na aldeia Awa em julho de 2015



Foto 4 Produção de documentos durante protesto na EFC em agosto de 2015

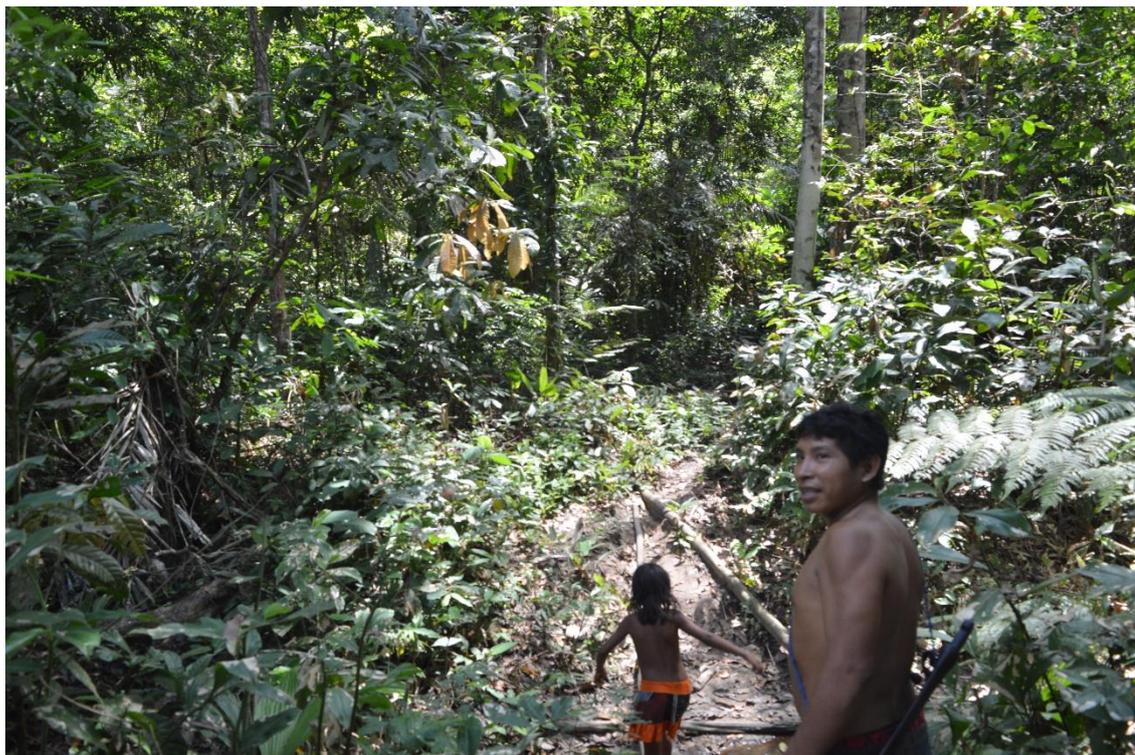


Foto 5 Trabalho de campo na aldeia Awa em julho de 2016



Foto 6 Atividade do projeto de documentação da língua guajá em janeiro de 2017